

UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA MOTRICIDADE HUMANA

**PERIODIZAÇÃO HISTÓRICA
PARA O PARAESPORTE BRASILEIRO DE RENDIMENTO**

por

Sérgio José de Castro

Rio de Janeiro
Julho de 2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA MOTRICIDADE HUMANA

**PERIODIZAÇÃO HISTÓRICA
DO PARAESPORTE BRASILEIRO DE RENDIMENTO**

Dissertação de conclusão de Mestrado apresentada à Universidade Castelo Branco como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Motricidade Humana, sob a orientação do Prof. Dr. Manoel José Gomes Tubino.

Rio de Janeiro
Julho de 2008

SÉRGIO JOSÉ DE CASTRO

**PERIODIZAÇÃO HISTÓRICA DO PARAESPORTE
BRASILEIRO DE RENDIMENTO**

Banca Examinadora composta para a defesa da Dissertação de Mestrado, do. Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Ciência da Motricidade Humana da: Universidade Castelo Branco.

APROVADO em 10 de Julho de 2008

Professor-Orientador: _____

Prof. Dr. Manoel José Gomes Tubino
Universidade Castelo Branco - UCB

Professor-Convidado: _____

Prof^a Dr^a Vera Lúcia de Menezes Costa
Universidade Gama Filho - UGF

Professor-Convidado: _____

Prof^a. Dr^a Maria Auxiliadora Terra Cunha
Sociedade Universitária Augusto Motta - SUAM

Rio de Janeiro
Julho 2008

AGRADECIMENTOS

Ao desenvolver este estudo, estivemos muito próximos de nossa história de vida pessoal e profissional, que decorreu do envolvimento com o objeto de estudo que de certa forma nos envolveu por quase toda a vida. Sendo assim, pela proximidade apresentada, foi natural que aqueles aos quais nos reportamos agora para agradecimentos, sejam também os que estiveram juntos a nós, não só agora, por ocasião do desenvolvimento desta tese, mas por toda nossa trajetória de vida.

Inicialmente agradecemos aqueles que nos deram a vida e que com amor souberam nos encaminhar educacionalmente, nos levando ao encontro do Paraesporte. Ao meu pai João Gomes de Castros e a minha mãe Georgina José de Castro (*in memorian*) meus eternos agradecimentos.

Aos meus filhos Ingrid, Erik e Leandro, este último um Ser especial, por fazerem de certa forma parte de mim, estimulando a constante superação de desafios.

Não temos palavras suficientes para agradecer ao Prof. Dr. Manoel José Gomes Tubino, que muito além de conhecer o Paraesporte, entre outros temas acadêmicos relevantes, se mostrou ao longo do tempo digno da confiança que só se deposita nos amigos verdadeiros.

Aos colegas, Professores dos Cursos de Educação Física da Universidade Castelo Branco (UCB), por toda contribuição direta ou indireta recebida.

À Professora Doutora Vera Lúcia de Menezes Costa, pela amizade e apoio recebido para o desenvolvimento do Curso de Mestrado.

Agradecemos aos funcionários e Professores da Universidade Castelo Branco, com os quais convivemos e muito aprendemos nesses anos de convivência.

Nossos agradecimentos a aqueles sem os quais tal estudo não teria se concretizado: Técnicos (as), Classificadores Funcionais, Árbitros, Psicólogos, Médicos, Dirigentes, Estagiários e atletas do Paraesporte que participaram desta pesquisa.

Ao Criador por ter possibilitado a um seu ente obter mais um degrau na escola da vida...

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

A Deus, por ter permitido que eu pudesse chegar ao atual estágio.

Ao Professor Dr. Manoel José Gomes Tubino,

Pela honra de tê-lo como orientador, pela sua humildade, alta competência docente, política e literária, grandeza de caráter, paixão pelo que faz e por ter me ensinado a compreender o fenômeno que é o esporte. Agradeço ainda pelo incentivo, às vezes paternal como fui tratado e que, juntamente com sua esposa Vera Lúcia impulsionou-me no sentido de poder viabilizar e concretizar este sonho que se tornou realidade através das mãos de ambos. Na certeza de tê-los sempre como amigos eternos, o meu sincero agradecimento.

FICHA CATALOGRÁFICA

CASTRO, Sérgio José de, 2008.

Periodização histórica para o paraesporte brasileiro de rendimento

Sérgio José de Castro - Universidade Castelo Branco - UCB
Rio de Janeiro, RJ, 2008. *Copyright* ©2008

Dissertação de Mestrado em Ciência da Motricidade Humana

CASTRO, Sergio José de. **Periodização histórica do paraesporte brasileiro de rendimento.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Ciência da Motricidade Humana. Rio de Janeiro: Universidade Castelo Branco, 2008. Orientador: Prof. Dr. Manoel José Gomes Tubino

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo geral, estabelecer uma periodização do Paraesporte Brasileiro de Rendimento, analisando sua evolução histórica a partir de sua criação até os dias atuais, considerando comparativamente sua estrutura em relação à estrutura internacional. Foram utilizados dados do Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB como principal fonte de informação, a bibliografia ora existente sobre o paraesporte nacional e internacional e questionários com pessoas envolvidas direta ou indiretamente com o paraesporte (atletas, dirigentes, técnicos, classificadores funcionais, profissionais das áreas médicas, psicológicas, nutricionais) atuantes há mais de dez anos na área paraolímpica. Verificou-se que no Brasil o esporte praticado por Pessoas Com Deficiência - PCDs, o paraesporte, teve seu início a partir de 1958, sendo administrado hoje com autonomia pelo CPB. A partir do início do século XXI, um processo significativo de realizações se instalou, traduzindo-se no aumento do número de medalhas paraolímpicas. O procedimento de validação do conteúdo da periodização histórica do paraesporte brasileiro de rendimento apontou cinco períodos distribuídos desde o século XIX até o século XXI: 1º. Desconhecimento do Paraesporte Brasileiro; 2º. Descoberta e Valorização do Paraesporte de Rendimento; 3º. Solidificação Específica do Paraesporte de Rendimento; 4º. Divulgação do Paraesporte de Rendimento pela Mídia; 5º. Afirmção e Consolidação do Paraesporte de Desempenho: Rendimento e Alto Rendimento. Com identidade própria o paraesporte desenvolveu modalidades específicas adaptadas às necessidades de seus praticantes refletindo os valores da cultura em que está inserido. A gestão especializada dessas práticas desenvolveu níveis e categorias para competições, reforçando sua identidade. No entanto, o processo de registro das atividades paraolímpicas, ainda carece de um processo de amadurecimento profissional e da formação de profissionais específicos neste tipo de atividade paraesportiva.

Palavras-chave: paraesporte; paraesporte de rendimento; desenvolvimento histórico; linha do tempo

CASTRO, Sergio José de. *Periodization history of brazilian paraesport of income. (The Master's Thesis). Program for Post-Graduate Strictu Sensu of Science in Human Motion. Rio de Janeiro: University Castelo Branco, 2008. Adviser: Prof. Dr. Manoel José Gomes Tubino.*

ABSTRACT

This study aimed at large, establish a timeline of the Brazilian Paraesport of income, examining its historical evolution from its inception until the present day, compared considering its structure in relation to the international structure. We used data from the Brazilian Paralympic Committee - CPB as main sources of information, the literature now exists on the national and international paraesport and questionnaires with people involved directly or indirectly with the paraesport (athletes, managers, technicians, functional classifiers, professionals in medical, psychological and nutritional areas) acting for over ten years in the Paralympic area. It was found that in Brazil, the sport practiced by people with disabilities - PCDs, the paraesport, had its beginning from 1958 and is administered today with autonomy of the CPB. From the beginning of the twenty-first century, a process of significant achievements was installed, resulting in the increase in the number of paralympic medals. The process of validating the content of the historical timeline of Brazilian paraesport appointed five periods of income distributed since the nineteenth century to the twenty-first century: 1°. Unawareness about Brazilian Parasports; 2°. Discovery and Value of Brazilian Parasports; 3°. Specific Establishment of Brazilian Parasports; 4°. Divulcation of Performance Parasports through the Media; 5° Affirmation and Consolidations of Performance Parasports: Income and High Yield. With its own identity paraesport developed the specific arrangements tailored to the needs of its practitioners reflecting the values of culture to which he belongs. The management of such practices developed specialized levels and categories for competitions, reinforcing their identity. However, the registration process of the paraolympic activities still lacks a process of maturation and vocational training of professionals in this specific type of paralympic activity.

Keywords: *paraesporte, paraesporte performance, historical development, historical timeline.*

SUMÁRIO

FOLHA DE APROVAÇÃO	ii
AGRADECIMENTOS	iii
AGRADECIMENTOS ESPECIAIS	iv
FICHA CATALOGRÁFICA	v
RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
LISTA DE ANEXOS	x
LISTA DE FIGURAS	xi
LISTA DE QUADROS	xii
LISTA DE TABELAS	xiii
RELAÇÃO DAS SIGLAS	xiv
CONCEITUANDO TERMOS	xviii
EPÍGRAFE	xxv
I. O PROBLEMA	01
1.1. Introdução e Problematização	
1.2. Objetivos do Estudo	
1.2.1 Geral	
1.2.2 Específicos	
1.3. Relevância do Estudo	
1.4. Delimitação do Estudo	
1.5. Questões Investigadas	
II. METODOLOGIA	11
2.1. Tipo do Estudo	
2.2. Esquema de Desenvolvimento e Organização do Estudo	
2.3. Seleção da Amostra de Validadores	
2.4. Validação do Instrumento para a Proposta de Periodização do Estudo	
III. REFERENCIAL TEÓRICO	20
3.1. O Paraesporte	
3.1.1. Conceitos e Fundamentos	
3.1.2. A Sociedade e o Paraesporte no Brasil	
3.1.3. O Paraesporte Mundial	
3.2. O Paraolimpismo	
3.2.1. Os Jogos Paraolímpicos ou Paraolimpíadas: Origem, Desenvolvimento e Participação Brasileira	
3.2.1.1. As Paraolimpíadas de Verão	
3.2.1.2. As Paraolimpíadas de Inverno	
3.2.2. A Classificação Funcional das Paraolimpíadas	
3.2.3. As Modalidades Paraolímpicas	
3.2.4. O Paraesporte no Brasil	
3.2.5. Cidadania, Inclusão Social e Paraesporte	
IV. DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO	130
4.1. Desenvolvimento do Paraesporte Internacional	
4.2. Desenvolvimento do Paraesporte Nacional de Rendimento	

4.3. Elaboração de uma Periodização para o Paraesporte Nacional de Rendimento	
4.4. Validação da Periodização Elaborada para o Paraesporte Nacional de Rendimento	
4.5. Análise dos Resultados	
V. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	153
REFERÊNCIAS	156
REFERÊNCIAS ICONOGRÁFICAS.....	175
ANEXOS.....	183

LISTA DE ANEXOS

1. Conceitos Básicos do Paraesporte.....	183
2. Paraolimpíadas em Números.....	195
3. Carta ao Validador.....	201
4. Questionário-Piloto para Pesquisa sobre Periodização Histórica para o Paraesporte Brasileiro de Rendimento.....	202
5. Relação de <i>Experts</i> Denominados Avaliadores para a Dissertação.....	204
6. Instrumento de Validação de Dissertação de Mestrado.....	206
7. Quadro Inicial de Indicações de Procedimentos para Validação da Periodização Histórica para o Paraesporte Brasileiro de Rendimento.....	210
..	

LISTA DE FIGURAS

1. Estrutura do Comitê Paraolímpico Brasileiro.....	117
2. Total dos Percentuais Obtidos nos Cinco Períodos Segundo Alternativas Propostas aos Entrevistados.....	150
3. Linha de Periodização do Paraesporte Brasileiro de Rendimento.....	153
4. O Fenômeno da Deficiência como Conceituado no ICDH Original.....	188
5. Interação e Intersecção entre os Conceitos.....	194

LISTA DE QUADROS

1. A Estrutura Geral do IPC.....	45
2. Comitê Paraolímpico Internacional – IPC.....	46

LISTA DE TABELAS

1. Comparação dos Dados da OMS e IBGE (Censo 2000).....	33
2. História, Locais e Perfil dos Participantes nos Jogos Paraolímpicos.....	54
3. Jogos Paraolímpicos ao Longo da História.....	69
4. Paraolimpíadas de Inverno.....	72
5. Quadro de Medalhas do Brasil por Modalidade no Parapanamericano– Rio 2007.....	120
6. Quadro Geral de Medalhas no Parapanamericano–Rio 2007.....	120
7. Itens Assinalados pelos Entrevistados, Segundo as Alternativas Propostas.	150

RELAÇÃO DAS SIGLAS

AAMR	Associação Americana de Retardo Mental
ABBR	Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação
ABDA	Associação Brasileira de Desportos para Amputados
ABDC (CBDC)	Associação Brasileira de Desportos de Cegos
ABDEM	Associação Brasileira de Deficientes Mentais
ABDS	Associação Brasileira de Desportos de Surdos
ABEPA	Associação Brasileira de Esportes para Anões
ABRADECAR	Associação Brasileira de Desportos em Cadeira de Rodas e Amputados
ABVP	Associação Brasileira de Voleibol Paraolímpico
ALERJ	Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
ANDE	Associação Nacional de Desporto para Deficientes
ANDE	Associação Nacional de Equoterapia
ANDEF	Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APC	Comitê Paraolímpico das Américas
APCB	Associação de Paralisia Cerebral do Brasil
CBBC	Confederação Brasileira de Basquetebol em Cadeira de Rodas
CBDC (ABDC)	Confederação Brasileira de Desporto para Cegos
CBDS	Confederação Brasileira de Desportos para Surdos
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CBNP	Confederação Brasileira de Natação Paraolímpica
CBRA	Confederação Brasileira de Remo Adaptado
CBT	Confederação Brasileira de Tênis
CBTA	Confederação Brasileira de Tênis Adaptado
CBTMA	Confederação Brasileira de Tênis de Mesa Adaptado
CBVS	Confederação Brasileira de Voleibol Sentado
CENESP	Centro Nacional de Educação Especial
CID	Classificações Internacionais de Doenças
CISS	<i>Comitê International dès Sports Silencieux</i> / Comitê Internacional de Esportes para Surdos
CLAM	Clube dos Amigos da ABBR
CND	Conselho Nacional dos Desportos
CNIDAH	Comissão Nacional Intersetorial de Desminagem e Assistência Humanitária
COI	Comitê Olímpico Internacional
CORDE	Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
CO-Rio	Comitê Organizador do Pan Rio
CORJ	Clube do Otimismo do Estado do Rio de Janeiro
CPB	Comitê Paraolímpico Brasileiro
CP-ISRA	<i>Cerebral Palsy – International Sports and Recreation Association</i> / Associação Internacional para o Esporte e a Recreação das Pessoas com Paralisia Cerebral
CPRJ	Clube dos Paraplégicos do Rio de Janeiro
CPSP	Clube dos Paraplégicos de São Paulo
DA	Deficiência Auditiva

DEF/MEC	Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura
DEPED	Departamento de Desportos para Pessoas Portadoras de Deficiência
DF	Deficiência Física
DM	Deficiência Mental
DV	Deficiência Visual
EF	Educação Física
EPT	Educação para Todos
FBB	Federação dos Bandeirantes do Brasil
FBCRERJ	Federação de Basquetebol em Cadeira de Rodas do Estado do Rio de Janeiro
FBCRESP	Federação de Basquetebol em Cadeira de Rodas do Estado de São Paulo
FBVM	Federação Brasileira de Vela e Motor
FDSERJ	Federação Carioca de Surdos Mudos / Federação Desportiva dos Surdos do Estado do Rio de Janeiro
FDSP	Federação Desportiva dos Surdos do Estado de São Paulo
FEI	Federação Eqüestre Internacional
FENAPAES	Federação Nacional das APAES
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIBA	Federação Internacional de Basquete Amador
FINA	Federação Internacional de Natação Amadora
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FITA	<i>International Archery Federation</i> / Federação Internacional de Tiro com Arco
FITTE	<i>Federación Española de Deportes de Minusválidos</i>
IBC	Instituto Benjamim Constant
IBDD	Instituto Brasileiro de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBM	<i>International Business Machines Corporation</i>
IBSA	<i>International Blind Sports Federation</i> / Federação Internacional de Esporte para Cegos e Deficientes Visuais
ICC	<i>International Co-ordination Committee of World Sports Organizations for the Disabled</i> / Comitê Internacional de Coordenação das Organizações Mundiais de Esportes para Deficientes
ICIDH	<i>International Classification for Impairments, Disabilities and Handicaps</i> / Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens
IFDS	<i>Disabled Sailing World Championship</i> / Federação Internacional de Iatismo para Deficientes
IFs	Federações Esportivas Internacionais
IJF	<i>International Judo Federation</i> / Federação Internacional de Judô
INAIL	<i>Italian Instituto Nazionale per L'Assicurazione contro gli infortuni sul Lavoro</i>
INAS-FID	<i>International Sports Federation for Persons with Intellectual Disability</i> / Federação Internacional de Esporte de Alto-rendimento para Pessoas com Deficiência Intelectual
INAS-FMH	Federação Internacional de Esporte para Deficientes Mental
INDESP	Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto
INES	Instituto Nacional de Surdos

IOSDs	Entidades Internacionais por Área de Deficiência / <i>International Organization Sports for Disabled</i>
IOSD Sport	Esportes para uma única Deficiência
IPC	<i>International Paralympic Committee</i> / Comitê Paraolímpico Internacional
IPCs	Comitê Paraolímpico Internacional
IPC Sports	Esportes para Multideficiência
IPTTC	Comitê Internacional de Tênis de Mesa Paraolímpico
IR	Imposto de Renda
ISAF	<i>International Sailing Federation</i> / Federação Internacional de Iatismo
ISMG	<i>International Stoke Mondeville Games</i>
ISMGF	<i>International Stoke Mandeville Games Federation</i> / Federação Internacional dos Jogos de Stoke Mandeville
ISMWSF	<i>International Stoke Mandeville Wheelchair Sports Games Federation</i> / Federação Internacional de Esportes em Cadeira de Rodas de Stoke Mandeville
ISOD	<i>International Sport Organization for the Disabled</i> / Organização Internacional de Esportes para Deficientes
ISSF	Federação Internacional de Tiro Esportivo
IWAS	<i>International Wheelchair & Amputee Sports Federation</i> / Federação Internacional de Esportes para Cadeiras de Rodas e Amputados
IWBF	<i>International Wheelchair Basketball Federation</i> / Federação Internacional de Basquetebol em Cadeira de Rodas
IWTF.	Federação Internacional de Tênis em Cadeira de Rodas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEE	Ministério Extraordinário dos Esportes
MMET	Ministério do Esporte e Turismo
NPC	Comitês Paraolímpicos Nacionais
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODEPA	Organização Desportiva Pan-americana
OIT	<i>International Rehabilitation</i> / Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PC	Paralisia Cerebral
PCD	Pessoa Com Deficiência
PCDA	Pessoas Com Deficiência Auditiva
PCDF	Pessoa Com Deficiência Física
PCDM	Pessoa Com Deficiência Mental
PCDs	Pessoas Com Deficiência
PCDV	Pessoa Com Deficiência Visual
PCs	Paralisados Cerebrais
PNAD	Pesquisa de Amostra por Domicílio
PPDs	Pessoas Portadoras de Deficiências
RJ	Rio de Janeiro
Ros	Organizações Regionais
SADEF	Sociedade dos Amigos do Deficiente Físico

SEDAP	Secretaria da Administração Pública
SEDES	Secretaria dos Desportos da Presidência da República
SEED/MEC	Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação e Cultura
SEED/CENESP	Secretaria Especial de Educação e Desporto / Centros Nacionais de Excelência Esportiva
SEESP	Secretaria de Educação Especial
SNC	Sistema Nervoso Central
SOB	Sociedade Brasileira de Ostomizados
SOBAMA	Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada
UCB	Universidade Castelo Branco
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
WOVD	<i>World Organization Volleyball for Disabled</i> / Organização Mundial de Voleibol para Deficientes
WTPA	<i>Wheelchair Tennis Player Association</i> / Associação Internacional de Tênis Paraolímpico
WVF	Federação Mundial de Veteranos

CONCEITUANDO TERMOS

Usar ou não usar corretamente os termos específicos não é uma mera questão semântica ou sem importância, quando se desejar falar ou escrever construtivamente, numa perspectiva inclusiva, sobre qualquer assunto de cunho humano. E a terminologia correta é especialmente importante quando se abordar assuntos tradicionalmente carregados de preconceitos, estigmas e estereótipos, como são o caso das deficiências que, no Brasil, chega a aproximadamente 5% da população.

Os termos são considerados corretos em função de certos valores e conceitos vigentes em cada sociedade e em cada época. Abaixo, apresentam-se os termos considerados importantes para o presente estudo, pois, certamente irão auxiliar aos pesquisadores quando da elaboração de estudos nesta área:

Acessibilidade - Sistemática através da qual as pessoas com deficiência têm facilitado o direito de acessar a rede de informações, mas também o direito de eliminação de barreiras arquitetônicas, de disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdos e apresentação de informação em formatos alternativos.

Amputação - Falta total ou parcial de um ou mais membros do corpo. Indivíduo com ausência de um dos membros ou parte dele. (COSTA, 1992).

Anões / Pessoas com Nanismo - A primeira lei de inclusão do deficiente, a Lei de Cotas, surgiu em 1991 e não incluía o nanismo como necessidade especial.

Para o IBGE (2000), a anomalia tampouco é considerada. "Até hoje não se sabe o número exato de anões que vivem no Brasil. Estima-se que seja um para cada dez mil habitantes". No entanto, com o decreto-lei n. 3298/99, o nanismo passou a figurar entre as deficiências e representou um grande avanço na inserção do anão no mercado de trabalho. Participam das atividades paraesportivas, sendo classificada funcionalmente por idade, altura,

peso e gênero. Apresentam dupla elegibilidade quanto à escolha do processo de competição, isto é, tanto podem competir nas Olimpíadas quanto nas Paraolimpíadas.

Nas Paraolimpíadas, os atletas têm uma Classificação Funcional específica de competição, ou seja, são mesclados com outros deficientes. Esta denominação é conhecida como *les autres*, que em português quer dizer “os outros”. Participam em provas de Atletismo, Natação e Halterofilismo.

No Decreto Federal 5296, de 2/12/2004, o “nanismo foi incluído no conjunto mais amplo das deficiências físicas”. Além das deficiências previstas na Lei n. 10690, de 16 de junho de 2003, foram incluídas a ostomia e o nanismo.

Este foi um avanço importante porque a partir deste momento, pessoas com nanismo tiveram uma ampliação no acesso ao mercado de trabalho e aos benefícios de prestação continuada. No plano municipal, o nanismo é objeto de políticas públicas, apenas de modo transversal, ou seja, o grupo é beneficiado por modificações na acessibilidade, mas estas foram desenvolvidas tendo em vista outras deficiências.

Atetose - É a presença de movimentos involuntários, muito lentos, contínuos e extravagantes, principalmente das mãos e dos dedos, com características de ondulamento, ou movimento repetitivo, como se fossem pequenas cobras, devido a lesão do corpo estriado, uma parte importante do Sistema Nervoso Central - SNC ligado ao controle motor.

Cegueira - perda da visão, em ambos os olhos, de menos de 0,1, no olho melhor e após correção, ou um campo visual não excedente de vinte graus, no maior meridiano do melhor olho, mesmo com o uso de lentes para correção. Visão reduzida: acuidade visual entre 6/20 e 6/60, no melhor olho, após correção máxima.

Classificação Funcional - Conceitualmente a classificação para a prática esportiva, para pessoas com deficiência, constitui-se em um fator de nivelamento entre os aspectos da capacidade física e competitiva, colocando as deficiências semelhantes em um grupo

determinado. Esse fator significa, para atletas deficientes físicos, igualar a competição entre indivíduos com várias seqüelas de deficiência, onde o sistema de classificação eficiente é o pré-requisito para uma competição mais equiparada (STROHKENDL, 1995). E, ainda, os princípios que governam o mundo dos esportes, para atletas deficientes, têm função de extrema importância na classificação das habilidades ou inabilidades, para assegurar a igualdade na competição (SHERRIL, 1991).

Deficiência - É o nome dado a toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou funções psicológicas, fisiológicas ou anatômicas. Diz respeito à biologia da pessoa. Este conceito foi definido pela Organização Mundial de Saúde - OMS.

Deficiência Auditiva - É a perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala pelo ouvido. Ainda, perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de quinhentos Hz, mil Hz, dois mil Hz e três mil Hz.

Deficiência da Fala - Refere-se a um padrão de fala limitada ou dificultosa. Obs: Os termos mudo e surdo-mudo são incorretos, pois geralmente a dificuldade de fala, no caso dos surdos, é uma consequência da falta de audição.

Deficiência Física - Refere-se à perda ou redução da capacidade motora. Um procedimento comum é referirem-se as Pessoas Com Deficiência - PCDs de qualquer tipo, chamando-os todos como sendo deficientes físicos, o que é um equívoco, pois desconsidera as pessoas com deficiência sensorial ou mental. A deficiência física engloba vários tipos de limitação motora.

Os principais são:

Hemiplegia: Paralisia total ou parcial das funções de um só lado do corpo.

As causas são as lesões cerebrais por enfermidade, golpe ou trauma.

Paraplegia: Paralisia total ou parcial da metade inferior do corpo, comprometendo as funções das pernas. Geralmente, é causada por lesão da medula espinhal ou por poliomielite.

Tetraplegia: Paralisia total ou parcial do corpo, comprometendo as funções dos braços e pernas. Possui as mesmas causas da paraplegia.

Quadriplegia / Quadriparesia / Tetraplegia / Tetraparesia: No Brasil o elemento morfológico tetra tornou-se mais utilizado que o quadri. Ao se referir à pessoa, prefira o termo pessoa com tetraplegia ou tetraparesia, no lugar de o tetraplégico ou o tetraparésico.

Para Weinberg & Gould (1999), pode ser definida como uma conduta manifestada com a intenção de destruir, ferir, degradar ou subjugar uma pessoa (inclusive a si próprio), um grupo de pessoas ou um objeto material. Para um ato ser considerado agressivo ele deve satisfazer quatro critérios: ser um comportamento real, envolver dano ou ferimento, ser dirigido a outro ser vivo e envolver intenção.

Deficiência Mental ou Intelectual – Para Rosadas (1996) refere-se ao funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e, limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas. Deficiências Mentais Leves, Moderadas, Severas e Profundas são termos que indicam níveis de comprometimento.

Obs: Expressões como retardado mental, retardamento mental, retardo mental, débil mental, mongolóide, mongol, não são mais admitidas.

Deficiência Múltipla - é a associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias: mental / visual / auditiva / física, com comprometimentos que acarretam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa.

Deficiência Sensorial – São assim denominadas todas as deficiências que envolvam os órgãos dos sentidos: audição, visão, tato, fala, paladar. Ver Deficiência Visual, Deficiência Auditiva e Deficiência da Fala.

Deficiência Visual - é a redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção ótica.

Elegibilidade – Refere-se as características individuais que habilitam aos paraatletas a oportunidade em poder vir a praticar uma determinada modalidade paraesportiva. São pré-requisitos que o paraatleta deve possuir fisicamente para poder participar das diversas modalidades paraesportivas (CASTRO, 2007).

Espasticidade - É uma das principais características que afetam as crianças com Paralisia Cerebral - PC, mas também se manifesta nas crianças com Lesões da Medula Espinhal, Espinha Bífida, podendo aparecer, ainda, em casos de Esclerose Múltipla.

Esporte - Fenômeno sócio-cultural, cuja prática é considerada direito de todos e, que têm no jogo seu vínculo cultural e na competição o seu elemento essencial, o qual deve contribuir para a formação e aproximação dos seres humanos ao reforçar o desenvolvimento de valores como a moral, a ética, a solidariedade, a fraternidade e a cooperação, o que pode torná-lo um dos meios mais eficazes de convivência humana. (TUBINO e colaboradores, 2007).

Esporte Terapêutico – É "um meio de terapia pelo movimento, que se utiliza de recursos adequados do esporte, visando compensar ou regenerar distúrbios funcionais de ordem física, psíquica e social, prevenir contra distúrbios secundários e promover um comportamento orientado para a saúde" (SCHÜLE, 1988).

Les Autres - Classificação Funcional de Paraatletas com Nanismo ou PC, os quais, em virtude de serem extremamente difíceis de serem agrupados em uma mesma classe esportiva, são definidos com esta nomenclatura e, nas Paraolimpíadas, competem com esta denominação.

Malformação congênita - São aquelas adquiridas antes do nascimento ou até mesmo depois do mesmo, no primeiro mês de vida, seja qual for a sua causa. Dentre essas doenças, aquelas caracterizadas por deformações estruturais são denominadas anormalidades..

Paraesporte / Esporte Paraolímpico - É o esporte de Alto Rendimento, praticado por pessoas com determinados tipos de deficiência (Física, Amputados, Paralisados Cerebrais, Deficientes Visuais, Lesionados Medulares, Sequelados de Poliomielite e Anões),

dependendo da elegibilidade individual (pré-requisitos) e de um processo de classificação funcional que os habilitem em poder vir a praticar uma determinada modalidade paraesportiva, de acordo com sua individualidade biológica. Classifica-se em Esportes de Inverno e de Verão (CASTRO, 2007).

Paralisia Cerebral - PC – Atualmente o termo Paralisia Cerebral vem sendo usado como o resultado de um dano cerebral, que leva a inabilidade, dificuldade ou o descontrole de músculos ou de certos movimentos do corpo. O termo cerebral quer dizer que a área atingida é o cérebro (Sistema Nervoso Central – SNC) e a palavra paralisia refere-se ao dano ao SNC, com consequência afetando os músculos e sua coordenação motora, das pessoas com deficiência desta condição especial de ser e estar no mundo. Usa-se atualmente o termo Encefalopatia Crônica não Progressiva da Infância.

Paralisia Central - Termo amplo que designa um grupo de limitações psicomotoras resultantes de uma lesão do SNC. Geralmente, as pessoas com PC possuem movimentos involuntários, espasmos musculares repentinos, que chamamos espasticidade, que é verificada também em outros tipos de deficiência, embora em menor intensidade. Ao utilizar a terminologia, atente para o fato de os músculos, e não a pessoa, serem espásticos. A PC oferece diferentes níveis de comprometimento, dependendo da área da lesão no cérebro. É impróprio concluir que uma pessoa com PC possui também deficiência mental - DM. Embora haja casos de pessoas que têm PC e DM, estas duas condições não acontecem, necessariamente, ao mesmo tempo.

Percepção Motora e Cinestésica - Habilidade de perceber a posição, o esforço em movimento das partes do corpo interno, durante uma ação muscular. É tida como tendo o sexto sentido. As fontes de propriocepção ou percepção sinestésica são presumivelmente alocadas nas articulações, músculos e tendões (JOHNSON & NELSON, 1979).

Pessoas Portadoras de Deficiências - PPDs - São pessoas que apresentam necessidades próprias e diferentes que requerem atenção específica em virtude de sua condição de deficiência. Genericamente também são chamados de portadores de necessidades especiais. São pessoas que apresentam significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter permanente, que acarretam dificuldades em sua interação com o meio físico e social (**Política Nacional de Educação Especial**: livro 1, MEC/MEC). O termo Pessoa com Deficiência - PCD pode ser aplicada referindo-se a qualquer pessoa que possua uma deficiência. Contudo, há que se observar que em contextos legais ela é utilizada de uma forma mais restrita e refere-se a pessoas que estão sob o amparo de uma determinada legislação. Até bem recentemente usava-se o termo deficiente para denominar pessoas com deficiência, porém o termo leva consigo uma carga negativa depreciativa da pessoa, que foi ao longo dos anos se tornando cada vez mais rejeitada pelos especialistas da área e, em especial, pelos próprios. Atualmente a palavra é considerada como inadequada e que promove o preconceito a respeito do valor integral da pessoa.

Potencialidade - É tudo o que é virtual no indivíduo e através da educação se transforma em manifesto (OUVÍDIO, 1988).

Surdo-cegueira - Refere-se à surdez e cegueira existentes, ao mesmo tempo, numa mesma pessoa.

EPIGRAFE

Um Programa de elaboração de uma periodização para o Paraesporte Brasileiro de Rendimento, para ser considerado necessário e por colaborar de alguma forma com a qualidade de vida de seus participantes, terá que ter conotação axiológica, fato este que obrigará, necessariamente a identificar carências, privações ou vacuidades das mais diversas naturezas que nossos paraatletas e profissionais atuantes na área apresentem, como, por exemplo, preliminarmente, as de ordem física, biológica e, completamente outras, como as psicológicas, as sociais, as acadêmicas e, até mesmo, as inerentes à pessoa humana em suas dimensões física, transcendente e cósmica. (HERON BERESFORD, 2008).

CAPÍTULO I

O PROBLEMA

1.1. Introdução e Problematização

Reconhecido como um dos fenômenos sociais mais importantes e tendo influenciado profundamente a vida cotidiana do homem no século XX, o esporte impõe-se sistematicamente àqueles que o praticam, àqueles que o organizam, àqueles que, de alguma forma, por ofício, dele dependem; aos seus aficionados e, até mesmo, àqueles sem vinculação efetiva com ele, são impregnados invariavelmente pelos noticiários da imprensa em crescentes espaços diários de mídia (TUBINO, 1966).

Sabe-se que as pessoas encontram nos esportes as motivações para seus desafios e superação de limites conhecidos. Também os paraesportes servem a essa finalidade, favorecendo seus atletas com uma prática física e com o exercício de conduzir-se na vida com independência e autonomia, direitos importantes do ser humano. Porém, nem todas as pessoas, em especial as Pessoas Com Deficiência - PCDs desfrutam de tais direitos, sendo estigmatizadas pela sociedade e tendo o acesso a tais práticas, em sua maioria, limitado.

Lamentavelmente, ainda nos dias de hoje, temos que conviver com argumentos de que as populações de pessoas com deficiência sejam discriminadas ou segregadas para a prática de atividades físicas e esportes. Nesse sentido, cabe o que diz Mantoam (2001): “os obstáculos a serem vencidos são de natureza subjetiva e, a nosso ver, são os mais fortes, pois dizem respeito às questões que estão arraigadas à nossa formação e as experiências pessoais em uma sociedade que não está habituada a reconhecer e a valorizar as diferenças” (p.55).

O mesmo autor destaca que: “Não lidar com as diferenças é não perceber a diversidade que nos cerca, nem os muitos aspectos em que somos diferentes uns dos outros e transmitir, implícita ou explicitamente, que as diferenças devem ser ocultadas, tratadas à parte”

Uma das maiores reivindicações daqueles que se deparam com uma situação de trabalho paraesportivo com pessoas com algum tipo de deficiência em um ambiente regular é o fato de que não foram ou não estão preparados para atender a essas pessoas, quer seja em ambientes educacionais ou paraesportivos.

Segundo Gonçalves (2002), a partir da década de 1980 ações governamentais foram sendo efetivadas para amenizar essa problemática, através:

- a) da garantia do Professor Licenciado de Educação Física na Equipe interdisciplinar que atende as PCDs;
- b) do desenvolvimento por parte do governo de Programas de Educação Física, esporte e lazer para essa população com melhoria das condições dos profissionais que atuam na área;
- c) da inclusão nos currículos dos cursos de graduação em Educação Física de disciplina e/ou conteúdos relacionados à deficiência; implantação e cursos de pós-graduação e de atualização destinados a profissionais dessa área; fomento à pesquisa em Educação Física Adaptada por parte das agências financiadoras e instituições de Ensino Superior.

Por outro lado Lima (1998) afirma que:

no período de 1981 até 1996, a partir da proclamação do Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência pela ONU [Organização das Nações Unidas], o Governo Federal, através de diversos órgãos existentes na estrutura administrativa, procurou direcionar suas ações rumo ao desenvolvimento de uma política de ação mais voltada ao entendimento e à garantia dos direitos das pessoas deficientes e, nesse contexto, a formação de recursos humanos para atuar na Educação Física com essas pessoas também recebeu atenção especial (p.88).

Apesar de todas as ações do estado e dos esforços de grupos de apoio às PCDs, isso não foi suficiente para minimizar a exclusão ou ausência da pessoa com deficiência na prática de atividades físicas, seja ela realizada na escola ou em outro ambiente educacional regular. O

problema persistiu e ainda persiste. E é o mesmo teórico que conclui: “a maioria das ações estiveram voltadas para o esporte de competição e nesse, a exemplo do esporte convencional, que elitiza a participação, não há o envolvimento da maioria das pessoas com deficiência” (p. 90).

Esta parece ser uma das muitas contradições e dicotomias que fazem com que aqueles que têm o direito e talvez mais necessitem da prática de atividades físicas e paraesportes, se afastem dela. A concepção segregadora e elitista, baseada no modelo vigente de ensino e transmissão de conhecimentos da disciplina de Educação Física Adaptada fez com que os profissionais dessa disciplina fossem formados, em sua maioria, somente para entender os aspectos relacionados a conteúdos técnicos da deficiência, ou seja, patologias específicas, técnicas de treinamento, regras utilizadas apenas no universo do esporte adaptado e outras não propiciando o debate de novas atividades práticas de atividades físicas e esportes, destinadas aos deficientes, que partam da perspectiva do esporte inclusivo.

A prática da atividade física e os paraesportes são inovadores instrumentos de reabilitação e habilitação de PCDs, mas, sobretudo, tem propiciado a inserção e valorização dessas pessoas na sociedade, ainda que timidamente. O contato entre os deficientes e os paraesportes traz para a sociedade um novo enfoque sobre o processo de inserção, pois não coloca o deficiente em condição de incapaz, mas, ao contrário, valoriza suas potencialidades. A prática paraesportiva além de ressaltá-las ainda, traz uma considerável melhoria no seu processo de auto-estima e também de suas qualidades de vida, à medida que se sentem mais aceitas pela sociedade. O contato com o paraesporte veio a desmistificar a imagem da inutilidade e imobilidade da pessoa deficiente. Esses fatores podem ainda favorecer a aproximação e o contato social entre as pessoas denominadas “não deficientes” e as “deficientes”.

Essa realidade, porém, parece muito mais próxima de ser alcançada se se balizar no conceito de uma sociedade inclusiva, que possa viabilizar o acesso a todos aqueles que desejam se beneficiar da atividade física e paraesportiva seja ela qual for. A abordagem educacional inclusiva é aquela que reconhece as diferenças e a adversidade como integrante dos processos de ensino/aprendizagem. Essas mudanças são esperadas para que se possam formar profissionais especializados de Educação Física, que atuem, principalmente, compreendendo a importância do esporte para a inserção das PCDs na sociedade. O Paraesporte de rendimento vive também dessas contradições e dicotomias, pois quer a inclusão, mas pratica a segregação, uma vez que ainda recebe a adesão de poucos, prevalecendo a inacessibilidade da maioria das pessoas desse grupo.

Muitos paraatletas, tanto em seu treinamento, quanto em algumas competições, se utilizam do esporte regular para se aperfeiçoarem em sua técnica ou habilidade com o intuito de otimizar sua *performance* em competições exclusivas para deficientes. O advento da cientificidade nos treinamentos de paraatletas, já no início do século XXI, veio demonstrar que, com uma atualização e apoio institucionais, o paraesporte tende a destacar-se como uma potência paraolímpica internacional, como já foi demonstrado nos I Jogos Mundiais da Paz, realizado no Estado do Rio de Janeiro (Brasil), em setembro de 2005, onde o Brasil obteve a medalha de prata, somente tendo sido superado pela China, uma das maiores potências paraolímpicas mundiais. Em agosto de 2007, também na cidade do Rio de Janeiro, o Brasil sagrou-se campeão dos III Jogos Parapanamericanos, obtendo no total, duzentas e vinte e oito medalhas.

Leis e políticas fomentam, organizam e propiciam a prática paraesportiva a uma parcela da população que, segundo dados do Censo Demográfico 2000, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE atinge, no Brasil, 14,5% da população, ou seja, vinte e quatro milhões e meio de pessoas. O crescimento desse percentual torna-se

alarmante se comparado com os resultados do censo, realizado em 1991, que identificou apenas 2% da população com algum tipo de deficiência.

Observa-se que a maioria da população adulta com deficiência não pratica paraesporte devido a diversos fatores, e, um dos principais é o desconhecimento de obras, locais e profissionais que conheçam e ensinem as diversas modalidades que ora são praticadas. No entanto, o País é considerado, por muitos, como privilegiado em suas possibilidades de vivências paraesportivas na perspectiva do alto rendimento. Ao longo do tempo, tem-se verificado um aumento significativo de aderência às práticas esportivas da população, inclusive com o aparecimento de paraatletas que vêm se destacando como no caso das modalidades de Natação, Atletismo e Judô. Ressalte-se que, no ano de 2006, o Atleta Clodoaldo Silva, PC, foi escolhido como o melhor atleta Paraolímpico do Mundo, pelo Comitê Paraolímpico Internacional – IPC.

A partir do pressuposto teórico da sociedade inclusiva, que norteia a relação entre os esses membros constituintes, é que propomos este trabalho, a fim de verificar a existência de um passado e presente paraolímpico marcante e decisivo nas vidas das PCDs que, assim, poderão ter em mãos documentos hábeis os quais poderão vir a ser consultados com respeito a futuros estudos, pesquisas e elaboração de documentos atinentes às atividades paraesportivas. O interesse pelo assunto proposto decorre da experiência do autor como profissional de Educação Física que atua há mais de trinta e dois anos como professor, técnico, árbitro internacional e dirigente, trabalhando na área do paraesporte, trabalho este que sempre adotou o compromisso da busca do direito de igualdade, a partir do enfoque da ótica da inclusão.

Por manter esse envolvimento com o esporte convencional e com o segregado, as desigualdades de oportunidades dos atletas com deficiência, constatadas ao longo dos anos, surgiram a angústia e o desejo de propor algo que viesse a colaborar na construção de mudanças positivas na situação. Com isso apareceu a possibilidade de elaboração de um

critério de periodicidade e historicidade mais próximo à realidade, uma vez que os dados atualmente encontrados correlacionados ao período inicial paraesportivo até os dias atuais, na maioria das vezes, não traduzem os fatos ocorridos com a história do paraesporte brasileiro.

A partir do conhecimento gerado pelo presente estudo, contribuir-se-á de forma científica à difusão das potencialidades das pessoas que buscam o Paraesporte de Rendimento como forma de equilíbrio saudável e harmônico, possibilitando para si próprios, sua família e para a nação, uma forma de contribuição paraesportiva significativa, possibilitando amplamente a tentativa de obtenção de novas medalhas paraolímpicas.

Por aceitar-se que as diferenças possam viver em harmonia e, que essa convivência, possa trazer benefícios a todos os envolvidos, é que se sugere um estudo que possa vir a demonstrar as reais possibilidades de um paraesporte de rendimento, dignamente relacionado, com fatos e datas, deixando, assim, uma parcela de conhecimentos paraesportivo consistente a todos aqueles que labutam com esta atividade e à qual busca atender a todos aqueles que desejam obter objetivos competitivos, independentemente de sua condição de deficiência.

Tendo em vista toda a situação exposta no transcorrer desta problemática, foi apresentada uma Periodização histórica para o paraesporte brasileiro de rendimento a qual teve a contribuição decisiva de pessoas atuantes, em alguns casos, há mais de cinquenta ou quarenta anos na área paraesportiva nacional e internacional, o que veio possibilitar um grau de fidelidade histórica ao presente estudo.

1.2. Objetivos do Estudo

1.2.1. Geral

O presente estudo tem como objetivo geral, estabelecer uma periodização do Paraesporte Brasileiro de Rendimento, analisando a evolução histórica a partir de sua criação até os dias atuais, considerando sua estrutura em relação à internacional.

1.2.2. Específicos

Para que o objetivo geral deste estudo seja atingido, far-se-ão necessários atingir alguns objetivos específicos:

- Aprofundar conhecimentos sobre o Paraesporte, desde sua criação até o momento atual;
- Levantar a estrutura do Paraesporte Brasileiro de Rendimento, com vistas a uma comparação com o Internacional;
- Desenvolver a evolução do Paraesporte Brasileiro de Rendimento para que a sua atualidade possa ser interpretada;
- Construir e validar uma Linha de Periodização que contemple todos os fatos importantes e os marcos significativos relacionados com a história do Paraesporte Nacional e Internacional de Rendimento.

1.3. Relevância do Estudo

O objetivo do presente estudo é o de estabelecer um novo escalonamento da evolução do Paraesporte de Rendimento através da história, procurando relacionar tal evolução com o

contexto político e ideológico que os Jogos Paraolímpicos sempre evidenciaram. A constatação desta evolução por meio de períodos, definidos pelas observações feitas desde os primeiros movimentos até o estágio atual, poderá permitir uma interpretação desta importante manifestação cultural esportiva brasileira, o Paraesporte, facilitando-lhe um outro entendimento, uma nova abordagem, diferente da que conhecemos na atualidade.

A prática paraesportiva, enquanto questão essencial do desenvolvimento humano faz com que se compreenda que o 'eu' nunca emerge a não ser do encontro com o outro.

O estudo desenvolvido buscou responder às indagações da sociedade frente aos desafios da era pós-moderna que se formulam a partir do momento em que se percebe as práticas paraesportivas sendo dirigidas a um grupo privilegiado e, também, da real inexistência de uma periodização histórica sobre o Paraesporte de Rendimento, quer seja no plano Nacional ou no Internacional.

A contribuição social do estudo é uma nova abordagem para o tema. Apesar de não se pretender esgotar o assunto, o estudo procurou preencher a lacuna existente quanto ao aspecto da disseminação de informações históricas sobre o Paraesporte e, também, criar uma periodização para o Paraesporte brasileiro que possa auxiliar pesquisadores, atletas e profissionais atuantes na área.

1.4. Delimitação do Estudo

Este estudo delimita-se pelo levantamento de dados junto a um grupo de especialistas, obtidos na aplicação de questionários sobre a evolução do Paraesporte Brasileiro, em relação ao Paraesporte Internacional. A intencionalidade do grupo selecionado constituiu-se em delimitação.

A atual estrutura existente entre as entidades componentes do Paraesporte Brasileiro e a quase inexistência de profissionais que possam caracterizar os fatos históricos em uma seqüência cronológica e coerente, remeteu-nos a realizar o presente estudo, procurando, assim, viabilizar a construção de uma linha de tempo na qual o Paraesporte Brasileiro possa vir a propiciar uma periodização através da qual estes profissionais, atuantes na área, possam buscar um apoio histórico-profissional lógico. Outra delimitação, considerada significativamente, é a ainda reduzida literatura disponível para consultas no Brasil, sobre os diversos esportes adaptados.

1.5. Questões Investigadas

Acredita-se ser de significativa importância a compreensão do Paraesporte como um campo de investigação pertencente à Ciência da Motricidade Humana, mais especificamente em termos históricos e sócio-culturais, os quais o remetem a uma interpretação dos seus sentidos. Seguindo-se essa linha de raciocínio, o estudo apresentou a necessidade de responder às seguintes questões:

- (a) Existe uma Linha de Tempo, em nível Nacional e Internacional que contemple a real situação do Paraesporte? e
- (b) Quais os marcos referenciais e delimitadores dos períodos históricos do paraesporte de desempenho brasileiro?

O texto da pesquisa foi estruturado em cinco capítulos. O primeiro, aqui chamado Q Problema, tratou do tema, sua introdução e problematização, objetivos, relevância, delimitação e questões a investigar e da definição e, corresponde ao primeiro momento da estratégia metodológica que orientou o desenvolvimento do estudo.

O segundo capítulo definiu a estratégia da pesquisa, a Metodologia e o procedimento de construção e validação do instrumento para a proposta de periodização do estudo.

No terceiro capítulo, sob o título Referencial Teórico, preparou-se o mosaico teórico sobre Paraesporte, Paraolimpismo e Paraesporte no Brasil no qual o estudo fundou âncoras para investigar o objeto de estudo.

O quarto capítulo, aqui chamado Desenvolvimento do Estudo, tratou da elaboração e validação de uma periodização do paraesporte brasileiro de rendimento.

O último capítulo foi denominado Conclusões e Recomendações. Em meio à exaustão e prazer que uma investigação pode provocar num pesquisador, produzi as considerações e recomendações finais.

CAPÍTULO II

METODOLOGIA

Este capítulo teve por objetivo apresentar a metodologia utilizada na operacionalização dos objetivos específicos do presente estudo ou ainda “de que maneira” estes foram desenvolvidos, a fim de que pudessem oferecer uma das condições e um critério para se assegurar a consecução dos mesmos.

Para tal, este capítulo foi dividido em cinco tópicos, a saber: Tipo do Estudo; Esquema de Desenvolvimento e Organização do Estudo; Seleção da Amostra de Validadores; Validação do Instrumento para a Proposta de Validação do Estudo e Proposta de Validação do Estudo e Coleta e Tratamento de Dados.

2.1. Tipo do Estudo

Um estudo descritivo, segundo Serrano (2004), é aquele que ambiciona apenas estimar parâmetros de uma população, nomeadamente proporções, médias etc. Não necessita de elaboração de hipóteses de estudo, pois se trata apenas de uma "fotografia" da situação. Tais estudos têm a importância fundamental de serem sempre os primeiros passos da investigação. Deles nascem as hipóteses que poderão ser estudadas em pesquisas mais sofisticadas.

Sampieri e colaboradores (1994, p. 61) enfatizam o poder de mensuração do estudo descritivo. Para Triviños (1987, p. 110) o estudo descritivo tem como foco central o desejo de “conhecer a comunidade, seus traços característicos, suas gentes, seus problemas, suas escolas, seus professores, sua educação, sua preparação para o trabalho, seus valores”. Exigem do pesquisador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar, uma vez que.

pretende descrever ‘com exatidão’ os fatos e fenômenos de determinada realidade. Quando se estabelecem relações entre variáveis, o estudo denomina-se descritivo e correlacional. Outros estudos descritivos se denominam estudos de casos, tendo por objetivo aprofundarem a descrição de determinada realidade.

O homem deve ser capaz de descrever os fenômenos que se propõem estudar para poder avançar na resolução dos problemas. Nessa direção, o objetivo da pesquisa consistiu em eleger e conhecer as situações, costumes e atitudes predominantes das pessoas e dos fatos, sem se limitar apenas ao reconhecimento dos dados.

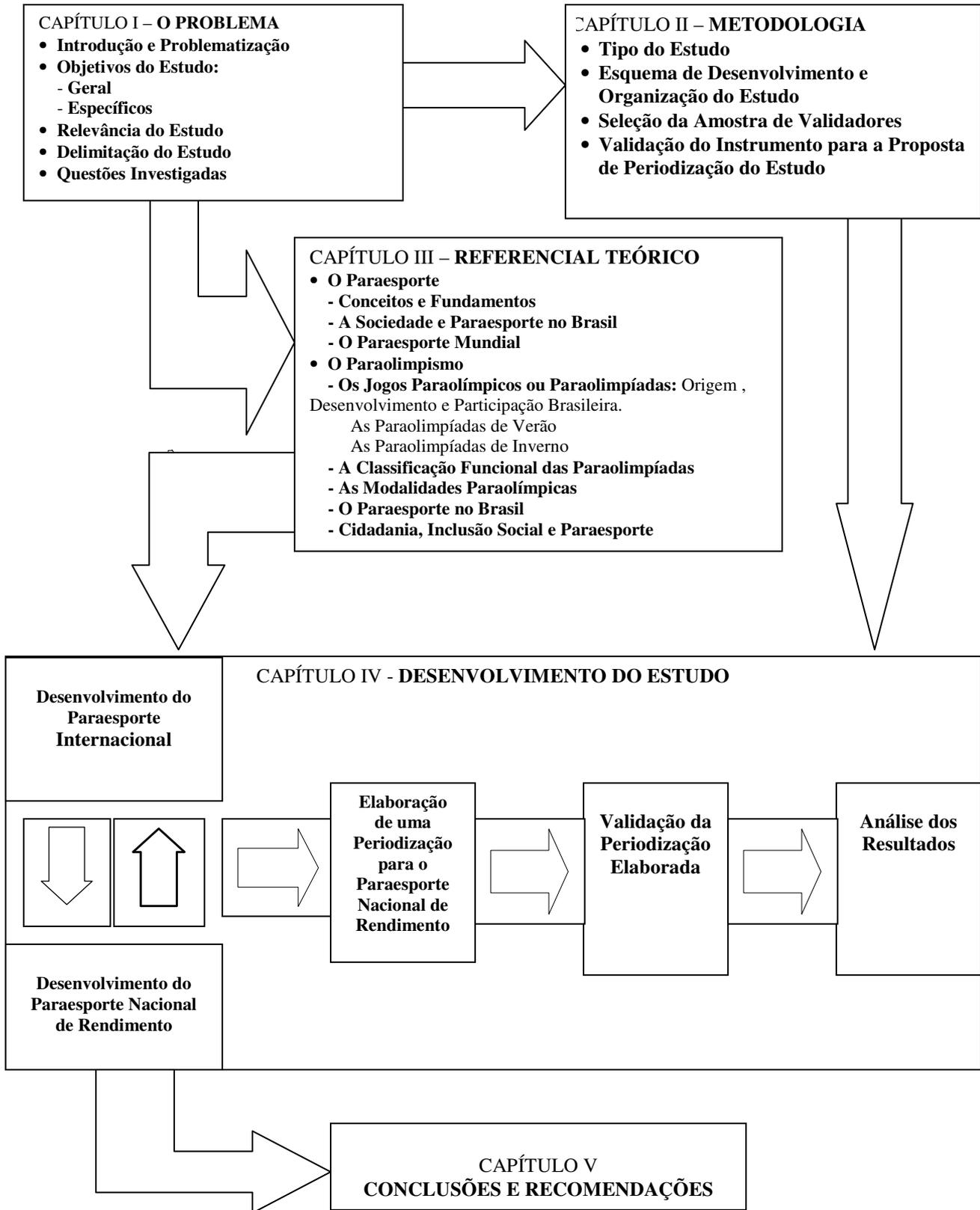
A meta da investigação compreendeu examinar as características do problema escolhido, no caso, a pesquisa inicial de uma linha de tempo referente ao Paraesporte e a seguir a elaboração de uma Periodização Histórica do Paraesporte Brasileiro de Rendimento, a fim de definir as possibilidades das hipóteses, enunciarem os pressupostos e os diversos procedimentos adotados.

O estudo também poderia ser entendido como histórico, uma vez que Flegner & Dias (1995, p.49) estipulam que o “estudo histórico tem por objetivo juntar informações e contar precisamente, de modo contínuo, acerca dos eventos passados”. Seguindo-se esta linha de pensamento, ao se referir às pesquisas *ex-pós-facto*, Gil (1991) estipula que os procedimentos lógicos de delineamento destas são semelhantes aos dos experimentos propriamente ditos, ou seja, podem ser espontâneas. Esclarece, ainda, que nos estudos que de certa forma existem envolvimento sociais, esse delineamento torna-se insubstituível, sendo este o único que tem na consideração dos momentos históricos, que vão gerar as compreensões das estruturas sociais de um determinado grupo a ser pesquisado. Assim sendo, o tipo de estudo a ser utilizado é o descritivo *ex-pos-facto* que foi citado por Flegner & Dias (1995, p.58) como o que “se inicia com grupos que são diferentes e tenta diferenciar os antecedentes das diferenças”. Portanto, os estudiosos encerram o posicionamento a respeito destas ao

concluírem que o pesquisador poderá estabelecer a comparação de dois grupos ou mais, um dos quais deverá conter os pré-requisitos, que supostamente estão os antecedentes em questão e o outro não, ou seja, quais as características que distinguem um grupo do outro.

2.2. Esquema de Desenvolvimento e Organização do Estudo

A pesquisa pode ser expressa por um esquema de desenvolvimento que expõe os passos seguidos numa seqüência lógica, de acordo com as necessidades que o próprio estudo requereu para o seu desenvolvimento. Para melhor entendimento do desenvolvimento desse estudo, fez-se necessário uma visualização através do esquema a seguir:



2.3. Seleção da Amostra de Validadores

O presente estudo teve como um dos seus objetivos específicos elaborar um documento a ser validado por uma comissão de especialistas, composta por vinte validadores, em sua maioria doutores, mestres e especialistas da área de Educação Física e Esportes, de renome internacional ou, ainda, por indivíduos que direta ou indiretamente participaram ou estejam participando de atividades do Movimento Paraolímpico Brasileiro (Classificadores Funcionais, Árbitros, Técnicos, Médicos, Fisioterapeutas, Psicólogos, Dirigentes etc).

O estudo para a execução do projeto de elaboração do cronograma de evolução dos fatos do paraesporte nacional e internacional que pode viabilizar a concretização da Periodização Histórica para o Paraesporte Brasileiro de Rendimento teve selecionado seu conteúdo junto à Mídia falada, televisada e escrita, a níveis regional, nacional e internacional. Estas se caracterizaram como um elo fundamental, tendo sido consideradas básicas para aclarar e fundamentar fatos históricos omitidos ou adulterados, às vezes grosseiramente, por pesquisadores sem embasamento e comprometimento científico com relação ao Movimento Paraolímpico Brasileiro, demonstrando, desta forma, um descompromisso total com o Paraolimpismo Nacional que, com este tipo de trabalho incipiente, inóquo e irresponsável, criaram uma expectativa às vezes pessoal de fatos históricos paraesportivos que, muitas vezes, ocorreram em datas e locais diferentes daqueles onde ocorreram de fato. O objeto deste estudo é a interpretação histórica dos fatos e, não, apontar ou corrigir as distorções encontradas.

Estabeleceu-se como critério para a escolha dos validadores, autoridades esportivas e paraesportivas atuantes há mais de dez anos. Porém, alguns desses já vivenciem o Paraesporte há quase cinquenta anos. São considerados *experts*, uma vez que tiveram o privilégio de poder vivenciar, desde o início, o desenvolvimento e a atual estrutura do Paraesporte brasileiro, aos

quais foram apresentados para análise e aprovação dos modelos propostos para a Periodização do Paraesporte Brasileiro de Rendimento.

Desta forma, o critério para o relacionamento dos sujeitos foi intencional, pois deste modo foi possível chegar-se aos objetos de uma ação histórica para o estudo em questão.

2.4. Validação do Instrumento para a Proposta de Periodização do Estudo

Utilizou-se como estratégia de pesquisa a autenticidade das informações necessárias à investigação. Portanto, buscou-se no primeiro momento a avaliação do material histórico. Neste sentido, o estudo apoiou-se em Flegner & Dias (1995) ao relatarem que o material histórico deve possuir duas características; onde a primeira é denominada de crítica externa, isto é, quando um documento é genérico. A segunda crítica é reportada pelo autor como sendo críticas à moralidade interior. Nela encontra-se a desigualdade, compreendida através da interpretação conveniente dos conceitos antigos interpretados na atualidade, na natureza do conhecimento da época, ambiente social etc.

Após a realização do primeiro momento, encontrou-se na natureza da pesquisa descritiva a utilização do instrumento de Validação das Linhas de Tempo, estipulado no objetivo deste estudo. Assim sendo, optou-se pelo questionário, junto aos especialistas, que, segundo Gil (1991), é uma técnica de investigação com um número de questões que são apresentadas às pessoas para verificar suas opiniões, crenças e situações vivenciadas etc.

Foi apresentado aos avaliadores um cronograma do paraesporte nacional no qual são apresentados os fatos e acontecimentos havidos desde os primeiros movimentos até o momento atual, a fim de que pudesse ser verificada a possibilidade de inexatidão, omissão ou inclusão de dados necessários à finalização do presente trabalho. Esses dados, posteriormente, servirão como fundamentação principal à criação de uma Periodização do Paraesporte

Brasileiro de Rendimento, projeto este que virá a contemplar todas as atividades paraesportivas praticadas atualmente, desde seu processo inicial, bem como as sugestões de uma Periodização Específica, possibilitando uma interpretação da evolução do paraesporte a dirigentes, técnicos, árbitros, classificadores funcionais, médicos e demais profissionais atuantes na área, bem como a estudantes, os quais poderão obter uma visão do histórico paraesportivo.

O estudo foi classificado como de categoria direta, isto é, o avaliador deveria apor o seu concorde ou não e, nesse caso, justificar a alteração sugerida. Desta forma, apoiou-se em Flegner & Dias (1995) ao citarem que a justificativa do questionário está relacionada às informações que não poderiam ser coletadas de outro modo. Portanto, o autor conclui que os questionários, expressando a Periodização extraída da Linha de Tempo procuram expressar informações de eventos, permitindo e investigando o conhecimento através da opinião dos *experts* que são aceitos como autoridades em suas áreas de referência e conhecimento.

Participaram como avaliadores, o orientador deste estudo e vinte profissionais considerados de alto conhecimento do Paraesporte Brasileiro. Foi preparado um questionário, elaborado em relação ao problema desenvolvido, com base nos objetivos do estudo. Apoiou-se em Kerlinger (1994) que afirma “ser a validação do conteúdo de forma eminente a um julgamento de valor, devendo cada item a ser avaliado pela sua suposta relevância para o universo em que faz parte”. Nos Questionários para validação, procurou-se estipular através de um resumo das linhas de tempo baseados nos séculos XIX, XX, XXI e os períodos neles relacionados.

No questionário, os fatos e acontecimentos referentes à historicidade do Paraesporte foram ordenados e devidamente fundamentados, visando investigar o conteúdo descrito dos itens, na sua adequação da vinculação aos objetivos propostos. Nesta etapa o instrumento

recebeu as alterações necessárias para o seu ajustamento teórico à consecução da Periodização Histórica para o Paraesporte Brasileiro de Alto Rendimento.

A validação ganhou legitimidade pela qualidade dos validadores, com formação profissional sólida e experiências efetivas relacionadas com o objetivo proposto.

O Instrumento de Validação de Dissertação de Mestrado conteve na coluna da esquerda o critério que foi relacionado à (questão) PERÍODO por meio de aceite (SIM) ou não aceite (NÃO) à direita e, para uma relação duvidosa, foi disponibilizado um sinal negativo (-). Em caso de atribuição duvidosa por mais de cinco jurados a questão foi excluída.

A cada juiz foi solicitado que marcasse com um “X” na coluna correspondente, havendo coerência com os critérios utilizados. Nos casos de dúvida, foi colocado um (-) em ambas as colunas, isto é, na coluna da pergunta e também no critério correspondente. O verso das folhas foi utilizado para as sugestões necessárias.

Realizaram-se encaminhamentos para a execução da investigação, solicitando aos avaliadores escolhidos que colaborassem com o estudo, analisando a proposta de validação da periodização histórica para o Paraesporte Brasileiro de Rendimento.

O percentual de acordos entre os juízes foi calculado pela fórmula de Bellack (1978), para quem: $(\text{acordos} + \text{desacordos})/N = 100\%$. O padrão de aceitação de acordos entre os validadores foi igual ou superior a 75%, sendo eliminado aquele que obteve índice inferior a 50%. Assim, o modelo final do questionário foi construído com perguntas fechadas, referenciadas em Richardson e colaboradores (1985), que confirmou que elas “estão destinadas a obter informações sociodemográficas do entrevistado, contendo respostas de identificação de opiniões quanto ao que lhe é solicitada”.

A devolução do referido instrumento ocorreu no prazo de vinte dias. Todos os avaliadores foram devidamente informados sobre o propósito da pesquisa, através de uma

comunicação prévia, na qual as possíveis dúvidas esclarecidas e o caráter voluntário consentido.

CAPÍTULO III

REFERENCIAL TEÓRICO

Neste Capítulo, para que o estudo pudesse receber os fundamentos necessários, foram desenvolvidas pesquisas em bibliografias específicas a respeito do assunto deste estudo com ênfase em Educação e Esporte Adaptado, na Literatura tanto Internacional como Nacional; em entrevistas com personalidades atuantes há mais de trinta, vinte, dez anos nas atividades paraesportivas; paraatletas e ex-paraatletas paraolímpicos a níveis nacionais e internacionais; na apreciação de filmes didáticos sobre a atuação paraesportiva; em visitas ao Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB, ao Comitê Paraolímpico Internacional - IPC, a Associação Brasileira de Desportos em Cadeira de Rodas e Amputados - ABRADCAR, a Associação Nacional de Desporto para Deficientes - ANDE, a Associação Brasileira de Deficientes Mentais - ABDEM, a Confederação Brasileira de Desportos para Cegos - CBDC, a Associação Brasileira de Desportos para Amputados - ABDA; em consulta a Artigos, Monografias, Dissertações, Teses relativas às áreas *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* do país e do exterior; em dados do IBGE relativos ao último Censo realizado em 2000; na Fundação Getúlio Vargas - FGV, através de seu mais recente trabalho denominado **Retratos da deficiência no Brasil** (2006); na **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 1988; em filmes editados pela antiga Secretaria dos Desportos da Presidência da República - SEDES, na década de 90; bem como em eventuais atualizações acontecidas até o expirar das consultas necessárias à complementação do estudo, ou seja, no **Dicionário enciclopédico Tubino do esporte**, datado de 2007.

Após a análise da literatura publicada, foi delineado um quadro teórico e foi efetuada uma estruturação conceitual que permitiu a sustentação ao desenvolvimento do presente

estudo, passando-se pelo histórico do Paraesporte, em níveis Nacional e Mundial e ainda sobre algumas concepções do Paraesporte contemporâneo e o que é praticado atualmente, chegando-se ao final, à constatação da sua evolução. Esta ocorreu em termos medalhísticos, de cientificidade na preparação, de intercâmbios internacionais (embora reduzidos) e da evolução dos equipamentos utilizados pelos paraatletas, como também sob a ótica dos Avaliadores que corroboraram esta ascensão, embora que ainda tímida, mas significativa, principalmente nos últimos anos onde o Brasil conseguiu impor, com garra e desafios e, principalmente superação, uma hegemonia em algumas modalidades paraolímpicas, chegando ao ápice com a indicação de Clodoaldo Silva, PC, praticante da Natação, pelo IPC como o melhor atleta paraolímpico do mundo, no ano de 2006.

O desenvolvimento deste capítulo seguiu o critério do conteúdo mais amplo e geral para o mais específico e caracterizado. Esta revisão constou dos seguintes itens: (a) O Paraesporte: Conceitos e Fundamentos; A sociedade e o Paraesporte; O Paraesporte Mundial; (b) O Paraolimpismo; Os Jogos Paraolímpicos ou Paraolimpíadas: Origem e Desenvolvimento; As Paraolimpíadas de Verão; As Paraolimpíadas de Inverno; A Classificação Funcional das Paraolimpíadas; As Modalidades Paraolímpicas; (c) O Paraesporte no Brasil: A Sociedade e o Paraesporte; Cidadania e Inclusão Social.

3.1. O Paraesporte

3.1.1. Conceitos e Fundamentos

O Paraesporte, como fenômeno social de características universais, constitui-se numa verdadeira forma de cultura e reflete valores políticos e ideológicos da sociedade. É bem verdade que o esporte para atletas com deficiência existe há mais tempo e que há

contribuições datadas dos séculos XVIII e XIX que atestam a importância da atividade física como agente reeducador e reabilitador destas pessoas. Entretanto, é a partir de 1944 que este movimento em prol do desenvolvimento e fomento do esporte paraolímpico ganhou maior força e apoio. O principal responsável e idealizador destas competições foi um médico neurocirurgião alemão que morava na Inglaterra, Ludwig Guttmann, que aproveitou o XVI Jogos Olímpicos de Verão e criou os Jogos Desportivos de Stoke Mandeville. Isso foi em 1948. Esses ficaram famosos e passaram a serem realizados todos os anos. Em 1958, quando a Itália foi anfitriã dos XVII Jogos Olímpicos de Verão, os Jogos de Mandeville foram levados para lá e transformados nos I Jogos Paraolímpicos, com a participação de duzentos e quarenta atletas de vinte e três países. Guttmann introduziu o esporte como parte do tratamento de reabilitação de lesados medulares. A receptividade positiva fez com que rapidamente a atividade física evoluísse para o nível competitivo. Assim, em 1948 foram realizados os I Jogos de Stoke Mandeville, paralelamente aos Jogos Olímpicos que ocorriam em Londres. Com isso, aconteceram as primeiras competições de atletas em cadeira de rodas. Desde então, de quatro em quatro anos, são realizados os Jogos de Stoke Mandeville.

Toda esta movimentação impulsionou o fortalecimento do Paraesporte enquanto esporte de rendimento. O número de atletas cresceu e, com isso, surgiu a necessidade de organizações que cuidassem do fomento do esporte para cada deficiência. O surgimento destas organizações tornou imperativa a criação de uma coordenação geral que, democraticamente, envolvesse as quatro áreas de deficiência (cadeirantes, amputados, paralisados cerebrais e cegos) na organização dos Jogos Paraolímpicos. Diante disso, em 1982, foi fundado o *International Co-ordination Committee of World Sports Organizations for the Disabled* / Comitê Internacional de Coordenação das Organizações Mundiais de Esportes para Deficientes - ICC. Faziam parte deste Comitê os presidentes das quatro entidades administradoras do paradesporto mundial: *International Stoke Mandeville*

Wheelchair Sports Games Federation / Federação Internacional de Esportes em Cadeira de Rodas de Stoke Mandeville – ISMWSF; *International Sport Organization for the Disabled* – ISOD; *Cerebral Palsy – International Sports and Recreation Association* / Associação Internacional para o Esporte e a Recreação das Pessoas com Paralisia Cerebral - CP-ISRA e *International Blind Sports Federation* / Federação Internacional de Esportes para Cegos e Deficientes Visuais - IBSA, além de um secretário geral e, primeiramente, um vice-presidente, que depois viria a se tornar um diretor técnico. Apesar de o ICC ser fruto da união das seis organizações de esporte para deficientes, o crescimento do paraesporte no mundo implicava a criação de uma entidade autônoma que propiciasse o fomento e acompanhasse o crescimento do esporte adaptado nos diversos países do planeta. Uma entidade capaz de gerenciar as demandas nacionais e regionais do paraolimpismo. Assim, em 1989, foi fundado o Comitê Paraolímpico Internacional - IPC na Alemanha.

No início, apenas atletas cadeirantes podiam competir. Hoje, praticamente todos os tipos de pessoas com deficiência participam das Paraolimpíadas. A tecnologia, a sofisticação e o *glamour* passaram a ser ingredientes indispensáveis a um dos grandes eventos paraesportivos do mundo.

Hoje, são disputadas vinte e uma modalidades nos Jogos Paraolímpicos de verão. São elas: tiro com arco, atletismo, bocha, ciclismo, hipismo, futebol de cinco, futebol de sete, golbol, judô, halterofilismo, tiro, natação, tênis de mesa, vôlei, basquete em cadeira de rodas, esgrima, *rugby*, tênis e iatismo. Já nos Jogos Paraolímpicos de Inverno, são disputadas as modalidades de esqui, esqui nórdico, hóquei, *wheelchair curling*, dança em cadeira de rodas e *bowls*.

3.1.2. A Sociedade e o Paraesporte no Brasil

O Esporte Adaptado ou Paraesporte é uma das formas de expressão de igualdade a que tem direito todo ser humano. As mulheres e os homens se expressam, se comunicam e se superam através da prática esportiva, chegando até os níveis de excelência a que se requerem para poder participar em um dos Jogos Paraolímpicos. Cada dia, um número maior de pessoas, com algum tipo de incapacidade, está envolvido em atividades físicas e esportes devido aos benefícios que eles trazem para a reabilitação e para o bem-estar. A exclusão desses indivíduos da prática de atividade física ou do esporte pode levar a diminuição da aptidão física, da eficiência dos movimentos ou mesmo do desenvolvimento de habilidades motoras e, logicamente, de um processo de sua alienação da sociedade.

O Paraesporte moderno nasce no contexto onde as paixões e aspirações deveriam ser contidas por meio dos acordos sociais entre os quais o poder dos fortes deveria ser limitado; ou que o poder fosse uma ação conjunta das elites apoiadas na engenharia do equilíbrio. Nesse processo civilizatório as esferas sociais sofrem uma ação contínua e surgem contenções das paixões e do poder, apoiadas, nos justos valores de igualdade e de universalização.

Shephard (1991) citou que a atividade física regular pode trazer novas perspectivas para indivíduos com incapacidades físicas, incluindo novas amizades e até oportunidades de emprego, devido ao aumento da produtividade.

O esporte adaptado foi definido por Winnick (1990) como sendo "experiências esportivas modificadas ou especificamente designadas para suprir as necessidades especiais de indivíduos. O árbitro do esporte adaptado inclui a interação e os lugares nos quais se incluem apenas pessoas com condições de deficiência". É indicado desde a fase inicial do processo de reabilitação. Os indivíduos têm a oportunidade de vivenciar sensações e

movimentos, que muitas vezes não realizaram pela limitação física ou por barreiras sociais e ambientais.

Vital Severino Neto, Presidente do CPB, no ano de 2005, afirmou que a atividade física voltada para o processo de inserção e reabilitação de PCDs na sociedade, com enfoque na prática paraesportiva, é muito recente. Data da metade da década de 1940. No Brasil, as primeiras iniciativas, vêm do final da década de 1950, mais propriamente em 1958, com a criação das primeiras entidades representativas do Paraesporte nacional. O esporte adaptado, segundo Mattos (2005), tem sua iniciação no ano de 1958, através dos atletas paraolímpicos Robson Sampaio de Almeida, do Rio de Janeiro e Sérgio Serafim Del Grande, de São Paulo, que se tornaram deficientes físicos e procuraram serviços de reabilitação nos Estados Unidos. Em seus retornos, fundaram os dois primeiros clubes, o Clube do Otimismo, no Rio de Janeiro e o Clube dos Paraplégicos, em São Paulo, firmando-se, de maneira bastante competitiva, a partir de 1995, com a criação do Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB, com o objetivo de organizar, coordenar e dirigir a prática esportiva de deficientes em nosso País.

Sabe-se da importância da prática esportiva para o processo de inclusão social do nosso povo; da força que tem no sentido de afastar das drogas, das ruas, da marginalidade, as crianças, os adolescentes e os jovens brasileiros. Para esses grupos de deficientes, além das enumeradas vantagens, acrescenta-se o fato de devolver a vontade de viver para significativos contingentes da população que, em dado momento da vida, imaginam-se sem perspectivas, sem rumo. No campo do esporte propriamente dito, experimenta-se uma nova era.

Pertencemos a um tempo em que se acreditava que pessoas com alguma deficiência eram denominadas excepcionais e tidas como possuidoras de espíritos ruins. Por isso, eram muitas vezes eliminadas da sociedade, custando-lhes a vida como acontecia na Idade Média.

Analisando a história brasileira no século XIX, inicia-se um estudo voltado para o deficiente na área da saúde, sendo o mesmo considerado e tratado como “doente”. Geralmente

estas pessoas passavam suas vidas em asilos ou hospitais recebendo medicações e privando-se da educação e da socialização com seu grupo comunitário.

Logo surgiram as escolas especiais e os centros de reabilitação, pois se começava a acreditar que “se treinados”, poderiam ser produtivos. No Brasil, o atendimento especializado para deficientes iniciou por volta de 1860, quando D. Pedro II fundou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos no Rio de Janeiro. Lentamente, a questão de que a deficiência estivesse predominantemente ligada à área da saúde foi mudando, ou melhor, expandindo-se para a educação. Na década de 70, o Ministério da Educação e Cultura - MEC assumiu que havia um bom número de alunos especiais necessitando atendimento de profissionais da educação. A instituição estaria de “braços abertos” para realizar o atendimento educacional desde que o aluno acompanhasse o ritmo da escola, adaptando-se aos currículos, métodos e técnicas escolares.

Analisando o desenvolvimento cultural da época chega-se ao século XX com outros ideais de educação. A sociedade inicia uma nova visão sobre as diferenças –, agora explicadas pelas diversidades – pensando, então, em educação inclusiva onde escola e aluno mutuamente se adaptam. Para exemplificar, em 1990, ocorreu a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, na Tailândia, onde a idéia de inclusão estava lançada, com princípios de valorização dos indivíduos com necessidades especiais e seu reconhecimento na sociedade.

Tubino (1987) afirma que com o intuito de despertar para uma vida responsável e dinâmica, Thomas Arnold introduziu novos métodos inimagináveis para a época, identificando dois aspectos diferentes, mas inseparáveis: o fornecimento e a oportunidade de formação moral, colocando o esporte a serviço da ação moral, oferecendo ao corpo a função de ajudar o homem a seguir a lei moral. Assim, suscitava, nos seus alunos, amor à liberdade, incentivando participação de todos, dando ao esporte um caráter eminentemente educativo e saudável.

Comenta, ainda, que Arnold regulamentou as modalidades esportivas mais praticadas pela juventude, tentando tirar toda a violência, ao impulsionar às competições, a partir de pressupostos como lealdade, respeito às regras e aos adversários. O esporte como entidade multifuncional, que compreende tantas riquezas e aspectos da vida humana e da sociedade também tem evoluído conceitualmente no sentido de uma maior abrangência para o cumprimento do seu papel de bem cultural.

O Paraesporte como fenômeno social, de características universais, constitui-se numa verdadeira forma de cultura e reflete valores políticos e ideológicos da sociedade. No intuito de compreender as práticas paraesportivas como manifestação cultural, este estudo em motricidade humana visou o objetivo de analisar quais os principais fatores que determinam a aderência dos praticantes do Paraesporte, no território nacional, bem como a avaliação da distribuição de verbas às entidades praticantes, às quais não tem atendido a demanda das principais entidades de cada tipo de deficiência praticante.

Em relação aos atos socializantes, o ser humano tem marcadamente vínculo com a sociedade, pois é ela que os envolve e somente a partir dela que se relaciona. Vargas (1995) evidencia que a característica humana é delineada pela sociedade e no seu grupo o movimento humano é adjetivado de valores. Caso eles sejam positivos e dimensionados para a conquista de novas experiências com liberdade de criação, de aptidão, saúde e superação, são pautados numa experiência ética do bem e metafísica do absoluto, será com toda certeza uma constatação que o esporte permite ao homem transcender e transcender-se como afirmou Manuel Sérgio (1997).

O Paraesporte tem a força para denunciar questões vigentes da nossa sociedade, pois é o maior fenômeno cultural desde o final do século passado até os dias atuais e nada possui sua abrangência e seu poder de mobilização.

Ao longo da história, o Paraesporte reflete valores, padrões culturais e condutas comportamentais de cada sociedade com a sua prática, seus usos e suas formas de paraesporte que mudam de acordo com as transformações da própria sociedade. Nesse sentido Elias (1985) mostra que para que se possa compreender melhor a questão atual, devem-se buscar os motivos e explicações no passado.

Dessa forma, a partir de uma análise histórica do Paraesporte, percebe-se que o mesmo tem se constituído num fator importantíssimo para o desenvolvimento social e cultural de todos os povos do mundo. O Paraesporte coexiste com o homem desde os tempos mais primitivos. Nos dias atuais ele é um dos fenômenos sociais e culturais mais importantes do século e não é possível pôr em dúvida o potencial e o valor do Paraesporte como fator de desenvolvimento humano e social e como elemento integrante da cultura.

Tubino (1997) afirma que o esporte como entidade multifuncional, compreende tantas riquezas e aspectos da vida humana e da sociedade também tem evoluído conceitualmente no sentido de uma maior abrangência para o cumprimento do seu papel de bem cultural.

O Paraesporte reflete objetivos econômicos, ideológicos e políticos e torna-se um fenômeno cultural e social, entretanto, contribui com valores para a sociedade que a utiliza, promove a união, a coesão e leva os indivíduos à convivência humana, amplamente conhecida como inclusão social. Em relação à convivência humana, destaca-se a inteligência de Thomas Arnold, citado por Manuel Sérgio (1981), quando fez com que seus alunos deixassem as horas de ócio entregues aos jogos de azar e às bebedeiras para dedicarem-se às práticas esportivas.

Parlebas (1988) reconhece ainda a profunda identidade dos sistemas de interação dos diferentes esportes institucionalizados, apesar das especificidades de cada um. Constata ainda que o mesmo não ocorra se comparado às práticas populares desses mesmos esportes, quando a conduta lúdica se faz presente.

Referindo-se aos esportes, Parlebas (1988), cita ser difícil:

... contentar-se com as definições clássicas dos esportes que descansam como noções gerais e normas de moralidade, ignorante a dimensão propriamente sociológica do fenômeno. O esporte é antes de tudo, uma situação motriz e está sujeita a regras que definem uma competição em fim, é aí que reside grande parte de sua identidade sociológica, [...] o esporte representa a motricidade lúdica e competitiva aprovada por uma instituição (p.23).

Relata que em meados do século XIX o esporte começou a ser praticado no Brasil, primeiramente através das modalidades náuticas (natação e remo) e do turfe, até a chegada do futebol, vindo pelas mãos do industrial paulista Charles Miller, por volta de 1894. O Paraesporte, porém, surge quase sem fôlego no século XIX, ganhando espaço paulatinamente até tornar-se o fenômeno que é hoje. O esporte, segundo Deccache (2003), ficou colocado de lado, pois a prática esportiva como o jogo ou o lazer, poderia oferecer espaço para a criação de novas atitudes e questionamentos que não faziam parte do contexto republicano da época.

No início do século XX, a Educação Física era privilegiada e vista a partir de uma perspectiva higienista, cuja função era construir corpos robustos e disciplinados. As políticas educacionais tinham o intuito disciplinador e a ginástica, promovida pela Educação Física, basicamente formada por exercícios individuais e militares, objetivava a construção de um indivíduo como unidade, que necessitava ser reestruturada e capacitada para promoção de um projeto de civilização, contrapondo-se à percepção de caos que se apresentava nos primeiros anos da República.

O esporte no Brasil foi adotado inicialmente pela elite do país, pois era uma forma de projeção social, uma vez que os eventos esportivos eram envolvidos de *glamour* e de uma área de civilização. Já o Paraesporte iniciado em meados de 1958, tinha como propósito a reintegração de indivíduos com deficiência (inicialmente a física) através da prática paraesportiva, tendo sido a primeira o Basquetebol em cadeira de rodas.

De Masi (2000) indica que o pós-modernismo é a dimensão cultural da sociedade pós-industrial na qual vivemos. Com referência à mudança de um modelo de sociedade industrial para um modelo pós-industrial, o autor indica como características desse processo de

transição a existência de uma “dupla passagem da espécie humana: da atividade física à intelectual, da atividade repetitiva à recreativa”.

Deve-se tratar o Paraesporte, de uma forma mais ampla, em relação ao esporte convencional, como um fenômeno cultural e como conhecimento histórico e socialmente construído pelo homem e, que traz desde a sua gênese, significados e sentidos, códigos e valores extremamente ligados à estrutura da sociedade, à qual, por vezes, trata o paraatleta com uma determinada dose de distanciamento.

O Paraesporte influencia a vida social e é imprescindível expressar de forma bem visível os princípios de comportamento, pensamento e vida considerados relevantes para a sociedade. Dentre eles, temos a igualdade nas condições de acesso à prática paraesportiva e a igualdade de oportunidades, como um princípio importante das sociedades democráticas. Ainda como produção histórico-cultural está subordinada aos códigos / sentidos / significados que lhe imprimem a sociedade capitalista e não podem ser afastados das condições a ela inerentes, sobretudo quando a ele são atribuídos valores educativos para justificá-lo.

O homem para ser livre, deve viver a expressão do inconformismo. Não deve aceitar os padrões impostos pela sociedade. Não deve sucumbir como escravo. Deve, sim, viver o seu corpo, pois a maior exclusão possível da morte é a ausência da própria vida. Ao se falar em vida e morte, atentem-se as palavras de Ademir De Marco (1995, p.28) que diz: “falar em movimento é falar em paradoxo; o corpo que se movimenta pára, o corpo que pára, se movimenta. É paradoxo tal qual a vida e a morte, pois na vida estamos em movimento para a morte”.

Para dar sentido à vida humana, o Paraesporte apresenta-se como uma das melhores opções para que, de alguma forma, a sociedade evolua e compreenda que o que fica após a morte, são os valores que o indivíduo vivenciou em vida, pois cabe lembrar que a morte não é

um acontecimento da vida, a morte não pode ser vivida (WITTGENSTEIN, citado por JAPIASSÚ, 1996).

O Paraesporte pode auxiliar o homem a desenvolver-se de forma saudável e lúdica e, com isso, possa grassar e promover, enfim, que as opções de atividade paraesportiva não acabem com o término do período escolar, como acontece, ainda hoje (COSTA, 1989). As pessoas com deficiência mental, por exemplo, são, provavelmente, as que mais são prejudicadas, tendo em vista a decorrência da supervalorização das habilidades intelectuais pela sociedade (TELFORD, 1984; GLAT, 1989). Enquanto as pessoas com deficiência física e com deficiência sensorial estão se integrando gradativamente à vida comunitária, ainda persistem, em graus mais elevados, preconceitos em relação àquelas que possuem uma deficiência mental (MARTINS, 1996). Porém, com o processo de sensibilização e conscientização da sociedade, hoje com o princípio da inclusão liderado principalmente pela proposta da ONU (resolução 45/91 da Assembléia Geral de 1991), visando construir “uma sociedade para todos” (SASSAKI, 1997) e pelo movimento “*inclusion international*” (GLAT, 1998), as pessoas com necessidades educativas especiais vêm alcançando seu espaço na sociedade.

Guimarães (1993) afirma que nossa cultura oferece diversas oportunidades para os indivíduos fazerem algum tipo de atividade física que requeira gasto energético acima dos valores do metabolismo basal. Dessa forma a prática regular de atividades físicas, seja através do esporte ou aula de educação física, tem sido considerado fator de proteção contra os processos degenerativos do organismo, atuando como um agente promotor de saúde e, ainda de reintegração social, no caso das pessoas com deficiência. Pitetti (1993) comenta que estas pessoas vivem sob restrições e limitações que devem ser superadas. Devido às diferenças em determinadas áreas, muitos deficientes, ainda são subestimados, principalmente em relação aos esportes. E é, por falta de estímulos culturais e ambientais, que todas as crianças deveriam

receber, se tornam pessoas inativas e sedentárias, passando a serem vista dessa forma pela sociedade. A eterna busca pela superação, através da prática paraesportiva, faz com que o ente do ser do homem que apresenta algum tipo de deficiência enquadrada no processo paraesportivo possa buscar um processo final de ascensão social e, obviamente, da quebra de barreiras que somente através destas atividades possibilitam-no a exercer seu direito de cidadania.

Para Morehouse & Miller (1978), os exercícios físicos e os esportes produzem modificações adequadas e de forma harmônica em todo o organismo (Sistema Nervoso, muscular, circulação, respiração, vias metabólicas). Além de ser uma atividade prazerosa, mantém a agilidade corporal e exerce uma influência psicológica e social profunda, prevenindo a obesidade e afecções.

Fazendo-se uma análise sobre o Censo 2000, especificamente em relação aos dados das PCDs, após muitas reivindicações, finalmente o IBGE incluiu nos questionários do Censo, um item específico das Pessoas Portadoras de Deficiências - PPD's.

Pela primeira vez, o Brasil conhece e tem uma radiografia da população PPD. Hoje, finalmente sabemos quantos somos e onde estamos. Até poucos dias atrás, o País usava os dados estimativos da OMS e, com base neles, os governantes executavam as suas plataformas administrativas. Talvez por isso, hoje entendemos porque nunca foram suficientes os recursos aplicados nesta área.

A PPD é, segundo o Decreto Federal n. 914/93, “aquela pessoa que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anomalias de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividades, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”. Com essas definições, o IBGE (2000) buscou radiografar a realidade sócio-econômica dessas pessoas.

Segundo a OMS (2000), os deficientes se dividem em deficiência física (tetraplegia,

paraplegia e outros), deficiência mental (leve, moderada, severa e profunda), deficiência auditiva (total ou parcial), deficiência visual (cegueira total e visão reduzida) e deficiência múltipla (duas ou mais deficiências associadas).

Há uma discrepância enorme entre os dados da OMS (2000) e a realidade fatural do Brasil. Isso já foi tema de debate em muitos Congressos, onde dizia que os dados eram muito maiores do que aqueles que nos apresentava. Para ilustrar, vamos fazer um comparativo entre os números que vinham sendo apresentados e os números do IBGE (2000), que podem ser confiáveis e com uma margem de erro muito pequena, conforme demonstrados na tabela abaixo:

Tabela 1: Comparação dos Dados da OMS e IBGE (Censo 2000)

Tipo de deficiência	Dados da OMS	Dados do IBGE	Número de habitantes (em milhões)
Mental	5%	1,24%	2,09
Física	2%	0,59%	0,99
Auditiva	1,5%	2,42%	4,08
Visual	0,5%	6,97%	11,77
Múltiplos	1%	-	-
Motora	-	3,32%	5,6
Total	10%	14,5%	24,5

Fonte: OMS e IBGE, Censo 2000.

Como podemos perceber, esses dados são muito diferentes daqueles que o País usava ultimamente. Mas, ao analisarmos mais detidamente essas informações, nos assustamos porque ao encontrar uma população de mais de vinte e quatro milhões e meio de brasileiros com algum tipo de deficiência. Cento e cinquenta e nove mil oitocentos e vinte e quatro pessoas responderam que são incapazes de enxergar, enquanto cento e setenta e seis mil e sessenta e sete responderam serem incapazes de ouvir. Os dados do Censo mostram, ainda, que os homens predominam no caso de deficiência mental, física (“especialmente no caso de falta de membro ou parte dele”) e auditiva. O resultado é compatível com o tipo de atividade desenvolvida pelos homens e mostra que os acidentes de trabalho vêm contribuindo com o aumento desses índices. Já as mulheres predominam no índice dificuldades motoras

(“incapacidade de caminhar ou subir escadas”) ou visuais, o que até certo ponto é coerente porque elas dominam na composição por sexo da população e idade acima de sessenta anos. Também, ao somarmos o número de deficientes físicos com o dos motores, temos um total de 3,91% de pessoas com dificuldades físicas, ou seja, seis milhões, quinhentos e noventa mil brasileiros.

Os dados que estavam disponíveis nesta área, além de serem parciais e contraditórios, eram estimativas de países em desenvolvimento, mas com dificuldades muito menores que o nossos.

Segundo o professor Wilson Scarpelli, em comentário ao Censo 2000: “Os dados censitários de 1980 a 2000, disponíveis na página do IBGE na Internet, permitem visualizar razões para a crescente insatisfação popular, observável pelo aumento de índices de criminalidade e de reclamações em geral. A alegria de ser brasileiro vem diminuindo paulatinamente, transformando-se em preocupação”. Finalmente, conseguimos mostrar a cara do Brasil deficiente. Conseguimos mostrar que de cada cem brasileiros, no mínimo quatorze apresentam alguma limitação física ou sensorial, sendo esta última em número muito maior em relação àquela. Por outro lado, os dados nos jogam para uma dura e triste realidade. Onde estão estes cidadãos e estas cidadãs? Estão trabalhando? Estão na escola? Tem acesso à saúde, ao lazer, esporte, ao prazer? São perguntas que não nos deixam calar diante de tais dados, não nos permitindo deixá-los sem resposta. Afinal, estamos em um novo século, um novo milênio, em uma era tecnológica e, vinte e quatro milhões e quinhentos mil brasileiros esperam por estas respostas. Está na hora da Nação “pagar” a dívida que tem com todos esses grupos especiais.

3.1.3. O Paraesporte Mundial

Inicialmente, é preciso resgatar alguns fatos referentes às origens do esporte paraolímpico no mundo e, em especial, no Brasil, onde a história teve seu começo há aproximadamente meio século e já é plena de lutas, competições, conquistas e glórias.

O esporte tem comprovada importância na qualidade de vida de qualquer pessoa e, sem dúvida, é muito mais importante ainda para as PCDs. Ao fazermos essa afirmação estamos nos baseando, não apenas, no que a atividade esportiva pode contribuir para o desenvolvimento físico de todos. Mas, principalmente, na sua possibilidade como poderosa ferramenta de ajuda na reabilitação e inclusão dos deficientes junto à sociedade, por acreditarmos que, mais que tudo, o esporte lhes propicia independência.

O esporte para PCDs, mais conhecido mundialmente como Paraesporte, existe há mais de cem anos. Nos séculos XVIII e XIX a contribuição das atividades paraesportivas foi maior no sentido da reeducação e da reabilitação dos deficientes. Depois da Primeira Grande Guerra (1914/1918), a fisioterapia e a medicina esportiva surgiram como recursos importantes na recuperação das cirurgias internas e ortopédicas.

As primeiras notícias da existência de clubes esportivos para pessoas surdas datam de 1888, em Berlim, Alemanha. Em agosto de 1924 foram realizados, em Paris, os Jogos do Silêncio, com a participação de cento e quarenta e cinco atletas de nove países europeus. Essa foi a primeira competição internacional para pessoas com deficiência. Durante o evento, no dia 24 de agosto, foi fundado o *Comité International des Sports Silencieux* – CISS.

Em 1944, ainda durante a Segunda Grande Guerra, o governo britânico contratou, entre outros, o Neurocirurgião alemão, Ludwig Guttmann, para começar um trabalho de reabilitação para lesionados medulares, dando origem ao Centro Nacional de Lesionados Medulares de Stoke Mandeville, na Inglaterra. Guttmann, também uma vítima da guerra que,

como judeu, foi obrigado a fugir da Alemanha nazista, marcou seu trabalho de reabilitação médica e social direcionado aos veteranos de guerra, pelo uso da prática esportiva como parte do tratamento médico. O sucesso do trabalho motivou Guttmann a organizar a primeira competição para atletas em cadeiras de rodas e, no dia 29 de julho de 1948 - exatamente a data da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Londres, aconteceu a competição denominada *Stoke Mandeville Games*.

Em 1952, ex-soldados holandeses se uniram para participar dos Jogos de Stoke Mandeville e, juntamente com os ingleses, fundaram a *International Stoke Mandeville Games Federation* / Federação Internacional dos Jogos de Stoke Mandeville - ISMGF, dando início ao movimento esportivo internacional que viria a ser base para a criação do que hoje conhecemos como esporte paraolímpico. Oito anos depois, em 1960, incentivados por Antonio Maglio, diretor do Centro de Lesionados Medulares de Ostia, na Itália, o Comitê organizador dos Jogos de Stoke Mandeville aceitou o desafio e realizou-os em Roma, logo após a realização dos Olímpicos. Usando os mesmos espaços esportivos e o mesmo formato das olimpíadas, quatrocentos atletas, de vinte e três países, participaram da I Paraolimpíada.

A partir de Roma, em 1960, sempre a cada quatro anos, os Jogos vêm sendo realizados de forma cada vez mais organizada e sempre com um número crescente de países participantes. Até os Jogos de 1972, em Heidelberg, Alemanha, apenas atletas em cadeiras de rodas participavam oficialmente. Em 1976, nas Paraolimpíadas de Toronto, Canadá, houve a inclusão dos atletas cegos e amputados e, a partir de 1980, em Arnhem, na Holanda, a dos paralisados cerebrais. A XII edição dos Jogos aconteceu em Atenas, na Grécia, berço do movimento olímpico. Porém, para a XIII edição dos Jogos, em 2008, Pequim, na China, já encontra-se em fase final de preparação para receber os paraatletas.

Um dado importante e que demonstra a força do movimento e o seu crescimento contínuo foi o número de países e atletas presentes em Atenas: três mil oitocentos e seis

atletas, representando cento e trinta e seis países, número maior do que os de Munique nos Jogos Olímpicos de 1972, fatos que podem ser confirmados na história da participação brasileira em cada um dos Jogos Paraolímpicos.

O dinamismo e a força do movimento paraolímpico levaram seus organizadores a mais um desafio: esportes de inverno. Em 1976 foi realizada a I Paraolimpíada de Inverno, evento que teve como sede a cidade de Ornskoldsvik, Suécia. A partir desta data e até 1992, os Jogos de Inverno aconteceram no mesmo ano dos Jogos de Verão. Em 1994, o ciclo foi ajustado, passando a ser realizado no mesmo ano dos Jogos Olímpicos de Inverno. A nona edição das Paraolimpíadas de Inverno aconteceu na cidade de Torino, Itália, em 2006. Pelo uso constante que fizemos nos parágrafos anteriores temos uma palavra que já nos é bastante familiar, mas cuja origem precisa ser esclarecida - Paraolímpico.

A palavra Paraolímpico deriva da preposição grega *para* que significa ao lado, paralelo e da palavra olímpico. Os Jogos Paraolímpicos começaram em paralelo aos Jogos Olímpicos de Roma, em 1960. Era originalmente uma combinação de paraplégico e olímpico. Entretanto, com a inclusão de outros grupos de deficientes e a união das associações ao movimento olímpico, os dois movimentos passaram a existir lado a lado.

Desde seu início, em 1948, houve por parte dos organizadores dos jogos para as PCDs uma grande preocupação em tornar a competição a mais justa possível, levando em consideração a situação médica de cada participante. Dessa forma, foram surgindo diferentes classes de competidores, agrupadas por tipo de lesão. O que inicialmente era apenas uma classificação médica ganhou muito com a contribuição dada pelo professor de educação física, o alemão Horst Strohkendl.

Com seus estudos, baseados no desempenho dos atletas estabeleceram uma Classificação Funcional que tem por base a possibilidade de utilização da musculatura e das articulações preservadas de cada atleta. Essa junção da classificação médica e funcional

tornou ainda mais adequada a divisão das classes de competição permitindo que, em praticamente todas as modalidades esportivas, os atletas possam participar, em condições mais próximas em relação às suas deficiências. Com isso, os resultados obtidos passam a ser consequência natural do talento e do treinamento de cada um.

A contribuição do Professor Strohkendl foi de grande valia para que o princípio da igualdade pelo esporte pudesse ser atingido. Aqui abrimos um parêntesis para falar sobre a participação dos atletas com deficiência mental no movimento paraolímpico. A primeira participação deles ocorreu em algumas provas de atletismo, em caráter de demonstração, nos Jogos de Atlanta, nos Estados Unidos, em 1996. Para os Jogos de Sydney, na Austrália, em 2000, eles foram oficialmente incluídos nas modalidades atletismo, basquetebol, natação e tênis de mesa.

Em razão de problemas sérios de irregularidades e fraudes encontradas quanto à elegibilidade de alguns atletas presentes em Sydney, houve a suspensão dos atletas com deficiência mental das atividades promovidas pelo IPC até que se encontre um meio eficaz e seguro de definir sua elegibilidade. Por isso, não participaram dos Jogos de Atenas (2004). Em decisão recente do IPC, publicada em sua página eletrônica de junho de 2006, foi reafirmada a definição de não participação dos atletas com deficiência mental até os Jogos Paraolímpicos de Pequim (2008). A partir de 2009, o sistema de elegibilidade passará a ser de responsabilidade de cada modalidade esportiva, cabendo a ela definir, se forem o caso, as normas de participação dos atletas deficientes mentais.

O surgimento do paraesporte e seu crescimento em todo o mundo, fez com que, gradativamente, fossem criadas entidades mundiais nas diversas áreas de deficiência, com a responsabilidade de melhor administrá-lo. Dessa forma e, em ordem cronológica, tivemos a fundação das entidades a seguir relacionadas. Para melhor compreensão inserimos algumas informações complementares sobre as entidades citadas.

1924 - *Comité International des Sports Silencieu* / Comitê Internacional de Esportes para Surdos – CISS. É a mais antiga entidade internacional em funcionamento na área do esporte das pessoas com deficiências. Em maio de 2001, o Comitê Olímpico Internacional - COI deu autorização para alterar o nome dos seus jogos que passaram a ser denominados *Deaflympics Games*, que em tradução livre podem ser denominados Jogos Olímpicos dos Surdos.

Em janeiro de 2005, Melbourne, na Austrália, foi sede do XX Jogos Olímpicos de Verão dos Surdos - *Deaflympics Summer Games*. Desde 1949, o CISS realiza também seus Jogos de Inverno. A cidade de Sundsvall, na Suécia, foi sede, em 2003, dos XV Jogos Olímpicos de Inverno dos Surdos - *Winter Deaflympics Games*.

Os eventos de verão e inverno são sancionados pelo COI. Embora tenham participado entre 1986 até 1995 do movimento paraolímpico, o CISS sempre realizou de forma independente os seus próprios jogos. O representante brasileiro é a Confederação Brasileira de Desportos para Surdos - CBDS.

1952 - *International Stoke Mandeville Games Federation*. Criada inicialmente com o nome de Federação Internacional dos Jogos de Stoke Mandeville - ISMGF destinava-se ao esporte para deficientes em cadeira de rodas e sua ação esportiva estava mais concentrada no basquetebol. Posteriormente passou a ser denominada *International Stoke Mandeville Wheelchair Sports Federation* / Federação Internacional de Stoke Mandeville para Esportes em Cadeira de Rodas - ISMWSF. Em novembro de 2004 a ISMWSF e a ISOD se uniram para formar a *International Wheelchair and Amputee Sports Federation* / Federação Internacional de Esportes para Cadeiras de Rodas e Amputados - IWAS. É representada no Brasil pela ABRADECAR.

1964 - *International Sport Organization for the Disabled* / Organização Internacional de Esportes para Deficientes - ISOD. Em 1960, com o apoio da Federação Mundial para Ex-Combatentes, foi criado um grupo de trabalho internacional com a finalidade de realizar

novos estudos sobre os problemas do esporte para pessoas com deficiências. Uma das indicações do grupo resultou na criação, em 1964, da ISOD. Foi fundada como uma Federação Esportiva Internacional para atender a deficientes visuais, amputados, paralisados cerebrais e paraplégicos não contemplados pela ISMGF. Começou suas atividades com dezesseis países filiados e foi muito importante no trabalho que resultou na inclusão dos cegos e amputados nas Paraolimpíadas de Toronto, Canadá, em 1976 e do PC nas Paraolimpíadas de Arnhem, Holanda, em 1980.

Com a evolução do esporte para deficientes e a fundação de diversas entidades específicas por área de deficiência a ISOD, que havia ficado exclusivamente com os amputados, uniu-se, em 2004, à ISMWSF formando a *International Wheelchair and Amputee Sports Federation* / Federação Internacional de Esportes para Cadeiras de Rodas e Amputados – IWAS.

1968 - *Special Olympics International*. Criada pela Joseph Kennedy *Foundation*, através da senhora Eunice Shriver Kennedy, destinada ao esporte para deficientes mentais e pessoas em Síndrome de Down, têm como principal característica oferecer esportes sem a preocupação do alto-rendimento. Com um sistema de organização próprio, em que os atletas de cada esporte são agrupados por nível de rendimento esportivo, permite que todos os deficientes mentais, independentemente do seu grau de deficiência, possam participar em condições de igualdade. Agrupá-los pelas características da deficiência mental, tem sido a forma mais adequada de oferecer atividade esportiva para esse segmento. No Brasil tem como representante a *Special Olympics Brazil*.

1978 - *Cerebral Palsy – International Sports and Recreation Association* / Associação Internacional para o Esporte e a Recreação das Pessoas com Paralisia Cerebral - CP-ISRA. Com base no trabalho desenvolvido pela ISOD, a partir de 1964, foi fundada para atuar como

entidade internacional específica para o esporte e a recreação das pessoas com paralisia cerebral. Sua filiada no Brasil é a ANDE.

1981 – *International Blind Sports Association* / Federação Internacional de Esportes para Cegos e Deficientes Visuais – IBSA. Destinada especificamente ao esporte para cegos e deficientes visuais, foi fundada em Paris e tem sua sede na Espanha, após um período de mais de vinte anos em que o segmento havia ficado sob a organização da ISOD. No Brasil, sua entidade filiada é a CBDC.

1982 - *International Co-ordination Committee of World Sports Organizations for the Disabled* / Comitê Internacional de Coordenação das Organizações Mundiais de Esportes para Deficientes - ICC. O rápido desenvolvimento do Paraesporte deu origem a muitas competições nas diversas áreas de deficiência, propiciando o surgimento dos eventos multideficiências. Dentre eles, encontramos os de maior importância, as Paraolimpíadas, com a inclusão, a partir dos Jogos de Toronto, em 1976, de atletas com deficiência visual, cegos e amputados e dos Jogos de Arnheim, em 1980, com os PC.

Com essa nova situação de participação de diferentes áreas de deficiência, foi reforçada a necessidade da criação de um organismo para administrar e realizar os eventos com maior eficácia e, ao mesmo tempo, em que também pudesse ter voz junto ao COI. Assim, quatro das entidades internacionais existentes criaram em 1982 o ICC, que inicialmente foi composto pelos presidentes da CP-ISRA, IBSA, ISMGF e ISOD, um secretário-geral e um membro adicional. O CISS e a *International Sports Federation for Persons with Intellectual Disability* / Federação Internacional de Esporte de Alto-rendimento para Deficientes Mentais - INAS-FID juntaram-se ao comitê em 1986. Por decisão própria, o CISS se retirou do movimento paraolímpico em 1995, preferindo continuar realizando seus eventos de forma independente e isolada. Seguindo seus objetivos o ICC, com a interlocução e o apoio do COI, organizou as Paraolimpíadas de Seul, Coréia, 1988, usando, pela primeira vez de forma

oficial, as mesmas instalações dos Jogos Olímpicos promovidos pelo COI. O sucesso no trabalho e a crescente pressão dos países membros por mais representatividade no ICC, levaria à fundação, em 1989, de uma instituição democraticamente organizada, o *International Paralympic Committee* – IPC, que passou a ser responsável pelas atividades do movimento paraolímpico em todo o mundo.

1986 - *International Sports Federation for Persons with Intellectual Disability* / Federação Internacional de Esporte de Alto-rendimento para Deficientes Mentais - INAS-FID. Destinada ao esporte de alto-rendimento para deficientes mentais foi fundada na Holanda. Desde sua criação vem buscando uma forma de definição de elegibilidade que evite a participação de atletas que não sejam efetivamente deficientes mentais. Embora a INAS-FID seja uma das signatárias da fundação do IPC, em 1989, a falta de uma forma segura na definição de elegibilidade tem impedido a participação dos deficientes mentais nos Jogos Paraolímpicos. Na única exceção ocorrida em 2000, nos Jogos Paraolímpicos de Sydney, Austrália, houve a comprovação de fraudes na equipe de basquetebol da Espanha que havia conquistado a medalha de ouro. Alguns atletas da equipe não eram deficientes mentais e, simplesmente, haviam fraudado laudos e exames para participarem do evento. A Associação Brasileira de Desportos para Deficientes Mentais– ABDEM é sua filiada brasileira.

1984 - Associação Brasileira de Desporto para Cegos – ABDC. Foi fundada em 19 de Janeiro de 1984, mas passou a ter a nomeação de Confederação Brasileira de Desportos para Cegos – CBDC, em 15 de dezembro de 2005, após aprovação em Assembléia Geral Extraordinária, realizada na cidade de Campinas (SP).

1984 - Associação Brasileira de Desportos em Cadeira de Rodas e Amputados – ABRADECAR. Sua criação foi em 9 de dezembro, na cidade do Rio de Janeiro.

Como o próprio nome já diz, estas duas Associações surgem com o intuito de organizar, desenvolver e fomentar o esporte praticado por atletas cegos e em cadeira de rodas, respectivamente.

1992 - *World Organization Volleyball for Disabled* / Organização Mundial de Voleibol para Deficientes - WOVD. O jogo de voleibol sentado para deficientes surgiu na Holanda, em 1956, sendo aceito como esporte no programa da ISOD, em 1978. Em 1981 estabeleceu uma seção de Voleibol em sua estrutura que, em 1992, foi transformada em entidade independente com essa denominação, tendo como sua filiada brasileira a Associação Brasileira de Voleibol Paraolímpico – ABVP.

1993 - *International Wheelchair Basketball Federation* / Federação Internacional de Basquetebol em Cadeira de Rodas – IWBF. Criada a partir de um desmembramento da ISMGF é a responsável internacionalmente pelo basquetebol em cadeira de rodas. Tem como filiada brasileira a Confederação Brasileira de Basquetebol em Cadeira de Rodas – CBBC.

2004 - A ISOD, que havia ficado exclusivamente com os amputados se uniu, em 2004, à ISMWSF, formando a *International Wheelchair and Amputee Sports Federation* / Federação Internacional de Esportes para Cadeiras de Rodas e Amputados - IWAS.

Finalizando esta parte do breve histórico do esporte para pessoas com deficiência em âmbito internacional mundial, será feita uma abordagem com o IPC, que é a principal entidade do movimento paraolímpico e tem a responsabilidade de conduzir o programa mundialmente. Foi fundado em 22 de setembro de 1989, na cidade de Dusseldorf, Alemanha, pelas quatro entidades, CP-ISRA, IBSA, INAS-FID, ISOD e ISMWSF, que, em 1982, haviam se juntado para criar o ICC. Como entidade máxima do movimento paraolímpico mundial, é responsável pela organização e execução dos Jogos Paraolímpicos de Verão e de Inverno, das competições Multi-deficiências, como os Campeonatos Mundiais, e por Projetos de Fomento desenvolvidos ao redor do mundo.

Os Jogos Paraolímpicos de Inverno de Lillehammer, em 1994, foram o primeiro evento realizado sob a responsabilidade direta do IPC. Apesar de ter menos de vinte anos de existência oficial, o número de países que hoje são filiados, atesta o rápido e crescente desenvolvimento do movimento paraolímpico em todo o mundo, como ficou comprovado nos Jogos Paraolímpicos de Atenas 2004, em que três mil oitocentos e seis atletas, de cento e trinta e seis países, estiveram participando da competição. O Brasil é representado oficialmente junto ao IPC pelo CPB. Nesse pouco tempo de vida e atividades, vem trabalhando arduamente na promoção e no desenvolvimento do movimento paraolímpico em todo o mundo e tem conseguido avançar na consolidação, no reconhecimento e no respeito da comunidade esportiva internacional em relação ao Paraesporte.

Uma das ações de maior impacto foi, sem dúvida alguma, a assinatura em 19 de junho de 2001, de um acordo entre o IPC e o COI, que tornou obrigatório a partir de Pequim (2008), que a cidade ao apresentar sua candidatura para os Jogos Olímpicos de Verão e Inverno englobe na mesma proposta a realização das Paraolimpíadas. Assim, o que vinha sendo feito de maneira informal desde Seul, em 1988, passa a ser requisito na candidatura de qualquer cidade a sede dos Jogos Olímpicos. O estreitamento das relações entre o movimento olímpico e paraolímpico se dá também nas diversas comissões e comitês do COI e do IPC em que ambos participam, em conjunto, na busca de melhores caminhos para o esporte mundial.

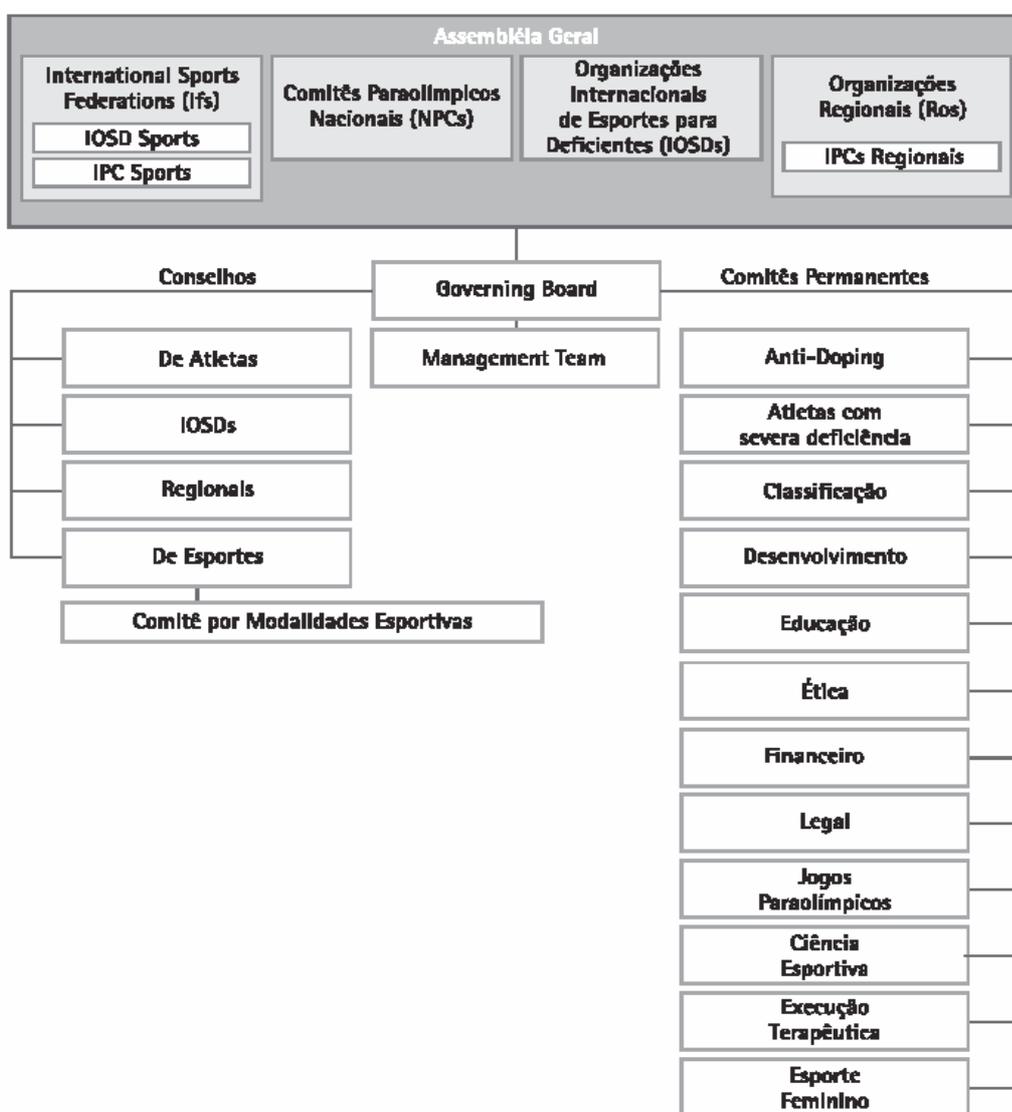
A evolução do esporte paraolímpico também contribuiu para a modernização da estrutura organizacional do IPC que hoje tem a sua Assembléia Geral como principal poder de decisão e está constituída por quatro Entidades Internacionais por Área de Deficiência - IOSDs, seis Federações Esportivas Internacionais - IFs, onze esportes administrados diretamente pelo IPC por serem multideficiência - IPC *Sports*, sete esportes sob responsabilidade das IOSDs por serem para uma única deficiência - IOSD *Sports*, quatro

Organizações Regionais - Ros, duas IPC Regionais e cento e sessenta e um Comitês Paraolímpicos Nacionais - NPCs, entre eles o CPB.

O IPC é administrado pela Diretoria Executiva e sua equipe, com assessoramento de cinco conselhos e doze comitês, sendo um dos mais completos sítios sobre o movimento esportivo das pessoas com deficiência.

Para uma visualização do Paraesporte Internacional nas suas vinculações com o IPC apresenta-se abaixo os quadros 1 e 2, demonstrativos dessas relações:

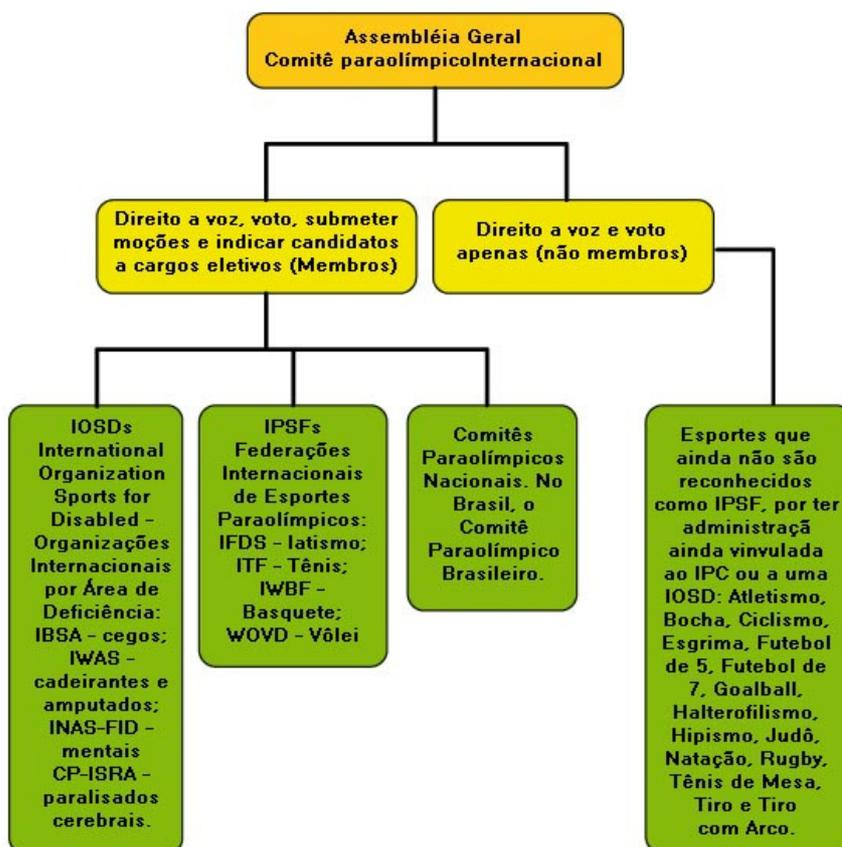
Quadro 1: A estrutura geral do IPC



Fonte: CPB (2007)

Quadro 2: Comitê Paraolímpico Internacional - IPC

ESTRUTURA INTERNACIONAL



Fonte: CPB (2007)

3.2. O Paraolimpismo

3.2.1. Os Jogos Paraolímpicos ou Paraolimpíadas: Origem, Desenvolvimento e Participação Brasileira

A fim de que se possa caracterizar de uma forma marcante o aparecimento do termo Paraolimpismo, faz-se necessário uma pesquisa bastante profunda e fundamentada no movimento denominado Olimpismo, pois foi através dele que o esporte paraolímpico pode concretizar a idealização de uma nova estrutura com a qual as Pessoas com Deficiências -

PCDs pudessem dar continuidade à sua participação em grandes acontecimentos do Paraesporte Nacional e Internacional com a qual pudessem ter seus valores pessoais, morais e éticos resgatados e mantidos através de um trabalho dinâmico, protegido e também que pudesse vir mais tarde a frutificar resultados que o tornasse um fator de alta relevância para os paraatletas e também para os profissionais que atuam nesse segmento.

Discute-se muito sobre o esporte como fator de integração para as PCDs. Segundo Varela (1991), citado por Freitas & Cidade (1997, p. 61), esta integração teve início com Ludwig Guttman quando introduziu as atividades esportivas como parte essencial do tratamento médico para recuperação das incapacidades geradas por lesões medulares. Depois de estudar exaustivamente o gesto esportivo, como forma terapêutica e de integração social, iniciou o que se tornaria o desencadeador da prática esportiva entre pessoas com deficiência, adaptando a prática da atividade física ao processo de reabilitação. Araújo (1997) destaca que a reabilitação buscou na atividade física novos caminhos para possibilitar a interação dessas pessoas com a sociedade, evidenciando as capacidades residuais das pessoas com deficiência física através do esporte. A atividade física e/ou esportiva, para pessoas com deficiência, significa a oportunidade de testar suas possibilidades, prevenir contra deficiências secundárias e promover a integração total do indivíduo (consigo mesmo e com a sociedade). E para Montandon (1992) integrar, através da prática esportiva, seria a quebra de determinadas barreiras: a primeira delas, a barreira consigo mesma, proporcionando-lhe num primeiro momento, autonomia, independência e autoconfiança, necessários para sua vida em sociedade.

Mais uma vez, deve-se ressaltar que este esporte traz benefícios se estiverem os objetivos bem claros e a metodologia coerente e adaptadas a estes e se houverem ainda locais apropriados, nos quais os deficientes tenham acesso, caso contrário, ao invés de ocorrer uma

socialização, ocorrerá o isolamento da pessoa com deficiência, impondo ainda maior discriminação.

Por ser entendida como indivíduo, a Pessoa Com Deficiência - PCD precisa de oportunidades também especiais para que possa conhecer-se, aceitar-se, labutar em sua própria massa física, psicológica e emocional, sendo o artífice de sua (re)construção "de modo a tornar-se envolvido em alguma coisa e aceito pela sociedade" (ADAMS, 1985). Esse autor ainda afirma que: "a sociedade tem uma obrigação e um desafio ao considerar as necessidades de uma pessoa deficiente e ao ir ao encontro às suas necessidades, de modo a preservar, da melhor maneira possível, a sua integridade moral e a sua dignidade".

E sabido que a imagem corporal que a PCD tem de si mesma está intimamente ligada às relações que ela estabelece consigo e com o mundo. Com relação ao conhecimento do corpo Schilder (1994) afirma que:

O indivíduo está ativamente voltado para a aquisição de dados que digam respeito ao mundo e a seu próprio corpo. O conhecimento de nosso corpo e o resultado de um esforço contínuo. Não existe um desenvolvimento do modelo postural do corpo decorrente apenas de fatores internos. E verdade que há a maturação e não o sabemos exatamente quando ela para. Mas a maturação não é desenvolvimento mecânico. O desenvolvimento é guiado pela experiência, erro e acerto, esforço e tentativa. Só dessa forma podemos atingir o conhecimento organizado do nosso corpo.

Desde a primeira versão dos Jogos Paraolímpicos, em Roma (1960), até a última, em Atenas (2004), houve muita evolução. O esporte para PCDs abandonou o caráter estritamente de lazer e de reabilitação, passando a buscar também o alto-rendimento. Muitos atletas deixaram para trás a regra do amadorismo e começaram a perseguir o profissionalismo, com a intenção de obter grandes desempenhos individuais.

O esporte adaptado ou Paraesporte mostra-se fortemente enraizado no século XX com a criação dos Jogos Paraolímpicos, caracterizados como uma importante expressão do esporte competitivo, perdendo apenas para os Jogos Olímpicos em nível mundial. Vários estudos

sugerem que, independentemente do tipo de deficiência, o exercício e o esporte contribuem para a melhoria das autopercepções em pessoas com deficiência.

Se em Roma (1960) as cadeiras de rodas utilizadas pelos atletas paraolímpicos podiam ser de madeira, hoje elas estão com características inovadoras e produzidas com fibra de carbono ou alumínio. Se o tempo de um velocista cego era acima dos dezesseis segundos na década de 60, hoje ele não passa de doze segundos. Vários atletas viajavam para as competições sem saber ao certo as provas que disputariam: hoje, eles já se especializam em determinadas funções. Grandes cientistas de todo mundo se juntaram à causa e uma nova gama de livros relacionados ao movimento paraolímpico vem surgindo. Jornalistas também começaram a se interessar pelo esporte paraolímpico, potencializando a consolidação do esporte para PCDs.

No início, apenas atletas cadeirantes podiam competir. Hoje, praticamente quase todos os tipos de pessoas com deficiência participam da Paraolimpíada, à exceção dos deficientes auditivos e, a partir de 2000, dos deficientes mentais. A tecnologia, a sofisticação e o *glamour* passaram a ser ingredientes indispensáveis neste que já é o segundo maior evento esportivo do mundo, perdendo apenas para a Olimpíada. Na primeira versão, quatrocentos atletas disputaram oito esportes. Em Atenas (2004), tivemos quatro mil atletas inscritos em dezenove modalidades. Os investimentos atingiram patamares antes inimagináveis. Patrocinadores mundiais ajudaram a custear a competição. A profissionalização do esporte foi visível.

O neurologista Ludwig Guttmann é considerado o pai dos Jogos Paraolímpicos. Guttmann nasceu na cidade de Toszek, na Alemanha (atualmente pertence a Polônia). Fugindo da perseguição aos judeus fugiu para a Inglaterra em 1944. Quatro anos depois começou a realizar competições com veteranos da Segunda Guerra Mundial com lesões na medula. O sucesso da competição fez levar a realização de uma competição mundial nos mesmos moldes das Olimpíadas. Em 1960 foi realizada a primeira versão dos Jogos

Paraolímpicos em Roma e, em 1976, dos Jogos Paraolímpicos de Inverno, em Örnköldsvik, Suécia.

Em 1948, mais propriamente no mês de julho, Guttman (1976), quatro anos após a implantação de sua bem sucedida filosofia de recuperação dos lesionados medular pós-guerras através da aplicação do esporte adaptado, organizou os I Jogos de Stoke Mondeville. Seus participantes eram os pacientes do hospital *Star Garter Home for Disabled* e os *ex-servicemen* de Richmond, em Londres, o Hospital para Ex-combatentes da Guerra. Tomou parte desta primeira edição, dezesseis competidores com lesão medular, tendo sido disputada a modalidade de tiro com arco em cadeira de rodas. Assim, sem sombra de dúvidas podemos destacar que esta competição viria a tornar-se o símbolo do início das disputas paraesportivas entre as PCDs (IPC, 2001).

Em 1949, Guttman (1976) demonstrou um grande interesse em engrandecer a atividade física para esse tipo de clientela ocasião na qual anunciou publicamente que os Jogos de Stoke Mondeville poderiam equivaler, para homens e mulheres com deficiência, aos Jogos Olímpicos. Este anúncio entusiasmou tanto os profissionais do hospital quanto os pacientes que imediatamente começaram a elaborar os primeiros regulamentos dos Jogos. Este foi considerado então o pontapé inicial do movimento de esportes para pessoas com deficiência.

Em 1950, houve a participação de cinco Instituições, sendo hospitais e casas de ex-combatentes. Os participantes incluíam pacientes com seqüelas de tiros divididos entre os times chamados *Old Boys* - garotos veteranos - ou *Old Girls* – garotas veteranas. (HEDRICK e colaboradores, 1989). À proporção que aumentava o interesse pelos Jogos, outras modalidades foram sendo inseridas na competição, a saber: atletismo, esgrima, *snooker*, tênis de mesa e o basquetebol sobre rodas. A modalidade de natação foi incluída somente depois da construção da piscina no centro de reabilitação do Hospital de Stoke Mondeville, em 1952

(BEDBROOK, 1989). A filosofia de trabalho de Guttmann aumentou muito a expectativa de vida dos pacientes. Desta forma, em 1952, entre os inúmeros visitantes que foram verificar de perto a sua famosa filosofia de trabalho estava o coronel J. S. Keyser, diretor médico do Centro de Reabilitação Militar de Doorn, da Holanda (STROHKENDL, 1996).

Guttmann (1976) destaca que Doutor Keyser mostrou muito interesse em que alguns de seus pacientes, que já praticavam esporte, participassem dos Jogos Anuais de Stoke Mondeville. Assim, a participação de quatro paraplégicos veteranos de guerra da Holanda contribuiu para que, a partir dessa data de 1952, os Jogos de Stoke Mondeville passassem a denominar-se Jogos Internacionais de Stoke Mondeville. A partir desse ano, diversos países foram representados por competidores advindos de Hospitais ou Centros de Reabilitação, nos quais o esporte era incluído entre as atividades dos programas de recuperação, como o realizado em Stoke Mondeville.

Em 1953 compareceram a estes Jogos as equipes do Canadá, Finlândia, França, Israel e Noruega. Em 1954, segundo Tolocka (1995), quatorze países participaram do evento. Nos Jogos Anuais de 1955 sérias decisões foram tomadas em função da necessidade de se construir mais acomodações. Isso promoveu a geração de um padrão altíssimo de organização e participação. Além disso, precisava fazer uma divulgação desse Evento Paraolímpico entre os países que não tinham ainda conhecimento sobre o movimento esportivo para pessoas com lesão medular (POOL & TRICOT, 1985).

Dessa forma, Guttmann, juntamente com Faure, pai de um dos fisioterapeutas do Hospital de Stoke Mondeville, decidiram criar o *British Paraplegic Sport Endowment Fund* - Fundação Inglesa de Esporte para Paraplégicos - com o propósito de tornar os Jogos de Stoke Mondeville uma Fundação, angariar recursos financeiros básicos e garantir sua continuidade bem como o progresso do movimento internacional de esporte para paralisados (STROHKENDL, 1996). A presidência da fundação foi aceita pelo cirurgião Arthur Porrit,

medalha de ouro nos Jogos Olímpicos e membro do COI. Uma das sugestões deste presidente foi que, durante os Jogos Olímpicos de Melbourne, em 1956, premiasse com *Fearnley Cup* os Jogos de Stoke Mondeville, por mérito nas atividades e no serviço do Movimento Olímpico.

Pool & Tricot (1985), afirmam que uma réplica foi então oferecida em uma cerimônia em Londres, pois a original está em exposição no museu do COI, em Lausanne, na Suíça. Durante esta solenidade, Guttman expressou o desejo de que atletas com lesão medular pudessem participar dos Jogos Olímpicos. Sua vontade ainda não bem era compreendida e aceita pela maioria dos ouvintes.

Em 1958, Guttman discutiu com o Professor Antonio Maglio, diretor do Centro de Lesão Medular do *Italian Instituto Nazionale per L'Assicurazione contro gli infortuni sul Lavoro* - INAIL, a possibilidade de que os Jogos Internacionais de Stoke Mondeville serem realizados em Roma, cidade sede dos Jogos Olímpicos de 1960. Assim, no encontro anual da Federação Mundial de Veteranos, em maio de 1959, em Roma, Guttman e o Professor Maglio apresentaram essa idéia a fim de que fosse discutida em assembléia e, embora um pequeno grupo fosse contrário, a maioria de autoridades italianas e países membros dos Jogos de Stoke Mondeville asseguraram total cooperação, aderindo à idéia.

A partir dessa assembléia, a idéia de que os Jogos Olímpicos de Roma viessem a incorporar os Jogos Internacionais de Stoke Mondeville foi aceita com grande excitação. Em função dessa decisão os Jogos Internacionais de Stoke Mondeville de 1959, apresentou um acréscimo significativo no número bastante significativo de participantes. Isto levou os dirigentes a reorganizarem os regulamentos e também a elaborar a criação do Comitê dos Jogos de Stoke Mondeville, o qual foi constituído por cinco países-membros: Inglaterra, como membro permanente, Itália, Bélgica, França e Holanda (IPC, 2001). A decisão de Roma incluir, em 1960, os Jogos Internacionais de Stoke Mondeville, junto aos Jogos Olímpicos,

abriu espaço para os atletas com deficiência fortalecerem o movimento paraesportivo para esse segmento da sociedade.

A princípio, Guttman queria que os jogos se chamassem *The Olympics of the Paralyzed* - As Olimpíadas dos Paralisados. Porém já era esperada a participação de outros tipos de deficiência que não só lesão medular e, em 1976, no Canadá, os Jogos ficaram conhecidos como *The Olympiad for the Physical Disabled* - A Olimpíada dos Deficientes Físicos. Entretanto, esse termo nunca foi aceito pelo Comitê Olímpico. Somente em 1969 foram aceitas deficientes que apresentassem seqüelas de poliomielite e amputações nos Jogos de Stoke Mondeville.

De acordo com DePauw & Gravon (1996) esse fato se deu pela indefinição, pelo próprio desconhecimento do potencial de movimentos das pessoas que estavam envolvidas e, ainda, por ter nascido em um hospital que tratava unicamente de pacientes com lesão medular. Os autores ainda citam a pouca participação dos tetraplégicos, os quais eram considerados pelos médicos, do ponto de vista fisiológico internacionais, como incapazes. Mais tarde, o presidente do COI concordou e aprovou a proposta de Robert Jackson, então presidente do *International Stoke Mondeville Games* - ISMG, para a denominação *Paralympics* – Paraolimpíada dos Jogos de 1984 (IPC, 2001).

O termo Paraolimpíadas foi originalmente utilizado por uma paraplégica, Alice Hunter, paciente do Hospital de Stoke Mondeville, que escreveu para a revista *The Cord Journal of the Paraplegics*, o artigo intitulado *Alice at the Paralympiad* - Alice nas Paraolimpíadas, descrevendo sua história no esporte. De acordo com o *Paralympic Spirit*, lema criado em 1996, nas Paraolimpíadas de Atlanta, o termo *para* refere-se à paraplegia. No encontro, em fevereiro de 1985, o ICC aceitou os termos do COI e concordou em substituir o termo *Olympics Games for the Disabled* - Jogos Olímpicos para Deficientes, por *Paralympics Games* / Jogos Paraolímpicos.

A tabela abaixo apresenta a seqüência histórica de locais e perfil da participação nos Jogos Paraolímpicos.

Tabela 2: História, Locais e Perfil dos Participantes nos Jogos Paraolímpicos.

Ano	Cidade	País	Nº de atletas	Nº de países
1960	Roma	Itália	400	23
1964	Tóquio	Japão	390	22
1968	Tel Aviv	Israel	750	29
1972	Heidelberg	Alemanha	1.000	44
1976	Toronto	Canadá	1.600	42
1980	Arnhem	Holanda	2.500	42
1984	New York	Estados Unidos	4.080	42
	Stoke Mandeville	Inglaterra		
1988	Seul	Coréia do Sul	3.053	61
1992	Barcelona	Espanha	3.020	82
1996	Atlanta	Estados Unidos	3.195	103
2000	Sydney	Austrália	3.843	123
2004	Atenas	Grécia	4.000	142

Fonte: CPB (2008)

Há cinquenta anos surgiam no Brasil as primeiras entidades com o objetivo de desenvolver o esporte para PCDs. Desta forma, em 1958, foi fundado o Clube do Otimismo, no Rio de Janeiro, sendo seguido pelo Clube dos Paraplégicos de São Paulo. Um ano depois, em 1959, aconteceu a primeira competição de paraatletas em nosso país: um jogo de basquete em cadeira de rodas, reunindo equipes do Rio de Janeiro e São Paulo. Com o decorrer do tempo, outras modalidades foram sendo incorporadas, surgindo, assim, a necessidade de que fosse criada uma entidade que pudesse organizar e administrar o paraesporte em nível nacional; uma entidade que reunisse todos os poderes a fim de relacionar-se com as Organizações Internacionais Paraesportivas.

Em 1969, o Brasil participou das primeiras competições internacionais, em Buenos Aires. É o início de uma seqüência de grandes conquistas. Em 1972, o Brasil é representado pela primeira vez em Paraolimpíadas, nos Jogos de Heidelberg (Alemanha). Em 1975, foi fundada a Associação Nacional de Desporto para Deficientes – ANDE que já nasceu com um desafio: realizar os Jogos Parapanamericanos de 1977. Era preciso uma entidade capaz de responder e acompanhar o crescimento do esporte adaptado brasileiro. Dessa maneira, a ANDE acolheu todas as áreas de deficiência.

Müller (1988) enfatiza que os estatutos Olímpicos e a máxima Coubertiniana estão direcionados tanto para o Esporte Para Todos quanto para o Esporte de Rendimento / *All Sports for All*, cujos praticantes são os próprios reconhecedores de seus limites. Destaca, ainda, não ser possível se pensar no Olimpismo relacionando-o, apenas, com *performance* atlética. Mas, sim, como uma totalidade de valores e significados transcendentais, os quais revelados por práticas dos esportes e juntos com outros valores éticos, estéticos e/ou culturais, buscam uma universalização sincrética. Esta máxima veio ao encontro da idéia da formulação de um ideal Paraolímpico com o qual a sociedade passa a encarar as PCDs com o devido reconhecimento, principalmente quando estes estão praticando o Paraesporte, quer seja a níveis regional, nacional ou internacional. Para Boulogne (1994), o Olimpismo transformou-se numa religião da humanidade ligada à cultura, com idéias universais, que se diz aberto para todos, mas, ao mesmo tempo, é discriminador, elitista em que são poucos os que podem dele participar diretamente.

Tendo em vista que o Olimpismo já vinha dando mostras de seu sucesso, no Brasil diversas autoridades no Paraesporte, movimentaram-se a fim de priorizar um movimento com o qual se pudesse materializar algo que pudesse projetar a prática do paraesporte a nível internacional. Naquela ocasião, na qual as primeiras ações visando a constituição de uma entidade que pudesse gerenciar o Paraesporte Nacional e a conseqüente afirmação de uma realidade paraolímpica, foi levada a efeito uma reunião histórica, realizada no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, em 11 de abril de 1988. O saudoso José Gomes Blanco, baluarte do esporte paraolímpico brasileiro e, então, presidente da Sociedade dos Amigos do Deficiente Físico – SADEF-RJ e da ABRADecAR, propôs a criação do Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB. Após consultas ao COB e ao Conselho Nacional dos Desportos - CND, órgão do MEC e responsável máximo pela regulamentação do esporte brasileiro, foi verificada a impossibilidade legal da criação do Comitê em função das restrições da

Constituição vigente, da lei n. 6251 de 1975 e do Decreto n. 80228 de 1977 que normatizavam a prática esportiva em nosso país.

Como opção para o problema e por iniciativa da CORDE, foi constituída, por meio da Portaria Interministerial n. 1207/88 (SEDAP, 1988), a Comissão Interministerial Paraesportiva Brasileira, formada por dois representantes do governo federal - um da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação e Cultura - SEED/MEC e um da CORDE, e pelos presidentes da Associação Brasileira de Desportos de Cegos - ABDC e da ANDE. A comissão assumiu a responsabilidade pela organização administrativa e participação da delegação brasileira nos Jogos de Seul. O trabalho da comissão foi apresentado oficialmente ao público com um ato solene no Salão Nobre do Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, em 11 de agosto de 1988. O evento contou com a presença de patrocinadores, imprensa e ídolos do esporte, com destaque para Roberto “Dinamite” do futebol; os integrantes da equipe Olímpica Brasileira de 1988: *Magic* Paula, do basquete; Ana Richa, do vôlei; Robson Caetano, do atletismo e o querido e saudoso “João do Pulo” Carlos de Oliveira.

A proposta de criação do CPB, discutida na comissão, foi apresentada oficialmente durante a solenidade, firmando-se o propósito que as ações deveriam ser intensificadas após a promulgação da nova Constituição Brasileira em debate na Assembléia Nacional Constituinte. A constituição foi promulgada em 3 de outubro de 1988 e, a partir dela, foi iniciado o processo de reforma da lei n. 6251/75 e do decreto n. 80228/77, finalizado com a sanção da lei n. 8672, de 6 de julho de 1993 e ficou conhecida como Lei Zico.

O sucesso da participação brasileira nas Paraolimpíadas de Seul (1988), quando foram conquistadas um total de vinte e sete medalhas, sendo quatro de ouro, nove de prata e quatorze de bronze, contribuiu para tornar o movimento paraolímpico mais conhecido em nosso país e foi decisivo na formulação do modelo de administração paraesportiva adotado

pelo governo eleito em 1989 que, ao assumir em março de 1990, criou a Secretaria dos Desportos da Presidência da República – SEDES tendo, na sua estrutura organizacional, o Departamento de Desportos para Pessoas Portadoras de Deficiência - DEPED. Seu primeiro Secretário foi o grande atleta do futebol brasileiro, Arthur Antunes Coimbra, Zico, que, além de amigo de José Gomes Blanco, era um entusiasta e incentivador do esporte paraolímpico. Zico teve como seu sucessor, o famoso atleta vice-campeão olímpico de Voleibol, Bernard Rajzman.

A partir de 1991, a SEDES incluiu em seu orçamento anual, pela primeira vez na história do governo brasileiro, recursos específicos para o esporte das pessoas com deficiência. Em razão da legislação esportiva vigente e ainda não reformulada que continuava a dificultar as ações para a fundação do Comitê Paraolímpico, a recém-criada Secretaria resolveu, em janeiro de 1991, reeditar a Comissão Interministerial, mantendo o mesmo formato adotado em 1988 com a participação de dois representantes do Governo Federal, SEDES e CORDE e os três presidentes das entidades nacionais de desporto para deficientes já existentes: ABDC, ABRADecAR e ANDE.

A Comissão ficou, mais uma vez, com a responsabilidade pela coordenação dos preparativos e da participação da delegação brasileira nos Jogos Paraolímpicos de Barcelona (1992), tendo trabalhado durante dezoito meses em estreita parceria com as três entidades nacionais. Em Barcelona, os atletas paraolímpicos brasileiros conquistaram sete medalhas, sendo três de ouro e quatro de bronze. Os trabalhos desenvolvidos pelas duas comissões em 1988 e 1991/1992, além de se pautarem pelas normas e procedimentos adotados internacionalmente, pelo ICC e IPC, foram base sólida para o estabelecimento de uma nova postura no movimento paraolímpico brasileiro. Essa base e a nova estrutura legal do paraesporte brasileiro permitiram que as entidades nacionais, espelhadas na tendência mundial e na experiência adquirida na preparação e participação nos Jogos Paraolímpicos de 1988 e

1992, caminhassem de forma determinada no processo que terminou, naturalmente, com a fundação do CPB, em 9 de fevereiro de 1995, em Niterói (RJ), tendo como seu primeiro presidente o senhor João Batista de Oliveira e Silva, marido da médica cadeirantes Tânia Rodrigues, Presidente da Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos - ANDEF.

Mesmo com o pouco tempo de existência, o CPB começou a colocar em prática uma de suas principais funções: a organização de eventos paraolímpicos nacionais para o desenvolvimento deste tipo de esporte no País. Ainda em 1995, a entidade organizou os I Jogos Brasileiros Paraesportivos em Goiânia. A segunda edição da competição foi realizada no Rio de Janeiro, no ano seguinte. O motivo para a organização dos Jogos Paraesportivos ter sido tão cedo foi a proximidade da Paraolimpíada de Atlanta (1996).

A criação oficial do CPB propiciou ao Brasil o início de um segundo estágio no seu ainda jovem movimento paraolímpico. Com ações que se caracterizaram pela busca da consolidação e do desenvolvimento com mais qualidade, nosso país conquistou, na Paraolimpíada de Atlanta (1996), vinte e uma medalhas, sendo duas de ouro, seis de prata e treze de bronze. Nos Jogos de Sydney (2000) ganhamos vinte e duas medalhas, sendo seis de ouro, dez de prata e seis de bronze, com evidências claras de que o trabalho desenvolvido estava no rumo certo.

Após a garantia dos recursos públicos estabelecidos no orçamento federal a partir de 1991, podemos afirmar, com absoluta segurança, que a entrada em vigor, em julho de 2001, da lei n.10264/2001, que definiu o repasse continuado de recursos financeiros das loterias exploradas pela Caixa Econômica Federal para o esporte brasileiro incluído o esporte paraolímpico, foi decisiva para que o movimento iniciasse um novo estágio de organização e desenvolvimento. Esta Lei, denominada Agnelo-Piva, estabelece que 2% da arrecadação bruta dos prêmios das loterias federais sejam repassados aos comitês olímpicos e paraolímpicos brasileiros. Deste montante, 15% dos recursos são direcionados ao CPB e devem ser

investidos na formação, preparação técnica, manutenção e locomoção dos atletas aos locais de competição. Assim, o esporte paraolímpico no Brasil passou a contar com uma receita fixa de cerca de dez milhões de reais por ano e está crescendo e se desenvolvendo tecnicamente. Hoje, esporte adaptado também é sinônimo de esporte de alto rendimento em nosso país. Todo este investimento deve ser revertido em medalhas nas Paraolimpíadas de Beijing, em 2008.

Não temos nenhuma dúvida em afirmar que esta Lei representa o grande diferencial da história paraolímpica brasileira. Ela tem assegurado ao movimento a condição fundamental de trabalho, permitindo a formulação e o desenvolvimento de um planejamento estratégico que está contribuindo, de forma incontestável, para sua consolidação e expansão em todo o país. Com ela temos, a partir de 2001, o início do terceiro e mais importante estágio até o momento do paraolimpismo brasileiro. Como demonstram os resultados alcançados nos Jogos de Atenas, em 2004, o Brasil está trilhando, com decisão e firmeza, o caminho correto na consolidação do movimento paraolímpico.

A criação do projeto “Paraolímpicos do Futuro” calca-se na experiência vivenciada ao longo dos últimos anos e os olhos voltados para o futuro do movimento e não pode e não deve ser confundida como ação imediatista. Seus resultados são esperados e devem ser cobrados em médio e longo prazo e começaram a ser percebidos a partir de 2008 com a realização dos I Jogos Paraolímpicos Escolares Brasileiros. Nesse capítulo da história do movimento paraolímpico brasileiro é importante ainda apresentar, com um breve histórico de cada uma, as entidades que foram criadas para administrar o esporte para pessoas com deficiência em nosso país.

Com o Movimento Paraolímpico em ascensão, o mundo do Paraesporte começou a sofrer transformações. O amadorismo passou a ceder espaços para o profissionalismo e os aspectos éticos defendidos por Guttmann, ligados à religiosidade, à exaltação a símbolos

nacionais, à igualdade entre homens e povos, à superação, ao cavalheirismo, à paz entre as nações; ao Paraesporte enquanto arte, beleza, sem a necessidade de demonstração de esteticismos, participação popular, honestidade, dentre outros, também já se apresentavam como fatores de suma importância à real superação das pessoas com deficiência.

A partir daquele instante, passou-se a contar com uma real motivação para que o Paraolimpismo nacional pudesse ser caracterizado com uma futura potência paraesportiva e também que nos induz a sensação em admitir o campo Paraesportivo como um dos primeiros fenômenos que se globalizou, principalmente após a implantação da ideologia Paraolímpica por Guttmann, em 1948. No entanto, a exemplo do que aconteceu internacionalmente, o desenvolvimento do paraesporte nacional e o aumento expressivo do número de atletas e de modalidades fomentadas exigiu que a estrutura, até então formatada, fosse reestruturada.

A ANDE permaneceria, ainda, até a década de 90, responsável pelas outras áreas de deficiência. Em 1990, foi criada a Associação Brasileira de Desporto para Amputados - ABDA e, em 1995, a Associação Brasileira de Desporto para Deficientes Mentais - ABDEM. Hoje, a ANDE organiza os esportes para PCs e *les autres* (todos os atletas com alguma deficiência de mobilidade não incluída em nenhuma categoria de deficiência especificada e de difícil classificação funcional). Até então, o paraesporte no Brasil era desenvolvido por meio de campeonatos regionais e nacionais; entretanto de forma bastante precária devido à falta de recursos para investir na realização de grandes eventos.

Em 1995, as cinco entidades nacionais de administração do paraesporte (ANDE, ABDC, ABRADECAR, ABDA e ABDEM) se unem e criam o Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB. A partir de então, tornou-se o órgão responsável de novo pela organização de eventos nacionais, que envolvessem mais de uma deficiência, bem como a entidade que, por dever, envia os nossos paraatletas aos campeonatos sancionados pelo IPC.

Neste mesmo ano e em 1996, com o apoio do Governo Federal, principalmente do Ministério Extraordinário dos Esportes - MME, e de várias empresas públicas e privadas, são realizados os I Jogos Brasileiros Paraesportivos. A primeira edição do evento reuniu em Goiânia cerca de setecentos atletas cegos, cadeirantes, amputados, PCs, deficientes mentais e *les autres*. Já os II Jogos Brasileiros Paraesportivos aconteceram no Rio de Janeiro e foram seletivos para as Paraolimpíadas de Atlanta. A competição contou com a participação de artistas, esportistas olímpicos, do Ministro Pelé e com a criação de um Hino em homenagem aos atletas paraolímpicos brasileiros.

Em 1997, foi fundada em dezembro de 1997, a Confederação Brasileira de Basquetebol em Cadeira de Rodas - CBBC, somente quase quarenta anos depois de o basquetebol ser introduzido no Brasil, por Sergio Del Grande e Robson Sampaio. Até então a organização do Basquetebol brasileiro era da competência da ABRADECAR, que em razão de compromissos com uma dezena de outras modalidades de esportes não dava ao basquetebol brasileiro a atenção merecida. A independência do basquetebol com a criação da CBBC trouxe ao esporte desenvolvimento técnico, tático e tecnológico, através do aprimoramento constante das cadeiras de rodas para sua prática. O Brasil passou a ser respeitado em todo o mundo. Realizou aqui competições internacionais do porte do Mundial Junior, em 2002, e finalmente depois de dezesseis anos, classificou-se novamente para a disputa dos Jogos Paraolímpicos.

O crescimento do basquetebol no Brasil pode ser medido pelo número de clubes praticando a modalidade - mais de cinquenta, espalhados por praticamente todos os estados da federação.

Em 2003, novas entidades foram fundadas, dentre elas a Associação Brasileira de Voleibol Paraolímpico em 07 de abril de 2003.

Quanto à apresentação do Brasil nas Paraolimpíadas, este foi representado pela primeira vez, nos jogos de Heidelberg (Alemanha), em 1972. Entretanto, as primeiras medalhas somente viriam quatro anos depois, nos Jogos Paraolímpicos de Toronto, Canadá. Foram duas medalhas de prata, conquistadas no bocha, pelos atletas Robson Sampaio e Luís Carlos “Curtinho”. Nas Paraolimpíadas de Arnhem, Holanda, o Brasil não conquistou nenhuma medalha, sendo representado somente pelo time masculino de basquete em cadeira de rodas.

Em 2004, nos Jogos de Atenas, na Grécia, eles quebraram o recorde de medalhas conquistadas pelo nosso País. Foram trinta e três conquistas, quatorze medalhas de ouro, doze de prata e sete de bronze; além de sete recordes mundiais e dois paraolímpicos.

O Brasil foi representado em Atenas por treze modalidades e alcançou recordes louváveis, como o da prova de lançamento de disco. Roseane Santos, conhecida como Rosinha, conquistou o recorde mundial da prova, estabelecendo a marca de trinta e um metros e setenta e três centímetros na categoria F 58.

Outro recordista mundial, que também se destacou, foi o velocista Antônio Delfino, o brasileiro estabeleceu o tempo de 48s47 e consagrou-se como o atleta mais rápido do mundo na prova dos quatrocentos metros rasos. Delfino também recebeu medalha de ouro na prova de duzentos metros rasos.

Com a consolidação do Paraesporte no Brasil e também o reconhecimento do Paraolimpismo Mundial por parte de autoridades paraolímpicas internacionais, o Brasil em 2005 sediou a edição dos I Jogos Mundiais da Paz; em 2006, o Campeonato Sul-americano de Hipismo, no qual os brasileiros foram o grande destaque, realizado entre os dias 9 e 11 de dezembro, na sociedade Hípica de São Paulo e também em 2007, com a realização na cidade do Rio de Janeiro dos Jogos Parapanamericanos Rio 2007, situação que, devido ao enorme sucesso alcançado inclusive em nível internacional, viabilizou a pleitear a candidatura do

Brasil, nos mesmos locais onde foi disputado o Parapan Rio 2007, para sediar as Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016. Está previsto também para os dias 11 a 14 de dezembro de 2008, o *Meeting* Internacional Paraolímpico Loterias Caixa de Atletismo e Natação, na cidade do Rio de Janeiro.

3.2.1.1. As Paraolimpíadas de Verão

Em 1984 o COI oficializou o termo “Paraolimpíada” e definiu que seriam consideradas oficiais aquelas ocorridas nos anos olímpicos a partir de 1960. Por esse motivo, é que Roma (1960) é considerada a primeira edição oficial. Os anos que intercalam as olimpíadas foram considerados. Para organizar de modo definitivo esses Jogos, foi fundado, em 1980, o CPI, uma organização voltada exclusivamente para a realização das Olimpíadas de Verão e de Inverno. O CPI sempre contou com o apoio do COI. As cidades-sede das olimpíadas de 1960 e 1964 abrigaram também as Paraolimpíadas.

O surgimento e o desenvolvimento do Paraesporte se deram de forma extremamente lenta. Registros apontam a Alemanha como o primeiro local de prática desportiva organizada, quando em 1918, um grupo de deficientes lesionado na Primeira Grande Guerra se reuniu para praticar esportes. Em 1932, na Inglaterra, fundou-se a Associação de Jogadores de Golfe de um só braço. Em 1944, o neurologista e neurocirurgião alemão, Ludwig Guttmann, deu início ao processo que tornou sistematizada a prática desportiva entre os deficientes, ao criar o Centro Nacional de Lesionados Medulares no Hospital de Stoke Mandeville, destinado a tratar homens e mulheres do exército inglês feridos na Segunda Guerra Mundial. Neste local, Guttmann passou a adaptar o esporte aos conceitos de reabilitação física e emocional. O neurologista acreditava no valor do esporte para a pessoa com deficiência, tanto para sair da depressão, como forma de eleger um novo objetivo de vida, pois a prática esportiva seria

fundamental para a integração social. Dizia: “A causa mais nobre do esporte para portadores de deficiência é a de ajudar-lhes a restaurar a conexão com o mundo que os rodeia”.

Nesta mesma época, nos Estados Unidos, um grupo de soldados que participara da Segunda Guerra criou a equipe de basquete “Rodas Voadoras”, que percorreu o país apresentando-se e chamando a atenção da sociedade para a condição das PCDs. Este movimento viria fundamentar o Programa de Reabilitação Desportiva do governo americano.

Entre 1946 e 1948, Benjamin Lipton, diretor do *Joseph Bulova School of Watchmaking*, e Timothy Nugent, diretor da reabilitação de estudantes da Universidade de Illinois, se reuniram para organizar, treinar e promover equipes de basquete em cadeira de rodas. Em 1948, aconteceram em Londres, na Inglaterra, os XIV Jogos Olímpicos de Verão e, aproveitando-se do evento, Gutmann criou e organizou um evento esportivo denominado de Jogos Desportivos de Stoke Mandeville para atletas com deficiência. A participação foi modesta: quatorze homens e duas mulheres das Forças Armadas Britânicas competiram em arco e flecha.

Por meio deste evento, Gutmann demonstrou o desejo da realização de uma Olimpíada para as pessoas com deficiência. Os seus ideais e os seus métodos foram se expandindo e médicos do mundo inteiro começaram a adotar a prática sistemática do esporte como parte essencial da reabilitação médica e social dos pacientes. Em 1952, os Jogos de Stoke Mandeville foram promovidos novamente e contaram com a participação de cento e trinta atletas ingleses e holandeses. Ganharam projeção e o caráter de Jogos Internacionais de Stoke Mandeville, fazendo com que seus organizadores tornassem a competição anual.

Durante a organização da XVII Olimpíadas de Verão, em 1958 na Itália, o diretor do Centro de Lesionados Medulares de Ostia, Antônio Maglia, propôs que os Jogos de Stoke Mandeville de 1960 se realizassem também em Roma. De acordo com Maglia, seria uma forma de mostrar que os deficientes poderiam também ter sua Olimpíada. Contando com o

apoio do Comitê Olímpico Italiano e das autoridades italianas, cerca de duzentos e quarenta atletas com deficiência, de vinte e três países, participou dos Jogos Internacionais de Stoke Mandeville nas mesmas instalações das Olimpíadas, fato este que repercutiu positivamente em todo o mundo.

A partir desta data, a denominação do evento passa a ser Paraolimpíadas que, tem o significado de “Paralela aos Jogos Olímpicos” e não referente a paraplégicos ou paralisados, conforme pensamentos de muitos e até afirmações de pseudo-historiadores . Reconhecendo o trabalho de Guttmann, o Papa João XXIII recebeu os participantes em audiência privada e comparou-o com o criador dos Jogos Olímpicos da Era Moderna: “O senhor é o Coubertin dos portadores de deficiência”. O sucesso destes fortaleceu o paraesporte, gerando necessidade da criação de um órgão regulamentador de regras e normas técnicas para as competições – a Federação Mundial de Veteranos.

Os Jogos Paraolímpicos de 1964 foram realizados em Tóquio, mesmo país que os Olímpicos. Participaram na ocasião trezentos e noventa atletas de vinte e dois países. Este evento contou tanto com o apoio da comunidade local japonesa, como com adaptações nas instalações físicas para facilitar a participação dos atletas.

Em 1968 os Jogos Olímpicos ocorreram no México, mas por problemas da organização do Comitê Mexicano as Paraolimpíadas tiveram que ser transferidas para outro local. O governo de Israel se dispôs a realizar e os Jogos Paraolímpicos ocorreram em Tel Aviv, com a participação de setecentos e cinquenta atletas de vinte e nove países.

Em 1972, Jogos Olímpicos e Paraolímpicos ocorreram em cidades diferentes da Alemanha. Isto ocorreu em função da vila construída para receber os atletas olímpicos ter sido fechada e convertida em apartamentos para venda logo após os Jogos Olímpicos, onde apesar dos esforços políticos não houve acordo. A cidade de Heidelberg convidou e *University's Institute for Physical Training* ofereceu todo suporte para a realização do evento. Estas

Paraolimpíadas reuniram cerca de mil e quatro desportistas, de quarenta e uma nações. Durante esse evento houve a participação de indivíduos com deficiência visual, em esportes de demonstração, a criação de Subcomitês para cada um dos esportes disputados e, ainda, a primeira participação brasileira.

Em 1976, os Jogos ocorreram em Toronto, Canadá, com a participação de dois mil e setecentos atletas, de quarenta e dois países, onde, além dos lesados medulares, participaram atletas com deficiência visual, amputados e *les autres*. Esse número expressivo de participantes sofreu com a falta de infra-estrutura durante este evento, especialmente porque eles foram realizados em duas cidades diferentes. Neste mesmo ano, houve a primeira Paraolimpíada de Inverno, com sede na Suécia.

Em 1980, o governo da extinta União Soviética não viu a possibilidade de dar continuidade a tradição de realizar os Jogos Paraolímpicos nas mesmas instalações dos Olímpicos. Diante disto, três países se candidataram: Dinamarca, Holanda e África do Sul. A Holanda foi a escolhida para receber os mil novecentos e setenta e três atletas, de quarenta e dois países, na cidade de Arnhem. Para a arrecadação de fundos para sua realização a Holanda promoveu vários eventos televisivos, divulgando ainda mais o movimento paraolímpico.

No final do ano de 1980 foi constituído o Comitê Paraolímpico Internacional - IPC, o qual teria a função de manter a continuidade dos Jogos, anteriormente coordenados pela ISMGF. Por problemas políticos, os Jogos Paraolímpicos de 1984 ocorreram em dois países diferentes. Os Jogos nos Estados Unidos ocorreram em New York, com a participação de mil e oitocentos atletas de quarenta e cinco países, sendo amputados, *les autres*, PC e deficientes visuais. Em Stoke Mandeville, na Inglaterra, foram mil e cem atletas de quarenta e um países; no entanto participaram somente os lesados medulares.

Em ambos os eventos houve uma boa cobertura da mídia. Nesse período, as quatro Federações Internacionais: CP-ISRA, IBSA, ISOD e ISMGF formam o ICC. Mesmo com a

organização das entidades envolvidas no esporte paraolímpico, houve ainda muitos problemas administrativos na organização dos Jogos nos países anfitriões. Estes problemas fizeram com que entre 1968 e 1984 os Jogos Paraolímpicos fossem realizados em locais diferentes ao dos Olímpicos. Somente na oitava edição dos Jogos Paraolímpicos, em 1988, na cidade de Seul, observamos o trabalho organizacional atualmente utilizado, no qual os dois comitês internacionais, o Olímpico e o Paraolímpico trabalham concomitantemente. Participaram destes Jogos em Seul, três mil e cinqüenta e três atletas, de sessenta e um países, os quais puderam contar com as melhores adaptações na infra-estrutura já vistas até aquele momento. Durante esse evento houve também a apresentação de uma nova bandeira ao ICC, assim como a realização do Primeiro Congresso Paraolímpico. Por estes e por outros motivos, os Jogos de Seul foram considerados os maiores e melhores da história.

A partir de 1988, a história das Paraolimpíadas toma um rumo qualitativo, proporcionando um salto ainda maior para no esporte de elite entre as pessoas com deficiência. Nos Jogos de Barcelona, em 1992, participaram três mil e vinte atletas, de oitenta e dois países, os quais puderam contar com facilidades médicas e de deslocamento por toda a vila olímpica. Em 1996, na cidade de Atlanta, ocorreu a X Paraolimpíada. Nesse evento, em função de uma estratégia elaborada pelo CPI e pelo Comitê Organizador das Paraolimpíadas de Atlanta que tinham por princípio a qualidade, quantidade e a universalidade, houve a primeira participação de atletas com deficiência mental, uma melhora na *performance* dos atletas, assim como um aumento no número de participantes, pois foram três mil, cento e noventa e cinco atletas, de cento e três países. A divulgação deste evento foi uma das maiores da história dos Jogos, com a presença de dois mil e oitenta e oito repórteres.

Nos XI Jogos Paraolímpicos, realizados em Sydney, no ano de 2000, participaram cento e vinte e três delegações, incluindo Timor Leste; Coréia do Sul e do Norte, de cento e vinte e dois países, com um total aproximado de quatro mil atletas disputando as vinte

modalidades esportivas que hoje compõe o quadro de modalidades esportivas. Assistiu ao evento um milhão e duzentas mil pessoas, inclusive um número bastante expressivo de escolares de diferentes faixas etárias. Os expectadores puderam contar com algumas vantagens como a compra do *Day pass* (ingresso de um dia com direito a assistir qualquer uma das modalidades), que incluía o direito de transporte gratuito para todos os locais de competições, desde que o embarque ocorresse na limitação geográfica da cidade de Sydney.

As instalações, tanto de alojamento de atletas como de competições, foram as mesmas para os atletas olímpicos e paraolímpicos. A Vila Olímpica tinha cem hectares e foi projetada para ser um bairro residencial. Eram mil casas e apartamentos com a capacidade de instalar aproximadamente quinze mil pessoas, entre elas atletas, técnicos, médicos, juízes etc. As instalações contavam com uma área de serviços: meios de comunicação, restaurante, academia, serviço médico, transporte, toda adaptada para os participantes. Estes dados fazem dos Jogos Paraolímpicos de Sydney, o segundo maior evento realizado até o momento na história dentro do esporte adaptado, somente tendo sido superado pelas Paraolimpíadas de Atenas 2004.

Atualmente, a integração entre o esporte olímpico e o paraolímpico está consolidada, pois a partir de 19 de junho de 2001 foi firmado um acordo entre o COI e o IPC assegurando que, a partir de 2012, a cidade que sediar as Olimpíadas será responsável também pela sede das Paraolimpíadas. No entanto, sabemos que essa política de competições em conjunto deverá permanecer mesmo antes de entrar em vigor o acordo, pois os próximos Jogos Paraolímpicos de Verão ocorreram no mesmo local que as Olimpíadas, em Atenas, na Grécia, em 2004.

Na tabela 3 podemos observar um resumo da evolução dos Jogos Paraolímpicos, ao longo da história, quanto ao número de países e atletas participantes. Entretanto, é difícil precisar estes dados, uma vez que eles apareceram divergentes na bibliografia consultada.

Porém, afirmamos que os que estão sendo veiculados nesse estudo foram obtidos no *site* do Comitê Paraolímpico Internacional.

Tabela 3. Jogos Paraolímpicos ao Longo da História

Ordem	Ano	Cidade	País	Nº de atletas	Nº de países	Junto c/ Olimpíadas
I	1960	Roma	Itália	400	23	Sim
II	1964	Tóquio	Japão	390	22	Sim
III	1968	Tel Aviv	Israel	750	29	Não
IV	1972	Heidelberg	Alemanha	1.000	44	Não
V	1976	Toronto	Canadá	1.600	42	Não
VI	1980	Arnhem	Holanda	2.500	42	Não
VII	1984	New York	Estados Unidos	4.080	42	Não
VII		Stoke Mandeville	Inglaterra			Não
VIII	1988	Seul	Coréia do Sul	3.053	61	Sim
IX	1992	Barcelona	Espanha	3.020	82	Sim
X	1996	Atlanta	Estados Unidos	3.195	103	Sim
XI	2000	Sydney	Austrália	3.843	123	Sim
XII	2004	Atenas	Grécia	4.000	142	Sim

Fonte: CPB (2008)

3.2.1.2. As Paraolimpíadas de Inverno

Os Jogos Paraolímpicos de Inverno tiveram início em 1924, através de um evento até então denominado Semana Internacional de Desportos de Inverno, realizado em Chamonix, na França. O sucesso foi tão grande que o COI reconheceu o evento e tratou logo de mudar a sua denominação para a atual. A partir de então, os Jogos passaram a ser realizados de quatro em quatro anos, nos mesmos anos em que eram realizados os Jogos Olímpicos de Verão. Isso aconteceu até 1992. Em 1994, a tradição de realizar os Jogos de quatro em quatro anos foi quebrada para que, a partir de então, os Jogos de Inverno fossem realizados em anos diferentes dos Jogos de Verão.

Desde 1992, a cidade sede é obrigatoriamente a mesma da edição dos Jogos Olímpicos de Inverno. A primeira edição foi em 1976. O Brasil nunca participou. As provas dos Jogos Olímpicos de Inverno acontecem na neve ou no gelo.

A história do esporte paraolímpico de inverno também tem a ver com a recuperação social e física de veteranos da Segunda Guerra Mundial, ou seja, Ex-combatentes que ficaram deficientes durante o sangrento conflito e tinham vontade de continuar a esqui.

A partir deste desejo, a primeira edição da Paraolimpíada de Inverno ocorreu em 1976, na cidade de Ömsköldsvik, Suécia. Cerca de duzentos e cinquenta cadeirantes, amputados e cegos, de quatorze países, participaram das competições.

Quatro anos depois, em Geilo, Noruega, estavam presentes aproximadamente trezentas e cinquenta pessoas com todos os tipos de deficiência locomotora, representantes de dezoito nações.

Em 1984, Innsbruck, na Áustria, foi a sede dos Jogos. Cerca de trezentos e cinquenta competidores com todos os tipos de deficiência locomotora, num total de vinte e duas nacionalidades, lutaram por medalhas. Na mesma cidade, quatro anos depois, o número de países continuou o mesmo, mas a quantidade de atletas subiu para trezentos e noventa e sete.

Nos Jogos de Tignes-Albertville, realizados na França, em 1992, os paraolímpicos passaram a competir na mesma cidade-sede e nas mesmas instalações dos olímpicos. Quatrocentos e setenta e cinco atletas, de vinte e quatro nações, estiveram em ação. Dois anos depois, a periodicidade da Paraolimpíada de Inverno, assim como a da Olimpíada do gênero, mudou. Ao invés de ser disputada no ano dos Jogos Paraolímpicos de Verão, passou a ser disputada dois anos após estes.

Lillehammer, Noruega, em 1994, foi a primeira cidade a receber os Jogos de Inverno depois desta mudança. Competiram mais de mil atletas com todos os tipos de deficiência locomotora, representantes de trinta e um países. Nesta ocasião, a modalidade de *Ice Sledge Hockey* foi incluída como esporte.

Os Jogos de Nagano, Japão (1998), de 5 a 14 de março, marcaram a queda no número de atletas e o acréscimo na participação internacional: quinhentos e cinquenta e um competidores, de trinta e dois países, foram ao Japão em busca do ouro.

De 7 de março a 16 de março de 2002, foi a vez de Salt Lake, nos Estados Unidos, ser a anfitriã dos Jogos Paraolímpicos de Inverno. Trinta e seis nações estiveram representadas, mas o número de participantes continuou a recuar: quatrocentas e dezesseis. Este fato é justificado pelos criteriosos parâmetros de classificação aplicados aos atletas, visando aumentar o nível técnico das disputas. Um fato marcante desta competição foi o grande público presente: 85% dos ingressos foram vendidos. Estiveram nesta cidade competidores amputados, lesionados medulares, PCs, *les autres*, deficientes mentais e visuais.

Em sua nona edição, de 10 a 19 de março de 2006, com cerca de mil e trezentos participantes, entre atletas, treinadores e guias, foram realizados os Jogos de Turim, na Itália, que contou com quarenta países e cinco modalidades: biatlo, esqui 'alpino', esqui *cross-country*, *skating* em velocidade e *hockey* sobre o gelo.

Os atletas envolvidos foram organizados em três categorias de deficiência: visual, motora e mental. A maioria das regras das modalidades esportivas passou por adaptações para permitir o melhor desempenho dos atletas e a sua segurança. Entretanto, existem ainda algumas modalidades em que a participação feminina e/ou de atletas com determinados tipos de deficiência não ocorre.

Ainda não foi desta vez que o Brasil viu atletas paraolímpicos estrear na neve. Porém, não só os brasileiros, como todo o mundo, puderam assistir às provas pela Internet. O IPC divulgou em 20 de fevereiro o lançamento do canal de televisão, o *Internet ParalympicSport.tv* o qual efetuou a maior cobertura já feita para o evento. Especificamente para os Jogos de Turim, foram cerca de cem horas de transmissões ao vivo e gravadas, incluindo as cerimônias de abertura e encerramento da competição. O objetivo

em longo prazo é que a *ParalympicSport.tv*, gerenciada pelo IPC, transforme-se em uma plataforma de mídia global do IPC.

Na tabela 4 podemos observar um resumo da evolução das Paraolimpíadas de Inverno, com informações organizadas e veiculadas no *site* do Comitê Paraolímpico Internacional.

Tabela 4: Paraolimpíadas de Inverno

Ano	Jogos	Destaque	Local comum com Olímpicos	Número de Atletas	Número de Países	Cidade Acolhedora	País
Paraolímpicos de Inverno 1976	I	<i>Demonstration event: Sledge Racing</i>	Não	250 +	17	Örnsköldsvik	 Suécia
Paraolímpicos de Inverno 1980	II	<i>Demonstration event: Downhill Sledge Racing</i>	Não	350	18	Geilo	 Noruega
Paraolímpicos de Inverno 1984	III	<i>Demonstration event at Olympic Games in Sarajevo: Giant Slalom</i>	Não	457	21	Innsbruck	 Áustria
Paraolímpicos de Inverno 1988	IV	<i>Sit-Ski events introduced in the sports of Alpine and Nordic Skiing</i>	Não	398	22	Innsbruck	 Áustria
Paraolímpicos de Inverno 1992	V	<i>Biathlon added as a discipline. Demonstration events: Alpine and Cross-Country Skiing for athletes with an intellectual disability</i>	Sim	475	24	Albertville	 França
Paraolímpicos de Inverno 1994	VI	<i>Ice Sledge Hockey added as a sport.</i>	Sim	492	31	Lillehammer	 Noruega

Paraolímpicos de Inverno 1998	VII	<i>Demonstrated rising media and public interest in Paralympic winter sport</i>	Sim	571	32	Nagano	 Japão
Paraolímpicos de Inverno 2002	VIII	<i>Number of tickets on sale had to be augmented due to high demand</i>	Sim	416	36	Salt Lake City	 Estados Unidos
Paraolímpicos de Inverno 2006	IX	<i>Wheelchair Curling added as a sport</i>		474	39	Turim	 Itália
Paraolímpicos de Inverno 2010	X			650*	45*	Vancouver	 Canadá

Número esperado

Fonte: CPB (2008)

3.2.2. A Classificação Funcional das Paraolimpíadas

Na prática do esporte convencional, encontram-se vários critérios de classificação que visam a aproximar os atletas segundo as suas condições motoras, físicas e/ou biológicas, como é o caso das categorias por idade (infantil, juvenil, adulto ou *master*) e também por sexo. No esporte adaptado ou Paraesporte, diversas modalidades fazem uso de um sistema de classificação, criado e desenvolvido especificamente para a modalidade paraesportiva.

Para Mattos (1998, p.19), no esporte para PCDs, “classificar significa agrupar atletas com capacidades semelhantes com o propósito de competir”, destacando que existem dois tipos de classificação:

Classificação Médica, também chamada de modelo de abordagem clínica das ciências biológicas, procurando dividir os atletas em grupos, de acordo com suas limitações ou deficiências, em relação a patologia de origem.

Classificação Funcional, que baseia-se no agrupamento dos atletas, segundo seu potencial funcional remanescente, em relação à modalidade a ser praticada.

A classificação é dita funcional pelo fato de que os atletas são avaliados em relação à sua funcionalidade em situação de jogo. Visa a organização dos atletas em classes para que possam competir em condições de paridade funcional. Conseqüentemente, torna-se bem mais justa, objetivando permitir que atletas com maior comprometimento físico tenham oportunidade de participar, assim como atletas que apresentam um menor grau de comprometimento. Contudo, para que isto aconteça, é fundamental que haja um sistema de classificação eficiente e justo.

As bases iniciais da classificação funcional foram propostas pelo alemão Host Strohkendl, professor de Educação Física e Ph.D. em fisiologia. No desenvolvimento desse método, contou com o auxílio de Bernard Coubariaux e Phill Craven, ex-atletas com deficiência. O método consiste em uma categorização, em que o atleta recebe em função de seu volume de ação, ou seja, de sua capacidade de realizar movimentos, colocando em evidência a potencialidade motora dos resíduos musculares da seqüela de algum tipo de deficiência, bem como, os músculos que não foram lesados.

Sem caráter oficial, o método começou a ser utilizado em 1982 no Pan- americano no Canadá. Em 1984 foi utilizado de forma oficial no Mundial de Stoke Mandeville, na Inglaterra e, nos Jogos Paraolímpicos de Seul em 1988, esse novo método de classificação foi ratificado. Introduzido no Brasil, em 1984, pela fisioterapeuta Sheila Salgado, em 1994, foi utilizado de forma experimental com a Seleção brasileira de basquetebol em cadeira de rodas. Durante o I Seminário Internacional de Basquetebol, realizado no Brasil no ano de 1989, Strohkendl discutiu juntamente com os técnicos brasileiros, as vantagens da nova classificação.

Em 1990, com a introdução da classificação funcional no basquete, houve também propostas de mudança no atletismo, devido ao número excessivo de classes existentes, nas quais, muitas vezes não havia o mínimo de três atletas para realizar uma prova, inclusive em

Jogos Internacionais, causando sérios problemas para os organizadores. Neste mesmo ano, foi introduzida nos Jogos Interclubes de Atletismo em Cadeira de Rodas, realizado na cidade de Brasília, inicialmente somente nas provas de pista.

A evolução sistemática do atletismo, após os Jogos Paraolímpicos de Seul, fez surgir mudanças importantes na classificação. No Campeonato Mundial de Berlim, em 1994, uma nova proposta foi apresentada para ser válida para os Jogos Paraolímpicos de Barcelona, produzindo modificações significativas nas diversas formas de participação dos deficientes nos diversos eventos oferecidos durante esses Jogos.

Apesar das diversas modificações ocorridas, o sistema de classificação funcional no atletismo, em particular, tem causado muitos dissabores, em diversas competições internacionais. A falta de domínio da modernização do sistema de classificação pelos diversos países participantes tem dificultado a assimilação para os classificadores nacionais, proporcionando que diversas mudanças de classes ocorram durante a avaliação oficial dos jogos, obrigando os organizadores a junção de competidores em eventos com classes diferenciadas, gerando protestos e prejudicando àqueles com potencial de conquistas de medalhas. Igualmente, as diversas modificações ocorridas durante esse período, na classificação funcional, não foram devidamente fomentadas por meio de publicações atualizadas para sedimentar o trabalho de técnicos e de profissionais de áreas afins, responsáveis pelo Paraesporte.

Com a finalidade de detectar essas modificações, grupos de especialistas, pesquisam exaustivamente esses atletas durante sua participação em campeonatos mundiais com o objetivo de corrigir possíveis distorções cometidas durante o processo de classificação funcional.

As competições de pista e campo no atletismo adaptado começaram antes de 1948, nos Jogos de Stoke Mandeville, na Inglaterra, fazendo parte dos I Jogos Paraolímpicos oficiais

ocorridos em Roma, em 1960. Do sistema utilizado naquela época, formou-se uma base composta de oito diferentes classes, mantendo-se a filosofia principal do sistema de classificação que é agrupar todos aqueles atletas que têm potencial de movimentos e que são aproximadamente iguais.

A classificação para a prática paraesportiva específica para PCDs constitui um fator de nivelamento entre os aspectos da capacidade física e competitiva, colocando as pessoas com deficiência com níveis semelhantes de funcionalidade, em um determinado grupo. Strohkendl (1996) aponta que o sistema de classificação eficiente é um pré-requisito para uma competição equiparada. Comenta, ainda, que a não inclusão de outras deficiências acontecia devido à dificuldade de os sistemas classificatórios do Basquetebol em cadeira de rodas, que eram centrados na avaliação médica. Assim, resolverem corrigir as injustiças na classificação de atletas, vitimados pela poliomielite e lesões incompletas, que tinham vantagem sobre atletas com lesão medular completa.

Cada esporte determina seu próprio sistema de classificação, baseado nas habilidades funcionais, identificando as áreas chaves que afetam o desempenho para a *performance* básica do esporte escolhido. A habilidade funcional necessária independe do nível de habilidade ou treinamento adquirido.

Os sistemas de classificação funcional ainda estão em fase de desenvolvimento e são baseados na filosofia da normalização. Mattos (1998) destaca que esses sistemas propõem a “criação de escalas ordinais qualitativas, que visam agrupar atletas com possibilidades semelhantes de obter sucesso através da prática. Não se importa mais com deficiência e sim com a possibilidade da eficiência”. Na visão de Tolmatchev (1998), nos esportes em que a *performance* não seja influenciada pela deterioração da visão, a combinação de categorias e a fusão de classes mostram-se possíveis. É importante frisar que em competições, tanto nacionais quanto internacionais, há uma insatisfação por parte de atletas e técnicos quanto à

forma de classificação utilizada, o que acaba gerando um número significativo de reclamações e recursos para que sejam revistas e adequadas.

O uso de um sistema de classificação funcional se faz necessário, uma vez que as características das lesões entre os competidores são amplas. O seu objetivo, segundo estudos de Guttmann (1976) e Sherrill (1991), é agrupar atletas que apresentam, aproximadamente, o mesmo grau de comprometimento funcional, proporcionando assim equiparação entre os competidores que estão na mesma classe.

O esporte paraolímpico, é protagonizado por PCDs que, tradicionalmente, fazem parte de seis diferentes grupos no Movimento Paraolímpico: Paralisia Cerebral; Lesão Medular, Poliomielite; Amputação; Deficiência Visual; *les autres*. Se as deficiências são diversas, como promover uma competição justa para um universo tão distinto de atletas?

A solução foi agrupá-los em classes, de acordo com a amplitude do comprometimento motor ou visual. Os primeiros tipos de classificação para PCDs tiveram início juntamente com o esporte para deficientes, na Inglaterra, em 1944, por médicos e especialistas da área de reabilitação. Esta classificação era realizada com testes neurológicos e de força muscular, sem preocupação com o resíduo muscular utilizado nas habilidades requeridas nas modalidades esportivas. Isto levou o professor Horst Strohkendl (1996) a pesquisar, para sua tese de doutorado, sugerindo uma nova. Assim, surge a classificação funcional, que consiste em categorizar o atleta em função do seu volume de ação, ou seja, de sua capacidade de realização dos movimentos, evidenciando a potencialidade residual muscular das seqüelas de deficiências, bem como dos músculos não lesados.

Com respeito à classificação visual esta é puramente clínica, ou seja, pautada em variáveis oftalmológicas. Já a das demais deficiências é funcional, ou seja, avalia-se quanto o resíduo motor de um atleta é funcional para um determinado esporte (potencialidade de movimento). As classes são definidas por esporte, fazendo parte das regras de cada esporte e

são determinadas por uma variedade de processos que pode incluir uma avaliação física e técnica, como também observações dentro e fora de competição.

Classificação Oftalmológica é a formatação escolhida pela Federação Internacional de Esportes para Cegos – IBSA para legitimar ou não a participação de uma pessoa nas competições oficiais para cegos e deficientes visuais regidas pela IBSA e por suas filiadas. Esta classificação utilizada para categorizar os cegos e deficientes visuais só poderá ser feita por médicos oftalmologistas em clínicas ou consultórios especializados, levando em consideração acuidade e campo visual do atleta.

Segundo S. Junior (1995), é freqüente a ausência de ligação entre as definições médico-legais quantitativas e as funcionais da deficiência visual, uma vez que o grau em que se faz uso da visão, nem sempre, pode ser determinado por medidas objetivas. Por igual motivo, algumas crianças com acuidade visual idêntica podem fazer uso diferente da visão, a ponto de uma necessitar do Braille e a outra não.

As classes visuais reconhecidas pela IBSA são as seguintes: **B1**(nenhuma percepção luminosa em ambos os olhos até a percepção de luz, mas com incapacidade de reconhecer o formato de uma mão a qualquer distância ou direção); **B2** (capacidade em reconhecer a forma de uma mão até a acuidade visual de 2/60 e/ou campo visual inferior a cinco graus); **B3** (acuidade visual de 2/60 a acuidade visual de 6/60 e/ou campo visual de mais de cinco graus e menos de vinte graus). Todas as classificações deverão considerar ambos os olhos, com melhor correção, isto é, todos os atletas que usarem lente de contato ou lentes corretivas deverão usá-las para classificação, mesmo que pretendam usá-las ou não para competir.

Para um atleta se filiar à CBDC, ele deverá inicialmente passar por uma avaliação oftalmológica em sua cidade de origem, onde o médico oftalmologista deverá preencher uma ficha específica, atestando os dados contidos nela. Essa avaliação inicial será avaliada pelo diretor médico da CBDC, o qual, em caso de não dúvida, determinará em qual classe o atleta

poderá iniciar a competir, em caráter provisório, até que esse em uma das competições realizadas passe por uma reavaliação, que neste momento será feita por um médico desse órgão. Caso haja dúvida na classe do atleta, segundo o laudo de seu médico, esse deverá passar por uma nova avaliação com o médico da CBDC antes de competir pelo calendário oficial. Os atletas que não obtiverem classificação permanente poderão passar por avaliações periódicas durante as competições da CBDC.

Se o atleta for convocado para participar de uma competição internacional, este poderá ser submetido a novos exames mais detalhados para que possamos apresentar todos os dados exigidos para os avaliadores internacionais. Caso o atleta seja re-classificado internacionalmente, essa nova classificação passará imediatamente a ser considerada pela CBDC em nossas competições.

As Paraolimpíadas de 2008 terão a participação apenas de atletas com deficiência física e visual. Os atletas com deficiência auditiva, desde 1996, optaram por participar das Olimpíadas.

A *Special Olympics*, autorizada e reconhecida pelo COI, proporciona aos atletas especiais a oportunidade de treinarem durante todo o ano e participarem dos Jogos locais, regionais e nacionais em seus países. As competições são de caráter Olímpico e as regras estão baseadas nas das Federações Esportivas Internacionais e nos Corpos Reatores Nacionais. Os Jogos Mundiais são celebrados a cada dois anos, alternando entre verão e inverno.

A *Special Olympics* acredita que a melhor maneira de manter o espírito de superação humana que motivou sua criação há mais de trinta anos, é o feito de permitir aos atletas de competir sempre em igualdade de condições. Através do Sistema de Séries Equitativas, são divididos em séries de competições baseadas em sua habilidade, idade e sexo. As séries de

competições são estruturadas de maneira que os atletas compitam contra outros atletas de habilidade similar, em séries equitativas.

A participação dos atletas com deficiência intelectual está suspensa até que a Associação Internacional de Desportos para Deficientes Mentais – INAS-FID, responsável pelo sistema de classificação, estabeleça um critério eficiente de avaliação da deficiência para garantir uma competição justa para todos os participantes. Em Sidney, 2000, alguns atletas do time de basquetebol para deficientes mentais da Espanha, fizeram-se passar por deficiente, conseguindo competir e vencer. Para penalizar esse comportamento, a participação dos DM foi abolida dos Jogos seguintes.

No caso dos deficientes físicos (DF) e motores (DMo), a base do sistema de classificação da *International Stoke Mandeville Wheelchair Sports Federation* (ISMWSF) divide-se em oito classes: **1 A** (lesão da medula cervical entre C4 e C6, comprometendo braços e pernas; tríceps não funcionais; em teste alcançam resistência entre 0 a 3); **1 B** (lesão da medula cervical entre C6 e C7, comprometendo braços e pernas; tríceps normais ou com pequeno comprometimento; quando testados alcançam 4 ou 5; flexão e extensão do pulso são fracas; entre 0 e 3 no teste); **1 C** (lesão da medula cervical entre C7 e C8, comprometendo braços e pernas; função extensora e flexora do pulso e do tríceps bom ou normal; no teste alcança entre 4 e 5; atividade fraca do interósseo e lubrificante da mão entre 0 e 3 no teste); **2** (lesão medular torácica entre T1 e T5, que compromete tronco e extremidades inferiores; músculos abdominais sem uso. Sem equilíbrio ao sentar); **3** (lesão medular torácica entre T6 e T10, com comprometimento do abdome e extremidades inferiores; músculos do abdômen superior são bons, mas os inferiores e extensores inferiores do tronco, não tem uso; leve capacidade de manter equilíbrio quando sentado); **4** (lesão medular torácica e lombar entre T10 e L1, com enfraquecimento das extremidades inferiores; bons músculos abdominais, da coluna e extensores; flexores e abdutores do quadril são razoáveis; bom equilíbrio se sentado);

testes das extremidades inferiores nos traumáticos alcançam entre 1 a 20, enquanto os não traumáticos devem ficar entre 1 e 15); **5** (lesão medular lombar entre L 4 e L 5, sem força nos membros inferiores; bom equilíbrio se sentado e bons músculos abdominais; os testes funcionais de membros inferiores nos traumáticos devem estar entre 21 e 40 e nos não traumáticos entre 16 e 35); **6** (lesão medular na região sacra entre S1 e S3, compromete um dos membros inferiores ou levemente ambos; os traumáticos alcançam, entre 41 e 60, enquanto nos não traumáticos essa pontuação deve ficar entre 36 e 50 pontos).

A fim de que fosse viabilizada uma harmonização do Sistema de Classificação Funcional Nacional, o CPB estabeleceu e editou o **Código Nacional de Classificação** (2008), atualmente vigente no País. Desde 1960, o crescimento do Paraesporte para PCDs tem proporcionado o desenvolvimento do Sistema de Classificação e, este, continua a desenvolver-se até os dias atuais.

Tomando como base essas informações iniciais, descreveremos a relação completa de classificação funcional paraolímpica.

No **Atletismo**, para as provas de campo, ou seja, arremesso, lançamentos e saltos, temos: **F11 a F13** (deficientes visuais); **F20** (deficientes mentais); **F31 a F38** (paralisados cerebrais), sendo que de 31 a 34 (cadeirantes) e de 35 a 38 (andantes); **F40** (anões); **F41 a F46** (amputados e *les autres*); **F51 a F58** (cadeirantes, com seqüelas de poliomielite, lesões medulares e amputações).

Para provas de pista, ou seja, as corridas de velocidade e fundo encontramos: **T11 a T13** (deficientes visuais); **T20** (deficientes mentais); **T31 a T38** (paralisados cerebrais), sendo que de 31 a 34 (cadeirantes) e 35 a 38 (andantes); **T41 a T46** (amputados e *les autres*); **T51 a T54** (cadeirantes com seqüelas de poliomielite, lesões medulares e amputações). É a mesma para ambos os sexos. Entretanto, os pesos dos implementos utilizados no arremesso de peso e nos lançamentos de dardo e disco variam de acordo com a classe de cada atleta.

No **Basquetebol em Cadeira de Rodas**, cada atleta é classificado de acordo com seu comprometimento físico-motor e a escala obedece aos números **1; 2; 3; 4 e 4,5**. Para facilitar a classificação e participação dos atletas que apresentam qualidades de uma e outra classe distinta, os casos limítrofes, foram criados classes intermediárias: **1,5; 2,5 e 3,5**. O número máximo de pontuação em quadra não pode ultrapassar quatorze.

Na **Bocha**, encontramos quatro classes: **BC19** (tanto para arremessadores CP1, como para jogadores CP2, quando podem competir com o auxílio de ajudantes, que devem permanecer fora da área de jogo do atleta, estabilizando ou ajustando a cadeira do jogador e entregando a bola a pedidos); **BC2** (arremessadores CP2, quando os jogadores não podem receber assistência); **BC3** (jogadores com deficiências muito severas, quando precisam de fazer uso de um dispositivo auxiliar, podendo ser ajudado por uma pessoa, que deve permanecer na área de jogo do atleta, mas se manter de costas para os juízes, evitando olhar para o jogo); **BC4** (jogadores com outras deficiências severas, mas que não podem receber auxílio).

Para a prática do **Ciclismo Adaptado**, encontramos três modalidades. São elas: **LC** (Locomotor Cycling - pessoas com dificuldade de locomoção), assim agrupados: **LC1** (pequeno prejuízo em função da deficiência, normalmente nos membros superiores); **LC2** (prejuízo físico em uma das pernas, permitindo o uso de prótese para competição); **LC3** (atletas que pedalam com apenas uma perna e não podem utilizar próteses); **LC4** (atletas com maior grau de deficiência, normalmente amputação em um membro superior e um inferior). Tandem (ciclistas com deficiência visual **B1, B2 e B3**). A bicicleta tem dois assentos e ambos ocupantes pedalam em sintonia. Na frente, vai um ciclista não-deficiente visual e no banco de trás o paraatleta. Handbike (atletas paraplégicos que utilizam bicicleta especial impulsionando-as com as mãos).

Nas competições de **Esgrima em Cadeira de Rodas**, os paraatletas são avaliados levando em consideração, entre outros, testes de extensão da musculatura dorsal; avaliação do equilíbrio lateral com os membros superiores abduzidos (com e sem a arma); extensão da musculatura dorsal com as mãos atrás do pescoço. Caso ocorram lesões cerebrais ou em casos de dúvida, faz-se necessário completar a avaliação, observando-o no momento do confronto.

Encontramos as seguintes classes: **1A** (antiga ISMGF 1A; sem equilíbrio quando sentado, limitações no braço armado, sem extensão suficiente do cotovelo em relação à gravidade e sem função residual da mão, tornando-se necessária fixar a arma com uma atadura; Comparável ao nível dos tetraplégicos com lesões espinhais no nível da C5/C6); **1B** (sem equilíbrio quando sentado, limitações no braço armado, ocorrendo extensão funcional do cotovelo, mas não há flexão dos dedos. Por este motivo, a arma precisa ser fixada com uma bandagem. É comparável ao nível completo de tetraplegia no nível da C7/C8 ou lesão incompleta superior); **2** (total equilíbrio quando sentado, braço armado normal, com paraplegia do tipo T1/T9 ou tetraplegia incompleta, com seqüelas mínimas no braço armado e bom equilíbrio quando sentado); **3** (bom equilíbrio quando sentado, sem suporte de pernas e braço armado normal, como os paraplégicos da T10 à L2. Pequenos resquícios de amputação abaixo do joelho ou lesões incompletas abaixo da D10, bem como, deficiências comparáveis, podem estar incluídos caso as pernas ajudem na manutenção do equilíbrio sentado); **4** (bom equilíbrio quando sentado e com suporte das extremidades superiores e braço armado normal, como lesões abaixo da C4 ou deficiências semelhantes); **Limitações mínimas** (deficiência dos membros inferiores, semelhantes a amputações abaixo do joelho).

O **Futebol de Cinco** é exclusivamente praticado por atletas da classe **B1**, cegos totais, não tendo nenhuma percepção luminosa em ambos os olhos ou percebendo a luz, mas sendo incapaz de reconhecer o formato de uma mão a qualquer distância ou direção.

No **Futebol de Sete** os jogadores são distribuídos em classes de **5 a 8**, de acordo com o grau de comprometimento. Durante a partida, o time deve ter em campo no máximo dois atletas da classe 8 e, no mínimo, um da classe 5 ou 6. Os da classe 5, em muitos casos, por terem uma maior dificuldade motora, não conseguem correr. Assim, para eles a posição mais comum é a de goleiro. Apesar da PC comprometer a capacidade motora dos atletas, em cerca de 50% dos indivíduos, a capacidade intelectual não é comprometida.

Na modalidade **Golbol** os atletas deficientes visuais das classes **B1, B2 e B3**, competem juntos, ou seja, do completamente cego até os que possuem acuidade visual parcial. Todas as classificações são realizadas através da mensuração do melhor olho e da possibilidade máxima de correção do problema. Todos os atletas têm que utilizar uma venda durante as competições, para que possam competir em condições de igualdade.

O **Halterofilismo Adaptado** é a única modalidade em que os atletas são categorizados por **peso corporal**, como ocorre no convencional. São elegíveis para competir atletas amputados, *les autres* com limitações mínimas, atletas das classes de paralisia cerebral e atletas das classes de lesões na medula espinhal. É necessária a habilidade de estender completamente os braços com não mais de vinte graus de perda em ambos os cotovelos para que a realização de um movimento seja válida.

No **Hipismo Adaptado**, segundo suas habilidades funcionais, encontramos quatro classificações para os cavaleiros: **I** (cadeirantes com pouco equilíbrio do tronco e/ou debilitação de funções em todos os quatro membros ou nenhum equilíbrio do tronco e bom funcionamento dos membros superiores); **II** (cadeirantes ou aqueles com severa debilitação envolvendo o tronco e de leve a bom equilíbrio do tronco ou severa debilitação unilateral); **III** (os que são capazes de caminhar sem suporte, com moderada debilitação unilateral. Podem requerer o uso de cadeira de rodas para longas distâncias ou pela pouca força muscular. Aqui

também encontramos os que têm total perda visual em ambos os olhos); **IV** (debilitação de um ou mais membros ou algum grau de deficiência visual).

No **Judô Adaptado** homens e mulheres deficientes visuais das classes **B1**, **B2** e **B3**, competem juntos, ou seja, do completamente cego até os que possuem acuidade visual parcial.

O atleta na **Natação Adaptada** é submetido à equipe de classificação, que procederá a análise de resíduos musculares por meio de testes de força muscular; mobilidade articular e testes motores realizados dentro da água. Cada atleta recebe uma classe para os estilos livre, costas e borboleta, outra para o estilo peito e, uma terceira, para o estilo individual. As classes sempre começam com o prefixo S, indicando que é para os três primeiros estilos; SB indica estilo peito (B - *breast*) e SM indica estilo individual (M - *medley*). Assim, temos: **S1** a **S10** / **SB1** a **SB9** / **SM1** a **SM10** (limitações físico-motoras, onde **S1**- afetação muito grave de tronco e nas quatro extremidades; **S2** - afetação grave de tronco e nas quatro extremidades; **S3** - afetação de tronco e extremidades superiores e afetação grave de extremidades inferiores; **S4** - afetação de tronco e afetação grave de duas ou mais extremidades; **S5** - afetação de tronco e duas ou mais extremidades; **S6** - afetação leve de tronco e afetação de duas ou mais extremidades; **S7** - afetação grave de duas extremidades; **S8** - afetação de duas extremidades, afetação grave de uma extremidade ou afetação grave de diversas articulações; **S9** - afetação de uma extremidade ou diversas articulações; **S10** - afetação leve de uma ou duas extremidades ou comprometimento leve de uma ou diversas articulações); **S11**, **SB11**, **SM11** **S12**, **SB12**, **SM12** **S13**, **SB13**, **SM13** (nadadores com deficiência visual, sendo a mesma do judô e futebol de cinco); **S14**, **SB14**, **SM14** (deficiente intelectual).

O **Remo Adaptado** é classificado e enquadrado em categorias conforme o tipo de barco. As categorias de competição são: *Single Skiff* Masculino (**A 1x**), *Single Skiff* Feminino (**A 1x**), *Double Skiff* Misto (**TA 2x**), 1. 4 com timoneiro e tripulação mista, formada por dois

homens e duas mulheres (**LTA 4+**). Cada uma delas pode ser composta por atletas com diferentes tipos de deficiências, classificados de acordo com a capacidade funcional empregada. Dependendo do grupamento funcional utilizado, temos: A (braço, usando acento fixo e encosto; mãos possivelmente amarradas ao punho do remo. São permitidos mãos e abdômen saudáveis; PCs; pessoas com prejuízo neurológico com lesão completa na medula, no nível T 10); TA2x (tronco e braço, usando acentos fixos. São elegíveis amputados bilateral, acima dos joelhos; PCs; pessoas com prejuízo neurológico com lesão completa na medula, no nível L4); LTA 4+ (perna, tronco e braço, usando o carrinho. São permitidos deficientes com 10% de visão, sendo obrigatório o uso de venda em treinos, competições, desde a saída até o retorno ao pontão; amputados, com um único pé ou com três dedos da mão; PCs; pessoas com prejuízo neurológico, perda de flexão e extensão do tornozelo; pessoa com inaptidão intelectual. É possível repetir deficiências na composição da tripulação, mas acredita-se que em um futuro próximo poderá haver limitações nesta modalidade).

Não há nenhuma limitação relativa a idade, gênero ou elegibilidade para a escolha do timoneiro em eventos adaptáveis. Deficiências múltiplas, quando a surdez está acompanhada de outra deficiência física ou mental, essa segunda é que vai eleger ou não o atleta no remo adaptável, sendo que sempre haverá o impedimento de remar sozinho. Por não trazer limitações físicas ou intelectuais, a surdez não está incluída entre as elegíveis para o paraesporte. Assim, os surdos devem competir junto com ouvintes, em competições regulares. E, por questões de segurança, devem participar em barcos de equipe, não podendo remar sozinhos.

O Rúgbi em Cadeira de Rodas é praticado por atletas tetraplégicos, de ambos os sexos. Sua avaliação envolve três testes motores: teste de banco (teste muscular realizado na extremidade da musculatura superior, bem como, o exame do alcance do movimento, tônus e sensação); teste funcional do tronco (avaliação do tronco e das extremidades inferiores em

todos os planos e situações, podendo incluir teste manual da musculatura do tronco); testes de movimentação funcional. Os jogadores, após os testes, são agrupados em sete classes: **0,5; 1,0; 1,5; 2,0; 2,5; 3,0 e 3,5**.

O único requisito para que uma pessoa possa competir no **Tênis em Cadeira de Rodas** é ter sido diagnosticada uma **deficiência de locomoção**. Em outras palavras, deve ter total ou substancial perda funcional de uma ou mais partes extremas do corpo. Se como resultado dessa limitação funcional a pessoa for incapaz de participar de competições de tênis convencionais, deslocando-se na quadra com velocidade adequada, estará credenciada para participar dos torneios de tênis para cadeirantes.

Os atletas de **Tênis de Mesa Adaptado** são divididos em onze classes distintas. A classificação é realizada a partir da mensuração do alcance de movimentos de cada atleta, sua força muscular, restrições locomotoras, equilíbrio na cadeira de rodas e a habilidade de segurar a raquete. **TT1, TT2, TT3, TT4 e TT5** (cadeirantes); **TT6, TT7, TT8, TT9, TT10** (andantes); **TT11** (andantes com deficiência mental).

O **Tiro Adaptado** utiliza um sistema de classificação funcional que permite que atletas com diferentes tipos de deficiência possam competir juntos, tanto individualmente como por equipes. Dependendo das limitações existentes (grau de funcionalidade do tronco, equilíbrio sentado, força muscular, mobilidade de membros superiores e inferiores), e das habilidades que são requeridas no Tiro, são divididos em três classes: **SH1** (atiradores de Pistola e Rifle que não requerem suporte para a arma); **SH2** (atiradores de Rifle que não possuem habilidade para suportar o peso da arma com seus braços e precisam de um suporte especial para a arma, que obedecem às especificações do IPC); **SH3** (atiradores de Rifle com deficiência visual). As competições paraolímpicas incluem apenas as classes SH1 e SH2.

No Tiro com Arco, os arqueiros são enquadrados em três classes, de acordo com o grau de comprometimento motor: tiro com arco em pé – **ARST** (não possuem deficiência nos

braços, com alguma perda de força muscular nas pernas, de coordenação ou mobilidade articular; podem escolher por competir sentados, numa cadeira normal, com os pés no solo ou de pé); tiro com arco em cadeira de rodas 1 - **ARW1** (deficiência nos braços e pernas, como tetraplegia, amputações e / ou limitações semelhantes de movimento, força e controle; alcance limitado dos movimentos, força e controle dos braços e pouco ou nenhum controle do tronco); tiro com arco em cadeira de rodas 2 - **ARW2** (paraplégicos, com mobilidade articular limitada nos membros inferiores, necessitando de cadeira de roda para uso diário.

Para os que competem na categoria de **Vela Adaptada**, são concedidos pontos, baseados em suas habilidades funcionais, indo de um a sete, permitindo que atletas com diferentes tipos de deficiência, possam competir juntos. Com o objetivo de assegurar a participação de atletas com toda contagem de pontos e todas as classes de deficiências, há um ponto máximo que a equipe de três atletas não pode exceder, ou seja, a pontuação agregada não pode ser maior do que 14, o que permite aos velejadores com mais deficiência participar das competições.

Nos barcos SKUD-18, são classificados como **TPA** (um ponto pela classificação funcional, ou quando completando mais de um ponto, têm a pontuação funcional do braço em oitenta pontos ou menos na combinação de ambos, juntamente com uma perda de trinta pontos no melhor braço) e **TPB** (têm ao menos uma deficiência mínima que os torna elegíveis para velejar, sendo que um dos velejadores precisa ser mulher). Para a classe de barcos **2.4mR** os velejadores precisam possuir apenas uma deficiência mínima. Os que possuem deficiência visual são situados em uma das três classes (**B1, B2, B3**).

O sistema de classificação funcional do **Voleibol Sentado** é dividido, portanto, entre amputados e *les autres*. Para amputados, são nove classes básicas, baseadas nos códigos **AK** - acima ou através da articulação do joelho (*above knee*); **BK** - abaixo do joelho, mas através ou acima da articulação *tálus-calcanear* (*below knee*); **AE** - acima ou através da articulação

do cotovelo (*above elbow*); **BE** - abaixo do cotovelo, mas através ou acima da articulação do pulso (*below elbow*): **A1** (Duplo AK); **A2** (AK Simples); **A3** (Duplo BK); **A4** (BK Simples); **A5** (Duplo AE); **A6** (AE Simples); **A7** (Duplo BE); **A8** (BE Simples); **A9** (combinação de membros inferiores e superiores).

Em *les autres* são enquadradas pessoas com alguma deficiência locomotora: atletas pertencentes a categorias de amputados, paralisados cerebrais ou afetados na medula espinhal (paratetra-pólio).

Segundo a nona edição do **Manual de classificação e regras esportivas**, da CP-ISRA (2005 / 2008), que regula o paraesporte para Paralisados Cerebrais, determinadas regras devem ser seguidas para o Processo de Classificação Funcional, sendo a principal delas e que prevê que existem as seguintes denominações das categorias das classes funcionais (*status* da classe funcional):

PRÉ-COMPETIÇÃO	PERÍODO APÓS CLASSIFICAÇÃO	PERÍODO APÓS 1ª PARTICIPAÇÃO
CN (Categoria Nova)	CNC (Categoria Nova de Competição)	CR (Categoria de Revisão)
CR (Categoria Revisão)	CRC (Categoria de Revisão de Competição)	CP (Categoria Permanente)

A Classificação Funcional de uma atleta não se encerra após o processo de classificação que antecede os jogos. O atleta que receber a categoria de sua classe funcional como sendo **CNC** (Categoria Nova de Competição) e/ou **CRC** (Categoria de Revisão de Competição), deverá ser observado tanto durante os jogos como durante o treinamento, se for o caso.

Embora em pleno século XXI, o atual Sistema de Classificação Funcional empregado nas Paraolimpíadas ainda apresenta certo grau de vulnerabilidade, em virtude das dificuldades naturais na formação de classificadores funcionais específicos a cada deficiência, principalmente no que diz respeito à deficiência mental. Assim, situações embaraçosas são

criadas, como foi o caso das Paraolimpíadas de Sydney (2000), onde um grupo se fez passar por deficientes mentais e, desta forma, conseguiu participar dos Jogos. Fato lamentável, uma vez que até o presente momento, os deficientes mentais foram prejudicados e não participaram, inclusive, das Paraolimpíadas de Atenas (2004). Porém, o IPC está viabilizando providências a fim de que essa proibição possa ser afastada a qualquer momento.

3.2.3. As Modalidades Paraolímpicas



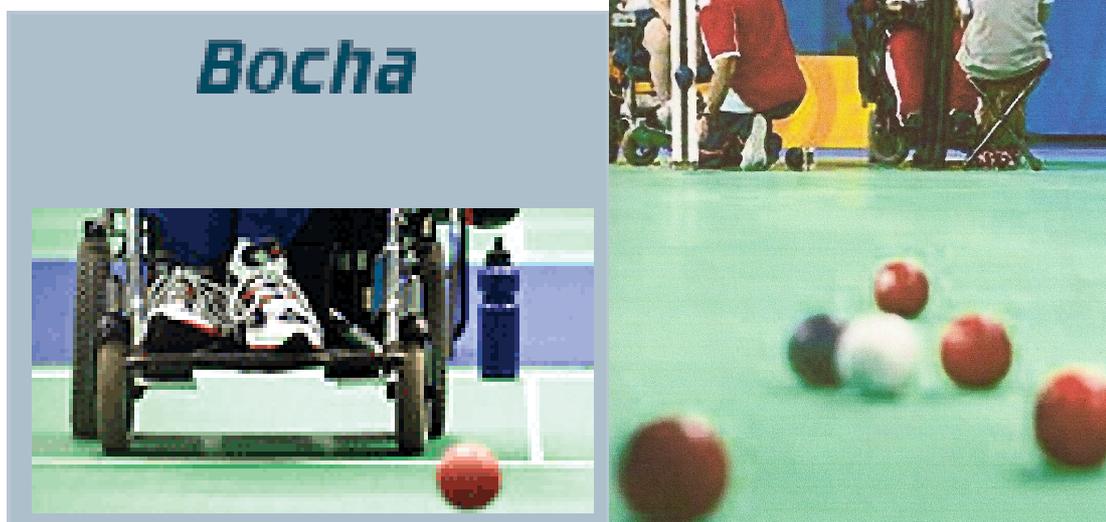
O atletismo faz parte dos Jogos Paralímpicos desde a sua primeira edição em Roma, 1960. Participam nas provas atletas com quase todos os tipos de deficiência, nos generos masculino e feminino. Estes são classificados de acordo com o tipo de deficiência apresentada, de forma a haver equilíbrio na competição através de um processo denominado Classificação Funcional. As provas são divididas em Corridas, Saltos, Arremesso, Lançamentos e Pentatlo.



Destinada a pessoas amputadas, com deficiência física, motora, PC, lesões na coluna, atuando em cadeira de rodas, nas categorias masculina e feminina. A modalidade segue as mesmas regras da Federação Internacional de Basquete Amador - FIBA e também da Federação Internacional de Basquetebol em Cadeira de Roda - IWBF, com adaptações para os atletas participantes: a cada dois movimentos para impulsionar a cadeira, o jogador tem de driblar a bola pelo menos uma vez e é considerada falta técnica o ato de utilizar os membros inferiores para obter algum tipo de vantagem, tais como colocar o pé no chão ou levantar-se um pouco do assento. As dimensões do campo e a altura das cestas são as mesmas do basquete convencional, ou seja, três metros e cinco centímetros.

O Basquetebol em cadeira de rodas é um dos esportes mais vibrantes do mundo paraolímpico. Além de rápido e cheio de ações, emociona pelos ataques e defesas inacreditáveis onde os paraatletas realizam verdadeiros malabarismos com suas cadeiras de rodas.

Existem pequenas variações nas Regras. São aplicadas as mesmas da FIBA e da IWBF. As dimensões da quadra, altura da cesta ao solo, tempos de jogo, intervalos são os mesmos utilizados no Basquetebol convencional.



Incluída nas Paraolimpíadas em 1960 (Roma), é uma modalidade que requer concentração, coordenação, controle muscular, precisão, trabalho em equipe, cooperação e estratégia. Destinada a pessoas com PC e outras deficiências motoras, tais como distrofia muscular e usuários de cadeiras de rodas, tanto em níveis de recreação ou competição.

A Bocha é uma modalidade que pode ser jogada individualmente, em dupla e em trio. A competição consiste em lançar, em uma quadra especialmente demarcada para este tipo de modalidade, bolas vermelhas ou azuis, o mais próximo possível da bola branca conhecida como *Bolim*. Assim, vence o jogador ou a equipe que aproximar mais a bola, que podem ser impulsionadas pela mão, pelo pé ou com a ajuda de um dispositivo auxiliar que pode ser acionado pela boca ou pela testa.

A prática da Bocha requer concentração, coordenação, controle muscular, exatidão, trabalho em equipe, cooperação e estratégia .

Atletas com agravamento de mobilidade tem autorização para a utilização de “Calhas” e suportes especiais que são confeccionados para atletas tetraplégicos, com alta dificuldade de

motricidade, bem como antenas que servem para que o atleta possa impulsionar as bolas com a boca ou com a cabeça, ou seja, aparelhos para efetuar o lançamento das bolas, com a ajuda de um árbitro.



Atletas com PC segundo o grau de lesão, deficientes visuais e amputados praticam o ciclismo, nas categorias feminina e masculina, individual ou por equipes, usando bicicletas e triciclos.

Atletas cegos competem em bicicletas duplas, com um guia. As regras são as mesmas do ciclismo convencional, mas com pequenas alterações, relativas à segurança.

As provas dividem-se em estrada, velódromo e contra-relógio. As competições incluem duas modalidades: ciclismo de pista e ciclismo de rua.

Embora as regras sejam as mesmas para o ciclismo olímpico e paraolímpico, existem algumas diferenças para garantir a segurança e facilitar a adaptação dos atletas.

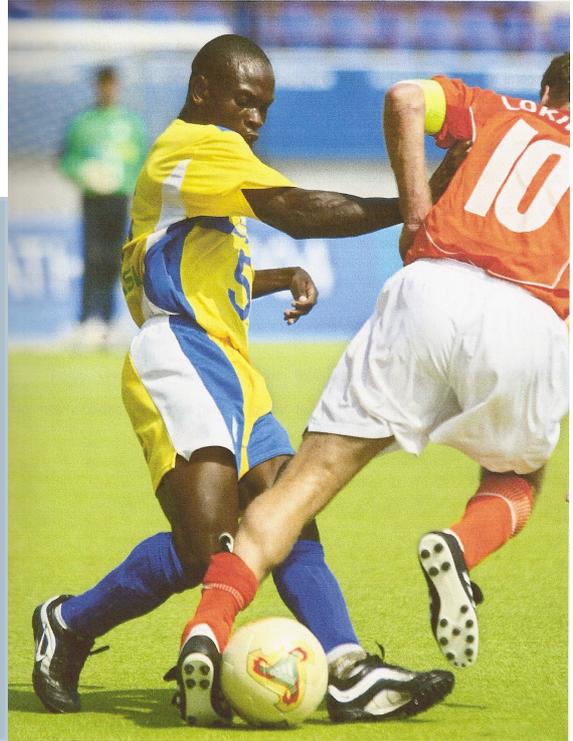


Com provas individuais ou por equipes, esta modalidade destina-se a pessoas com deficiência física motora, em cadeira de rodas, nas categorias masculina e feminina. A cadeira é fixada ao solo, por meio de uma armação especial que, ao mesmo tempo, posiciona o atleta num certo ângulo e distância. A partida tem três períodos de três minutos - ou até um dos adversários completar quinze pontos e pode ser disputada nas categorias: florete, espada (masculina e feminina) e sabre (masculina).

O esgrima é uma modalidade que requer adaptação, investimento, organização e paciência. O vestuário de proteção inclui uma jaqueta, luvas e máscaras. Nos torneios de Florete, os esgrimistas usam uma proteção que isola as rodas das cadeiras, para impedir as pancadas na área. Nos duelos com espada, usa-se um avental de metal, para proteger os pés e a cadeira de rodas.



Estreante nas Paraolimpíadas de Atenas (2004), o Futebol de 5 é praticado por atletas cegos. Estes apresentam a classe paraesportiva B1, B2 e B3. Os jogadores usam uma venda nos olhos para evitar que aqueles que apresentam percepção luminosa tenham vantagem. A bola possui guizos e os jogadores orientam-se pelo som que eles produzem. As partidas, com cinco jogadores em cada equipe, sendo quatro atletas cegos e um goleiro que enxerga, têm dois tempos de vinte e cinco minutos, com dez de intervalo. São disputadas em campos de futebol de salão ou relva sintética, em quadras a céu aberto, para evitar eco. Há uma pessoa que diz aos jogadores a direção em que a equipe deve chutar, o “chamador”, que fica colocado atrás do gol adversário. O silêncio também é uma norma importante, pois os atletas são orientados pelo som dos guizos da bola. Entretanto, quando a equipe marcar um gol, essa regra pode ser quebrada para alegria dos torcedores, até o reinício da partida.



Segue as regras da FIFA, com pequenas alterações, que foram elaboradas pelo Comitê Internacional de Esporte e Recreação das Pessoas com Paralisia Cerebral - CP-ISRA. É praticado por atletas com PC. Joga-se em dois tempos de trinta minutos, com um intervalo de quinze minutos, não existindo bola fora. O lançamento lateral pode ser feito com as duas mãos ou com uma só, arremessando a bola no chão como no boliche. Cada equipe tem sete jogadores em campo, inclusive o goleiro. O campo mede cinquenta e cinco metros de largura por setenta e cinco metros de comprimento. Não existe impedimento.

O Futebol de 7 é um dos mais populares esportes entre os atletas com deficiência física. Criado em 1978, essa modalidade tem crescido em vários países, atraindo a cada dia mais e mais fãs.



Modalidade criada exclusivamente para pessoas com deficiência visual e incluída pela primeira vez nas Paraolimpíadas de Toronto, em 1976. Competem atletas classificados como B1 (cego), B2 (percepção de vulto) e B3 (definição de imagem), segundo as normas de classificação da IBSA. Separadas nas categorias masculina e feminina, cada equipe fica do seu lado do campo, com três jogadores cada uma e com, no máximo, três suplentes. O jogo consiste em lançar a bola, que possui guizos em seu interior para emitir sons e é semelhante a uma bola de Basquetebol, com a mão na direção da baliza adversária tentando obter gols. Já é praticado em cento e doze países, nos cinco continentes. Força, velocidade, reflexos rápidos, flexibilidade e senso de orientação, são algumas habilidades exigidas para o jogador.



A modalidade é praticada por atletas em cadeira de rodas, anões, amputados, PC e *les autres*, divididas em dez categorias de acordo com o peso corporal. Nos Jogos Paralímpicos, o

atleta deitado faz o movimento de cima para baixo, retornando a barra para a posição original, após a ter levantado acima do tronco, apenas com a força dos braços. As mulheres competiram pela primeira vez em 2000, em Sydney.

O halterofilismo é a única modalidade em que os atletas são categorizados por peso corporal, como os levantadores de peso das competições convencionais. Mais que a força, é preciso técnica. Nas Paraolimpíadas, homens e mulheres praticam o estilo *Powerlifting*, deitado num banco especialmente projetado, o atleta em supino faz o movimento de cima para baixo, retornando a barra à posição original. São utilizados assistentes oficiais para efetuar o levantamento da barra e a colocam na altura dos braços esticados dos competidores. Nesta posição, um sinal é dado e começa uma das três tentativas a que o halterofilista tem direito. O tempo para conclusão do levantamento é de dois minutos. Vence quem conseguir a maior soma de pesos levantados nas três chances.



Participam nesta modalidade deficientes visuais e deficientes físicos. A única competição na equitação é o adestramento, dividido de acordo com o tipo de paralisia. O vencedor é o cavaleiro ou amazona que demonstrar maior domínio sobre o cavalo, após uma série de exercícios como andada, trote e galope. A equitação é um dos esporte mais

democráticos das Paraolimpíadas, pois permite que homens e mulheres disputem a mesma prova em condições de igualdade. Tem como característica principal o desenvolvimento das habilidades físicas e a auto-estima

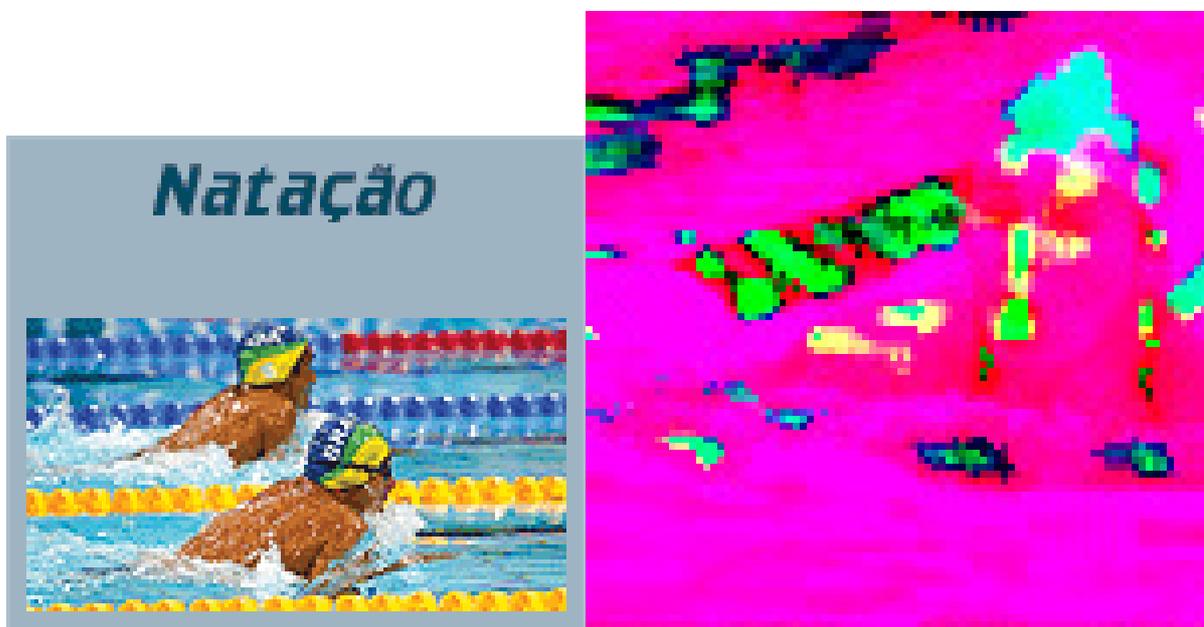
O local de competição exige uma rampa, como acessibilidade aos paraatletas montarem seus cavalos. Para os atletas cegos são necessárias sinalizações sonoras a fim de orientar aos paraatletas. A maior dificuldade para cavaleiros e amazonas é o pequeno período de entrosamento com os cavalos, já que os animais são emprestados aos atletas poucos dias antes da competição.



Reservado a atletas com deficiência visual total ou parcial, o judô obedece às regras da Federação Internacional de Judô - IJF. São necessárias algumas adaptações, como o fato de não haver punição para ultrapassagem da área de combate no tatame e as advertências são feitas por meios audíveis. O sistema de pontuação é o mesmo: *ippon*, *wazari*, *yuko* e *koka*. A vitória também pode ser obtida através de uma imobilização do oponente por trinta segundos ou por um *ippon*, que equivale a dez pontos. Caso nenhum dos participantes consiga finalizar esse golpe, vence aquele que tiver marcado mais pontos. As competições dividem-se em sete

categorias masculinas e seis femininas (cujas estréias deu-se nos Jogos de Atenas), para deficiência visual total ou parcial.

O início da competição é marcado pelos paraatletas que fazem uma pegada inicial, diferentemente do judô convencional. Usar a força do oponente a seu favor. Isso é o Judô. E nas Paraolimpíadas, os paraatletas dessa modalidade são guiados pelo toque, sensibilidade e instinto e ainda senso de estabilidade, seguindo as mesmas regras de competição da Federação.



Nesta modalidade participam atletas com todos os tipos de deficiência, física ou visual, divididos com a letra S e a classificação do grau de comprometimento físico, que quanto menor o número, maior é o comprometimento. Participam também os *les autres*, que são indivíduos com uma grande dificuldade em sua classificação funcional, por parte dos classificadores. As baterias são separadas de acordo com o grau e tipo de deficiência.

As regras são as mesmas da Federação Internacional de Natação Amadora - FINA, com adaptações, em especial às partidas, viradas e chegadas. As competições, nas categorias masculina e feminina, por equipe ou individual, abrangem os quatro estilos oficiais: peito,

borboleta, costas e livre. As distâncias variam de cinquenta a oitocentos metros, sendo disputadas provas no estilo livre (50m, 100m, 200m e 400m), peito (50m e 100m), costas (50m e 100m), borboleta (50m e 100m) e *medley* (150m e 200m).

A largada pode ser feita da água, no caso de atletas das classes mais baixas, que não conseguem ficar no bloco. Aos nadadores cegos permite-se receber aviso do treinador (*tapper*), através de um bastão com ponta de espuma, ao se aproximarem das bordas.



O esporte é uma mistura de futebol, basquete e vôlei. Disputado desde a Paraolimpíadas de Sidney, em 2000, homens e mulheres cadeirantes competem juntos, em equipes. O objetivo do jogo é ultrapassar a linha de fundo do adversário com a bola. Cada um recebe uma pontuação de acordo com o grau de deficiência, variando de meio a três e meio pontos. As equipes, formadas por quatro atletas, não podem somar em campo mais de oito pontos.

O Rugby em cadeira de rodas é uma modalidade relativamente nova nas competições paraolímpicas. Sua primeira participação ocorreu em Sidney, 2000 e, rapidamente se tornou um dos esportes favoritos, graças a combinação de ritmo e habilidade, quando os atletas são avaliados pela capacidade de mobilidade do tronco, da manipulação da bola e senso de estabilidade.

Homens e mulheres com deficiência física podem participar dessa modalidade formando equipes mistas. Os jogos são realizados em uma quadra de basquete, com uma bola similar à de voleibol com quatro tempos de oito minutos cada um. Durante o jogo o atleta não deve ficar com a posse de bola por mais de dez segundos, sem movê-la.



Participam na modalidade atletas com PC, lesão na coluna, amputados e em cadeira de rodas, nas categorias masculina e feminina, por equipe, individual ou *open*. Pode ser praticado em pé ou de cadeira de rodas. A imposição da bola bater no meio da mesa no serviço e a permissão para que o atleta se apoie na mesa, desde que não a tire do lugar, são algumas das poucas adaptações das regras da Federação Internacional, também no serviço a bola deve sair pela linha de fundo e não pelas laterais.

Atualmente mais de oitenta países praticam essa modalidade. A entidade responsável pelo gerenciamento da modalidade é o Comitê de Tênis de Mesa Paralímpico do Comitê Paralímpico Internacional. As partidas consistem numa melhor de cinco *sets*, sendo que cada um deles é disputado até que um dos jogadores atinja onze pontos. Em caso de empate em dez

a dez, vence o *set* aquele que primeiro abrir dois pontos de vantagem. Os pés das mesas devem ser menores, a fim de que os jogadores fiquem visíveis durante a partida.

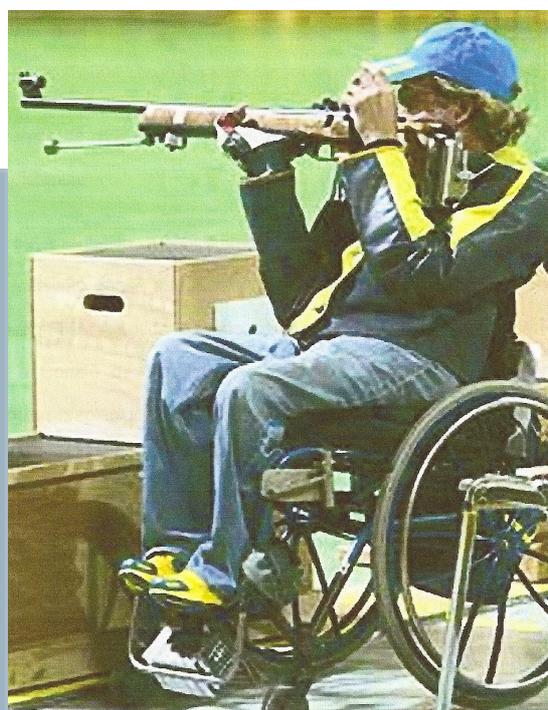
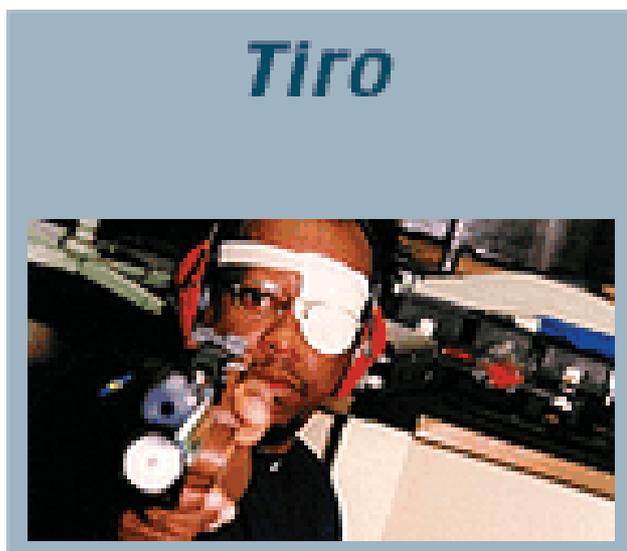


O tênis em cadeira de rodas é um esporte paraolímpico praticado por cadeirantes cuja deficiência seja a perda dos membros ou a incapacidade de utilizá-los para locomoção. Utiliza as mesmas quadras do tênis convencional, utilizando as mesmas regras, com pequenas adaptações. A maior diferença da regra adotada neste esporte é a que a bola deve quicar duas vezes antes de ser rebatida, podendo o segundo quique ocorrer fora das linhas da quadra. A mesma regra é válida para os saques, que podem ser realizados por outra pessoa se a deficiência do jogador impeça a realização deste. Durante o jogo, o atleta não pode deixar o assento de sua cadeira de rodas, sendo ela considerada parte do corpo do jogador.

O esporte foi criado por Jeff Minnenbraker e Brad Parks, nos Estados Unidos, em 1976, sendo o primeiro campeonato organizado no ano seguinte. Em 1981 foi fundada a *Wheelchair Tennis Player Association* / Associação Internacional de Tênis Paraolímpico - WTPA para regular o novo esporte. Em 1981 foi incluído nas paraolimpíadas de Seul em caráter de exibição passando a valer medalhas a partir de 1992, em Barcelona. No Brasil, o pioneiro do esporte foi José Carlos Moraes que o trouxe para o país em 1985, participando da Delegação Paraolímpica Brasileira que representou o país nas paraolimpíadas de Atlanta, em 1996.

Para a prática deste esporte, o atleta precisa combinar força e precisão na batida da bola e velocidade e técnica na movimentação da cadeira. Joga-se como o tênis convencional, com pequenas alterações, como a bola poder bater duas vezes - a primeira dentro da quadra e no serviço, não sendo permitido que as rodas traseiras da cadeira toquem a linha de fundo. Esta modalidade é destinada a atletas com cadeira de rodas, nas categorias masculina e feminina, individual ou em dupla. A quadra mede vinte e três metros e trinta e três centímetros por oito metros e vinte e três centímetros para partidas individuais e, vinte e três metros e setenta e sete centímetros por dez metros e noventa e sete centímetros para partidas em dupla.

No Parapanamericano de 2007, realizado na cidade do Rio de Janeiro, pela primeira vez, o Brasil competiu com uma equipe completa, de quatro atletas, dois no masculino e dois no feminino.



Disputado desde as Paraolimpíadas de Arnhem, em 1980, nas categorias feminina e masculina. Durante a competição, que pode ser disputada em pé ou sentado, o atirador tem direito a fazer sessenta tiros em uma hora e quarenta e cinco minutos, em distâncias variadas

de dez a cinquenta metros. O alvo possui dez círculos concêntricos com sete milímetros cada um. O círculo mais externo vale um ponto e assim por diante até o centro, que vale dez pontos. Para disparar é preciso técnica e concentração absoluta. Aos atletas com essa habilidade, o tiro é um esporte perfeito e que não faz distinção de idade.

Os concorrentes atiram com Rifles e Pistolas de ar, com cartuchos de quatro milímetros e meio, são utilizados nos eventos de dez metros de distância. Já nos vinte e cinco metros, uma pistola de perfuração é utilizada com projéteis de cinco vírgula seis milímetros. Rifles de perfuração e pistolas são as armas das provas de cinquenta metros, também com as balas de cinco vírgula seis milímetros de diâmetro.

Paraatletas amputados, PCs, paraplégicas, tetraplégicas, com lesões na coluna e outras deficiências locomotoras, bem como *les autres*, que alcançam os critérios mínimos de inabilidade, estão aptos a competir no masculino e no feminino.

Para se praticar este esporte é necessário ter precisão apurada. Administram a modalidade tanto a Federação Internacional de Tiro Esportivo – ISSF, quanto o Comitê de Tiro Esportivo do ICP. As regras das competições para atletas convencionais e com deficiência são basicamente as mesmas, porém com pequenas adaptações. Os eventos de tiro são distribuídos entre: distância, tipo de alvo e arma, posição de disparo e tempo em que cada tiro deve ser dado.

Toronto (1976) foi a Paraolimpíada de estréia do tiro paraolímpico. Nesta ocasião, apenas os homens competiram. Já nos Jogos de Arnhem (1980), na Holanda, as mulheres começaram a participar das disputas nas categorias feminina e mista. Em 1984 e 1988, as provas paraolímpicas mistas deixaram de ocorrer. Em Barcelona (1992), a categoria mista voltou e substituiu a feminina. Atlanta (1996) marca a volta dos três tipos de disputa. Nos Jogos Paraolímpicos de Sydney, em 2000, porém, a briga pelo ouro aconteceu entre homens, mulheres e nos confrontos entre ambos.



Incluído pela primeira vez nas Paraolimpíadas em Roma, em 1960, esta modalidade destina-se a *les autres* e deficientes motores, com PC, amputados, tetraplégicos, paraplégicos, pessoas com mobilidade limitada nos membros inferiores competem. Estes últimos podem escolher atuar em pé ou sentados num banco.

As competições são individuais ou por equipe. O objetivo é atirar flechas a alvos de cento e vinte e dois centímetros de diâmetro, colocados a uma distância localizada a setenta metros. Em cada tentativa, a concentração é fundamental para os arqueiros. As regras da modalidade são quase as mesmas das adotadas pela Federação Internacional de Tiro com Arco - FITA. O alvo é formado por dez círculos concêntricos. O mais externo vale um ponto. A partir daí, quanto mais próxima do círculo central estiver a flecha, maior a pontuação obtida. Dez pontos são dados para quem acerta o centro do alvo, lance que requer muita precisão. Caso a flecha fique no limite entre dois círculos, é considerado o de maior valor. Se uma seta perfurar a outra, a mesma pontuação da primeira é dada à segunda.

O formato de disputa do tiro com arco durante os Jogos Paraolímpicos é chamado de *Round Olímpico*. Um total de noventa e seis arqueiros – sessenta e quatro homens e trinta e duas mulheres – participam da competição, tanto no individual, como por equipe. Entretanto,

antes deste sistema de jogo ser iniciado, há uma eliminatória: é o *Ranking Round*. Nesta fase, cada arqueiro tem direito a seis seqüências, compostas por doze flechas (total de setenta e duas). Após todas as tentativas, os confrontos da próxima etapa, o *Round Olímpico*, são definidos. A lógica da formação das chaves é a seguinte: o primeiro colocado enfrenta o trigésimo segundo, o segundo encara o trigésimo primeiro e assim por diante.

Os arqueiros têm direito a seis seqüências de três flechas, com quarenta segundos permitidos por tentativa. Quem vence, joga a próxima fase sob estas mesmas regras (dezoito flechas). Das quartas-de-final até a grande final, em cada etapa, o sistema de disputa é composto por quatro seqüências de três flechas para todos os oponentes.

Por equipe, as seleções são formadas por três competidores. Os resultados obtidos pelos compatriotas no *Ranking Round* são somados. Com isso, as equipes masculinas são ranqueadas de um a dezesseis e as femininas de um a oito. Na primeira fase do *Round Olímpico*, as seleções atuam simultaneamente. As tentativas consistem em três seqüências de nove flechas, com cada uma durando três minutos no máximo. Vão à final as quatro melhores parcerias. Na decisão, as seleções têm direito às mesmas três seqüências de nove setas da etapa preliminar.



Disputado desde a Paraolimpíadas de Sidney, em 2000, participam na modalidade pessoas com deficiência locomotora, atletas em cadeira de rodas, amputados, deficientes visuais, PCs e *les autres*. Apenas duas classes fazem parte do programa da vela nas Paraolimpíadas: a classe Sonar que é composta por três atletas, que recebem pontos que variam de um a sete, de acordo com o grau de deficiência, sendo que cada equipa não pode ultrapassar a marca de doze pontos e a 2,4mR, disputada por apenas um velejador em cada barco.

A Vela Paraolímpica segue as regras da Federação Internacional de Iatismo - ISAF e possui adaptações para paraesportivas, feitas pela Federação Internacional de Iatismo para Deficientes - IFDS. Neste esporte, dois tipos de barco são utilizados nas competições internacionais. Os barcos da classe 2.4mR são tripulados por um único atleta, pesam duzentos e sessenta quilos e possuem quarenta e um metros de comprimento. Os barcos da classe Sonar são tripulados por uma equipe de três pessoas, que deve ser classificada em função dos tipos de deficiência. Esses barcos são maiores, pesando cerca de novecentos quilogramas e medindo cerca de sete metros. Tanto o 2.4mR, como o Sonar, são barcos de quilha, que é uma peça de metal situada abaixo do casco do barco que impede que ele vire. Portanto, são barcos estáveis e seguros, condição essencial para este uso.

As competições, chamadas de regatas, são realizadas em percursos sinalizados por bóias. Duas rotas devem ser percorridas pelos iatistas. A sinalização dos trajetos é alterada de acordo com as condições climáticas do dia. Caso a direção e a força do vento se alterem, as bóias são reposicionadas. Por isso, a organização de cada torneio deve ter um barco com pessoas responsáveis por monitorar as condições do vento e por alterar a colocação da sinalização do percurso. Em ambos os tipos de embarcação, as competições consistem em uma série de nove disputas em separado. Ganha cada prova quem percorrer o trajeto estipulado em menor tempo. O vencedor conquista um ponto, o segundo fica com dois e

assim por diante. Ao final das nove disputas, o pior resultado é descartado e quem tiver a menor soma de pontos é declarado campeão.

Os vencedores das regatas normalmente são os velejadores que conseguem imprimir uma maior velocidade nos barcos, realizar melhores manobras e buscar as melhores condições de vento (tática de regata).



O vôlei paralímpico é jogado desde as Paraolimpíadas de Arnhen, em 1980, com 90% das regras básicas do esporte tradicional. A grande diferença é que este é disputado com o atleta sentado no campo de dez metros por seis metros, com uma rede de um metro e quinze de altura. Cada equipe pode ter doze jogadores inscritos, nas categorias masculina e feminina.

Uma das modalidades mais novas no país, já é praticada desde 2003. Para o Parapan 2007, ganhou o reforço do campeão olímpico de vôlei em Barcelona (1992), Amauri Ribeiro. Ele é o atual técnico da seleção brasileira de voleibol paraolímpico.

Competem atletas amputados, principalmente de membros inferiores, bem como, sequelados de outros tipos de deficiência locomotora (poliomielite, por exemplo). Há algumas diferenças para o vôlei convencional. A quadra é menor, tendo dez metros por seis metros, contra dezoito metros por nove metros. A altura da rede também é inferior, tendo cerca de um metro e quinze de centímetro do solo no masculino e um metro e cinco centímetros para o

feminino. Os atletas competem sentados na quadra. O saque pode ser bloqueado. A quadra se divide em zonas de ataque e defesa, sendo permitido o contato das pernas de jogadores de um time com os do outro, porém, não podem obstruir as condições de jogo do oponente. O contato com o chão deve ser mantido em toda e qualquer ação, sendo permitido perder o contato somente nos deslocamentos. Cada jogo é decidido em uma melhor de cinco *sets* e vence cada *set* o time que marcar vinte e sete pontos. Em caso de empate, ganha o primeiro que abrir dois pontos de vantagem. Há ainda o *tie break* de quinze pontos.

É administrado internacionalmente pela Organização Mundial de Voleibol para Deficientes - WOVD e, no Brasil, pela Associação Brasileira de Voleibol Paraolímpico - ABVP.

3.2.4. O Paraesporte no Brasil

O Esporte é reconhecido como um dos fenômenos sociais mais importantes, tendo influenciado profundamente a vida cotidiana do homem do século XX (TUBINO, 1996). Já o Paraesporte, que é o esporte praticado por PCDs, também propicia uma influência sobre o ser que apresenta uma ou mais dificuldades, quer seja física ou mental no seu dia-a-dia, situação esta que vem a ser superada através dos benefícios causados pela prática do Paraesporte. Em todo o mundo é bastante significativo o desenvolvimento desta atividade e, em particular no Brasil.

Em 1958, o Esporte Paraolímpico ou Paraesporte dá o pontapé inicial em solo nacional. No dia 1 de abril, no Rio de Janeiro, o cadeirante Robson Sampaio de Almeida, em parceria com seu amigo Aldo Miccolis, fundou o Clube do Otimismo - CORJ. Meses depois, em 28 de julho, Sérgio Seraphin Del Grande, também deficiente físico, cria o Clube dos Paraplégicos de São Paulo - COSP. A data foi escolhida para homenagear os dez anos de

Stoke Mandeville. Ambos os pioneiros se inspiraram em trazer o esporte paraolímpico para o Brasil, quando se tratavam de suas lesões em hospitais estadunidenses. Robson e Sérgio tiveram a oportunidade de presenciar a prática esportiva de pessoas em cadeiras de rodas, principalmente no Basquete. No caso de Del Grande, quem mais o incentivou foi Jeyne Kellog, atleta do time Pan Am Jets, que só jogava em caráter de exibição.

Em 1959, o ginásio do Maracanãzinho foi palco da primeira competição paraesportiva no país, um jogo de basquete em cadeira de rodas, reunindo as equipes do CORJ e do Clube do Paraplégico do Rio de Janeiro - CPRJ, vencida por este último pelo placar de vinte e dois a dezesseis pontos. A partir daí, nosso esporte cresceu e ganhou o país, surgindo novas entidades nacionais, uma após a outra, representando o desejo de todas as áreas de deficiência. A caminhada prosseguiu internamente até a primeira participação brasileira em competições internacionais, em 1969, na cidade de Buenos Aires, inaugurando a série de conquistas em que se transformou a história do País em competições deste tipo.

Em virtude desta evolução, percebeu-se a necessidade de se estruturar o esporte para PCDs. Sendo assim, em 1975, foi fundada a Associação Nacional de Desporto para Deficientes - ANDE, que agregava todo tipo de deficiência. Com a participação crescente, entidades de deficiências afins foram se desagregando da ANDE, e criando suas próprias representantes: a Associação Brasileira de Desportos para Cegos - ABDC que mais tarde veio a transformar-se na CBDC; a CBDS; a ABDA; a ABRADecAR; a ABDEM; a ANDE, que atua apenas com os atletas acometidos de paralisia cerebral; a CBBC, a Confederação Brasileira de Voleibol Sentado - CBVS, que atua com paraatletas amputados dos membros inferiores.

O ano de 1995 foi um marco para a história do paraesporte nacional, em virtude da criação do Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB, órgão maior do Paraesporte nacional, no Estado do Rio de Janeiro, na Rua Joaquim Távora, em Niterói, a qual foi transferida alguns

anos depois, mais propriamente no ano de 2001, para a Capital da República, Brasília, onde permanece até hoje. Ainda em 1995, são realizados em Goiânia, os I Jogos Paradesportivos Brasileiros, reunindo aproximadamente setecentos paraatletas cegos, cadeirantes, amputados, PCs, deficientes mentais e *les autres*. No ano seguinte, no Rio de Janeiro, os II Jogos Paradesportivos Brasileiros, foram seletivos para as Paraolimpíadas de Atlanta (1996). As competições contaram com a participação de artistas, esportistas olímpicos e paraolímpicos, com o apoio de várias empresas e, principalmente, do Ministro Extraordinário dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento (Pelé). Destaca-se, ainda, a criação de um Hino em homenagem aos paraatletas brasileiros.

Um grande avanço para o Esporte e Paraesporte brasileiro, no ano de 2001, foi a Lei 10264, conhecida como Lei Agnelo-Piva, a qual estabelece que 2% da arrecadação bruta dos prêmios das loterias federais sejam repassados aos Comitês Olímpico e Paraolímpico Brasileiro, para serem investidos na formação, preparação técnica, manutenção e locomoção dos paraatletas para os locais de competição. Desta forma, o esporte paraolímpico no Brasil passou a contar com uma receita fixa de cerca de dez milhões de reais por ano, possibilitando seu crescimento e desenvolvimento técnico.

Para corroborar a boa fase do Paraesporte, no ano de 2006, em dezembro, o Presidente do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva assina a Lei de Renúncia Fiscal, a qual estabelece o reerguimento do esporte e do paraesporte nacional. Esta Lei estava em estudo há mais de vinte e três anos e, graças à luta de atletas e ex-atletas olímpicos e paraolímpicos, como Bernard Rajzman e Luiz Cláudio Pereira, ambos da Comissão Nacional de Atletas e Paraatletas respectivamente, conseguiram com garra comover a opinião pública e também ao governo, possibilitando assim um final feliz à aguerrida pretensão. O Brasil deu um significativo passo à frente para a evolução do esporte nacional. Após cento e cinquenta dias de ansiosa espera, o presidente Lula assinou o Decreto 6180, de 3 de agosto de 2007,

regulamentando a Lei 11438, de 29 de dezembro de 2006, inaugurando uma nova era para o Esporte e o Paraesporte Brasileiro.

A nova legislação vem, dentre outras metas, para nortear critérios para o processo de captação dos recursos privados, via benefícios fiscais, criação das Comissões Técnicas, juízo para análise dos projetos e possíveis infrações. A Lei segue, praticamente, os mesmos moldes das leis de incentivo à Cultura (como a Lei Rouanet e a Lei do Áudio Visual). As pessoas físicas ou jurídicas poderão destinar parte do seu Imposto de Renda - IR para projetos de cunho esportivo e paraesportivo, no limite de até 6% do referido imposto, para pessoas físicas; e 1% para pessoas jurídicas que declarem IR sobre o lucro real. Em face de uma determinada preocupação, qual seja a de que as empresas poderiam destinar, mais acentuadamente, os seus investimentos ao esporte, restou reduzido, pela Medida Provisória 342/2007, convertida na Lei 11472, de 2 de maio de 2007, o percentual de contribuição das pessoas jurídicas de 4% para 1%. A própria Lei de Incentivo ao Esporte, no parágrafo 3, do artigo 1, não exclui e muito menos reduz outros benefícios previstos nas demais Leis de Apoio à Cultura, autorizando a sua cumulação, até porque a cultura, o lazer e o esporte, seguem unidos para o aperfeiçoamento da Ordem Social.

A primeira participação do País numa competição internacional foi nos II Jogos Parapanamericanos, ocorridos em Buenos Aires, no ano de 1969. Os objetivos desta experiência foram: buscar o conhecimento das modalidades que integravam o evento e possibilitar aos atletas brasileiros uma integração com os paraolímpicos do resto do continente. Três anos depois, a pátria esteve representada em sua primeira Paraolimpíada, que teve a cidade alemã de Heidelberg como sede.

No Parapan da Cidade do México, em 1975, o Brasil foi representado por duas delegações, conseqüência da falta de comunicação entre as maiores entidades paraolímpicas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Este problema fez com que Stoke Mandeville exigisse a

fundação de uma associação nacional. Assim, no avião que retornava do México, foi criada a Associação Nacional de Desporto de Excepcionais, atual Associação Nacional de Desporto de Deficientes - ANDE.

Em 1978, o país sediou a quinta edição dos Jogos Parapanamericanos, na Cidade Maravilhosa. Só os cadeirantes competiram. Aldo Miccolis, José Gomes Blanco (presidente da SADEF-RJ) e Celso Coutinho (Clube dos Amigos) formaram a junta governativa do evento. Desde a sua iniciação em 1958, as atividades paraesportivas vem sendo conduzidas de uma forma ainda bastante discutível, em nível de distribuição de valores equitativos às entidades que podem propiciar uma real consideração de valor às atividades a serem desenvolvidas, bem como à formação de profissionais específicos às atividades desenvolvidas. A partir daí, o CPB passou a desenvolver um trabalho bastante intenso pela divulgação do Paraesporte e também a organizar competições nacionais, além de enviar atletas brasileiros para representar o país em competições internacionais.

Tal trabalho culminou com o reconhecimento público do desempenho dos atletas paraolímpicos nas Paraolimpíadas de Sydney (2000), onde o Brasil teve uma de suas melhores participações, ficando na vigésima quarta posição, com seis medalhas de ouro, dez de prata e seis de bronze; logo a seguir, em Atenas (2004) o Brasil obtém a sua melhor colocação nas Paraolimpíadas: décimo quarto lugar, obtendo trinta e três medalhas, sendo que doze de ouro, dezessete de prata e quatro de bronze.

Desde que o País enviou a sua primeira representação aos Jogos Paraolímpicos, em 1972, na cidade de Heidelberg, na Alemanha, a presença brasileira nestas competições vem se ampliando. Em Sydney, o Brasil teve sua maior delegação em uma Paraolimpíada: sessenta e quatro atletas, divididos em nove modalidades. O alto nível técnico da delegação enche o CPB de esperanças quanto a um recorde de medalhas.

Quatro anos depois da Alemanha, na Paraolimpíada do Canadá (1976), vieram as primeiras medalhas: os atletas Robson Sampaio de Almeida e Luís Carlos “Curtinho” conquistaram a prata na bocha. Na Holanda (1980), a delegação brasileira foi representada apenas pelo time de basquete masculino em cadeira de rodas e um nadador, mas não subiu ao pódio. Quatro anos mais tarde, em 1984, os Jogos foram divididos em duas sedes: Aylesbury, na Inglaterra; e New York, nos Estados Unidos.

Na Inglaterra, participaram somente atletas em cadeira de rodas e o Brasil conquistou vinte e uma medalhas. Nos Estados Unidos, os Jogos foram destinados aos PCs, amputados e cegos. A atleta Anaelise foi a primeira cega brasileira medalhista no atletismo, na prova dos cem metros rasos.

Dos Jogos Paraolímpicos de Seul, em 1988, o Brasil trouxe vinte e sete medalhas, sendo quatro de ouro, dez de prata e treze de bronze. Na classificação geral, o país foi o vigésimo quinto colocado, entre sessenta e cinco participantes. O destaque da delegação nacional foi o atleta Luís Cláudio Pereira, que conquistou três medalhas de ouro - disco, dardo e peso - e estabeleceu três recordes, dois mundiais - dardo e peso - e um paraolímpico - no disco. A outra medalha de ouro foi ganha por Graciana Alves, na natação.

O número de medalhas caiu nos Jogos seguintes, em Barcelona, em 1992, onde foram conquistadas apenas sete, sendo três de ouro e quatro de bronze. Contudo, os atletas brasileiros conseguiram mais dois recordes mundiais, com Suely Guimarães, no disco, e Luís Cláudio Pereira, no peso. A terceira medalha de ouro foi conquistada por Ádria Rocha, no atletismo. Em Barcelona noventa e dois países tiveram representantes na competição. Os brasileiros terminaram em trigésimo lugar.

Em Atlanta (1996), o número de medalhas voltou a subir e chegou ao total de vinte e uma. Foram obtidas desta vez duas de ouro, seis de prata e treze de bronze. Antônio Tenório, no Judô e José Afonso Medeiros, na natação, foram responsáveis pelo ouro. Em Atlanta o

Brasil competiu com cinquenta e oito atletas. No geral, a delegação brasileira ficou com a trigésima sétima posição entre os cento e quatorze países participantes.

O Brasil fez na Paraolimpíada de Sydney (2000) a sua melhor campanha desde que os Jogos passaram a ser disputados na mesma cidade que abrigara a Olimpíada, em Seul (1988). Em onze dias de competições, os atletas brasileiros conquistaram vinte e duas medalhas (seis de ouro, dez de prata e seis de bronze).

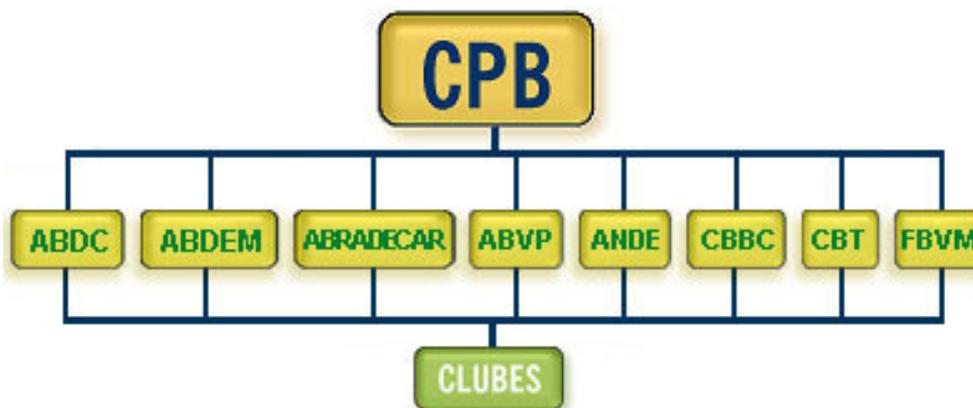
O melhor desempenho do país até então havia acontecido na cidade sul-coreana com vinte e sete medalhas (quatro de ouro, dez de prata e treze de bronze). Em Barcelona (1992), foram sete medalhas (três ouros e quatro bronzes) e, em Atlanta (1996), vinte e uma, sendo duas de ouro, seis de prata e treze de bronze. No geral, a melhor participação continua sendo a da Paraolimpíada de 1984, que foi realizada em New York (EUA) e Stoke Mandeville (ING). Naquela ocasião foram vinte e sete medalhas, distribuídas em sete de ouro, quatorze de prata e seis de bronze. O presidente do CPB, João Batista de Carvalho e Silva, disse na ocasião que o resultado poderia ser melhor na Paraolimpíada de Atenas (2004), o que realmente veio a acontecer: "O brasileiro tira leite de pedra. Se a gente tiver planejamento, vamos melhorar muito".

Dentro da campanha brasileira, também houve vários destaques individuais. O judoca cego Antônio Tenório repetiu o feito de Atlanta (1996) e conquistou a medalha de ouro. A velocista Adria Santos conquistou duas medalhas de ouro, com dois recordes mundiais e uma de prata nas provas de atletismo para cegos. Em sua primeira Paraolimpíada, Roseane Santos, a Rosinha, amputada da perna esquerda, conquistou dois ouros e dois recordes mundiais no arremesso de peso e no lançamento de disco. Fabiana Harumi Sugimori foi a primeira nadadora brasileira cega a conquistar uma medalha de ouro nos cinquenta metros livre.

Hoje, com uma estrutura considerada ainda vulnerável, o CPB tem, às vezes, demonstrado que algumas entidades apresentam privilégios na concessão e distribuição de

valores para as diversas competições das entidades que o compõem. Na figura abaixo, podemos observar as diversas Instituições deste Comitê.

Figura 1: Estrutura do Comitê Paralímpico Brasileiro



O CPB é dirigido pelo Senhor Vital Severino Neto, cego, presidente reeleito até o ano de 2008, em uma conturbada eleição na qual, através de uma decisão judicial interposta em cima da hora, quatro novas entidades foram incluídas no processo eletivo, contrariando o Estatuto do Próprio Comitê, e as quais votaram a favor do atual presidente, o que causou grande polêmica no processo eleitoral, que, em virtude disso, tramita nas vias judiciais até esta data.

Um fato paraesportivo importante ocorreu no decorrer do ano de 2004: a união das Entidades Internacionais para Amputados: *International Stoke Mandeville Wheelchair Sports Games Federation* - ISMWGSF, responsável pelo esporte para cadeirantes e a *International Sports Organization Disabled*, responsável pelo esporte para amputados e *les autres*, que deram origem a uma nova Entidade, que a partir daí ficou responsável por centralizar os dois tipos de deficiência, ficando conhecida como *International Wheelchair Association Sports* - IWAS. Com a sua criação a ABDA deixa de tomar assento no CPB, em virtude de

terem sido suprimidas suas ações de controle do paraesporte para amputados a nível internacional.

Graças a esta decisão, o Brasil sediou em Setembro de 2005, na cidade do Rio de Janeiro, os I Jogos Mundiais em Cadeira de Rodas e Amputados, denominados “Jogos Mundiais da Paz”, onde participaram quarenta e oito países, tendo o Brasil ficado em segundo lugar na classificação geral, atrás apenas da China. A atividade foi considerada de pleno sucesso, com a participação de voluntários que marcaram uma nova era no Paraesporte do País.

O Brasil conseguiu realizar o segundo maior evento paraesportivo do mundo no Rio de Janeiro. Todos aqueles que participaram, seja como atleta, técnico, dirigente, voluntário ou mesmo como convidado, pode avaliar a grandiosidade destes Jogos Mundiais em Cadeira de Rodas & Amputados. Foram muitas as dificuldades, mas o que realmente importa é que, neste evento, formamos novos técnicos, classificadores e árbitros internacionais e, com isso, quem realmente ganhou foi o paraesporte brasileiro. Os paraatletas nacionais brilharam e conseguiram o melhor resultado do Brasil em Jogos Mundiais. Foram trinta e sete medalhas de ouro, trinta e quatro de prata e trinta de bronze. As cerimônias de abertura, tributo à paz e encerramento foram verdadeiros shows à parte, com a presença de embaixadores com reconhecimento internacional, tais como, Pelé, Jimmy Page, Gilberto Gil, Marcelo Yuka. Os quarenta e oito países presentes na competição avaliaram os Jogos como de alto nível profissional, além de ficarem impressionados com a organização do evento.

Tudo isso só foi possível graças aos abnegados técnicos nacionais e internacionais, aos voluntários, aos funcionários da ABRADecAR, ao Comitê Organizador da competição e, principalmente, aos nossos parceiros ONU, ABC *Trust*, *World Prayer Society*, Centro Universitário Celso Lisboa, CBF e ao imprescindível patrocínio da IBM Brasil, Coca-Cola e *Facility* – empresas que acreditaram no esporte paraolímpico e nos Jogos Mundiais em

Cadeira de Rodas & Amputados. O balanço final da competição trouxe a equipe brasileira com um resultado histórico em competições mundiais: segundo lugar geral, com cento e uma medalhas - sendo trinta e sete de ouro, trinta e quatro de prata e trinta de bronze. Na primeira colocação veio à China, com cento e onze medalhas (cinquenta e uma de ouro, trinta e cinco de prata e vinte e cinco de bronze); enquanto o terceiro lugar ficou o México, com oitenta e cinco medalhas (trinta e uma de ouro, vinte e oito de prata e vinte e seis de bronze).

A participação de pessoas com deficiência em eventos competitivos por paraatletas no Brasil e no mundo vem sendo ampliada. Por serem consideradas, em geral, como um elemento ímpar no processo de reabilitação, as atividades físicas e paraesportivas, competitivas ou não devem ser orientadas e estimuladas, visando assim possibilitar às PCDs, mesmo durante seu programa de reabilitação alcançar os benefícios que estas atividades podem lhes proporcionar, visando uma melhoria significativa em sua qualidade de vida.

No depoimento do Ex-Ministro dos Esportes do Brasil, Lars Graef, após a perda de sua perna direita num acidente em 1998, pode-se enfatizar a importância da inclusão das PCDs nas atividades esportivas

O esporte é uma das formas mais justas de nivelar a sociedade. Para o deficiente que muitas vezes está sozinho em casa, segregado do resto da sociedade, ter uma oportunidade dessas é a forma dele poder comprovar seu valor e ser admirado pela sociedade. Ele consegue derrubar a letrelinha 'D' da Deficiência, mostrando sua Eficiência através do esporte e mudar a visão da sociedade provando que ele pode ser eficiente em outras áreas e não somente no esporte. Da mesma forma é a terceira idade que deve ser estimulada com orientações adequadas para participar de corridas e atividades físicas.

Em 2007, o Brasil teve a honra e o privilégio de poder, na cidade do Rio de Janeiro, realizar o Parapanamericano Rio 2007, um evento que mudou o curso da história do Paraesporte no país. Pela primeira vez, um Parapan foi realizado na mesma cidade, nas mesmas instalações e pelo mesmo Comitê Organizador do Pan, o CO-Rio. Na delegação que representou o Brasil no Rio de Janeiro havia trezentos e sessenta pessoas (duzentos e vinte e sete atletas e comissão técnica). O país teve representantes em todas as modalidades do Parapanamericano – atletismo (cinquenta atletas), natação (sessenta), halterofilismo (dezoito),

tênis de mesa (vinte e oito), futebol de 7 para PCs (doze), futebol de 5 para cegos (dez), tênis em cadeira de rodas (quatro), basquetebol em cadeira de rodas (doze), voleibol paraolímpico (doze) e judô (vinte e um), tendo obtido duzentas e vinte e oito medalhas, ou seja, quase uma medalha por atleta em todas as modalidades, conforme as tabelas abaixo, adaptados do *site* do Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB, 2007):

Tabela 5: Quadro de Medalhas do Brasil por Modalidade no Parapanamericano – Rio 2007

MEDALHAS	OURO	PRATA	BRONZE	TOTAL
ATLETISMO	25	26	21	72
NATAÇÃO	39	30	39	108
TENIS DE MESA	11	7	8	26
TENIS	1	1	1	3
BASQUETE FEMININO	-	-	-	-
BASQUETE MASCULINO	-	-	1	1
VOLEIBOL	1	-	-	1
HALTEROFILISMO	1	2	2	5
FUTEBOL DE 5	1	-	-	1
FUTEBOL DE 7	1	-	-	1
JUDÔ	3	2	5	10
TOTAL	83	68	77	228

Tabela 6: Quadro Geral de Medalhas no Parapanamericano – Rio 2007

RANKING / PAÍSES	OURO	PRATA	BRONZE	TOTAL
1° <u>BRASIL</u>	<u>83</u>	<u>68</u>	<u>77</u>	<u>228</u>
2° CANADÁ	49	37	26	112
3° ESTADOS UNIDOS	37	44	36	117
4° MEXICO	37	43	37	117
5° CUBA	28	21	11	60
6° ARGENTINA	7	16	30	53
7° VENEZUELA	5	10	15	30
8° PERU	3	1	-	4
9° COLOMBIA	2	6	9	17
10° JAMAICA	1	2	2	5
11° PORTO RICO	1	1	2	4
12° EQUADOR	1	-	2	3
13° COSTA RICA	-	1	2	3
14° CHILE	-	1	2	3
15° PANAMÁ	-	1	-	1
16° URUGUAI	-	1	-	1
17° EL SALVADOR	-	-	1	1
18° PARAGUAI	-	-	1	1

O Parapan serviu como processo classificatório para as Paraolimpíadas de Beijing, na China, em 2008. Os Jogos Parapanamericanos, realizados de 12 a 19 de agosto de 2007, e foram coordenados pelo Comitê Organizador dos XV Jogos Pan-Americanos e Jogos Parapanamericanos Rio 2007 - CO-Rio, em parceria com o CPB e de acordo com as regras do Comitê Paraolímpico das Américas - APC e do IPC.

Diante da realização dos dois eventos em seqüência, o CO-Rio preocupou-se em aplicar nas obras de reformas e construção das instalações esportivas e da Vila Pan-americana critérios de acessibilidade. Assim, rampas foram instaladas em todos os locais utilizados nas duas competições, além de outras facilidades, como apoios nos banheiros dos apartamentos, sinalizações em braile e sintetizadores de voz em computadores do *cyber-café* da Vila. Para organizar os Jogos Parapanamericanos, o CO-Rio contou com o apoio do Ministério do Esporte, do Governo do Estado do Rio de Janeiro e da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Esses dois eventos Rio 2007, foram considerados os melhores Jogos Panamericanos e Parapanamericanos da história pelo comando da Organização Desportiva Panamericana - ODEPA e do Comitê Paraolímpico das Américas - APC, bem como apresentou um alto nível técnico.

Nos XV Jogos Panamericanos Rio 2007, cento e vinte e três recordes da competição foram batidos. No Parapan Rio 2007, o desempenho dos atletas foi ainda superior: vinte e oito novos recordes mundiais e cento e uma marcas da competição foram estabelecidos.

3.2. 5. Cidadania, Inclusão Social e Paraesporte

A defesa da cidadania e do direito à prática esportiva das PCDs é atitude muito recente em nossa sociedade. Manifestando-se através de medidas isoladas, de indivíduos ou grupos, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos dos deficientes podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais, a partir de meados deste século. (MAZZOTTA, 2001)

Luiz Alberto David Araújo (1994), em seu trabalho que valeu título de Doutor em Direito Constitucional, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, afirma que: "a proteção das pessoas portadoras de deficiência nunca foi tema constante dos textos constitucionais." A primeira ação nesse sentido, de proteção específica à pessoa com deficiência, foi na Emenda Constitucional de 1969.

A plena participação e cidadania das pessoas com deficiência é uma antiga reivindicação desse segmento e está expressa no lema adotado para o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, em 3 de dezembro de 2004. "Nada sobre nós, sem nós", isto é, em todos os assuntos que dizem respeito às PCDs, queremos que nossas opiniões e necessidades sejam levadas em consideração.

Entender que os objetivos das Políticas Públicas para esse segmento da sociedade passa pela garantia dos direitos e pela inclusão social; passa também pela desconstrução da desqualificação e do preconceito, isto é, perceber que o deficiente não é um ser inútil, mas um ser humano repleto de qualidades e talentos, que se manifestam não só na cultura e nas artes, mas também nas atividades produtivas e na vida diária; passa ainda por dar poder à pessoa com deficiência, isto é, possibilitar que as pessoas com deficiência possam decidir sobre a construção de sua própria história; e passa, finalmente, pelo rompimento do pressuposto da

“normalidade”, isto é, não adotar um padrão único de solução para a infinidade de necessidades da população.

Por último, entender que a realização de Políticas Públicas de inclusão social deve priorizar: a) a participação das pessoas com deficiência, através da criação e fortalecimento de conselhos municipais e estaduais de Defesa de seus Direitos; b) as ações de prevenção das deficiências, através de campanhas permanentes; c) a educação inclusiva, preferencialmente nas escolas regulares, evitando a segregação, os medos, os complexos e os preconceitos; d) a acessibilidade, eliminando as barreiras arquitetônicas, adaptando o transporte coletivo e implementando um sistema de comunicação inclusiva para as pessoas cegas (sistema Braille) e para as pessoas surdas (Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS) e outras; e) a promoção da dignidade com ações voltadas para a geração de emprego e renda e também a participação equilibrada nas competições esportivas a níveis regionais, nacionais e internacionais. Esse é um roteiro que acreditamos ser necessário seguir, objetivando a inclusão das PCDs em nosso meio.

A circunstância “ser diferente” faz parte da condição humana. Numa sociedade tolerante e democrática a diversidade é manifestação do ser único que cada um é. E isso é valor! É condição de desenvolvimento. Estimula o exercício da liberdade e a conquista da autonomia. Somos diferentes uns dos outros, do ponto de vista biológico, social, psicológico, cultural. Cada um é um indivíduo rico em possibilidades de crescimento na vida em sociedade. Cada ser humano é uma combinação de condições e qualidades que vão sendo atualizadas e concretizadas ao longo da existência, de acordo com os relacionamentos, vivências e contextos de vida.

O problema está no ser humano que só quer conviver com seus iguais. Acredita que é mais fácil e dá menos trabalho. Evita também encarar conflitos. Foge do que não considera

normal. E aqui normal é entendido como o mais freqüente, como aspiração legitimada pelo próprio grupo de convivência.

Quando pensamos no ser humano, temos presente a questão de que somos todos diferentes, uns dos outros. Somos mulheres, homens; crianças, jovens, adultos, idosos; brancos, negros, pardos, amarelos, vermelhos; baixos, altos; gordos, magros; empregados, desempregados; baianos, paranaenses, capixabas, cariocas, amazonenses, alagoanos, sergipanos, gaúchos, paulistas, cearenses; moramos em cidades grandes, médias, pequenas, no campo, na floresta; pessoas com deficiências, pessoas sem deficiências; católicos, evangélicos, presbiterianos, umbandistas, espíritas, judeus, muçulmanos, ateus; solteiros, casados, divorciados, separados... Essas inúmeras características podem ser vistas como fatores de agregação, de agrupamento, de inclusão. Porém, ao mesmo tempo, podem ser pivôs de práticas segregantes e excludentes. Isto vai depender das nossas práticas, dos nossos posicionamentos frente a estas questões.

É preciso que cada um reconheça nas diferenças uma posição de contato e igualdade com o outro, porque, quando vê só a diferença ou a deficiência, não consegue reconhecer-se. É preciso que veja o outro como um todo, inclusive com a parte diferente, para que possa reconhecer-se nas demais partes e aí se comunicar.

O ser humano tem características estruturais universais e caracteriza-se como um ser de relações, necessidades e ação: vive “com”. A satisfação das próprias necessidades garante ao ser humano o vigor afetivo e psicológico para viver e desenvolver-se, compartilhando a vida. A complexidade da vida humana fica expressa nas atividades e na forma de satisfazer suas necessidades.

É no processo de reconhecimento de suas necessidades e na busca dos meios de satisfazê-las que o ser humano elabora o conhecimento e sua própria identidade. É na ação e

no movimento que ele se constitui. O importante é observar, explicar e compreender o ser humano para poder trabalhar COM ele e não PARA ele!

Garantir o direito à educação e ao trabalho criativo e produtivo para todos é garantir espaços de existência, comunicação e desenvolvimento humanos. Essa luta, nas sociedades atuais, não se refere somente às pessoas com deficiência, mas é uma luta de todos.

A OMS distinguiu, em 1980, três conceitos afins. Estes conceitos são seguidos por praticamente todas as organizações internacionais que abordam a problemática da deficiência, tais como Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, *International Rehabilitation*, Organização Internacional do Trabalho - OIT, Organização das Nações Unidas - ONU.

Centrando essas considerações no nosso campo de trabalho, vamos refletir sobre a incapacidade, que estabelece uma relação entre o conceito de deficiência e de desvantagem. A incapacidade representa uma “exceção à regra” no que se refere ao comportamento ou às atividades habitualmente esperadas por parte do indivíduo.

A deficiência caracteriza-se por uma alteração física, mental ou sensorial que pode ser temporária ou permanente. Portanto, dizer que um indivíduo “tem uma deficiência” não implica que tenha uma doença, nem que tenha de ser encarado como doente. Sendo assim, é inadequado afirmar genericamente que “alguém é incapaz” quando queremos nos referir a “alguém que tem uma incapacidade”.

A situação de desvantagem, por sua vez, só pode ser determinada a partir de uma relação de comparação. Então, ela é um fenômeno social. Por exemplo: Uma pessoa com deficiência física nos membros inferiores, apresenta dificuldades em andar naturalmente, mas consegue locomover-se com autonomia em sua cadeira de rodas ou com a ajuda de muletas. A desvantagem está no fato de que nesta cadeira não consegue subir escadas. Neste caso, a

rampa oferece uma situação de equidade para a locomoção das pessoas com e sem deficiência. Quando a rampa não está presente, isso representa uma barreira social.

Quando levamos estes conceitos para a inclusão de PCDs nas escolas, podemos concluir que a questão da desvantagem é a que adquire maior relevância neste processo. A possibilidade de equiparação está em empregar todos os recursos possíveis e necessários para garantir a participação de todas as pessoas em todas as atividades.

Considerar “todos os recursos possíveis e necessários” significa abrir a discussão sobre a diversidade com todos os envolvidos no processo de aprendizagem: pais, alunos, professores, funcionários da escola e comunidade. Assim se estabelece o processo de educação permanente da comunidade e formação contínua dos profissionais envolvidos com a educação.

Nos dias de hoje, ninguém contesta que as necessidades dos deficientes devam ser respeitadas pela sociedade e que esta deve oferecer meios para que todas as pessoas tenham acesso à participação ativa em todos os setores sociais. Mas, o reconhecimento da deficiência como uma diferença, entre tantas outras, também precisa ser acompanhado pelo reconhecimento das demandas específicas de cada aluno. Em outras palavras, não devemos ser indiferentes à diferença, pois é a partir dela que se ampliam as possibilidades de aprendizagem, trocas e vivências que possibilitam a criação de instrumentos para o processo de desenvolvimento educacional.

O princípio da equiparação de oportunidades entre pessoas com ou sem deficiência significa que as necessidades de todo indivíduo devem ser levadas em conta com o mesmo grau de importância. Todos os recursos devem ser empregados de maneira que garantam iguais oportunidades de participação a todas as pessoas.

Uma pesquisa realizada pelo IBGE, a pedido da Unicef, em 2003, mostra que o Brasil conta com dois milhões e novecentas de crianças e adolescentes entre zero e dezessete anos

com deficiência. Esta pesquisa aponta que, deste número, 38,7% estão na faixa etária entre quatro e seis anos e não freqüentam a escola. Das crianças, entre sete e quatorze anos, 11,4% continuam excluídas de qualquer modalidade de ensino e 21% das PCDs entre doze e dezessete anos não têm escolaridade.

É importante lembrar que, em 1994, dirigentes de mais de oitenta países, assinaram a Declaração de Salamanca, um dos mais importantes documentos de compromisso de garantia de direitos educacionais. Ela proclama as escolas regulares inclusivas como o meio mais eficaz de combate à discriminação.

No atual Plano Nacional de Educação, em seu capítulo sobre a Educação Especial, está registrado que a Constituição Federal estabelece o direito de as pessoas com necessidades especiais receberem educação preferencialmente em rede regular de ensino (art. 208, III), tendo como diretriz atual a plena integração dessas pessoas em todas as áreas da sociedade.

Por sua vez, o Plano Plurianual 2004-2007, do atual governo, afirma a necessidade de desenvolver políticas de integração multidisciplinar capaz de atender às pessoas com deficiência nos âmbitos do trabalho, educação, saúde, previdência, cultura, esportes, etc. Além disto, diz ter “a convicção da necessidade de intensificar a política de qualificação profissional e de empregabilidade” das pessoas com deficiência.

O Censo Escolar de 2003, divulgado pelo MEC, demonstrou que das trezentas e cinqüenta e oito mil, novecentas e oitenta e sete crianças com deficiência matriculadas no ensino básico, só cento e quarenta e quatro mil, quinhentas e oitenta e três freqüentam as classes regulares. Estes números nos fazem refletir: Quais têm sido os critérios de acesso dos alunos com deficiência nas escolas regulares? Será que o lugar deles não é o banco da escola comum, se desenvolvendo com as outras crianças e compartilhando das experiências cotidianas, onde a convivência com a diversidade possibilita o pleno desenvolvimento de todos?

Para contribuir com a mudança deste cenário, é necessário que cada professor assuma, enquanto compromisso individual e coletivo, o comprometimento com a construção de uma prática paraesportiva que acolha todos os alunos, sem preconceitos, disposta a discutir e trabalhar com a diversidade humana.

Sendo a deficiência uma diferença significativa, os tratamentos reabilitadores colocaram como meta padrões de normalidade, buscados ao máximo, para que, depois dessa reabilitação, pudesse integrar-se à sociedade, uma vez que o conceito de integração, aqui é entendido como um caminho de mão única, cabendo à PCD adaptar-se para poder cumprir as exigências da sociedade.

Para Werneck (1997), a sociedade para todos, consciente da diversidade da raça humana, estaria estruturada para atender às necessidades de cada cidadão, das maiorias às minorias, dos privilegiados aos marginalizados, dessa forma, crianças, jovens e adultos com deficiência seriam naturalmente incorporados à sociedade inclusiva, definida pelo princípio: "todas as pessoas tem o mesmo valor". E, assim, trabalhariam juntos, com papéis diferenciados, dividindo iguais responsabilidades por mudanças desejadas para atingir o bem comum. Rosadas (1996) considera que sem um programa de atividade física cientificamente elaborado, a criança, com deficiência ou não, estará totalmente sujeita aos problemas da civilização moderna regida pelo sedentarismo.

Com respeito ao Paraesporte e seu enfoque na Sociedade atual, a participação em diferentes atividades tem recebido atenção crescente, oferecendo aos indivíduos com deficiência a oportunidade, de experimentarem sensações e movimentos, que freqüentemente são impossibilitados pelas barreiras físicas, ambientais e sociais. Dentre estas atividades, segundo Collen (1991) e Mahoney & Barthel [s.d.], destaca-se o esporte, muitas vezes já indicado desde a fase inicial do processo de reabilitação.

Conforme estudos de Mattos (1990; 1994), o desenvolvimento do esporte para PCDs tem sua origem com a reabilitação dos veteranos da Segunda Guerra Mundial, particularmente na Inglaterra e nos Estados Unidos. O esporte adaptado no Brasil se iniciou em 1958 com o basquetebol em cadeira de rodas, começando a aparecer clubes especializados em esportes para pessoas com limitação física. O espírito competitivo existente nestas pessoas com limitação física é geralmente alto, tanto pela própria vontade de vencer quanto de mostrar-se capaz. Por este motivo é que em alguns centros de reabilitação se tem esse enfoque esportivo. Entretanto, o acesso a esses centros nem sempre é fácil devido especialmente às condições econômicas e sociais desfavoráveis e também pela formação médica incompleta e pelo preconceito. Não raras vezes, particularmente para aqueles pacientes crônicos, em que não se espera mais uma melhora na deficiência motora, escutamos a famosa frase: "Não há mais nada para se fazer", sendo assim, "O senhor será desligado da sua terapia".

CAPÍTULO IV

DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO

4.1. Desenvolvimento do Paraesporte Internacional

A fim de que se possa organizar uma sucessão de fatos históricos, faz-se necessário localizar e agrupar acontecimentos em Linhas de Tempo definidas, dominando padrões de autenticidade e noções para distingui-los por critérios de anterioridade, posterioridade e simultaneidade, bem como utilizar fontes históricas em pesquisas já previamente elaboradas, com a preocupação constante de verificar a sua autenticidade e a correlação com outros títulos semelhantes já existentes. Para o pesquisador que confecciona a Linha de Tempo é muito importante também que o mesmo tenha iniciativas próprias e autonomia na realização de trabalhos individuais e coletivos. Assim, a proposição de uma Linha de Tempo para o Paraesporte Internacional caracteriza-se como uma fonte essencial para futuras consultas por parte dos indivíduos que trabalham nesta área específica do esporte.

Abaixo se apresenta o Cronograma da Evolução dos Fatos do Paraesporte Internacional agrupada pelos séculos:

SÉCULO XVIII
1760 - Foi na França, no ano de 1760, que foi criado o Instituto Nacional de Surdos-Mudos pelo francês Charles-Michel de l'Épée, que era um Abade. Nos primeiros anos da década de 1760, o seu abrigo tornou-se a primeira escola de surdos, a nível mundial, aberta ao público.
1784 - Foi criado o Instituto dos Jovens Cegos na França.
SÉCULO XIX
1800 - Ao final de 1800 é realizado na Europa o I Programa de Esportes para Surdos.
1832 - Criação do Primeiro Instituto para Deficientes Físicos na Alemanha.
1847 - Iniciação das atividades com o Paraesporte no Mundo. O pedagogo Austríaco Klein edita o livro Ginástica para cegos , onde foram incluídos esportes e suas adaptações para esta população.

1870 - Segundo Araújo (1998) os atletas surdos são as primeiras pessoas com deficiência a se apresentarem em um cenário esportivo. Nos Estados Unidos ocorrem as primeiras participações de crianças surdas em competições esportivas.
1880 - Neste ano, Clubes esportivos para Surdos deram início as suas atividades em competições e encontros esportivos em Berlim e também em outras partes da Europa (IPC, 2008).
1885 - O Estado de Illinois (EUA) introduz o Futebol para Surdos.
1888 - São realizados em Berlim os I Jogos Esportivos para Surdos.
SÉCULO XX
1906 - As Escolas Especiais dos EUA disseminam o Futebol para surdos. Neste mesmo ano a Escola de Wisconsin para surdos passa a oferecer a modalidade de Basquetebol Adaptado.
1907 - Primeiro registro de eventos competitivos de <i>goalball</i> nos Estados Unidos, envolvendo alunos de escolas especiais de Overbook e Baltimore.
1910 - Um livro espanhol (<i>La vida con Síndrome de Down</i>) cita a Alemanha como o País que pela primeira vez pratica o esporte para cegos.
1918 - Práticas desportivas para deficientes tem início neste princípio de século, quando um grupo de mutilados de guerra da Alemanha começa a fazer esportes como terapia, a fim de esquecer o sofrimento da Primeira Guerra Mundial.
1918 - I Jogos de Stoke Mandeville (Inglaterra) e Inauguração da Vila Olímpica de Stoke Mandeville.
1922 - Foi fundado o Comitê Internacional de Esportes para Surdos - CISS, com a participação de seis países.
1924 - Em agosto foram realizados, em Paris, os Jogos do Silêncio ou <i>Deaflympics Games</i> , que em tradução livre podem ser denominados Jogos Olímpicos dos Surdos, com a participação de cento e quarenta e cinco atletas de nove países europeus. Essa foi a primeira competição internacional para pessoas com deficiência e que ocorre até os dias atuais.
1932 - Fundação da Associação de Jogadores de Golfe, englobando amputados unilaterais de membros superiores. A Prática Esportiva para PCDs teve dois pólos: Inglaterra e Estados Unidos.
1944 - Durante a Segunda Grande Guerra Mundial, o governo britânico contratou, entre outros, o neurocirurgião alemão, Ludwig Guttmann, para começar um trabalho de reabilitação para lesionados medulares, sendo criado na Inglaterra o I Centro de Tratamento de Lesões Medulares (Stoke Mandeville) e adotam a prática esportiva como reabilitação. Guttmann, neste Centro de Tratamento, inicia as práticas com caráter essencialmente de reabilitação: Arco e flecha e Tênis de mesa. Nos Estados Unidos a visão que norteou o início da prática desportiva com deficientes foi competitiva.
1945 - Nos Estados Unidos, fundação da <i>American Athletic Association for the Deaf</i> – AAAD, que desde esse ano organiza e promove o esporte para pessoas surdas.
1946 - Criação do Golbol, na Alemanha, pelo SET <i>Heindle</i> e pelo austríaco Hanz Lorenzen.
1948 - Ludwig Guttmann, Neurocirurgião, funda, na Inglaterra, o Stoke Mandeville <i>Games</i> , na cidade que teve o seu nome.
1948 - No dia 29 de julho, exatamente na data da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Londres, aconteceu a competição denominada Stoke Mandeville <i>Games</i> .
1948 - I Jogos Mundiais em Cadeira de Rodas, na Inglaterra.
1949 - É criada a Associação Nacional de Basquetebol em Cadeira de Rodas - NWBA, nos Estados Unidos.
1949 - Desde esse ano, o CISS realiza também seus Jogos de Inverno.
1950 - Na América do Sul, tem início na Argentina, devido a epidemia de Poliomielite que assolou o País, a iniciação paraesportiva através da modalidade do Basquetebol em Cadeira de Rodas. A <i>Federación Española de Deportes de Minusválidos</i> - FITTE foi a primeira entidade do País a trabalhar com paraesportistas cadeirantes. Os professores Mogilesky e Ramirez foram os iniciadores.
1952 - Ex-soldados holandeses se uniram para participar dos Jogos de Stoke Mandeville, e juntamente com os ingleses, fundaram a <i>International Stoke Mandeville Games Federation</i> / Federação Internacional dos Jogos de Stoke Mandeville - ISMGF, dando início ao movimento esportivo internacional que viria a ser base para a criação do que hoje conhecemos como esporte paraolímpico.

1952 - Dr Ludwig Guttmann, Neurocirurgião, cria os I Jogos Internacionais de Stoke Mandeville, precursor dos Jogos Paraolímpicos Modernos.
1952 - I Jogos Internacionais de Stoke Mandeville com a participação de uma equipe de atletas alemães com deficiência.
1952 - Na Finlândia é realizada a XV Olimpíada de Verão.
1952 – Criada inicialmente com o nome de Federação Internacional dos Jogos de Stoke Mandeville, a <i>International Stoke Mandeville Games Federation</i> – ISMGF, destinava-se ao esporte para deficientes em cadeira de rodas e sua ação esportiva estava mais concentrada no basquetebol. Posteriormente passou a ser denominada <i>International Stoke Mandeville Wheelchair Sports Federation</i> / Federação Internacional de Stoke Mandeville para Esportes em Cadeira de Rodas – ISMWSF.
1955 - O IPC reconhece o Comitê Internacional de Esportes para Surdos - CISS.
1955 - A equipe de Basquetebol em Cadeira de Rodas dos Estados Unidos viaja para Israel, onde realiza um triangular do qual participaram as equipes da Argentina e Israel.
1956 - Surge na Holanda o Voleibol Sentado. Podem competir Amputados, PCs, lesionados da coluna vertebral e outros tipos de deficiência locomotora.
1957 - A equipe do Pan Am Jets, de Basquete dos Estados Unidos, em jogos de exibição, viaja ao RJ e SP, lotando os ginásios. Atraíram um público de quinze e vinte e cinco mil pessoas aos ginásios, respectivamente.
1957 - Benjamin H. Lipton introduz outras modalidades esportivas em cadeira de rodas nos EUA, que até então eram voltadas somente ao Basquete.
1958 - I Jogos Panamericanos de Surdos, em Buenos Aires (Argentina).
1960 - Foi fundada a Primeira das Organizações de Administração e Controle do Esporte Paraolímpico, o Comitê Internacional dos Jogos de Stoke Mandeville - ISMGC, o qual foi constituído em Roma. (IPC, 2008).
1960 - Antônio Maglio, diretor do Centro de Lesionados Medulares de Ostia, Itália, sugeriu ao ISMGC que a competição fosse realizada em Roma, logo após as XVI Olimpíadas.
1960 - Os I Jogos Paraolímpicos ou Paraolimpíadas foram realizados na cidade italiana de Roma, com a participação de mais de quatrocentos atletas, de vinte e três países. O termo “Para” quer dizer “Paralelo às”.
1961 - I Olimpíadas dos Cegos em Meschede Westphalia, de 26 de março a 2 de abril.
1964 - A <i>International Sport Organization for the Disabled</i> . / Organização Internacional de Esportes para Deficientes – ISOD, foi criada como uma federação esportiva internacional para atender a deficientes visuais, amputados, paralisados cerebrais e paraplégicos não contemplados pela Federação Internacional dos Jogos de Stoke Mandeville - ISMGF.
1964 - Realização da II Paraolimpíadas da ISOD.
1965 - Na França, a Equitação Terapêutica torna-se matéria didática, tanto que em 1969 teve lugar o primeiro trabalho científico de reeducação eqüestre no Centro Hospitalar Universitário de Salpêtrière.
1966 - Primeiro campeonato Individual da IBSA.
1967 - No continente americano são organizados os I Jogos Parapanamericanos, com a participação de paraplégicos, amputados, e sequelados de poliomielite da Argentina, Canadá, Estados Unidos, México e Trinidad Tobago.
1968 - As Paraolimpíadas são realizadas em Tel Aviv – Israel.
1968 – Destinada ao esporte para deficientes mentais e fundada pela <i>Joseph Kennedy Foundation</i> , a <i>Special Olympics International</i> tem como principal característica oferecer esportes sem a preocupação do alto-rendimento. Com um sistema de organização próprio em que os atletas de cada esporte são agrupados por nível de rendimento esportivo, permite que todos os deficientes mentais, independentemente do seu grau de deficiência, possam participar em condições de igualdade. Pelas características da deficiência mental, tem sido a forma mais adequada de oferecer atividade esportiva para esse segmento. No Brasil tem como representante a <i>Special Olympics Brazil</i> .
1968 - Realização em Israel das III Paraolimpíadas Estados Unidos do Movimento Olimpíadas Especiais.
1969 - Primeira participação Brasileira em competições Internacionais, realizada na Cidade de Buenos Aires, Argentina.

1971 – Com relação à temática da Paz, os Jogos de Tênis de Mesa foram um estágio importante para o reatamento diplomático entre a China e EUA, em 1971.
1972 - O Comitê Internacional dos Jogos de Stoke Mandeville - ISMGC teve seu nome modificado para Federação Internacional dos Jogos de Stoke Mandeville - ISMGF e depois modificado para <i>International Stoke Mandeville Wheelchair Sports Federation</i> - ISMWSF.
1972 - Paraolimpíadas realizadas em Heidelberg – Alemanha.
1974 - Pettengill (1997) relata que o primeiro documento encontrado abordando a Educação Física e suas intervenções na Educação Global da Pessoa com Deficiência foi o parecer n. 1002/74, do Conselho Federal de Educação, que relacionava ao tratamento especial previsto no artigo 9, da Lei n. 5692/71.
1975 - É adotada pela Assembléia Geral da ONU, a Declaração dos Direitos do Deficiente, através da resolução 3447, de 09/12/1975.
1975 - É implantada a <i>American Alliance for Health, Physical Education, Recreation and Dance</i> (AAHPERD), que começa a implementar Programas Especiais de Educação Física Adaptada e currículos para as Universidades Americanas.
1975 - Um atleta Norte Americano, Bob Hall, deficiente físico, participa de uma Maratona em Boston, o que veio a incentivar a participação de outras pessoas com deficiência física em corridas de Rua.
1976 - O IPC, como forma de reconhecimento, autoriza que as Paraolimpíadas se passem a designar por Jogos Olímpicos para Deficientes. Nesse ano, Toronto recebeu mil e setecentos atletas de cinquenta países convidando, pela primeira vez, cegos e amputados a participar.
1976 - Realização dos I Jogos Paraolímpicos de Inverno ou Paraolimpíadas de Inverno, em Örnsköldsvik, Suécia. A partir de então e até 1992 os Jogos de Inverno aconteceram no mesmo ano dos Jogos de Verão.
1976 - Nas Paraolimpíadas de Toronto, Canadá, onde houve a inclusão dos atletas cegos e amputados.
1976 - Criação da Organização Internacional de Desporto para Deficientes - ISOD.
1976 - O golbol passa a fazer parte da ISOD.
1976 - O Tênis de Quadra em Cadeira de Rodas foi criado nos Estados Unidos, por Jeff Minnenbraker e Brad Parks. Ambos construíram as primeiras cadeiras adequadas à prática desta modalidade e a difundiram em seu país.
1976 - Em 16 de dezembro, em Assembléia Geral, a ONU aprovou a Resolução n. 31/123 proclamando o ano de 1981, como Ano Internacional da Pessoa com Deficiência.
1977 - Jogos Panamericanos.
1977 - Realização da Primeira Maratona Nacional em Cadeira de Rodas e Primeira Olimpíadas Especiais de Inverno .
1977 - Em Portugal, a Direção Geral de Desportos criou um setor dedicado aos deficientes. Neste mesmo ano, é criado o Secretariado Nacional de Reabilitação.
1978 - Com base no trabalho desenvolvido pela ISOD, a partir de 1964, a <i>Cerebral Palsy – International Sports and Recreation Association</i> . - CP-ISRA foi fundada para atuar como entidade internacional específica para o esporte e a recreação das pessoas com paralisia cerebral. Sua filiada no Brasil é a ANDE – Associação Nacional de Esportes para Deficientes.
1978 - VI Jogos Panamericanos (apenas atletas cadeirantes), realizado na cidade do Rio de Janeiro.
1978 - Primeiro Campeonato Mundial de golbol, na Áustria.
1980 - Os Jogos Paraolímpicos foram realizados na cidade de Arnhem, na Holanda.
1980 - A partir de 1980, em Arnhem, na Holanda, a inclusão nos Jogos Paraolímpicos, dos PCs.
1980 - É dissolvida a ISOD e são criadas a IBSA, CO-ISRA e se configura a ISMGF.
1980 – Em Geilo, Noruega são realizadas as Paraolimpíadas de Inverno.
1980 - Foi criada no Japão a modalidade do <i>Twin Basketball</i> destinada a enfatizar a participação de jogadores quadriplégicos com várias deficiências principalmente as causadas pelas vértebras C5 a C7.

1981 - Fundação da Federação Internacional de Esportes para Cegos e deficientes Visuais- IBSA
1982 - ISMGF, CP-ISRA, IBSA e ISOD reúnem-se para Criação do <i>International Co-ordinating Committee of Sports for the Disabled in the World</i> / - ICC.
1982 - <i>World Athletics Championships</i>
1982 - O Método de Classificação Funcional Paraesportivo começou a ser utilizado no Panamericano do Canadá.
1982 – Com as entidades ISOD, IBSA, CP-ISRA, ISMGF é criado o <i>International Co-ordination Committee of World Sports Organizations for the Disabled</i> / Comitê Internacional de Coordenação das Organizações Mundiais de Esportes para Deficientes - ICC a qual posteriormente viria a se unir a CISS e a INAS-FM
1983 - A ONU criou o Documento intitulado Programa Mundial de Ações Relativo às Pessoas Portadoras de Deficiência que, em seu parágrafo 27 diz o seguinte: “Das pessoas com deficiência deve-se esperar que desempenhem o seu papel na sociedade e cumpram suas obrigações na qualidade de adultos”.
1984 – Em Innsbruck, Áustria, são realizadas as Paraolimpíadas de Inverno.
1984 - Pela primeira vez uma atleta paraplégica participa dos Jogos, a Atleta Neroli Fairhall participa no Tiro com Arco.
1984 – O Sistema de Classificação Funcional do Basquetebol em Cadeira de Rodas vigente atualmente foi proposto no início da década de 80, pelo Professor Horst Strohkendl, sendo utilizado a partir das Paraolimpíadas de Los Angeles, em 1984.
1984 - Os Jogos Paraolímpicos foram realizados na cidade de Stoke Mandeville, na Grã-Bretanha e em Stoke Mandeville, na Inglaterra. As competições dos Jogos Paraolímpicos foram divididas em duas cidades: New York (EUA) e Stoke Mandeville (Inglaterra). Em New York foram realizadas as provas para atletas cegos, paralisados cerebrais e amputados. Já em Stoke Mandeville aconteceram as competições dos atletas em cadeira de rodas.
1984 - Estréia paraolímpica do Hipismo, que ocorreu nos Jogos de New York (1984).
1986 - Fundação da Federação Internacional de Esportes para Pessoas com Deficiência Intelectual - INAS-FID.
1986 - O IBSA, o CISS e a INAS-FID, aderem ao ICC.
1988 - Jogos Paraolímpicos de Seul, na Coreia. Realizados no mesmo local das Olimpíadas.
1988 - O Sistema de Classificação Funcional Paraesportivo proposto inicialmente em 1982, foi ratificado nos Jogos Paraolímpicos de Seul, em 1988.
1988 - Foi fundado o Centro de Vida Independente do Rio de Janeiro - CVI – RJ, que é o primeiro na América Latina. Ele é coordenado por uma equipe de profissionais com deficiência que informam e orientam o segmento, suas famílias e comunidades.
1988 - Paraolimpíadas de Inverno, em Innsbruck, na Áustria.
1988 - É constituída a Federação Portuguesa de Desportos para Deficientes - FPDC
1988 - A ISMWG passa a ter a denominação de <i>International Stoke Mandeville Games Federation</i> – ISMWGF.
1988 - Fundação do Comitê Internacional de Vela para Deficientes.
1988 - Fundação da Federação Internacional de Tênis em Cadeira de Rodas – IWTF.
1989 - Criação em 20 de setembro de 1989 do Comitê Paraolímpico Internacional - IPC. Sua sede inicial foi em Bruges, na Bélgica. A partir de 03 de setembro 1999, sua sede foi transferida para a cidade de Bonn, na Alemanha.
1989 - Em 10 de março, é fundado no Rio de Janeiro, a Associação Nacional de Equoterapia - ANDE, pelo Coronel Lélío de Castro Cirilo, do Exército.
1989 - É realizado no Rio de Janeiro, o I Seminário Internacional de Basquetebol em Cadeira de Rodas.
1990 – Vela apresenta-se nos Jogos Mundiais para Deficientes.

1992 - Paraolimpíadas de Barcelona. Mídia Falada, Televisada e Escrita transmitem as Paraolimpíadas diretamente da Espanha para todo o mundo.
1992 – XXXVII Sessão Plenária Especial sobre Deficiência da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, realizada em 14 de outubro de 1992, em comemoração ao término da Década, adotou o dia 3 de dezembro como Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, por meio da resolução A/RES/47/3.
1992 - Paraolimpíadas de Inverno, realizadas na cidade de Tignes-Albertville (França).
1994 - São realizados em Berlim, os I Jogos Esportivos para Surdos, na Alemanha.
1994 - O ciclo foi ajustado passando a ser realizado no mesmo ano dos Jogos Olímpicos de Inverno.
1994 - A Declaração de Salamanca versa sobre os Princípios, Política e Prática na Educação Especial.
1994 - I Copa Sul-americana de Basquetebol em Cadeira de Rodas, torneio no qual o Brasil perdeu para a Argentina.
1996 - Paraolimpíadas de Atlanta (EUA).
1998 - O Brasil sedia em Paulínia (SP) o I Mundial de Futebol de 5 (Cegos). O Brasil sagrou-se Campeão Mundial.
SÉCULO XXI
2000 - Jogos Paraolímpicos de Sydney (Austrália). Paraolimpíadas de Sydney. Durante os Jogos Paraolímpicos de Sydney, foi assinado um acordo de cooperação entre o IPC e o COI, garantindo a colaboração entre as duas entidades.
2001 - O Decreto 3956, publicado em 23/4/2004 promulga a convenção Interamericana para Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra as PCDs.
2001 - Em maio, o COI deu autorização ao CISS para alterar o nome dos seus jogos que passaram a ser denominados <i>Deaflympics Games</i> , que em tradução livre podem ser denominados Jogos Olímpicos dos Surdos. Embora tenham participado entre 1986 até 1995 do movimento paraolímpico, o CISS sempre realizou de forma independente os seus próprios jogos. O representante brasileiro é a CBDS – Confederação Brasileira de Desportos para Surdos.
2001 - Uma das ações de maior impacto foi, sem dúvida alguma, a assinatura em 19 de junho de 2001, de um acordo entre o IPC e o COI, tornando obrigatório, a partir de Pequim (2008), que a cidade ao apresentar sua candidatura para os Jogos Olímpicos de Verão e Inverno englobe na mesma proposta a realização das Paraolimpíadas.
2001 - Em Blumenau (SC) Brasil, foi realizado o II Campeonato Mundial Junior Masculino de Basquetebol em Cadeira de Rodas.
2002 - XIX Jogos Mundiais para Surdos realizado na cidade de Roma, Itália, de 22 de Julho a 1 de agosto.
2002 - III Campeonato Mundial de Futebol de Cegos da IBSA, realizado na cidade de Niterói (RJ).
2002 - Jogos Paraolímpicos de Inverno, realizados em Salt Lake City (EUA) com a participação de quatrocentos e dez atletas.
2003 - A cidade de Sundsvall, na Suécia, foi sede em 2003 dos XV Jogos Olímpicos de Inverno dos Surdos – <i>Winter Deaflympics Games</i> . Os eventos de verão e inverno são sancionados pelo Comitê Olímpico Internacional. Embora tenham participado entre 1986 até 1995 do movimento paraolímpico, o CISS sempre realizou de forma independente os seus próprios jogos.
2003 - Realização do <i>World Wheelchair Games</i> e do <i>Isod World Athletics</i> em Christchurch, New Zealand.
2003 - Em uma Assembléia Geral do IPC em Torino , é aprovado um pacote de propostas na qual e destacada a aprovação do Projeto “Engineering the Future”, o qual chega ao seu clímax em 2004 com a aprovação da Constituição do IPC.
2003 - O IPC adota a visão que reflete o Objetivo primordial do Movimento Paraolímpico “Ter o intuito de capacitar atletas Paraolímpicos em poder alcançar com espírito esportivo e a Excelência esportiva bem como inspirar e excitar o mundo”.
2003 - Mundial da IBSA – a Judoca Karla Cardoso obtém a vaga para as Paraolimpíadas de Atenas (até quarenta e oito quilos) e também de Danielle Bernardes (até cinquenta e sete quilos) que também garantiu a vaga para Atenas. A equipe Feminina Brasileira sagrou-se Vice-campeã Mundial.

2003 - Realização dos II Jogos Parapanamericanos em Mar Del Plata. A seleção de Basquete Masculina consegue uma vaga para os Jogos Paraolímpicos de Atenas 2004
2003 - Na Holanda, O Brasil obtém a Medalha de Bronze por Equipe no Campeonato Aberto de Apeldoorn, na Holanda. Carlos Strub, Cillas Viana e Walter Calisto conquistaram a Medalha de Bronze.
2003 - A cidade de Sundsvall, na Suécia, foi sede dos XIII Jogos Olímpicos de Inverno dos Surdos – <i>Winter Deaflympics Games</i> .
2004 - XII Jogos Paraolímpicos, realizado em Atenas, Grécia, no período de 17 a 28 de setembro.
2004 - Em 01 de janeiro, a ISMWSF e a ISOD firmaram o compromisso de se fundirem numa única entidade responsável pelo desenvolvimento dos esportes praticados por atletas em cadeira de rodas, amputados e <i>lès autres</i> . Em novembro se uniram para formar a <i>International Wheelchair and Amputee Sports Federation / Federação Internacional de Esportes para Cadeiras de Rodas e Amputados - IWAS</i> . A nova entidade tem planos de ampliar o calendário de eventos, com a introdução dos Jogos da Juventude, e apoiar o IPC nos Jogos Paraolímpicos de Atenas (Grécia). É representada no Brasil pela Associação Brasileira de Desportos em Cadeira de Rodas – ABRADecAR.
2004 - Atenas 2004 marca a estréia oficial do Futebol de 5 (cegos), somente no masculino, em Jogos Paraolímpicos.
2004 - 03 de dezembro passa a ser considerado o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.
2005 - II Campeonato Mundial Junior de Basquetebol em Cadeira de rodas, realizado na cidade de Birmingham, Inglaterra, com a participação de doze países.
2005 - Em janeiro, Melbourne, na Austrália, foi sede do XX Jogos Olímpicos de Verão dos Surdos – <i>Deaflympics Summer Games</i> . Desde 1949, o CISS realiza também seus Jogos de Inverno.
2005 - IV Simpósio Internacional de Dança em Cadeira de rodas, realizado em Juiz de Fora, Minas Gerais, no período de 21 a 25 de novembro.
2005 - Jogos Mundiais de Cadeira de Rodas & Amputados (realizado no Rio de Janeiro – Brasil) com o apoio do Ministério do Esporte. No período de 16 a 25 de setembro organizado pela ABRADecAR, a IWAS (fusão da Organização Internacional de Esportes para Deficientes e a Federação Internacional de Esportes em Cadeira de Rodas de Stoke Mandeville) com a sanção da ONU e o apoio da Prefeitura do Rio de Janeiro, através da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, contando com a participação de mais de mil atletas das cerca de cem delegações internacionais que disputarão dez modalidades esportivas, sendo a abertura no Estádio Célio de Barros e o encerramento no Sambódromo com show de música popular brasileira.
2006 - A nona edição das Paraolimpíadas de Inverno aconteceu na cidade de Torino, Itália, em 2006.
2006 - Campeonato Mundial de Voleibol Paraolímpico, realizado em Roemond, Holanda, no período de 17 a 25 de junho.
2006 - Campeonato Mundial de Natação do IPC realizado na cidade de Durban, África do Sul
2006 - IV Campeonato Mundial de Futebol de Cegos, promovido pela IBSA, de 22 de novembro a 1 de dezembro, na cidade de Buenos Aires, Argentina.
2006 - O IPC anunciou que os Jogos Parapanamericanos Rio 2007, a serem disputados entre 12 e 18 de agosto 2007, farão parte do sistema de classificação para os Jogos Paraolímpicos de Pequim (2008) em todas as modalidades incluídas em seu programa.
2007 - Pela primeira vez na sua história, os Jogos Parapanamericanos serão disputados na mesma cidade Rio de Janeiro) e consecutivamente aos Jogos Panamericanos, com Organização do CO-RIO, em Parceria com o CPB, de acordo com as regras do Comitê Paraolímpico das Américas - APC e do COI, no período de 12 a 19 de agosto.
2007 - É realizado pela IWAS o <i>Athletics World Championships</i> , em Taipei.
2007 - Morre no Rio de Janeiro o mesatenista argentino Carlos Maslup, de quarenta e oito anos, que disputou os Jogos Parapanamericanos no Rio, não foi uma surpresa para as entidades que defendem os direitos dos deficientes físicos. “A discriminação, por parte dos organizadores, estava evidente, antes mesmo do início dos Jogos Parapanamericanos”, aponta Andrei Bastos, assessor da superintendência do Instituto Brasileiro de Defesa dos Deficientes - IBDD. “As falhas de estrutura e na assistência médica para os atletas são verdadeiros absurdos”, opina. Maslup foi medalha de bronze no tênis de mesa nos Jogos Parapanamericanos Rio 2007.
2007 - É realizado na Cidade do Rio de Janeiro, o Campeonato Mundial de Bocha.

2007 - Campeonato Mundial de Basquetebol em Cadeira de Rodas, realizado na cidade de Amsterdã, Holanda, no período de 3 a 16 de julho. O árbitro brasileiro Ruy Marques apitou a partida final masculina.
2007 - O Brasil sedia na cidade do Rio de Janeiro os Jogos Parapanamericanos Rio 2007.
2008 - Jogos Mundiais de Cegos a serem realizados em 28 de julho e 08 de agosto em São Paulo e São Caetano do Sul (SP).
2008 - Paraolimpíadas de Beijing (China). Será realizado na cidade de Beijing, China, a décima terceira edição dos Jogos Paraolímpicos de Verão, no período de 6 a 17 de setembro. Serão disputadas vinte modalidades paraesportivas, uma a mais que em Atenas 2004.
2008 - IWAS <i>Junior World Games</i> 2008, no período de 18 a 26 de julho, em New Brunswick (USA). Esportes: arco e flecha, atletismo, <i>power lifting</i> , natação e tênis de mesa
2008 - BH <i>Wheelchair Tennis Open</i> (12 a 17 de agosto) e o <i>Winner Brail Wheelchair Tennis Open</i> (10 a 14 de dezembro). É o Primeiro Torneio Internacional da modalidade no Brasil em 2008, o evento já tem atletas confirmados do Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Espanha, França, Itália e Hungria, além de solicitações de informações de outros países (Canadá, República Tcheca, Japão), as competições acima são promovidas e organizadas pela ONG "Tênis Para Todos".
2008 - Realização em Manchester, na Inglaterra, de 7 a 11 de maio, a Copa do Mundo Paraolímpica. As modalidades da competição serão o atletismo, a natação, o ciclismo de pista e o basquete de cadeirantes. O nadador da classe S5 Daniel Dias, que concorreu ao 'Oscar do Esporte' como melhor atleta com deficiência do mundo, e a Seleção Feminina de Basquete em Cadeiras de Rodas já estão entre os convidados.
2008 - I Copa Intercontinental de Voleibol Paraolímpico (sentado) promovido pela WOVD, que acontece na cidade de Ismalia, no Egito, no mês de Setembro.

4.2. Desenvolvimento do Paraesporte Nacional de Rendimento

Os principais acontecimentos da história do Paraesporte Nacional encontram-se representados num cronograma que se estende desde o século XIX, mais propriamente desde o ano de 1854, até o século XXI (2008).

O cronograma e fatos do paraesporte nacional trazem e retratam os principais fatos e personagens da história do esporte adaptado nacional, aqui tratado como Paraesporte Nacional, desde os seus primeiros passos em 1854, até os dias de hoje.

O conhecimento histórico e sua caracterização não se restringem a marcas já consagradas, mas a todo conhecimento acerca do modo com o qual se desenvolveu o Paraesporte. Assim, as histórias individuais, como as dos paraatletas, podem não ser expressão da totalidade de uma época, mas serão experiências históricas.

Ao estudar sua própria história, os paraatletas e praticantes do esporte adaptado se sentem valorizados e têm a possibilidade de desenvolver noções necessárias para a formação do pensamento histórico paraesportivo quando localizam fatos significativos e refletem sobre

o tempo de sua própria vida. Além disso, deve-se enfatizar o caráter subjetivo do conhecimento histórico, uma vez que o homem e o historiador não registra tudo, mas produzem "seleções", recortes da realidade paraesportiva conforme sua experiência e projeto de sociedade constituída por ele. E, ao relacionar a história de vida com os fatos públicos marcantes (acontecimentos políticos, artísticos, econômicos, paraesportivos etc.), eles compreenderão que a história individual está inserida em um contexto mais amplo.

Inicia-se assim a elaboração das primeiras noções mais genéricas da confecção de uma Linha de Tempo tendo como ponto de partida temporal, bem como as características do Paraesporte, os fatos marcantes, as experiências difíceis ou prazerosas. Enfim, o seu modo de vida. Trabalha-se concomitantemente com as noções de tempo e espaço, isto é, a cronologia dos fatos possibilita que estes sejam datados e localizados.

Faz-se necessário localizar acontecimentos em períodos definidos do tempo, dominando padrões de autenticidade e noções para distingui-los por critérios de anterioridade, posterioridade e simultaneidade, bem como utilizar fontes históricas em pesquisas já previamente elaboradas, com a preocupação constante de verificar a sua autenticidade e a correlação com outros títulos semelhantes já existentes. Para o pesquisador que confecciona a Linha de Tempo, é muito importante também que o mesmo tenha iniciativas próprias e autonomia na realização de trabalhos individuais e coletivos.

Nesta perspectiva apresenta-se abaixo o desenvolvimento do cronograma para o Paraesporte Brasileiro de Rendimento:

LINHA DE TEMPO DO PARAESPORTE NACIONAL
SÉCULO XIX
1º Período - Desconhecimento do Paraesporte Brasileiro do início das primeiras atividades Paraesportivas (1854 até 1937)
1854 - Em 12 de setembro, criação da primeira Escola Nacional para Surdos e o Imperial Instituto de Meninos Cegos, que viria mais tarde a dar origem ao Instituto Benjamim Constant - IBC.

1857 – Criação do Instituto Nacional de Surdos - INES, no Rio de Janeiro.
SÉCULO XX
1924 - Criação da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos.
1925 - I Olimpíada Nacional de Surdos.
1930 - III Jogos Mundiais Femininos em Praga, na Tchecoslováquia.
1930 - Em relação à Educação Física - EF, observa-se que a mesma tem evoluído desde o final do século XIX, onde passou a ser obrigatória nas escolas públicas. Nas décadas de 1930 a 1950 consistia de aulas corretivas para alunos que hoje seriam considerados normais. Sherrill, citado por Winnick (2004, p. 09), descreveu de forma sucinta a EF deste período: <p style="margin-left: 40px;">A indicação para a Educação Física se baseava em um exame completo realizado por um médico que determinava se o estudante devia participar do programa normal ou do corretivo. As aulas corretivas consistiam basicamente de atividades limitadas, restritas ou modificadas, relacionadas a problemas de saúde, postura ou aptidão física. Em muitas escolas, os alunos eram dispensados da Educação Física; em outras, o professor normalmente trabalhava em várias sessões diárias de Educação Física normal. Os líderes da Educação Física corretiva continuavam tendo sólida formação em medicina ou fisioterapia. As pessoas que se preparavam para ser professores de Educação Física geralmente faziam um curso universitário de Educação Física corretiva.</p>
1930 - No final do século XIX, até a década de 1930, de acordo com Mazzotta (2003), os programas de atividade física começaram a passar de treinamento físico com orientação médica para Educação Física voltada ao esporte, e surgiu a preocupação com a criança como um todo.
1933 - Primeiro Projeto de construção de uma cadeira de rodas pesando vinte e dois quilos e setecentas gramas.
1936 - Jogos Abertos do Interior de São Paulo faz a inclusão de modalidades com atletas deficientes.
1937 - A história institucional da Educação Física no Brasil teve início em 1937, quando, por intermédio da Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937, foi criada a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura - DEF/MEC.
1937 - Quanto ao esporte, sua história institucional iniciou-se com a criação da divisão de EF do MEC. Tal divisão foi transformada em Departamento, depois em Secretaria e, ao longo dos anos a EF foi excluída de sua denominação. Em 1992 tínhamos a Secretária de Desportos, ainda vinculada ao MEC. Em 1995 é criado o Ministério Extraordinário dos Esportes - MME. Em seguida, a secretaria vinculada ao MEC, é transformada no Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto - INDESP e passa a subordinar-se ao novo Ministério. A partir desta data o esporte perde qualquer vínculo com o MEC, continua responsável pela EF, disciplina curricular obrigatória. Em 1998 cria-se o Ministério do Esporte e Turismo - MMET que, em 2003, é separado em duas pastas. O INDESP, extinto em 2000, é substituído pela Secretária Nacional de Esporte, hoje vinculada ao atual Ministério do Esporte.
2º Período - Da Descoberta e Valorização do Paraesporte de Rendimento (de 1938 a 1958)
1938 - Fernando de Azevedo (1938), intelectual engajado nas causas educacionais, não concordava que se reduzisse a Educação Física ao sentido de ensino/prática dos esportes. Para ele, tal disciplina deveria ser um meio e não um fim, ela não deveria ser apenas instrumental, mas recreativa, respondendo às ansiedades físicas dos alunos.
1938 - No período do Estado Novo, o Instituto Benjamin Constant sofreu grandes reformas, mantendo-se fechado para obras, incluindo a conclusão do prédio principal em 1945.
1940 - Censo demográfico, com investigação de cegos e surdos-mudos.
1946 - No Brasil, segundo Nabeiro (1989b), é possível afirmar que as obras mais significativas encontradas sobre atividades físicas para as PCDs foram publicadas em 1946. São três revisões de literatura e o livro O problema da educação física dos cegos , de Inezil Penna Marinho, um relato de sua experiência no Instituto Benjamin Constant, destacando as vantagens desta atividade "contra as doenças, particularmente as provocadas pelo hábito sedentário; desenvolvimento de seu sistema muscular e conveniente coordenação motor"
1948 - Criação da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos.

<p>1953 - Primeiras competições de Futebol para Cegos dentro dos Institutos Educacionais no sul do Brasil. No Instituto Santa Isabel promovia-se os “GRENAIS” (fazem referência a uma disputa acirrada no campo do futebol, entre as equipes gaúchas do Grêmio e do Internacional) para cegos e no Instituto São Rafael, em Belo Horizonte (MG), também se praticava este esporte.</p>
<p>1954 - Em 19 de março, fundação da Associação de Surdos de São Paulo.</p>
<p>1955 - Criação e fundação das primeiras entidades nacionais de prática paraesportiva, no Rio de Janeiro e São Paulo.</p>
<p>1957 - I Olimpíada Nacional de Surdos, comemorando o aniversário do INES. Foi caracterizada pela mídia como “Olimpíada Silenciosa”.</p>
<p>1958 - Primeira partida de Basquetebol em Cadeira de Rodas no Brasil, no Maracanãzinho (Rio de Janeiro) entre as equipes do Rio e São Paulo.</p>
<p>1958 - O esporte paraolímpico começou a ser praticado no território brasileiro. No dia 1 de abril, no Rio de Janeiro, o cadeirante Robson Sampaio de Almeida, em parceria com seu amigo Aldo Miccolis, fundou o Clube do Otimismo, que veio dar origem ao Clube dos Paraplégicos do Rio de Janeiro - CPRJ. Meses depois, em 28 de julho, Sérgio Seraphin Del Grande, também deficiente físico, cria o Clube dos Paraplégicos de São Paulo - CPSP. A data foi escolhida para homenagear os dez anos de Stoke Mandeville.</p>
<p style="text-align: center;">3º Período - De Fortalecimento do Paraesporte de Rendimento (de 1959 a 1990)</p>
<p>1959 - Fundação da Federação Carioca de Surdos Mudos - FDSERJ, em 20 de janeiro, hoje conhecida como Federação Desportiva dos Surdos do Estado do Rio de Janeiro, por Sentil Dellatorre. A FDSERJ foi desfilhada da Confederação Brasileira de Desportos – CBD, em parecer ultrajante por um desportista vinculado ao Vasco da Gama, que mencionou: “Se a CBD mantivesse a filiação da Federação Carioca de Surdos e Mudos, futuramente teria que conceder filiação a Associações de Cancerosos, Aidéticos e Tuberculosos, Aleijados etc, e assim solicitava a desfiliação da Federação Carioca de Surdos e Mudos”. Os surdos para praticarem esportes não precisam de qualquer regulamentação especial como os paraplégicos, cegos e deficientes mentais. Ninguém precisa ouvir o apito do árbitro para praticar esporte, isto porque todas as modalidades desportivas possuem suas sinalizações próprias, que os árbitros são obrigados a fazer. Com as federações acima mencionadas pode ser fundada, então, a Confederação Brasileira Desportiva de Surdos – CBDS, isto em 17 de novembro de 1984.</p>
<p>1959 - Primeira edição dos Jogos Regionais oficialmente organizados na cidade de São Paulo.</p>
<p>1959 - Acontece a primeira competição de atletas com deficiência em nosso País. Foi um Jogo de Basquete em Cadeira de Rodas entre as equipes de São Paulo e Rio de Janeiro.</p>
<p>1962 - Fundação da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAES - FENAPAES, em 10 de novembro, em São Paulo.</p>
<p>1963 - Primeira participação do Brasil nos Jogos dos Estados Unidos nas modalidades de Arco e flecha, Tênis de Mesa, corrida de cem metros e Bocha, com os paraatletas Robson Sampaio e Arnaldo.</p>
<p>1968 - Por motivo de ordem política organizacional, os Jogos Paraolímpicos, destinados somente a PCDs se separaram das Olimpíadas, somente retornando quatro anos após.</p>
<p>1969 - Primeira participação de brasileiros em atividades sul-americanas, na cidade de Buenos Aires.</p>
<p>1970 - Fundação, no Rio de Janeiro, do Clube dos Amigos da ABBR - CLAM e da Sociedade dos Amigos do Deficiente Físico - SADEF-RJ.</p>
<p>1970 - Criação do Esporte para Todos - EPT que tinha como proposta possibilitar a prática desportiva ou recreativa em locais públicos, ao ar livre, par a população em geral, inclusive os deficientes.</p>
<p>1972 - Primeira participação Brasileira nas Paraolimpíadas, na cidade de Heidelberg, Alemanha, em 1972.</p>
<p>1974 - Foi realizada a I Olimpíada de Deficientes Visuais, em Porto Alegre, no Instituto Santa Luzia.</p>
<p>1975 - Criação, em 18 de agosto, da Associação Nacional de Desporto para Deficiente - ANDE, pelo Senhor Aldo Miccolis.</p>
<p>1976 - O Brasil participa das Paraolimpíadas realizadas no Canadá.</p>
<p>1978- Durante as Olimpíadas das APAES, em Natal (RN), ocorreu o I Campeonato de Futebol praticado pelos Cegos.</p>
<p>1980 - Participação do Brasil nas Paraolimpíadas da Holanda.</p>
<p>1981 - Instituição do Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência.</p>

1981 - Primeira Pesquisa de Amostra por Domicílio – PNAD, com abrangência nas deficiências.
1981 - A ANDE promoveu um torneio de Futebol de 5. No mesmo ano, Mário Sergio Fortes e Venceslau Padilha organizaram o I Campeonato Sul Brasileiro.
1981 - O MEC lança Guia de ensino pedagógico o qual contém diversas informações sobre as principais disciplinas esportivas para as pessoas com deficiência de uma maneira geral.
1982 - I Congresso de Esporte para Todos.
1982 - O Brasil participa dos Jogos Parapanamericanos do Canadá.
1983 - Pela primeira vez, atletas brasileiros são selecionados para representar o Brasil no <i>International Games for Disabled</i> , na cidade de New York.
1984 - Fundação da Associação Brasileira de Desportos de Surdos - ABDS.
1984 - A I Copa Brasil ocorreu na Capital paulista.
1984 - Anaelise Hermany, foi a primeira brasileira cega a obter uma medalha no Atletismo, nos cem metros rasos, nas Paraolimpíadas de New York.
1984 - Projeto Integrado da Secretaria Especial de Educação e Desporto / Centros de Excelência Esportiva - SEED/CENESP - 1984-1988. Estudo das condições em que as PNE eram atendidas, no campo da EF e no Esporte. Esse Projeto representou a aparição do governo no Movimento “Esporte para Deficientes” no Brasil.
1984 - É criada no Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Desportos de Cegos - ABDC, em 19 de janeiro.
1984 - É criada no Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Desportos em Cadeira de Rodas - ABRADecAR, em 09 de dezembro.
1984 - É introduzido no Brasil, pela Fisioterapeuta Sheila Salgado, o Sistema de Classificação Funcional Paraesportivo.
1985 - É fundada no Brasil a Sociedade Brasileira de Ostimizados - SBO, inicialmente atuando isoladamente e hoje, integrada ao movimento nacional.
1985 - José Carlos Morais, Médico paraplégico, é o primeiro brasileiro a praticar o Tênis em Cadeira de Rodas.
1985 - O Professor Steven Dubner introduz no Brasil o Golbol (Esporte para Cegos).
1985 - Foi criado o Plano Nacional de Ação Conjunta para a Integração da Pessoa Deficiente (1985-1990) no Governo Sarney.
1985 - Foi elaborado um Plano para Criação da Coordenadoria para a Integração da Pessoa Deficiente - CORDE .
1985 - I Simpósio Paulista de Educação Física Adaptada.
1986 - O Brasil participa dos Jogos Parapanamericanos de Porto Rico.
1986 - Criação por Decreto do Comitê Nacional de Ação Conjunta, a qual objetiva aprimorar a Educação Especial para integrar à sociedade as PCDs, as com problemas de conduta e as superdotadas.
1987 - Através de Decreto-Lei n. 7853/87, o Presidente da República cria a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, junto a Presidência da República para coordenar assuntos, atividades e medidas referentes as pessoas com deficiência.
1987 - Primeiro Campeonato Brasileiro de Golbol, na cidade de Uberlândia (MG).
1987 - Fundação da Confederação Brasileira de Desportos de Surdos – CBDS, em 17 de novembro, no Rio de Janeiro.
1987 - Os PCs, antes representados pela entidade de deficientes físicos ou mentais, fundam a Associação de Paralisia Cerebral do Brasil - APCB.
1987 - Primeira saída de judocas brasileiros para participação em uma competição internacional, em um Torneio em Paris.
1989 - Fundação da Associação Brasileira dos Deficientes Mentais - ABDEM, em 17 de maio de 1989.
1989 - O Futebol de 7 (PCs) é introduzido no Brasil pelo Professor de Educação Física Ivaldo Brandão.
1989 - I Seminário Internacional de Basquetebol em Cadeira de Rodas, realizado no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro.

1989 - A CORDE foi transferida para o Ministério da Ação Social e a área de Educação especial do MEC, tornou-se Coordenação, configurando uma redução do poder político da área, nos dois casos.
1990 - Fundação da Associação Brasileira das Olimpíadas Especiais / <i>Special Olympics</i> , na cidade de Valinhos, São Paulo.
1990 - Criação da Secretaria de Desportos da Presidência da República - SEDES.
1990 - O Brasil participa dos Jogos Parapanamericanos da Venezuela.
1990 - É fundada a Associação Brasileira de Desportos para Amputados - ABDA, em 24 de agosto, na cidade de Niterói, RJ.
1990 - Realização dos Jogos Interclubes de Atletismo em Cadeira de Rodas, na cidade de Brasília, DF.
4º Período - De Popularização do Paraesporte de Rendimento pela Mídia (de 1991 a 1995)
1991 - Elaboração do Quarto Plano Plurianual 1991-1995, que representava o Plano Geral de Esporte do Governo Collor.
1992 - Participação do Brasil nas Paraolimpíadas de Barcelona. Mídia Falada, Televisada e Escrita transmitem as Paraolimpíadas diretamente da Espanha.
1992 - Nesse período foi estabelecida uma avaliação das ações realizadas até então, através do Evento Técnico de Avaliação Desportiva das Pessoas Portadoras de Deficiência, na década de 83/92.
1993 - Inclusão da Ginástica Rítmica Desportiva - GRD em cadeira de rodas.
1993 - O Brasil participa dos Jogos Parapanamericanos, em Buenos Aires.
1993 - Retorno da Secretaria de Educação Especial - SEESP, no MEC.
1994 - Rivaldo Gonçalves Martins, ciclista brasileiro, amputado da perna, utilizando prótese, sagra-se campeão mundial, na Bélgica, na prova contra-relógio.
1994 - Fundação da Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada - SOBAMA.
1995 - Criação do Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB, em 9 de fevereiro, em Niterói (RJ). João Batista de Carvalho e Silva foi indicado para ser o primeiro presidente da entidade.
1995 - Criação da Associação Brasileira de Desportos para Deficientes Mentais - ABDEM.
1995 - Realização dos I Jogos Brasileiros Paraesportivos em Goiânia, GO.
5º Período - De Afirmação e de Consolidação do Paraesporte de Desempenho: Rendimento e Alto Rendimento (de 1996 a 2008)
1996 - A primeira edição dos Jogos Brasileiros Paraesportivos reuniu em Goiânia cerca de setecentos atletas cegos, cadeirantes, amputados, paralisados cerebrais, deficientes mentais e <i>les autres</i> . Já os II Jogos Brasileiros Paraesportivos aconteceram no Rio de Janeiro e foram seletivos para as Paraolimpíadas de Atlanta. Na ocasião foi criado um Hino em homenagem aos atletas paraolímpicos brasileiros.
1996 - Aprovação da Lei de Diretrizes e Bases - LDB, Lei n. 9394, de 20 de dezembro.
1997 - A CBDS representa o Brasil no CISS. Contudo, as modalidades para este tipo de deficiência não estão incluídas no programa de competições dos Jogos Paraolímpicos.
1997 - O Tiro Esportivo Adaptado começa a ser praticado no Brasil (Rio de Janeiro), no Centro de Reabilitação da Polícia Militar do Rio de Janeiro, no Bairro de Olaria, onde foi construído um estande próprio para a prática.
1997 - Criação do Jornal Gente Ciente , em abril, com proposta de informar ao cidadão deficiente todas as ações acontecidas no Brasil e no mundo.
1997 - É criada a Confederação Brasileira de Basquetebol em Cadeira de Rodas - CBBC, em dezembro.
1998 - Em Paulínia (SP), o Brasil sediou o primeiro Mundial de Futebol de 5 (cegos). A seleção brasileira sagrou-se campeã mundial.
1998 - Lei n. 2962, de 28 de maio, da ALERJ, de autoria do Deputado Estadual Bernard Rajzman, dispõe sobre a implantação de um programa de esportes, recreação e lazer para as pessoas portadoras de deficiência, em todo o estado do Rio de Janeiro.
1999 - Foi criada no Rio de Janeiro, a Federação de Basquetebol em Cadeira de Rodas do Estado do Rio de Janeiro - FBCRERJ, pelo Professor de Educação Física Sérgio Castro, seu primeiro Presidente.

1999 - Tem início no Brasil a modalidade Vela Adaptada, com o Projeto Água Viva, desenvolvida a partir de uma parceria entre a Classe de Vela <i>Day Sailer</i> , o Clube Paraesportivo Superação e o Clube Municipal de Iatismo, em São Paulo.
1999 - O Brasil participa dos Jogos Panamericanos, no México.
1999 - O Decreto 3298 cria o Estatuto das Pessoas com Deficiência.
SÉCULO XXI
2000 - Primeira Edição dos Jogos Brasileiros para Cegos e Deficientes Visuais, em 09 de setembro, na cidade de São Paulo, nas modalidades de Atletismo, Natação e Judô para adultos e infante juvenil, além do Golbol, na categoria infante juvenil, tendo sido caracterizado como o maior evento já realizado na América Latina, no que se refere aos esportes para Deficientes Visuais.
2000 - A Lei 10098 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das PCDs ou com mobilidade reduzida.
2000 - Censo realizado pelo IBGE definiu o percentual de pessoas com deficiência no Brasil: 14,5% da população brasileira apresenta algum tipo de deficiência, sendo a de maior incidência a Visual.
2000 - O Censo realizado pela OMS definiu o percentual de PDs no mundo: 10% da população mundial apresenta algum tipo de deficiência, sendo a de maior incidência a mental.
2001 - Eleições para o CPB, sendo que Vital Severino Neto, graduado em Direito, Cego, é eleito Presidente.
2001 - É sancionada a Lei 10264 (Lei Agnelo-Piva) que estabelece 2% da arrecadação bruta dos prêmios da Loterias Federais sejam repassados aos Comitês Olímpico e Paraolímpico brasileiros. Deste montante, 15% dos recursos são direcionados ao CPB e devem ser investidos na formação, preparação técnica, manutenção e locomoção dos atletas aos locais de competição.
2001 - A Lei n. 10172/2001, aprova o Plano Nacional de Educação - PNE.
2002 - É disputada a I Olimpíada de Surdos do Brasil, em Passo Fundo (RS) com participação de cerca de mil e quinhentos atletas.
2002 - Aprovação da Lei de LIBRAS, Lei n. 10436, de 24 de abril.
2002 - A partir de 19 de junho a sede do CPB foi transferida de Niterói para Brasília. O Comitê começa a investir em clínicas para a modalidade de Tiro adaptado por todo o Brasil.
2002 - O CPB começa a investir em clínicas para a modalidade de tiro adaptado por todo o Brasil.
2003 - O Professor de Educação Física Sergio José de Castro cria no Rio de Janeiro a primeira Associação Brasileira de Esportes para Anões - ABEPA.
2003 - É realizado em Brasília, pelo CPB o Parapan de Tênis de Mesa.
2003 - Em julho é realizado o I Campeonato Brasileiro de Hipismo Adaptado na cidade Paulista de Ibiúna. Participaram nove atletas.
2003 - Chegam ao Brasil, no final do ano, os primeiros barcos da Classe 2.4mR.
2004 - Jogos Paraolímpicos do Brasil, disputado na capital paulista em maio. O batismo dos primeiros barcos da Classe 2.4mR, ocorreu durante esses Jogos.
2004 - Realização do II Congresso Brasileiro de Esporte para Todos, na cidade de Belo Horizonte, MG.
2004 - Elaboração pelo Governo Federal do Plano Plurianual 2004/2007 do Paraesporte Nacional, pelo Ministério do Esporte.
2004 - O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou no dia 03 de dezembro o decreto n. 5296/2004 que regulamenta as leis federais (Leis 10048 e 10098/2000) que tratam da acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no Brasil.
2004 - A Caixa Econômica Federal renovou, até dezembro de 2008, o patrocínio para a equipe Paraolímpica. Na ocasião o Ministro Agnelo Queiroz ressaltou que os paraatletas também serão beneficiados pela Lei de Incentivo à Formações Esportivas, que destinaria duzentos milhões para o esporte de base, a partir de 2005.
2005 - Circuito Loterias Caixa Brasil Paraolímpico. Tem início um dos maiores sonhos da comunidade Paraolímpica brasileira, com etapas em diversos estados, calendário fixo, premiação em dinheiro e alto nível de organização.

<p>2005 - Copa Brasil de Golbol 2005, em Campinas (SP), de 16 a 18 de dezembro. A APACE, da Paraíba foi o destaque da competição.</p>
<p>2005 - É criada a Confederação Brasileira de Natação Paraolímpica, com sede em Curitiba (PR).</p>
<p>2006 - Campeonato Brasileiro de Modalidades 2006: Esgrima e Tiro (Curitiba); Natação, Halterofilismo, Tiro com Arco, Atletismo e Tênis de Mesa (Goiânia).</p>
<p>2006 - V Jogos Abertos, realizados de 8 a 12 de março, na cidade de Ponta Grossa, Paraná.</p>
<p>2006 - Jogos Abertos Paraesportivos do Brasil, diversas etapas nacionais.</p>
<p>2006 - Copa Brasil de Futsal para Surdos, de 13 a 15 de outubro, em Jundiaí (SP). Participaram quatrocentos atletas surdos de trinta e uma equipes.</p>
<p>2006 - I Jogos Nacional Brasileiro <i>Special Olympics</i>, para pessoas com deficiência mental, realizados de 2 a 5 de novembro, em Mogi das Cruzes (SP).</p>
<p>2006 - Campeonato Brasileiro de Halterofilismo Paraolímpico – CPB 2006, de 11 a 12 de novembro, na cidade de Uberlândia (MG).</p>
<p>2006 - Campeonato Brasileiro de Esgrima em Cadeira de Rodas, em Pirassununga (SP), em 18 de novembro. O evento foi válido para a solicitação do bolsa-atleta junto ao Ministério dos Esportes.</p>
<p>2006 - O atleta do IBDD, <u>Antonio Tenório da Silva</u>, judoca deficiente visual e tri-campeão paraolímpico, recebeu no dia 12 de dezembro, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, o troféu de melhor atleta paraolímpico masculino de 2006, do Prêmio Brasil Olímpico, concedido pelo COB. Ele compartilhou o troféu com <u>Terezinha Guilhermino</u>, vencedora da categoria feminina. Terezinha conquistou medalha de ouro nos duzentos metros rasos, no Mundial de Atletismo, na Holanda.</p>
<p>2007 - Realizado em São Paulo, nos dias 19 e 20 de maio o Grand Prix de Judô Paraolímpico teve em sua sexta edição uma importância toda especial. É que o torneio realizado foi uma pré-etapa classificatória para grandes competições internacionais como o Campeonato Mundial de Judô para Cegos da IBSA e também dos Jogos Parapanamericanos no Rio.</p>
<p>2007 - É realizada a terceira edição da Copa Fabiano Peixoto de Futebol para Deficientes, realizada dia 23 de junho pelo IBDD. A equipe promotora do evento foi a Campeã.</p>
<p>2007 - Em 21 de agosto, o vereador Stepan Necessian da Câmara Municipal do RJ, presta homenagem a dezesseis atletas paraolímpicos e ainda à treinadora paraplégica Georgette Vidor. A cerimônia lotou o auditório do CREA-RJ, no dia 21 de agosto, concedendo a todos a Medalha do Mérito Esportivo.</p>
<p>2007 - Foi realizado no Rio de Janeiro, o Campeonato Mundial de Futebol de 7, no período de 3 a 7 de novembro no Complexo de Deodoro. Participaram:</p> <p>A - Irã, Holanda, EUA e Espanha B - Brasil, Austrália, Inglaterra e África do Sul C - Ucrânia, Canadá, Irlanda e Japão D - Rússia, Argentina, Escócia e China.</p>
<p>2007 - <i>Meeting</i> Internacional Paraolímpico Loterias CAIXA de Atletismo e Natação. A primeira edição foi em dezembro de 2007, após a realização do Parapan. Na ocasião, foram quebrados cinco recordes mundiais, sendo três na natação e dois no atletismo.</p>
<p>2007 - O vice-presidente da Urece, Marcos Henrique Lima, embarcou no dia 27 de dezembro para mais um desafio paraolímpico, o de participar de uma oficina de esqui voltada para pessoas com deficiência visual, na República Tcheca, a partir de 20 de janeiro. Marcos é o primeiro esquiador cego do Brasil. O esqui é a única modalidade para deficientes visuais que consta das Paraolimpíadas de Inverno.</p>
<p>2007 - O CPB edita Cartilhas elaboradas para o projeto Paraolímpicos do Futuro, visando integrar alunos com deficiência nas aulas regulares de EF da Rede de Ensino fundamental</p>
<p>2007 - É editado e publicado no Rio de Janeiro, pelo Professor Dr. Manoel Tubino, o Dicionário enciclopédico Tubino do esporte, pela Editora SENAC, contendo valiosas informações sobre o Esporte Adaptado e Paraolímpico Nacional e Internacional.</p>
<p>2008 - A ABRADecAR foi desfilada do CPB desde o mês de janeiro, ao ser também desfilada pela IWAS.</p>
<p>2008 - Circuito Mineiro de Tênis em Cadeira de Rodas, com a Copa Alterosa de Tênis em Cadeira de Rodas, Minas Gerais dá a largada nas competições oficiais. O torneio, que faz parte do Campeonato de Tênis Paraolímpico da Federação Mineira de Tênis, foi disputado nos dias 07 a 09 de março.</p>
<p>2008 - Copa Alterosa de Tênis em Cadeira de Rodas. Início da temporada de 2008. Minas Gerais dá a largada nas competições oficiais. O torneio, faz parte do Campeonato de Tênis Paraolímpico da Federação Mineira de Tênis, foi realizado nos dias 07 a 09 de março em quadras rápidas, no Dynamis Tennis Center, à Rua São Pedro da Aldeia, 1201 Bairro Olhos D'Água.</p>

<p>2008 - O nono Prêmio Re(ha)bilita Rio aconteceu no dia 31 de março, no Teatro do SESI, Centro do Rio de Janeiro, premiando dezesseis pessoas físicas e jurídicas com belos projetos de inclusão na sociedade para pessoas com deficiência e acessibilidade.</p>
<p>2008 - Circuito Loterias Caixa Brasil Paraolímpico de Atletismo e Natação: <u>Etapas regionais:</u> Centro/Sul – Curitiba (29 e 30/03); Norte/Nordeste – Natal (12 e 13/04); Centro/Leste – Brasília (26 e 27/04). <u>Etapas nacionais:</u> Belo Horizonte (7 e 8/06); Fortaleza (8 e 9/11).</p>
<p>2008 - Em 08 de Abril, a Caixa Econômica Federal, através das Loterias CAIXA, renovou o contrato de patrocínio com o CPB para o ano de 2008, no valor de seis milhões e trezentos mil reais. O apoio, que começou em um milhão de reais para a Paraolimpíada de Atenas (2004), chega a um total de dezenove milhões e quatrocentos mil reais. Patrocínio CAIXA – CPB: 2004 – R\$ 1.000.000,00 2005 – R\$ 3.418.800,00 2006 – R\$ 3.800.000,00 2007 – R\$ 4.886.000,00 2008 – R\$ 6.394.800,00</p>
<p>2008 - A III Copa Togo Renam Soares - Kanela acontece entre os dias 5 e 10 de maio, em Caldas Novas (GO). É uma das competições mais tradicionais no calendário esportivo da CBBC, indo para a sua terceira edição</p>
<p>2008 - Em setembro, a Seleção Brasileira de Voleibol Paraolímpico disputa outra importante competição, a Primeira Copa Intercontinental - WOVD, que acontece na cidade de Ismalia, no Egito, no mês de setembro.</p>
<p>2008 - <i>Meeting</i> Internacional Paraolímpico Loterias CAIXA de Atletismo e Natação. Este ano, o evento acontecerá nos dias 13 e 14 de dezembro, no Rio de Janeiro.</p>
<p>2008 - Sérgio Castro, Presidente da FBCRERJ e professor da Universidade Estácio de Sá recebe a Medalha Mérito Esportivo Panamericano, da Câmara Municipal do Rio de Janeiro</p>
<p>2008 - Luanda, capital de Angola, apresenta o Concurso de Beleza Miss Sobrevivente de Minas 2008, contando com a colaboração do governo angolano, através da Comissão Nacional Intersetorial de Desminagem e Assistência Humanitária - CNIDAH.</p>
<p>2008 - A associação Favela <i>Surf</i> Clube dá início a um trabalho no Rio de Janeiro com o <i>Surf</i> para Deficientes Visuais, na Praia do Arpoador. Aulas de Percussão, Futebol de praia, Vôlei de praia e <i>Surf</i> são ministradas por músicos e professores formados em EF, que também são preparados para lidar com PCDs.</p>
<p>2008 - A Federação dos Bandeirantes do Brasil - FBB, organização filantrópica, sem fins lucrativos fundada no Brasil em 1919, por Jerônima Mesquita, que atua hoje em quinze estados brasileiros, com mais de sete mil crianças e jovens, criou na Bahia o projeto “Bandeirantismo na Diversidade”. O objetivo é levar a missão do Movimento Bandeirante às crianças e jovens com deficiência auditiva</p>

4.3. Elaboração de Uma Periodização para o Paraesporte Nacional de Rendimento

A Periodização retrata os principais fatos e personagens da História do Esporte Adaptado Nacional, aqui tratado como Paraesporte Nacional, desde os seus primeiros passos no século XVIII, aproximadamente em 1854, até os dias de hoje.

O conhecimento histórico e sua caracterização não se restringem as marcas já consagradas, mas a todo conhecimento acerca do modo com o qual se desenvolveu o Paraesporte. Além disso, deve-se enfatizar o caráter subjetivo do conhecimento histórico,

uma vez que o homem (e o historiador) não registra tudo, mas produzem "seleções", recortes da realidade paraesportiva, conforme sua experiência e projeto de sociedade constituída por ele.

Inicia-se assim a elaboração das primeiras noções mais genéricas da confecção de uma Periodização Histórica. Trata-se de um momento importante na construção da identidade do paraesporte, tendo como ponto de partida temporal, bem como as características do Paraesporte, os fatos marcantes, as experiências difíceis ou prazerosas, enfim o seu modo de vida.

Nas atividades de construção da Periodização, trabalha-se concomitantemente com as noções de tempo e espaço, isto é, a Periodização possibilita que os fatos sejam datados e localizados.

Faz-se necessário localizar acontecimentos em períodos definidos do tempo, dominando padrões de autenticidade e noções para distingui-los por critérios de anterioridade, posterioridade e simultaneidade, bem como utilizar fontes históricas em pesquisas já previamente elaboradas, com a preocupação constante de verificar a sua autenticidade e a correlação com outros títulos semelhantes já existentes.

Como conseqüência da integração dos Cronogramas Internacional e Nacional para o Paraesporte Nacional, foi possível para o autor estabelecer a forma de sugestão de uma Periodização para o Paraesporte Nacional, a qual passou posteriormente por uma validação com especialistas. Os períodos identificados para o Paraesporte Nacional levou em conta, inclusive, o contexto internacional.

Para tal identificou-se cinco fases do Paraesporte de Rendimento no contexto histórico do Paraesporte Brasileiro, a saber:

1º Período - Desconhecimento do Paraesporte Brasileiro do início das primeiras atividades Paraesportivas (1854 até 1937)

2º Período - Descoberta e Valorização do Paraesporte Brasileiro (1938 até 1957)

3º Período – Solidificação Específica do Paraesporte Brasileiro (1959 a 1990).

4º Período – Divulgação do Paraesporte de Rendimento pela Mídia (1991 a 1995).

5º Período – Afirmação e Consolidação do Paraesporte de Desempenho: Rendimento e Alto Rendimento (1996 em diante).

4.4. Validação da Periodização Elaborada para o Paraesporte Nacional de Rendimento

Visando a obtenção do título de Mestre em Ciência da Motricidade Humana pela Universidade Castelo Branco/RJ - UCB, solicito a V.Sa analisar e validar a linha de tempo que se segue no quadro abaixo onde são relatados fatos e acontecimentos que marcaram a História do Movimento Paraolímpico no Brasil, desde o primeiro envolvimento de atletas e personalidades até os dias atuais.

Objetiva identificar e caracterizar os cinco períodos do Paraesporte Nacional no contexto histórico da iniciação, desenvolvimento e situação atual, a saber:

Após ler atentamente os fatos e acontecimentos ocorridos dê a sua opinião marcando "S" (Sim), caso queira manter o nome dado ao referido período; marcando "N" (Não), caso queira excluir o nome do período e finalmente, marcando "D" (Dúvida), caso queira mudar o nome do período. Ao final do quadro, segue espaço para sugestões, críticas e comentários.

Apresenta-se a seguir a ficha submetida aos avaliadores:

PERÍODO	CONTEÚDO	OPINIÕES
---------	----------	----------

SÉCULO XIX

1º Período - Desconhecimento do Paraesporte Brasileiro do início das primeiras atividades Paraesportivas (1854 até 1937)	1854 - Em 12 de setembro, criação da primeira Escola Nacional para Surdos e do Imperial Instituto de Meninos Cegos, que viria mais tarde a dar origem ao Instituto Benjamim Constant - IBC.	(S) (N) (D)
	1857 - Criação do Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES.	S) (N) (D)

SÉCULO XX

2º Período - Da Descoberta e valorização do Paraesporte de Rendimento (de 1938 a 1958)	1948 - Criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.	(S) (N) (D)
	1953 - Primeiras competições de Futebol para Cegos dentro dos Institutos Educacionais no sul do Brasil. No Instituto Santa Isabel promovia-se os “GRENAIS” para cegos e no Instituto São Rafael, em Belo Horizonte (MG), também se praticava este esporte.	(S) (N) (D)
	1954 - Em 19 de março, fundação da Associação de Surdos de São Paulo.	(S) (N) (D)
	1957 - I Olimpíada Nacional de Surdos, comemorando o aniversário do INES. Foi caracterizada pela mídia como “Olimpíada Silenciosa”.	(S) (N) (D)
	1958 - O esporte paraolímpico começou a ser praticado no território brasileiro. No dia 1 de abril, no Rio de Janeiro, o cadeirante Robson Sampaio de Almeida, em parceria com seu amigo Aldo Miccolis, fundou o Clube do Otimismo, que veio dar origem ao Clube dos Paraplégicos do Rio de Janeiro - CPRJ. Meses depois, em 28 de julho, Sérgio Seraphin Del Grande, também deficiente físico, cria o Clube dos Paraplégicos de São Paulo - CPSP. A data foi escolhida para homenagear os dez anos de Stoke Mandeville.	(S) (N) (D)
3º Período - De Fortalecimento do Paraesporte de Rendimento (de 1959 a 1990)	1959 - Em 20 de janeiro é criada a Federação Desportiva de Surdos do Estado do Rio de Janeiro - FDSERJ	(S) (N) (D)
4º Período - De Popularização do Paraesporte de Rendimento pela Mídia (de 1991 a 1995)	1992 - Participação do Brasil nas Paraolimpíadas de Barcelona. Mídia Falada, Televisada e Escrita transmitem as Paraolimpíadas diretamente da Espanha.	(S) (N) (D)
	1995 - Criação do Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB, em Niterói (RJ), em 9 de fevereiro. João Batista de Carvalho e Silva foi indicado para ser o primeiro presidente da entidade.	(S) (N) (D)
5º Período - De Afirmação e Consolidação do Paraesporte de Desempenho: Rendimento e Alto Rendimento (de 1996 a 2008)	1998 - Em Paulínia (SP), o Brasil sediou o primeiro Mundial de Futebol de 5 (cegos). A seleção brasileira sagrou-se campeã mundial.	(S) (N) (D)
	1999 - Foi criada no Rio de Janeiro, a Federação de Basquetebol em Cadeira de Rodas do Estado do Rio de Janeiro - FBCRERJ, pelo Professor de Educação Física Sérgio Castro, seu primeiro Presidente.	(S) (N) (D)
	1999 - A modalidade de Vela Adaptada tem início com o Projeto Água Vivo, desenvolvido a partir de uma parceria entre a classe de vela Day Sailer, o Clube Paraesportivo Superação e o Clube Municipal de Iatismo, em São Paulo.	(S) (N) (D)

SÉCULO XXI

5º Período - De Afirmação e de Consolidação do Paraesporte de Desempenho: Rendimento e Alto Rendimento (de 1996 a 2008)	2000 - Primeira edição dos Jogos Brasileiros para Cegos e Deficientes Visuais, em 09 de setembro, na cidade de São Paulo, na cidade de São Paulo, nas modalidades de Atletismo, Natação e Judô para adultos e infante juvenil, além do Golbol, na categoria infante-juvenil, tendo sido caracterizado como o maior evento já realizado na América Latina, no que se refere aos esportes para Deficientes Visuais.	(S) (N) (D)
	2001 - Sancionada a Lei 102649 (Lei Agnelo-Piva) que estabelece que 2% da arrecadação bruta dos prêmios da Loteria Federal sejam repassados ao COB e IPC. Deste montante, 15% dos recursos são direcionados ao CPB e devem ser investidos na formação, preparação técnica, manutenção e locomoção dos atletas aos locais de competição.	(S) (N) (D)
	2002 - No mês de maio é disputada a I Olimpíada de Surdos do Brasil, em Passo Fundo (RS) com a participação de mil e quinhentos Atletas.	(S) (N) (D)
	2003 - No final de 2003, chegam ao Brasil os primeiros barcos da classe 2.4mR. O batismo ocorreu nos Jogos Paraolímpicos do Brasil, disputados em São Paulo, em maio de 2004.	(S) (N) (D)
	2004 - Elaboração do Plano Plurianual 2004/2007 do Paraesporte Nacional pelo Ministério do Esporte e Turismo - MMET.	(S) (N) (D)
	2005 - Copa Brasil de Golbol, de 16 a 18 dezembro em Campinas (SP). A APACE, da Paraíba foi o destaque da competição.	(S) (N) (D)
	2005 - Clodoaldo Silva, Paralisado Cerebral é eleito, pelo IPC. o melhor atleta paraolímpico do Mundo.	(S) (N) (D)
	2006 - Copa Brasil de Futsal para Surdos, de 13 a 15 outubro em Jundiaí (SP). Participaram quatrocentos atletas surdos de trinta e uma equipes.	(S) (N) (D)
	2006 - Jogos Abertos Paraesportivos do Brasil, com etapas em: Ponta Grossa, Boa Vista, Belém, Natal, São Paulo, Vitória, Caruaru, Goiânia, Londrina.	(S) (N) (D)
	2007 - O Brasil sedia na cidade do Rio de Janeiro os Jogos Parapanamericanos Rio 2007.	(S) (N) (D)
	2008 - A ABRADDECAR é desfilada ao CPB, em virtude de irregularidades em prestação de contas.	(S) (N) (D)

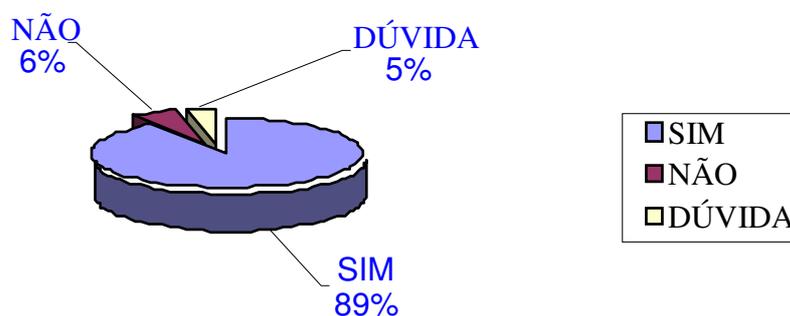
4.5. Análise dos Resultados

Os resultados obtidos com as considerações atribuídas pelos Validadores constituintes da amostra quanto à relação dos conteúdos, estão expressos na tabela a seguir:

Tabela 7: Itens Assinalados pelos Entrevistados, segundo as Alternativas Propostas

SÉCULOS	PERÍODOS	QUANTIDADES ASSINALADAS			
		SIM	NÃO	DÚVIDA	TOTAIS
XIX ao XXI	I ao V				
XIX a X X	PRIMEIRO	19	0	1	20
X X	SEGUNDO	18	2	0	20
X X	TERCEIRO	18	1	1	20
X X	QUARTO	16	2	2	20
XX a XXI	QUINTO	18	1	1	20
	TOTAIS	89	6	5	100

Figura 2: Total dos Percentuais Obtidos nos Cinco Períodos segundo Alternativas Propostas aos Entrevistados



A conclusão dos itens assinalados no primeiro período deu-se em dezenove dos entrevistados (95%), na alternativa (sim) e um assinalou a alternativa (dúvida). Este resultado corrobora com o que foi apreendido no referencial teórico, não tendo sido encontrado nenhum registro histórico que demonstrasse uma possibilidade de evolução no tocante ao Paraesporte

nesse período que foi considerado como o do Desconhecimento do Paraesporte Brasileiro do início das primeiras atividades Paraesportivas (1854 até 1937).

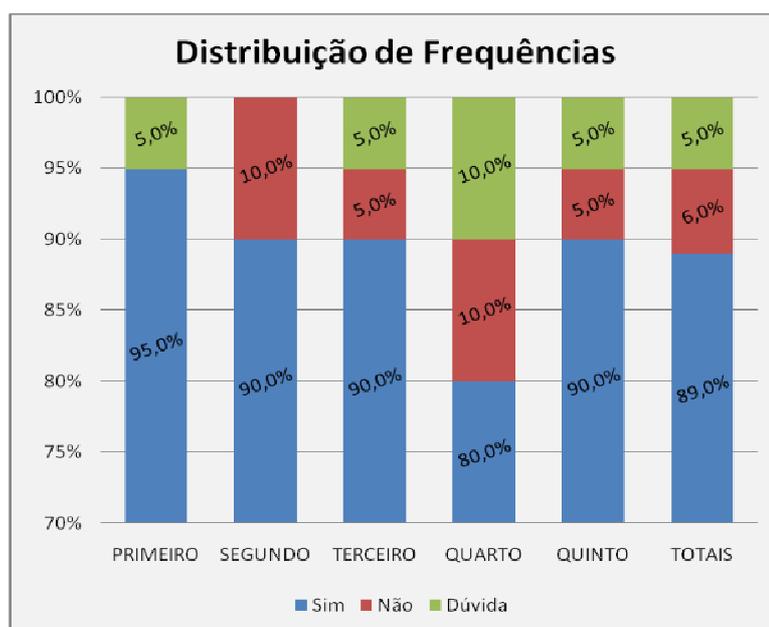
No segundo período, dezoito (90%) assinalaram (sim), por entenderem que este período realmente retrata o período da Descoberta e Valorização do Paraesporte de Rendimento. (de 1938 a 1958). Nenhum dos entrevistados assinalou (dúvida) (0%). Dois entrevistados (10%) assinalaram (não). Entretanto, pode-se constatar que, dos 90% que assinalaram (sim), um deles afirma que, neste período foi considerado como a real iniciativa para o desenvolvimento do Paraesporte através de intercâmbios internacionais viabilizando assim a abertura de um campo promocional de características favoráveis ao desenvolvimento real do Paraesporte Brasileiro.

No terceiro período, verificou-se que dezoito (90%) assinalaram (sim). Um dos entrevistados, ou seja, 5% sinalizaram (dúvida). Um assinalou a alternativa (não) (5%). Dentre os dezoitos que assinalaram (sim), um deles afirma que este período foi fundamental na característica da solidificação específica do Paraesporte de Rendimento. É o Período de Fortalecimento do Paraesporte de Rendimento (de 1959 a 1990).

Em relação ao quarto período, verificou-se que dezesseis dos entrevistados (80%) assinalaram a alternativa (sim). Dois entrevistados (10%) assinalaram a alternativa (não) e dois (10 %) assinalaram a alternativa (dúvida), sendo que um afirma que nesta ocasião, ou seja, a da fase da Popularização foi notada uma interpretação da necessidade de que o Paraesporte mereceria por parte das autoridades um melhor reconhecimento e apoio, essenciais ao seu real mérito e desenvolvimento. Período de Popularização do Paraesporte de Rendimento pela Mídia (de 1991 a 1995).

No quinto período é realmente o de Afirmação e Consolidação do Paraesporte Brasileiro de Desmpenho: Rendimento e Alto Rendimento. Conforme ilustram a tabela e o gráfico, dezoito (90%) dos entrevistados concordaram que este realmente foi o período que

deu uma aceleração que era esperada há muito pelos afccionados do Paraesporte. Um (5%) dos entrevistados não concordou com esse período e um (5%), assinalou (dúvida). Evidentemente, esse é o período em que Paraesporte de Desempenho se consolida no Paraesporte de Alto Rendimento Brasileiro. É o Período da Afirmação e Consolidação do Paraesporte de Desempenho: Rendimento e Alto Rendimento (1996 a 2008). Portanto, avaliou-se que em relação aos percentuais obtidos (89%), ou seja, os cem itens assinalados, os entrevistados concordaram com as afirmativas propostas nos cinco períodos da Periodização Histórica do Paraesporte Brasileiro de Rendimento, conforme pode ser confirmado no gráfico abaixo, organizado por nós.



CAPÍTULO V

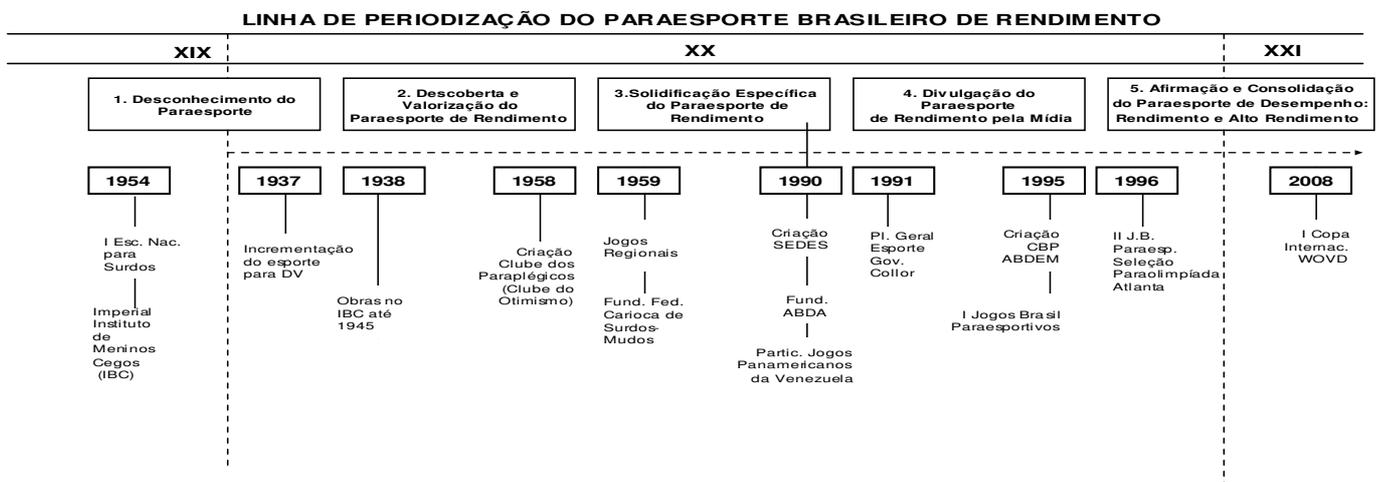
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

No presente capítulo foram comentadas as conclusões e recomendações referentes ao presente estudo.

Segundo Weineck (1999, p.126), a condição básica da procura por métodos e protocolos para identificar e desenvolver o talento esportivo é a confecção de um catálogo de características específicas para uma determinada modalidade esportiva e uma posterior comparação e acompanhamento.

As hipóteses históricas são *post-factum* e buscam explicar fatos ocorridos, bem como as relações entre os fatos e os fenômenos observados. Em nossa interpretação sobre o paraesporte brasileiro podemos dizer que a segunda metade do século XX foi a fase de solidificação e expansão do paraesporte conforme se apresenta na figura abaixo:

Figura 3: Linha de Periodização do Paraesporte de Rendimento do Paraesporte de Rendimento



A historiografia do paraesporte sempre permitirá aos leitores diversificação de interpretações que, segundo Barros (2005) deverão ser plausíveis e coerentes. Em nosso entender há uma evolução diferenciada entre o esporte brasileiro, de maior prestígio, e o paraesporte, que carrega historicamente as marcas da diferença, quiçá, como nos falou Goffman (1988), o descrédito de sua potencialidade.

Podemos dizer que esse possível descrédito foi superado pela saga da dedicação de muitas pessoas, da criação de associações e entidades governamentais de políticas que sustentaram a evolução do paraesporte. A mídia e a tecnologia tornaram-se também aliados nessa promoção e sustentação. Com identidade própria, desenvolveu modalidades específicas, adaptadas às necessidades de seus praticantes, refletindo os valores da cultura em que está inserido. A gestão especializada dessas práticas desenvolveu níveis e categorias para as competições, reforçando sua identidade.

Sabe-se que é da consciência e do reconhecimento do potencial eficiente dos portadores de deficiência que se lhes pode dar a possibilidade de se desenvolverem plenamente, reintegrando-os ao meio social e resgatando com dignidade a sua cidadania (GELOSKI, 2004).

A importância de estudos mais aprofundados e de caráter plenamente científico sobre o assunto fica patente, tanto pela ausência no Brasil de material suficiente a respeito de uma Periodização do Paraesporte Nacional de Rendimento, quanto pela projeção que esta atividade pode adquirir através dos resultados internacionais que evoluem a cada ano e a cada competição. Este estudo vem desta forma iniciar um novo campo de investigações dentro das Ciências do Esporte, em particular no que se refere ao Paraesporte de Rendimento (caso das Paraolimpíadas de Inverno e de Verão) e também do paraesporte que não faz parte dos Jogos Paraolímpicos por participar de atividades também de caráter competitivo, mas sem vínculo

com as Paraolimpíadas, como por exemplo, os deficientes auditivos, pessoas com Síndrome de Down, e, a partir do ano 2000, os deficientes mentais.

Caso se acrescente a este estudo outras pesquisas sobre o tema, certamente se abrirão amplas possibilidades para que o Paraesporte evolua até à excelência. Pode-se ainda ampliar o objeto de estudo, verificando entre outras vertentes, aspectos do treinamento esportivo, regimes alimentares e nutricionais ou ainda características da motivação dos atletas.

Com o fito de enriquecer a discussão, cabe ainda a determinação de perfis relacionados a outros esportes com características correlatas ou não.

Espera-se, sobretudo, que esta dissertação possa servir como referência para a orientação dos profissionais ligados ao Paraesporte de Rendimento no Brasil e que os dados aqui investigados sejam utilizados como fundamentos para novos estudos científicos neste campo de investigação.

Esta é uma dissertação para pessoas que acreditam na superação humana em termos físicos, psíquicos e de preconceitos e que são capazes de favorecer o desenvolvimento da acessibilidade para aqueles cujos corpos os impedem de fazê-lo.

REFERÊNCIAS

- AAMR [s.d.] Associação Americana de Retardo Mental. Disponível em:
<http://www.aamr.org/Reading_Room/pdf/NationalGoalsfm.pdf>. Acessado em: 15 de fevereiro de 2008.
- ABDA. Associação Brasileira de Desportos para Amputados. Disponível em:
<<http://www.abda.org.br/contatos.html>>. Acessado em: 15 de outubro de 2007.
- ABDC. Associação Brasileira de Desporto para Cegos. Disponível em:
<<http://www.abdcnet.com.br>>. Acessado em: 15 de fevereiro de 2008.
- ABDEM. Associação Brasileira de Desportos de Deficientes Mentais. Disponível em:
<<http://www.abdem.com.br>>. Acessado em: 15 de fevereiro de 2008.
- _____. Associação Brasileira de Desportos de Deficientes Mentais. Disponível em:
<<http://www.inas-fid.org>>. Acessado em: 15 de fevereiro de 2008.
- ABEM. Associação Brasileira de Esclerose Múltipla. Disponível em:
<<http://www.abem.org.br/index2.html>>. Acessado em: 13 de março de 2008.
- ABRADECAR. Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas e Amputados. Disponível em: <<http://www.abradecar.org.br>>. Acessado em: 15 de outubro de 2007.
- _____. Organização do paradesporto. Disponível em:
<<http://www.wsw.org.uk>>. Acessado em: 15 de fevereiro de 2008.
- ABVP. Associação Brasileira de Voleibol Paraolímpico. Disponível em:
<<http://www.voleiparaolimpico.org.br>>. Acessado em: 15 de fevereiro de 2008.
- ADAMS, R. C.; DANIEL, A. N. Jogos, esportes e exercícios para o deficiente físico. 3. ed. São Paulo: Manole, 1985.
- ADD. Associação Desportiva para Deficientes. Disponível em:
<<http://www.add.com.br/paraolimpiada/index.htm>>. Acessado em: 29 de outubro de 2007.
- ALMEIDA, M. de. Blog em dia com a cidadania. Disponível em:
<www.emdiacomacidadania.com.br>. Acessado em: 15 de março de 2008.
- ALVES, J. A. B. **Projeto Mangueira**: ilusão ou inclusão social. Uma experiência em gestão sócio-esportiva. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: EBAPE / Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- AMANAJÁS, R. A. Atividades físicas e esportivas para portadores de deficiência: qual a proposta nacional? In: III Simpósio Paulista de Educação Física Adaptada. **Anais**. São Paulo: Universidade de São Paulo, EEFUSP / CEPEUSP, p.42, 1990.
- AMARAL, L. A. **Pensar a diferença / deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, 1994.

_____. **Conhecendo a deficiência.** São Paulo: Robe Editorial, 1995.

AMARAL, R.; COELHO, A. C. V. Nem santos nem demônios. Imagem social e auto-imagem das pessoas ditas “deficientes”. Revista Digital de Antropologia Os Urbanitas, São Paulo, v. 1, n. 0, 2000. Disponível em:

<<http://www.aguaforte.com/antropologia/urbanitas/revista/deficientes.html>>. Acessado em: 25 de setembro de 2005.

ANDE. Associação de Desporto para Deficientes. Disponível em:

<<http://www.ande.org.br/faleconosco.html>>. Acessado em: 15 de outubro de 2007.

ARAÚJO, F. F. (org.). **O portador de deficiência e administração pública municipal.** São Paulo: CEPAM; 1992.

ARAÚJO, L. A. D. **A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência.** Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, 1994, 2001.

ARAÚJO, P. F. de. **Desporto adaptado no Brasil:** origem, institucionalização e atualidades. (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação Física. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 1997.

_____. **Desporto adaptado no Brasil:** origem, institucionalização e atualidades. Brasília: MEC/INDESP, 1998.

_____. **A educação física para pessoas portadoras de deficiências das instituições especializadas de Campinas.** Campinas, SP: UNICAMP, 1991.

ARAÚJO, T. C. C. F. *In:* II Conferência Internacional Reconstruindo a Psicologia da Saúde. Psicologia: teoria e pesquisa. **Anais.** N. 17, p.199-200, fevereiro 2001.

ARAÚJO, U. F. O déficit cognitivo e a realidade brasileira. *In:* ARAÚJO, U. F. **Diferenças e preconceitos:** alternativas teóricas e práticas. 2. ed. São Paulo: Summus, 1998.

ARNOLD. *Apud:* MANOEL SÉRGIO. **Filosofia das actividades corporais.** Lisboa: Compendium, 1981.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023 e 12256. Informação e documentação - referências - elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Programa de ação mundial para pessoas com deficiência.** Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, 2001.

AZEVEDO, F. Escola anglo-americana: predominância esportiva. **Educação Physica,** Rio de Janeiro, n. 14, p. 9-12, janeiro de 1938.

BARROS, J. D´A. **O projeto de pesquisa em história:** da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BARROS, J. M. C. Recursos humanos no esporte de alto nível. *In: Simpósio Esporte: dimensões sociológicas e políticas. Anais.* São Paulo, EFE / USP, Departamento de Esportes, 1993, p. 143-145.

BEDBROOK, G. *The development and care of spinal cord paralysis'* (1918–1986). *Paraplegia*, n. 25, p.172-184, 1989.

BELTRÃO, F. B. (org). **Produção em ciência da motricidade humana.** (PROCIMH/1999). Rio de Janeiro: Shape, 2000.

BERESFORD, H. S. **Ética e a moral social através do esporte.** Rio de Janeiro: Sprint, 1994.

BIELER, R. B. (org.). **Ética e legislação:** os direitos das pessoas portadoras de deficiência no Brasil. Rio de Janeiro: Rotary Club, 1990.

BONET, J. P. Redação das letras e arte de ensinar os mudos a falar. França: [s.e.], 1620. Disponível em:<<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000243414>>. Acessado em: 15 de dezembro de 2007.

BOULOGNE, Y. P. *et al. For a humanism of sport.* [s.l.]: *Comite National Olympique et Sportif Français / Revue*, 1994.

BRAIDWOOD. (1775-1806). Disponível em:

<[http://www.brasileirosnoexterior.com/?q=Hist%C3%B3ria_da_Educa%C3%A7%C3%A3o_Especial_\(Surdos\)](http://www.brasileirosnoexterior.com/?q=Hist%C3%B3ria_da_Educa%C3%A7%C3%A3o_Especial_(Surdos))>. Acessado em: 15 de dezembro de 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 5692**, de 11 de agosto de 1971.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Declaração mundial sobre educação para todos:** plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem - UNESCO, Jomtiem, Tailândia, 1990.

_____. **Ministério da Ação Social.** Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, 1991.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Brasília: Senado Federal / Subsecretaria de Edições Técnicas, 1999.

_____. **Lazer, atividade física e esportiva para portadores de deficiência.** Brasília: SESI/Ministério do Esporte e Turismo, 2001a.

_____. Decreto n. 3956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001b.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei n. 10436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. 2002.

_____. Censo Demográfico de 2000. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm>>. Acessado em: 20 de janeiro de 2008.

CAGIGAL, J. M. *Obras selectas*. Madrid: *Comité Olímpico Español / Consejo Superior de Deportes*, 1996, v. II.

CAMPEÃO, M. S. Atividades físicas para pessoas com paralisia cerebral. In: DUARTE, E.; LIMA, S. M. T. **Atividades físicas para pessoas com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

CARMO, A. A. do. **Deficiência física**: a sociedade brasileira cria, recupera e discrimina. 2. ed. Brasília: Secretaria dos Desportos, 1994.

CASTRO, E. M. de. **A atividade física adaptada**. Ribeirão Preto: Tecmedd, 2005.

_____. **Esporte para deficientes**: do alto rendimento ao esporte de participação. Atividade física adaptada. Ribeirão Preto, SP: Tecmedd, 2005.

CASTRO, S. J. Federação de Basquetebol em Cadeira de Rodas do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em <<http://sites.uol.com.br/sergiojdcastro/noreg1.htm>>. Acessado em: 15 de dezembro de 2002.

_____. **Dicotomia paraolímpica**. Questões do esporte. Rio de Janeiro: Laboratório do Estudo da Cultura Social Urbana, 2007.

CASTRO, S. J. *et al.* Deficientes. In: COSTA, L. M. (org.). **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

CBBC. Confederação Brasileira de Basquetebol em Cadeira de Rodas. História do basquetebol em cadeira de rodas no Brasil. Disponível em: <www.cbdc.org.br>. Acessado em: 10 de fevereiro de 2008.

CBDC. Disponível em <www.cbdc.org.br>. Acessado em: 10 de maio de 2008.

CBDS. Confederação Brasileira de Desportos para Surdos. Disponível em:
<<http://www.cbds.org.br>> Acessado em: 13 de dezembro de 2007.

_____. XV Jogos Olímpicos de Inverno dos Surdos. Disponível em:
<www.deaflympics.com>. Acessado em: 10 de fevereiro de 2008.

CENSO 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acessado em: 14 de abril de 2008.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. *From Rome to Sydney: an analysis to the sport competitions played at the Paralympic Games* [Resumo]. In: *13th International Symposium Adapted Physical Activity*. **Anais**, July 3-7, p. 98, Viena, Áustria, 2001.

_____. **Introdução à educação física e ao desporto para pessoas portadoras de deficiência**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2002.

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL. Basquetebol em Cadeira de Rodas. Disponível em: <http://www.basquetesobrerodas.com.br/cla_funcional/cla_funcional.htm>. Acessado em: 10 de fevereiro de 2008.

CÓDIGO NACIONAL DE CLASSIFICAÇÃO. Sistema de Classificação Funcional Nacional. Disponível em: <www.cpb.org.br> e <<http://www.cpb.org.br/funcional/CODIGONACIONALDECLASSIFICACAO.pdf>>. Acessado em: 27 de maio de 2008.

COLLEN, F. M.; WADE, D. T.; ROBB, G. F. *et al.* *The rivermead mobility index: a further development*. *Rivermead Motor Assessment International Durability Studies*, 1991, v.13, p.50-54.

COUBERTIN, P. *Olympic Letter IV [Lettre olympique IV]*. In: *La Gazette de Lausanne*. n. 319, November 22, 1918, p. 1. In: MÜLLER, N. (ed.). **Olympism, selected writings, Pierre de Coubertin: 1863–1937**. Lausanne: *International Olympic Committee*, 2000, p. 548.

COURBARIAUX, B. **Reglas de clasificación**. [s.l.]: IWBF, 1992.

COSTA, A. Atletismo. In: **Educação física na escola primária: iniciação desportiva**. Porto: Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, 1992. V. II.

COSTA, A. M. da. **Atividade física e a relação com a qualidade de vida, ansiedade e depressão em pessoas com seqüelas de Acidente Vascular Cerebral Isquêmico (AVCI)**; (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação Física. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2000.

_____. **Atividade física e esportes para portadores de deficiência física: lazer, atividades física e esportiva para portadores de deficiência**. Brasília: SESI – DN / Ministério do Esporte e Turismo, 2001.

COSTA, L. P. da. A educação física e os valores humanos. In: BRASIL / MEC / SEED. **Valores humanos, corpo e prevenção: à procura de novos paradigmas para a educação física**. Org. de Geraldo Quintas. Brasília: A Secretaria, 1989.

CONDE, A. J. M.; S. SOBRINHO, P. A.; SENATONE, V. Manual de orientação para professores de educação física: introdução ao movimento olímpico. In: SENATORE, V. **Paraolímpicos do futuro**. Brasília: Comitê Paraolímpico Brasileiro, 2006.

CONFED. Resolução 046/02, de 18 de fevereiro de 2002. Dispõe sobre a intervenção do profissional de Educação Física. Rio de Janeiro, Fevereiro de 2002. Disponível em <<http://www.confef.org.br>>. Acessado em: 16 de maio de 2008.

CPB. Comitê Paraolímpico Brasileiro. Disponível em: <www.cpb.org.br>. Acessado em: 27 de maio de 2007.

_____. Comitê Paraolímpico Brasileiro. Tênis em cadeira de rodas. Tênis para todos - regras básicas. Disponível em: <www.cpb.org.br>. Acessado em: 1 de março de 2008.

CP-ISRA. *Cerebral Palsy-International Sports and Recreation Association*. Disponível em: <<http://www.cpisra.org>>. Acessado em: 28 de janeiro de 2008.

_____. Manual de classificação e regras esportivas. Disponível em: <<http://www.cpisra.org>>. Acessado em: 28 de janeiro de 2008.

DECCACHE, A. *Self-help, entraide et associations de patients: bilan, limites et perspectives. Santé Conjuguee, Juillet 2003*, n.25, p.141-145.

DEFICIENTE. 1997. In: COSTA, L. M. (org.). **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

De KLEIJN-de; VRANKRIFKER, M.; SEIDEL, C. *et al. The international classification of impairments, disabilities, and handicaps (ICIDH): its use in rehabilitation. World Health Stat Q*, 1989; n. 42, p. 151-156.

De MARCO, A; JUNQUEIRA, F. C. Diferentes tipos de influências sobre a motivação de crianças numa iniciação esportiva. In: PICCOLO, V. L. N. (org.). **Educação física escolar: ser ou não ter?** Campinas, SP: UNICAMP, 1995.

De MASI, D. **O ócio criativo**. São Paulo: Sextante, 2000.

De PAUW, K.; GAVRON, S. J. **Disability and sport**. Champaign: *Human Kinetics*. 1996.

DUARTE, E.; WERNER, T. Checando um pouco mais sobre as deficiências. In: COSTA, V. L. de M. (coord.). **Curso de atividade física e desportiva para pessoas portadoras de deficiência: educação à distância**. Rio de Janeiro: ABT / Universidade Gama Filho, 1995. V. 2.

DUARTE, M. L. B. **O desenho do pré-adolescente**. Características e tipificação. (Tese de Doutorado). São Paulo: ECA / USP, 1995.

DUK, C. **Educar na diversidade: material de formação docente**. 3.ed. Brasília: MEC / SEESP, 2006.

ELIAS, N. **A condição humana**. Lisboa: Difel, 1985.

ESTUDOS OLÍMPICOS. Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho, p. 9, p.313-321, 2002, v.1.

FARIA JÚNIOR, A. G. de. **Educação física, desporto e promoção da saúde**. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 1991.

FÉDÉRATION INTERNATIONALE D'EDUCATION PHYSIQUE. **Manifesto mundial da educação física**. FIEP 2000. Foz do Iguaçu, 2000.

FENAPAE. Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos Excepcionais. Disponível em: <<http://www.persocom.com.br/fenapae>>. Acessado em: 15 de outubro de 2007.

FERNALD, C. D. *Terminology preferences: an American perspective of USA - british differences and their consequences*. In: *10th World Congress of the International Association for the Scientific Study of Intellectual Disabilities*. **Anais**. Helsinki, 1996, p. 61.

FERNANDES, R. **Jogos olímpicos: citius, altius, fortius**. Porto: Porto, 1980.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. **Retratos da deficiência no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. Fundação Getúlio Vargas. Censo 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acessado em: 14 de abril de 2008.

FIEP. Federação Internacional de Educação Física. **Manifesto mundial da educação física**. FIEP: Foz do Iguaçu, 2000.

FIGUEIREDO, C. **Apostila de metodologia**. Mestrado em Ciências do Desporto, IEFD / UERJ, 2000.

FLEGNER, A. J.; DIAS, J. C. **Pesquisa & metodologia** - manual completo de pesquisa e redação. Centro de Capacitação Física do Exercício, UFRJ, 1995.

FÓRMULA DE BELLACK. *Behavioral bibliotherapy: a review of self-help behavior therapy manuals*. In: GLASGOW, R. E.; ROSEN, G. M. *Psychological Bulletin*, v. 85, n.1, p.1-23, Janeiro de 1978.

FREITAS, P. S. de. (org.) **Educação física e esporte para deficientes: coletânea**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2000.

FREITAS, P. S. de.; CIDADE, R. E. **Noções sobre educação física e esporte para pessoas portadoras de deficiência: uma abordagem para professores de 1º e 2º graus**. Uberlândia, MG: Gráfica Breda, 1997.

_____. Paraolimpíadas: revisando a história. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/vol7no12002.pdf>>. Acessado em: 14 de novembro de 2007.

GAIO, R. **Para além do corpo deficiente: histórias de vida**. Jundiaí, SP: Fontoura, 2006.

GAIO, R.; PORTO, E. Educação física e pedagogia do movimento: possibilidades do corpo em diálogo com as diferenças. In: De MARCO, A. (org.). **Educação física: cultura e sociedade**. Campinas, SP: Papirus, 2006.

GELOSKI, M. L. D. **Algumas condições físicas, psicológicas e sociais do atleta portador de deficiência.** (Monografia de Pós-Graduação). Rio de Janeiro: Universidade Veiga de Almeida, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1991.

GLAT, R. **Somos iguais a vocês: depoimentos de mulheres com deficiência mental.** Rio de Janeiro: Agir, 1989.

_____. **A integração social dos portadores de deficiências: uma reflexão.** Rio de Janeiro: Sete Letras, 1998. V.1.

GLAT, R.; KADLEC, V. **A criança e suas deficiências: métodos e técnicas de ação psicopedagógica.** Rio de Janeiro: Agir, 1995.

GOFFMAN, E. **Estima: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

GONÇALVES, F. C. **Pessoas muito especiais: a construção social do portador de deficiência e reinvenção da família.** (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública / Fundação Oswaldo Cruz, 2002.

GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. da. **Atividade física adaptada.** São Paulo: Manole, 2004.

GRAEL, L. **A saga de um campeão.** Rio de Janeiro: Gente, 1999.

GUIMARÃES, F. J. S. P. **Estudo dos efeitos de um programa de reabilitação cardíaca sobre as variáveis cardiorrespiratórias e somáticas de cardiopatas.** (Tese de Mestrado). Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1993.

GUTTMANN, L. *Textbook of sport for disable.* Oxford: HM+M Publishers Ltda, 1976.

HEDRICK, B.; BYRNES, D.; SHAVER, L. *Wheelchair basketball.* Washington: PVA, 1989.

HEINECK, S. (1729-1790). Disponível em:

<[http://www.brasileirosnoexterior.com/?q=Hist%C3%B3ria_da_Educa%C3%A7%C3%A3o_Especial_\(Surdos\)](http://www.brasileirosnoexterior.com/?q=Hist%C3%B3ria_da_Educa%C3%A7%C3%A3o_Especial_(Surdos))>. Acessado em: 15 de dezembro de 2007.

HOFFMANN, J. M. L. **Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação.** 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro Geográfico de Estatística. Censo 2000. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acessado em: 14 de abril de 2008.

IBSA. *International Blind Sports Federation.* Disponível em: <www.ibsa.es>. Acessado em: 13 de maio de 2008.

ICC. *International Co-ordination Committee of World Sports Organizations for the Disabled.* Disponível em:

<http://64.233.169.104/search?q=cache:3c9-Ylxv3JsJ:www.paralympic.org/release/Main_Sections_Menu/IPC/IPC_Annual_Report/2005_Annual_Report_web.pdf+%22International+Co-ordination+Committee+of+World+Sports+Organizations+for+the+Disabled.%22&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=3&gl=br>. Acessado em: 13 de maio de 2008.

INAS-FID. *International Sports Federation for Persons with Intellectual Disability*. Disponível em: <www.inas-fid.org>. Acessado em: 15 de outubro de 2007.

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. *Olympic charter*. Lausanne Olympic Committee, 2001.

IPC. *INTERNET PARALYMPICSPORT.tv*. Disponível em: <<http://player26.narrowstep.tv/assets/players/3206/html/index.html>>. Acessado em 13 de março de 2008.

IPC. 2000. *International Paralympic Committee*. Disponível em: <http://www.paralympic.org/release/Main_Sections_Menu/index.html>. Acessado em: 11 de janeiro de 2008.

IWBF. *International Wheelchair Basketball Federation*. Disponível em: <<http://www.iwbf.org>>. Acessado em: 25 de maio de 2006.

JAPIASSU, H. **A crise da razão e do saber objetivo**: as ondas do irracional. São Paulo: Letras & Letras, 1996.

JOHNSON, B. L; NELSON, J. K. *Practical measurement for evaluation in physical education*. Mineapolis: Burgess, 1979.

JUNCKEIN, J.; OLIVEIRA, S.; MALTA, S. **O esporte na vida do deficiente mental**. Rio de Janeiro: Rotary Clube do Rio de Janeiro, 1987.

KERLINGER, F. N. *Investigación del comportamiento*. 3. ed. México: McGraw-Hill, 1994.

KLEIN, 1847. Ginástica para cegos. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd35/judo1.htm>>. Acessado em: 12 de dezembro 2007.

LAMA. Laboratório de Atividade Motora Adaptada. **Arquivos do Laboratório de Atividade Motora Adaptada**. Campinas, SP: UNICAMP / Faculdade de Educação Física, 1989-2001.

LIMA, N. M. de. **Pessoa portadora de deficiência**: legislação federal básica. Brasília: [s.e.], 2001.

LIMA, P. G. **Tendências paradigmáticas na pesquisa educacional**. São Paulo: Amil / Artur Nogueira, 2003.

LIMA, S. M. T. Educação física adaptada nas instituições de atendimento à pessoa portadora de deficiência em Maringá. In: CARMO, A. A.; SILVA, R. V. de S. e. (org.). **Educação física e a pessoa portadora de "deficiência"**: contribuição à produção do conhecimento. Série Especialização e Monografia 1. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 1998, p. 317-356.

LIMA, S. M. T.; RIBEIRO, S. Inclusão e esporte: um caminho a percorrer. **Revista da SOBAMA**, Curitiba, v. 6, n. 1, p.36-46, 2001.

LIVRO ESPANHOL. *La vida con Síndrome de Down*. Disponível em:
<<http://xiitadainclusao.blogspot.com/2008/08/dando-noticia-para-as-crianas.html>>.
Acessado em: 15 de dezembro de 2007.

LUZ, L. M. R. **A natação, o cego e o deficiente visual**: a inclusão e suas implicações no desporto de rendimento. (Dissertação de Mestrado). Campinas, SP: Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2003.

MAHONEY, F. I.; BARTHEL, D. W. *Functional evaluation: the Barthel index*. **Rehabilitation Section Baltimore City Medical Society**; 14, [s.d.], p.61-65.

MAIA, A. C. B. **Sexualidade e deficiências**. São Paulo: UNESP, 2006.

MANUEL, E. J. O estudo do desenvolvimento motor: tendências e perspectivas. *In*: TANI, G. **Comportamento motor**: aprendizagem e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

MANUEL SÉRGIO. *Filosofia das actividades corporais*. Lisboa: *Compendium*, 1981.

_____. **Educação física ou ciência da motricidade humana?** Campinas, SP: Papyrus, 1989.

_____. Educação motora: o ramo pedagógico da ciência da motricidade humana. *In*: DE MARCO, A. (org.). **Pensando a educação motora**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

_____. Motricidade humana: liberdade e transcendência. **Revista Episteme**, a. 1, n.1, Dezembro-Janeiro de 1997, p. 37-58.

MANTOAN, M. T. E. **Ser ou estar**: eis a questão. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

_____. **Caminhos pedagógicos da inclusão**. São Paulo: Memnon, 2001.

MARINHO, E. M. B., PETENGILL, N. G. Formação de recursos humanos para a área do desporto adaptado. *In*: IV Simpósio Paulista de Educação Física Adaptada, Universidade de São Paulo. **Anais**. São Paulo: Escola de Educação Física da USP / Secretaria de Desportos da Presidência da República / Departamento de Desportos das Pessoas Portadoras de Deficiência, 1992.

MARINHO, I. P. O problema da educação física dos cegos. *In*: MARINHO, I. P. **Contribuição para a história da educação física no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

MARTINS, A. A. Relações estado-sociedade e políticas de saúde. **Saúde Soc.**, 1996. [online]

MATTOS, E. Esporte adaptado para portadores de deficiência física: implicações e aplicações. *In: Simpósio Paulista de Educação Física Adaptada. Anais.* [Resumo]. São Paulo: Escola de Educação Física – EEFUSP / CEPEUSP, p. 84-88, 1990.

_____. Pessoa portadora de deficiência física e as atividades físicas, esportivas, recreativas e de lazer. *In: PEDRINELLI, V. J. Educação física e desporto para pessoas portadoras de deficiência.* São Paulo. SEDES-MEC / SESI, p.78-79, 1994.

_____. Pessoas portadoras de deficiência física (motora) e as atividades físicas, esportivas, recreativas e de lazer. *In: Educação física e desporto para pessoas portadoras de deficiência.* Brasília: MEC-SEDES / SESI, 1996.

_____. Classificação, você sabe o que é isso? **Brasil Paraolímpico.** Rio de Janeiro, a.1, n. 3, p. 9, Julho /Agosto de 1998.

MATTOS, V.; KABARITE, A. **Perfil psicomotor:** um olhar além do desempenho. Rio de Janeiro: Rio, 2005.

MAUERBERG, E. A pesquisa na área de educação física adaptada. *In: IV Simpósio Paulista de Educação Física Adaptada. Anais.* São Paulo: Escola de Educação Física – EEFUSP / Secretaria de Desportos da Presidência da República / Departamento de Desportos das Pessoas Portadoras de Deficiência, 1992.

MAZZOTA, M. J. S. **Fundamentos da educação especial.** São Paulo: Pioneira, 1973.

_____. **Educação especial no Brasil:** história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2001.

MEC. Ministério de Educação e Cultura. **Política Nacional de Educação Especial** - livro 1. Brasília: MEC/MEC. 1992

_____. Censo Escolar 2003. Disponível em: <<http://www.mec.org.br>>. Acessado em: 15 de abril de 2007.

_____. Guia de ensino pedagógico. Disponível em: <<http://www.mec.org.br>>. Acessado em: 16 de abril de 2007.

MONTANDON. I. **Educação física e esporte:** nas escolas de 1º e 2º graus. [s.l.]: Villa Rica, 1992.

MOREHOUSE; MILLER. *Fisiología del ejercicio.* 4. ed. Buenos Aires: Aidos, 1978.

MOSQUERA, C. **Educação física para deficientes visuais.** Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

MOTUS CORPORIS - **Revista de divulgação científica do Mestrado e Doutorado em Educação Física.** Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, v. 3, n. 2, dez. 1996.

MÜLLER, M. **Orientação vocacional:** contribuições clínicas e educacionais. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

NABEIRO, M. Esporte, educação física e atividade física para populações especiais no século XX. *In: I Congresso Internacional e VII Simpósio Paulista de Educação Física. Anais.* São Paulo: EPESUSP. Palestrante da Sessão Temática Esporte, Educação Física e Atividade Física (populações especiais), 1989a.

_____. Estudos sobre educação física adaptada: primeiros textos publicados no Brasil. **Revista Integração**, v. 3, n. 6, p. 45-47, 1989b.

_____. Atividade física e o deficiente visual. *In: Simpósio Paulista de Educação Física Adaptada.* São Paulo, 1992. **Anais.** São Paulo: EPESUSP, 1992. p.99-102.

_____. **Análise do movimento de arremessar em diferentes tarefas realizadas por crianças portadoras de Síndrome de Down.** (Dissertação de Mestrado). Campinas, SP: UNICAMP, 1993.

NAÇÕES UNIDAS. Normas sobre igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência. Secretariado Nacional de Reabilitação, **Cadernos SNR**, n. 3, Lisboa, p. 43, 1995.

NERI, M. **Diversidade** - retratos da deficiência no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2003.

OLIMPIADAS ESPECIAIS BRASIL. Incluindo o deficiente mental através do esporte. Disponível em: <<http://www.olimpiadasespeciais.com.br/contato.htm>>. Acessado em: 15 de outubro de 2007.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Classificação internacional das deficiências, incapacidades e desvantagens (handicaps).** Um manual de classificação das conseqüências das doenças. Lisboa: Secretariado Nacional de Reabilitação. Ministério do Emprego e da Segurança Social, 1989.

_____. Organização Mundial de Saúde. Censo 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acessado em: 14 de abril de 2008.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência.** 2006.

_____. Organização das Nações Unidas. Resolução 45/91. Disponível em: <<http://agenda.saci.org.br/index2.php?modulo=akemi¶metro=11601&s=documentos>>. Acessado em: 17 de março de 2008.

OUVÍDIO. *Apud:* PEREIRA, I. Importância **do basquetebol em cadeira de rodas nos aspectos físicos e sociais para os portadores de deficiência física.** [s.l.]: CDOF, 1988.

PALAU, J. *Paraolimpic performance.* Barcelona: IBSA, 1992.

PANOFSKY, E. Iconografia e iconologia. *In: PANOFSKY, E. Studies in iconology, humanistic themes in the art of the renaissance.* New York: [s.e.], 1939.

PARLEBAS, P. *Elementos de sociología del deporte.* Andalucía: Junta de Andalucía, 1988.

PEDRINELLI, V. J. Educação física adaptada: conceituação e terminologia. *In: PEDRINELLI, V. J. Educação física e esporte para pessoas portadoras de deficiência*. Brasília: MEC- SEDES / SESI-DN, 1994. p.7-10.

PENAFORT, J. D. **A integração do esporte adaptado com o esporte convencional a partir da inserção de provas adaptadas**: um estudo de casos. (Dissertação de Mestrado). Campinas, SP: Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

PICTOGRAMAS. XV Jogos Parapanamericanos Rio 2007. Disponível em: <<http://www.rio2007.org.br/data/pages/8CA3C78414513F4B011462053F1B3BA0.htm>>. Acessado em: 20 de abril de 2008.

PINSKY, J. (org.). **Doze faces do preconceito**. São Paulo: Contexto, 2000.

PITETTI, K. H. *Introduction: exercise capacities and adaptations of people with chronic disabilities - current research, future directions, and widespread applicability*. *Med Sci Sports Exerc.*, n. 25, p.421-422, abril de 1993.

POOL, G. M.; TRICOT, A. *Readness and international medical society of paraplegia: the Sir Ludwig Guttman*. *Paraplegia*, n.23, p.134-151, 1985.

RESENDE, H. **A educação física na perspectiva da cultura corporal**: uma proposição didático-pedagógica. (Tese de Livre Docência). Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1992.

RICHARDSON, R. J. *Apud: SILVA, M. B. C. e. Gestão intermunicipal de estudos*: uma análise dos interesses em jogo. (Dissertação de Mestrado em Saúde Pública). Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2003. Disponível em: <<http://www.cpqam.fiocruz.br/bibpdf/2003silva-mbc.pdf>>. Acessado em: 19 de Janeiro de 2008.

RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

RIESER, R. *The social modal of disability. Invisible children*. *In: Joint Conference on Children, Images and Disability*, 1989. p. 55-56.

ROSADAS, S. C. **Educação física para deficientes**. Rio de Janeiro: Ateneu, 1986.

_____. **Atividades físicas adaptadas e jogos esportivos para o deficiente**. Eu posso, vocês duvidam? Rio de Janeiro: Atheneu, 1996.

_____. **Sucesso de pessoas portadoras de deficiência através da prática esportiva**: um estudo de caso. (Tese de Doutorado). Campinas, SP: Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

SAMPAIO, I. C. da S. P. *et al.* Atividade esportiva na reabilitação. In: GREVE, J. M. D'A. *et al.* **Diagnóstico e tratamento da lesão da medula espinhal**. São Paulo: Roca, 2001.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. *et al.* **Metodología de la investigación**. México: McGraw Hill, 1994.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCHILDER, P. A. **Imagem do corpo** - as energias construtivas da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

SCHIRM, H. **Apresentação de referências bibliográficas, citações e notas de rodapé**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

SCHÜLE, 1988. Esporte aplicado à reabilitação de deficientes físicos. Disponível em: <<http://www.cdof.com.br/deficientes3.htm>>. Acessado em: 19 de Janeiro de 2008.

SEAMAN, J. A.; DE PAUW, K. **The new adapted physical education: a developmental approach**. Palo Alto: Mayfield, 1982.

SEDAP. Secretaria da Administração Pública. Portaria Interministerial n. 1207 de 1988.

SEDES. Deficiência – relação de filmes. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/corde/corde_filmes.asp>.

- A força de um campeão** (DF)
- À primeira vista** (DV)
- Além dos meus olhos** (DV)
- Amargo regresso** (Paraplegia)
- Amy** (DA e DV)
- Anne Sullivan** (DA e DV)
- Carne trêmula** (DF)
- Desafio sem limites** (Paraplegia e Deficiência Visual)
- Feliz ano velho** (Tetraplegia)
- Filhos do silêncio** (DA)
- Forrest Gump** - o contador de história (DM)
- Gaby** - uma história verdadeira (PC)
- Gilbert Grape** - aprendiz de sonhador (DM)
- Meu filho, meu mundo** (Autismo)
- Meu pé esquerdo** (PC)
- Mr. Holland** - adorável professor (DA)
- Nascido em 4 de julho** (Paraplegia)
- Nell** (Autismo)
- Nicky and Gino** (DM)
- O óleo de Lorenzo** (DF)
- O piano** (DA)
- Oitavo dia** (SD)
- Do luto a luta** (SD)
- O silêncio** (DA e DV)
- Perfume de mulher** (DV)

Rain man (Autismo)
Loucos e apaixonados (Autismo)
Simplex como amar (DM)
Uma janela para o céu (DF)

SENECA. A história dos surdos. Desenvolvido pela Wikimedia Foundation. Apresenta conteúdo enciclopédico, 1986. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Hist%C3%B3ria_dos_Surdos&oldid=10717690>. Acessado em: 14 de junho de 2008.

SERRANO, C. E. G. **Eu mendigo**: alguns discursos da mendicância na cidade de São Paulo. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

SHEPARD, L. A. *Negative policies for dealing with diversity: When does assessment and diagnosis turn into sorting and segregation?* In: HIEBERT, E. H. (ed.). *Literacy for a diverse society: perspectives, practices and policies*. New York & London: Teachers College Press, 1991, p. 279-298.

SHERRILL, C. *Adapted physical education and recreation: a multidisciplinary approach. 5th edition*. Boston, Mass.: WCB / McGraw-Hill, 1991.

SIDRA - Sistema do IBGE de Recuperação Automática. Censo Demográfico 1991 e 2000. Brasil: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (última atualização 04/2007). Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acessado em: 12 de agosto de 2007.

SILVA, J. B. C. Histórico do Comitê Paraolímpico Brasileiro. Disponível em: <<http://www.brasilparaolimpico.org.br>>. Acessado em: 20 de junho de 2007.

SILVA, O. M. da. **A epopéia ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: Centro São Camilo de Desenvolvimento em Administração da Saúde - CEDAS, 1986.

SILVA, R. de F. da. **A ação do professor de ensino superior na educação física adaptada**: construção mediada pelos aspectos dos contextos históricos, políticos e sociais. (Dissertação de Mestrado). Campinas, SP: Faculdade de Educação Física / Universidade Estadual de Campinas, 2005.

SILVA, R. de F. da.; ARAÚJO, P. F.; DUARTE, E. Inclusão educacional: uma “roupa nova” para um “corpo velho”. **Revista Digital Efdeportes**, Buenos Aires, a.10, n. 69, 2004.

SILVA, T. L. W. da. Qualificações gerais e específicas para atuação do professor de educação física junto às pessoas portadoras de deficiência. In: **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**. São Caetano do Sul, v. 7, n. 2, p. 35, 1993.

_____. **Tendências da formação para educação física adaptada**: abordagens icônica ou da singularidade? (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1994.

S. JÚNIOR, M. O. **Adaptação em provas de coordenação, equilíbrio e orientação espacial como proposta de avaliação motora a pessoa portadora de deficiência visual**.

(Dissertação de Mestrado). Campinas, SP: Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

SNR. **Lei de bases da prevenção e da reabilitação e integração de pessoas com deficiência.** 2. ed. [s.l.]: Secretariado Nacional de Reabilitação, 1995.

SOARES, 1996. *Apud*: VIEIRA, M. **Curso de educação física: raízes européias e brasileiras.** Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SOARES, C. **O pensamento médico higienista e a educação física no Brasil: (1850-1930).** (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1990.

SOUZA, P. A. de. **O esporte na paraplegia e tetraplegia.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1994.

SPECIAL OLYMPICS BRAZIL. Disponível em: <www.specialolympics.org>. Acessado em: 15 de fevereiro de 2008.

SPECIAL OLIMPICS INTERNATIONAL. Disponível em: <http://www.specialolympics.org/Special+Olympics+Public+Website/Portugese/Quem_Somos/default.htm>. Acessado em: 15 de fevereiro de 2008.

STROHKENDL, H. *Social rehabilitation through sports. Rehabilitation*, n.34, p.213-218, 1995.

_____. *The 50th anniversary of wheelchair basketball: a history.* New York: Wasmann, 1996.

SURDOS. História da educação especial. Disponível em: <[http://www.brasileirosnoexterior.com/?q=Hist%C3%B3ria_da_Educa%C3%A7%C3%A3o_Especial_\(Surdos\)](http://www.brasileirosnoexterior.com/?q=Hist%C3%B3ria_da_Educa%C3%A7%C3%A3o_Especial_(Surdos))>. Acessado em: 15 de junho de 2008.

TAVARES *et al.* Uma proposta de avaliação inicial para a inclusão de pessoas portadoras de deficiência em programa de atividade física adaptada. **Revista da SOBAMA**, v.2, n.2, p.05 - 09, 1997.

TAYLOR, D.; WILLIAMS, T. *Sport injuries in athletes with disabilities: wheelchair racing. Paraplegia*, v. 33, n.5, p.296-299, 1995.

TELFORD, C. W.; SAWREY, J. M. **O indivíduo excepcional.** Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

TEPPER, G. As tendências da atividade física e esporte para indivíduos com deficiências na passagem ao terceiro milênio. **Revista Artus**, a. XVI, n.24, p. 127-130, 1993.

THOMAS, D. A.; ELY, R. J. Um novo paradigma para a gestão da diversidade. **Harvard Business Review - HBR On Point**, EUA, 1996.

_____. Reconhecer as diferenças é o que importa: um novo paradigma para a gestão da diversidade. **Harvard Business Review. HBR On Point**, EUA, 2002.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

TOLMACHEV, R. A classificação desportiva dos cegos e deficientes visuais: possibilidades e limites. **Brasil Paraolímpico**. Rio de Janeiro, a.1, n. 5, p. 19, novembro de 1998.

TOLOCKA, R. E. Esporte adaptado: dos jogos em Stoke Mandeville às Pára-Olimpíadas. *In*: III Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física. **Coletânea**. Curitiba, 1995.

_____. Atividades físicas para pessoas portadoras de lesão medular: um alerta para a disreflexia autonômica. **Revista Ciência e Tecnologia**, v.4/2, n.8, p.10-15, 1995.

_____. Educação física e diversidade humana. *In*: De MARCO, A. (org.). **Educação física: cultura e sociedade**. Campinas, SP: Papyrus, 2006.

TOLOCKA, R. E.; DE MARCO, A. Atividades físicas para pessoas portadoras de lesão medular: um alerta para a disreflexia autonômica. **Revista Ciência e Tecnologia**, v.4/2, n.8, p.10-15, 1995.

TRIVIÑOS, A. N. S. A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas. 1987, 1992.

TUBINO, M. J. G. **O esporte no Brasil: do período colonial aos nossos dias**. São Paulo: Ibrasa, 1966

_____. **Metodologia científica do treinamento desportivo**. 3.ed. São Paulo: IBRASA, 1984. v.1.

_____. **Teoria geral do esporte**. São Paulo: Ibrasa, 1987.

_____. Uma visão paradigmática das perspectivas do esporte para o início do século XXI. *In*: GEBARA, A. (org.). **Educação física & esportes: perspectivas para o século XXI**. São Paulo: Papyrus, 1992a.

_____. **Esporte e cultura física**. São Paulo: Ibrasa, 1992 b.

_____. **O esporte no Brasil**. São Paulo: Ibrasa, 1996.

_____. **O que é esporte**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. **A gestão nas perspectivas do esporte através dos tempos**. São Paulo: [Mimeo], 2000.

_____. **Dimensões sociais do esporte**. São Paulo: Cortez, 2002a.

_____. **As teorias da educação física e do esporte: uma abordagem epistemológica**. São Paulo: Manole, 2002b.

_____. **Política nacional dos esportes**. São Paulo: [s.e.], 2005.

TUBINO, M. J. G.; BARBIERI, C.; GARRIDO, F. A. C. **Resultados esportivos internacionais do Brasil**: uma questão de interpretação. Brasília: CND: Mimeo, 1997.

TUBINO, M. J. G.; FERREIRA, V. L. C.; CAPINUSSU, J. M. *Homo sportivus*: coleção especial de educação física e desporto. Rio de Janeiro: Palestra Edições Desportivas, 1984. V.2.

TUBINO, M. J. G.; GARRIDO, F.; TUBINO, F. **Dicionário enciclopédico Tubino do esporte**. Rio de Janeiro: SENAC, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de bibliotecas. **Normas para apresentação de documentos científicos**. Curitiba, PR: UFPR, v. 7. Citações e notas de rodapé, 2000.

UNIVERSIDADE GAMA FILHO. CAD. **Curso de atividades físicas e desportiva para pessoas portadoras de deficiência**. Rio de Janeiro: ABT / UGF, 1995.

UNSO. [s.d.]. *Desabilita statistics compendium*. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/publication/seriesy/seriesy_4s.pdf>. Acessado em 12 de fevereiro de 2008.

VALENTE, E. F. Esporte para todos e o olimpismo. *In*: III Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física. **Anais**. Curitiba: Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná, p. 134-143, 1995.

VARELA, 1991. *Apud*: FREITAS, P. S; CIDADE, R. E. A. **Noções sobre educação física e esporte para pessoas portadoras de deficiência**: uma abordagem para professores de 1º e 2º graus. Uberlândia, MG: Gráfica Breda, 1997.

VARGAS, A. **Esporte – fenômeno social**. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.

_____. **Desporto e tramas sociais**. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

VIEIRA, E. **A república brasileira: 1964 / 1984**. 2.ed. São Paulo: Moderna, 1984.

VIEIRA, I. B. **Qualidade de vida de portadores de deficiência em função do tipo de atividade física praticada**. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: Universidade Castelo Branco, 1998.

VISO, M. G. *La traducción española de los terminas relacionados con la discapacidad en los textos de las Naciones Unidas*. **Boletín Real Patronato, Espanha**, 1994.

VITAL, R. *et al*. Avaliação clínica dos atletas paraolímpicos. **Ver. Bras. Med. Esporte**, v. 8, n.3, p. 77-83, maio-junho de 2002.

VIVARTA, V. (coord.). *Mídia e deficiência*. Brasília: Andi / Fundação Banco do Brasil, 2003. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/documento_geral/RomeuSasaki_Terminologiadeficiencia.DOC>.

Acessado em: 13 de abril de 2008.

WEINBERG; GOULD, R. S.; GOULD, D. **Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

WEINECK, J. **Treinamento ideal**. 9. ed. São Paulo: Manole, 1999.

WELLS, C. L.; HOOKER, S. P. *The spinal injured athlete. Adapted Physical Activity Quarterly* (Champaign, III), v. 7, n. 3, p. 265-285, 1990.

WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva**. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

WHEELCHAIR SPORT IN VICTORIA. Organização do paradesporto. Disponível em: <<http://www.wsw.org.au>>. Acessado em: 14 de dezembro de 2007.

WHEELER, G. D.; STEADWARD, R. D.; LEGG, D. A. *et al.* *Personal investment in disability sport careers: an international study. Adapted Physical Activity Quarterly*, n. 16, p. 219-237, março de 1999.

WINNICK, J. P. *Adapted physical education and sports*. Illinois: Human Kinetics, 1990.

_____. **Educação física e esportes adaptados**. Barueri: Manole, 2004.

WITTGENSTEIN. *Apud*: JAPIASSU, H. **A crise da razão e do saber objetivo**: as ondas do irracional. São Paulo: Letras & Letras, 1996.

WORD HEALTH ORGANIZATION. *International classification of impairments, disabilities, and handicaps: a manual of classification relating to the consequences of disease*. Geneva; 1993.

WOVD. *World Organization Volleyball for Disabled*. Disponível em: <www.wovd.info>. Acessado em: 15 de fevereiro de 2008.

ZOLA, P. H. N. *Self, identity and the naming question: reflections on the language of disability. Soc. Sci. Med*, 1993, n.36, p.167-173.

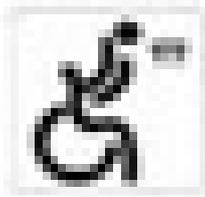
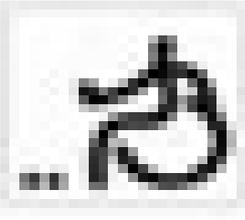
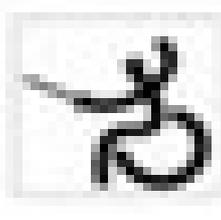
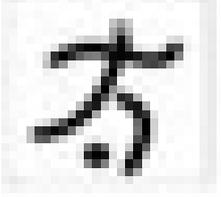
REFERÊNCIAS ICONOGRÁFICAS

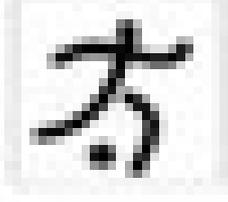
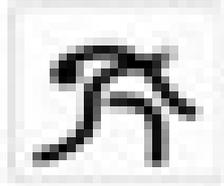
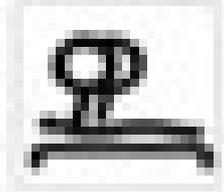
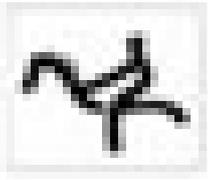
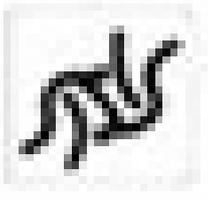
Iconografia, para Erwin Panofsky (1939), “é um ramo da história da arte cujo objeto de estudo é o tema e significado das obras de arte em contraposição a sua forma”.

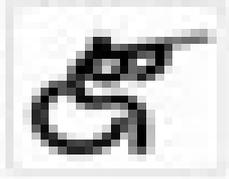
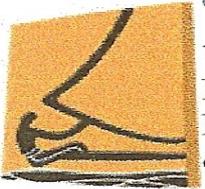
Em disciplinas como estudos culturais, história do *design*, história da arte e sociologia a iconografia pode se referir à imagens ou signos que sejam significativos para determinadas culturas. Essa discussão sobre as imagens como iconografia implica em uma "leitura" crítica dessas imagens na tentativa de explorar valores socio-culturais. Um estudo iconográfico pode ser feito através da identificação, descrição, classificação e interpretação do tema das representações figurativas.

Assim, neste estudo são anexados os Símbolos Pictográficos ou Pictogramas referentes às modalidades paraesportivas apresentadas nos Jogos Paraolímpicos de Atenas (2004), nos Jogos Parapanamericanos - Rio 2007 e os que foram sugeridos para a Paraolimpíada de Pequim (2008).

PARAOLIMPIÁDA DE ATENAS	PARAPANAMERICANOS – RIO 2007	PARAOLIMPIÁDA DE PEQUIM
 Arco e flecha		 Arco e flecha
 Atletismo	 Atletismo	 Atletismo

 <p>Basquetebol em Cadeira de Rodas</p>	 <p>Basquetebol em Cadeira de Rodas</p>	 <p>Basquetebol em Cadeira de Rodas</p>
 <p>Bocha</p>		 <p>Bocha</p>
		 <p>Canoagem</p>
 <p>Ciclismo</p>		 <p>Ciclismo</p>
 <p>Esgrima</p>		 <p>Esgrima</p>
 <p>Futebol de 5</p>	 <p>Futebol de 5</p>	 <p>Futebol de 5</p>

 <p>Futebol de 7</p>	 <p>Futebol de 7</p>	 <p>Futebol de 7</p>
 <p>Golbol</p>		 <p>Golbol</p>
 <p>Halterofilismo</p>	 <p>Halterofilismo</p>	 <p>Halterofilismo</p>
 <p>Hipismo</p>		 <p>Hipismo</p>
 <p>Judô</p>	 <p>Judô</p>	 <p>Judô</p>
 <p>Natação</p>	 <p>Natação</p>	 <p>Natação</p>
 <p>Rúgbi em Cadeira de Rodas</p>		 <p>Rúgbi em Cadeira de Rodas</p>

 Tênis de Mesa	 Tênis de Mesa	 Tênis de Mesa
 Tênis em Cadeira de Rodas	 Tênis em Cadeira de Rodas	 Tênis em Cadeira de Rodas
 Tiro		 Tiro
 Vela		 Vela
	 Voleibol Sentado	 Voleibol Sentado

ATENAS. Pictogramas. Disponível em:

<http://cpb1.locaweb.com.br/atenas2004/informacoes_pictograma.php>. Acessado em: 26 de Junho de 2008.

PARAPANAMERICANO. Pictogramas. Disponível em:

<http://www.cbr-remo.com.br/Manual_Geral_de_Treinamento.pdf>. Acessado em: 26 de Junho de 2008.

PEQUIM. Pictogramas. Disponível em:

<http://sentidos.uol.com.br/canais/materia.asp?codpag=12226&cod_canal=9>. Acessado em: 26 de Junho de 2008.

PEQUIM. Pictogramas. Disponível em:

<<http://olharescuriosos.blogspot.com/2008/06/os-pictogramas-dos-jogos-paralimpicos-de.html>>. Acessado em: 26 de Junho de 2008.

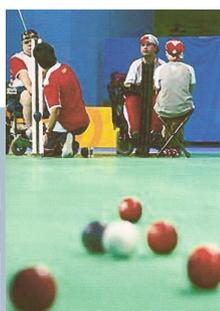
Atletismo



Basquetebol em cadeira de rodas



Bocha



Ciclismo



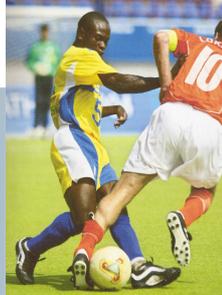
Esgrima em cadeiras de rodas



Futebol de 5



Futebol de 7



Goalball



Halterofilismo



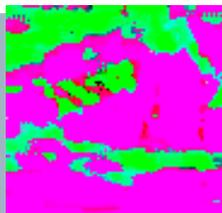
Hipismo



Judô



Natação



**Rugbi em
cadeira de rodas**



Tênis de mesa



**Tênis em
cadeira de rodas**



Tiro



Tiro com Arco



Vela





COMITÊ PARAOLÍMPICO BRASILEIRO. Fotos. Disponível em:
<<http://www.cpb.org.br/modalidades/modalidades.asp>>. Acessado em: 26 de Junho de 2008.

ANEXO 1

Conceitos Básicos do Paraesporte

Nas sociedades de cultura primitiva, os povos eram nômades, sobrevivendo da caça e da pesca. Estavam sujeitos às intempéries e aos animais selvagens. Tudo isto dificultava a aceitação de pessoas deficientes pelos demais membros do grupo, pois, incapazes de irem em busca da caça e de sobreviver por si mesmos à agressividade da vida, essas pessoas mostravam-se dependentes da tribo. Por este motivo, eram abandonadas em ambientes agrestes e perigosos, o que inevitavelmente contribuía para sua morte.

Nas culturas posteriores, havia a idéia de os deficientes estarem possuídos por demônios. Na Antigüidade os chineses lançavam-nos ao mar, os gauleses sacrificavam-nos aos deuses Teutates, em Esparta eram lançados do alto dos rochedos e em Atenas eram rejeitados e abandonados nas praças públicas ou nos campos. Entre os Hebreus predominava a visão bíblica que a deficiência era sinal de impureza e representação do pecado do próprio indivíduo ou dos seus pais. Já os romanos tomavam posições bem mais drásticas em relação às pessoas com deficiência. Basta observar o que afirmava Sêneca (1986):

Matam-se cães quando estão com raiva; exterminam-se touros bravios; cortam-se as cabeças das ovelhas enfermas para que as demais não sejam contaminadas; matamos os fetos e os recém-nascidos monstruosos; se nascerem defeituosos e monstruosos, afogamo-los, não devido ao ódio, mas à razão, para distinguirmos as coisas inúteis das saudáveis.

Até o século XVIII, o conceito a respeito da deficiência era basicamente ligado ao misticismo, ao ocultismo e à religiosidade, não havendo base científica para o desenvolvimento de noções realísticas. A própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o Homem como “imagem e semelhança de Deus”, Ser perfeito, inculcava a idéia da condição humana como incluindo perfeição física e mental. Fazendo uma má interpretação

desses textos religiosos, muitos achavam que não sendo “parecidos com Deus”, os deficientes ou imperfeitos deveriam ser postos à margem da condição humana.

Durante toda a Idade Média o conceito mencionado continuou inalterável, sendo comum famílias com membros deficientes esconderem-nos a fim de não tanto os deficientes, como a própria família "normal", não sofrer com a discriminação da sociedade vigente. Os surdos, obviamente, estavam incluídos neste rol de deficientes excluídos da vida social.

Ainda no século XVIII, o Abade Charles Michel de L'Épée (1712-1789) junto com outros surdos franceses, Sicard e Clerc foram os primeiros a utilizarem a prática de gestos naturais e o alfabeto manual era utilizado somente para nomes próprios ou termos abstratos. Desafiando as dificuldades, ele ensinou quatro idiomas aos seus alunos. Defendeu a Língua Gestual como sendo a língua natural/materna dos surdos. Mesmo sendo forte defensor do método gestual, L'Épée afirmou que “o único meio de restituir os Surdos à sociedade é eles aprenderem a se exprimir de viva voz e a ler as palavras sobre os lábios” (SOARES, 1999, p. 30, citado por Menezes Vieira, 1884, p.1). Evidentemente, uma das maiores preocupações de L'Épée neste primeiro momento seja a de reintegrar os surdos à sociedade.

É somente no fim da Idade Média e início do Renascimento, que saímos da perspectiva religiosa para a perspectiva da razão, em que a deficiência passa a ser analisada sob a ótica médica e científica.

Mesmo com este processo de mudança, ainda permanecia a ambigüidade caridade-çoite. Acreditava-se que era possível tratar doenças e desvios de caráter com torturas. Simultaneamente, eram considerados desafortunados, sendo hospitalizados e tratados com atenção, pois neste período buscava-se o reconhecimento do valor do homem e da humanidade.

As crianças que receberam este tipo de educação e tratamento eram filhos de pessoas que tinham uma situação econômica boa. As demais eram colocadas em asilos com pessoas

das mais diversas origens e problemas, pois não se acreditava que pudessem se desenvolver em função da sua “anormalidade”.

A primeira obra impressa sobre educação de deficientes, de Juan Pablo Bonet (1579 – 1633), foi editada em França, em 1620, com o título **Redação das letras e arte de ensinar os mudos a falar**. A primeira instituição especializada para a educação de Surdos foi fundada pelo abade Charles M. Eppée em 1770, em Paris. Ele criou o método gestual, destinado a completar o alfabeto manual, bem como a designar muitos objetos que não podem ser percebidos pelos sentidos. Seus trabalhos tiveram muita projeção na época e conduziram a realizações práticas pelo inglês Thomas Braidwood (1775-1806) e pelo alemão Samuel Heineck (1729-1790). Ambos fundaram, nos seus respectivos países, institutos para a educação de Surdos. Heineck desenvolveu o chamado método oral para ensinar os Surdos a ler e falar mediante movimentos normais dos lábios, hoje denominados “leitura labial” ou “leitura orofacial”. Tal método veio em oposição ao método gestual e desde aquela época tem havido discussões e controvérsias sobre a validade de um e de outro método.

Na segunda metade do século XIX, o oralismo ganhou força e a língua gestual acabou por ser proibida. Era sensual e apelativa ao corpo, vergonhosa, segundo argumentavam os que a proibiram.

Somente na década de 1960 a língua gestual retornou, só que associada ao oralismo. Isso deu origem ao Bilingüismo, onde o foco era a comunicação total e o meio para efetivar essa comunicação não era tão focado quanto o objetivo de efetivá-la. Nos nossos dias, na maioria dos países ao redor do mundo, a surdez ainda é considerada tabu.

Nos últimos trinta anos, segundo Surdos (2008), a investigação científica das línguas gestuais em muitos países, produziu um grande acréscimo de fatos e análises que permitiram três conclusões primárias:

- os idiomas gestuais são estruturados, equivalentes aos idiomas orais. Por isso são chamadas de língua e, não, da linguagem. Estudos lingüísticos mostraram que as línguas gestuais, ao redor do mundo, fazem uso dos recursos gramaticais necessários e suficientes para expressar toda e qualquer experiência humana nos mais diversos domínios;
- estudos mostraram também que os idiomas gestuais são a manifestação coletivamente elaborada de uma outra modalidade natural, paralela à voz, de expressão de conceitos humanos. É nessa qualidade que constituem o instrumento de comunicação favorito e o único que se adapta às pessoas surdas e um papel fundamental no desenvolvimento da criança surda de nascença ou precocemente ensurdecida, o mesmo papel insubstituível que as línguas orais desempenham no desenvolvimento de crianças ouvintes. Além disso, os idiomas "maternos" de um pequeno número de crianças ouvintes, filhas de pais surdos, são adquiridos espontaneamente, mesmo antes de começarem a adquirir o idioma oral da sociedade em que vivem; e
- experiências curriculares recentes mostraram que os idiomas gestuais das comunidades surdas não são inimigos da oralidade. Muito pelo contrário, constituem a melhor maneira, para ambos os lados. É a mais eficaz que a criança surda profunda tem ao dispor para ter acesso ao conhecimento das línguas orais da sociedade ouvinte que os rodeia, bem como das suas expressões e culturas escritas e literárias.

A deficiência é um fenômeno normal no sentido que ocorre em todas as sociedades e assim afeta proporções previsíveis e imprevisíveis de cada população. Assim, deveria ser possível fazer uma estimativa do tamanho das várias populações de pessoas com deficiências, determinar suas necessidades e desenvolver estratégias adequadas e eficazes para que tais necessidades fossem atendidas. No entanto, isto ainda está por ser feito, principalmente porque a questão da deficiência é um fenômeno complexo e que interconecta assuntos

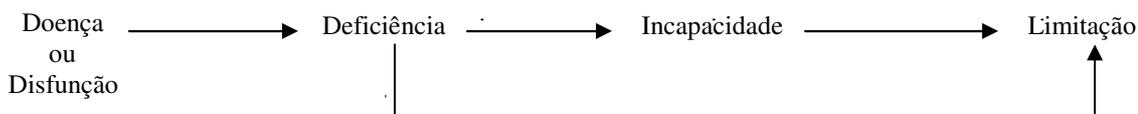
biomédicos, sociais e ambientais e, conseqüentemente, um assunto que ainda está por ser completamente analisado e compreendido.

Liderada pela OMS (1989), o mais recente avanço visando melhorar o nosso conhecimento sobre a deficiência ocorreu em 1980, quando a OMS desenvolveu a Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (*International Classification for Impairments, Disabilities and Handicaps – ICIDH*) que consiste na primeira estrutura conceitual de seu tipo para incorporar as influências de fatores pessoais, sociais e ambientais às pessoas com deficiências.

Como tal, a ICIDH (OMS, 1989) foi a primeira estrutura utilizada na análise de questões de deficiências para que estas fossem compatíveis com o entendimento de que restauração e reabilitação médicas e mecanismos assistenciais e de assistência pessoal podem reduzir as limitações dessas pessoas. Assim, consegue elevar a sua capacidade de tomar proveito das oportunidades sociais e econômicas com o objetivo de fazer com que as políticas econômicas e ambientais possam alterar o seu contexto de deficiência (como por exemplo, instituições sociais e econômicas, construções acessíveis, culturas e crenças) elevando o seu acesso social e econômico.

A ICIDH (OMS, 1989) conceituou as deficiências de tal forma a englobar três elementos separados, mas inter-relacionados: deficiências, incapacidades e desvantagens. A *deficiência* foi definida como uma restrição ou falta de habilidade para executar uma atividade de maneira, ou de acordo com parâmetros, considerada normais para o ser humano (UNSO, [s.d.]). As deficiências foram vistas como sendo causadas por debilidades, que por sua vez são definidos como perdas ou anomalias de funções psicológicas ou fisiológicas ou de estruturas anatômicas. Tanto as debilidades quanto as deficiências são tidas como atreladas às *desvantagens*, que são definidas como desvantagens que limitem ou impeçam uma função ou atividade considerada normal. (Vide figura a seguir)

Figura 4: O Fenômeno da Deficiência como Conceituado no ICIDH Original



Fonte: Organização Mundial de Saúde, ICIDH (1989)

O Decreto n. 3298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a lei n. 7853, de 24 de dezembro de 1989, e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Define deficiência como sendo: “Toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”. No entanto, a Assembléia Geral da ONU, da qual o Brasil é membro, com base na Resolução n.48, de 1996, definiu deficiência, como sendo: “A perda ou limitação de oportunidades de participar da vida comunitária em condições de igualdade com as demais pessoas”.

O esporte, considerando-se a definição de deficiência aprovada pela Resolução n. 48, de 1996, da ONU, cumpre os nobres objetivos de detectar e desenvolver os potenciais das pessoas com deficiência e proporcionar a elas oportunidades para que sejam reconhecidas como capazes de participar da vida comunitária em condições de igualdade com as demais pessoas. O esporte vem cumprindo eficazmente este papel nas suas mais diversas formas de manifestação, seja inicialmente, exercendo uma função terapêutica, com base nas diversas formas de atuação da esportoterapia, ou seja, promovendo a inclusão social, tanto com base no esporte de reabilitação, quanto no esporte competitivo, nas suas mais diversas formas de manifestação, tanto do esporte adaptado quanto do esporte paraolímpico ou, até mesmo, do esporte olímpico. Um novo passo está sendo dado agora, com a implementação, em todo o Brasil, de programas de desenvolvimento do esporte escolar adaptado e paraolímpico.

Para fins de realização de trabalhos com a área paraesportiva, o CPB trabalha com as deficiências constantes da relação abaixo, sendo que, delas, nem todas participam do Movimento Paraolímpico Brasileiro, como é o caso dos Deficientes Auditivos e pessoas com Síndrome de Down.

Deficiência Auditiva - DA / As Pessoas Com Deficiência Auditiva - PCDA

São aquelas que possuem alguma condição de privação sensorial acarretando em uma alteração na percepção do mundo.

O Programa de Ação Mundial para Pessoas Portadoras de Deficiência, através de suas Normas e Recomendações Internacionais sobre Deficiência (1997), definiu a Deficiência como perda ou limitação de oportunidades de participar da vida comunitária em condições de igualdade com as demais pessoas, portanto, identificar a situação de incapacidade pessoal em detrimento do próprio meio social; (TUBINO, 2005).

Essa deficiência restringe a possibilidade de absorção de informações por via auditiva, podendo levar assim a uma série de dificuldades como a de interação com o mundo a sua volta.

A avaliação do teste de audiometria, irá identificar os graus de intensidade das perdas auditivas, que pode ser leve, moderada, severa ou profunda.

A grande adaptação para a prática esportiva reside na troca de sinais sonoros por sinais visuais. Em termos de Paraolimpíadas os DAs ainda não fazem parte e isso se justifica por uma postura da própria organização esportiva internacional deles.

Deficiência Física - DF / Pessoa Com Deficiência Física - PCDF

Segundo Bieler (1990), as PCDFs são indivíduos com alteração ou algum comprometimento do seu quadro motor como coordenação, locomoção ou movimento.

A DF refere-se ao comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema ósteo-articular, muscular e nervoso. Logo, ela pode ser congênita ou adquirida, tendo outras formas de caracterizar como fazer uma distinção em relação à localização da lesão (ex: neurológica do SNC ou do periférico), à extensão da lesão (se é parcial ou completa), aos membros envolvidos (tetra ou paraplegia), à tonicidade da musculatura, entre outros. Porém depende do diagnóstico da pessoa para poder classificá-la.

Como a DF tem um leque grande de ocorrência, cada caso deve ser olhado individualmente.

A grande adaptação para a prática esportiva reside na classificação para a competição em bases justas de capacidades motoras. Em termos de Paraolimpíadas as PCDFs fazem parte e são responsáveis por uma enorme participação, bem como pela direção que o esporte paraolímpico mundial tem hoje.

Deficiência Mental - DM / Pessoa Com Deficiência Mental - PCDM

Como não há consenso entre os profissionais para compreender a DM, convivem hoje parâmetros diferentes vindos de épocas e prismas variados.

Conforme Associação Americana de Retardo Mental – AAMR (2008) o deficiente mental é considerado aquele que apresenta limitação na sua capacidade de resolver problemas e acumular conhecimentos, obtendo nos testes de inteligência um valor entre setenta / setenta e cinco ou menor (Funcionamento Intelectual) e apresentando limitações significativas em dois ou mais aspectos de suas capacidades necessárias para adaptar-se e interagir em um ambiente de acordo com sua faixa etária e cultural (Comportamentos Adaptativos).

Áreas do Comportamento Adaptativo: lazer; competências sociais; trabalho; comunicação; cuidados pessoais; auto-direção; comportamentos comunitários; saúde e segurança; autonomia em casa; funcionamento acadêmico.

Deficiência Visual - DV / Pessoa Com Deficiência Visual -PCDV

Segundo Hoffmann (1999), é a pessoa que tem a anulação ou o sério comprometimento da captação de informações ambientais pelo canal perceptivo da visão, categorizando seus deficientes em cegos ou com visão subnormal, respectivamente. Ela pode ser congênita ou adquirida. Há a pessoa cega, que tem perda total, e a de visão subnormal, que tem parcial capacidade visual (acuidade e campo), como, por exemplo, perceber se está claro ou escuro, perceber alguma forma grande sem definição.

Existem crianças que têm um grande problema de visão grande precisando fazer uso de lentes especiais para poder enxergar, mas não são consideradas DV.

O IPC, junto com a IBSA, prevê para o esporte adaptado competitivo para PCDVs, três classes para todas as modalidades, dentro do sistema de classificação funcional. Estas classes são baseadas na acuidade visual do atleta e mantêm a mesma filosofia do sistema de classificação clínico.

Com referência à terminologia adotada em diversos países a respeito da deficiência na área paraesportiva, Viso (1994) discutiu as traduções para a língua espanhola da terminologia relativa às incapacidades, referindo-se às expressões "deficiência", "*discapacidad*", "*minusvalía*" e "*persona com discapacidad*", como equivalentes a "*impairment*", "*disability*", "*handicap*" e "*disabled person*". Assinalou que essa discussão tem gerado uma consciência cívica e social da importância da precisão lingüística, produzindo efeitos benéficos, tais como uma unificação dos termos utilizados em textos legislativos e normativos.

A ICIDH (*WORLD HEALTH ORGANIZATION*, 1993) propõe uma classificação da conceituação de deficiência que pode ser aplicada a vários aspectos da saúde e da doença, sendo um referencial unificado para a área. Estabelece, com objetividade, abrangência e hierarquia de intensidades, uma escala de deficiências com níveis de dependência, limitação e seus respectivos códigos, propondo que sejam utilizados com as Classificações Internacionais de

Doenças – CID, pelos serviços de medicina, reabilitação e segurança social. Por essa classificação são conceituadas:

Deficiência: perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão.

Incapacidade: restrição, resultante de uma deficiência, da habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal para o ser humano. Surge como consequência direta ou é resposta do indivíduo a uma deficiência psicológica, física, sensorial ou outra. Representa a objetivação da deficiência e reflete os distúrbios da própria pessoa, nas atividades e comportamentos essenciais à vida diária.

Desvantagem: prejuízo para o indivíduo, resultante de uma deficiência ou uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de papéis de acordo com a idade, sexo, fatores sociais e culturais. Caracteriza-se por uma discordância entre a capacidade individual de realização e as expectativas do indivíduo ou do seu grupo social. Representa a socialização da deficiência e relaciona-se às dificuldades nas habilidades de sobrevivência.

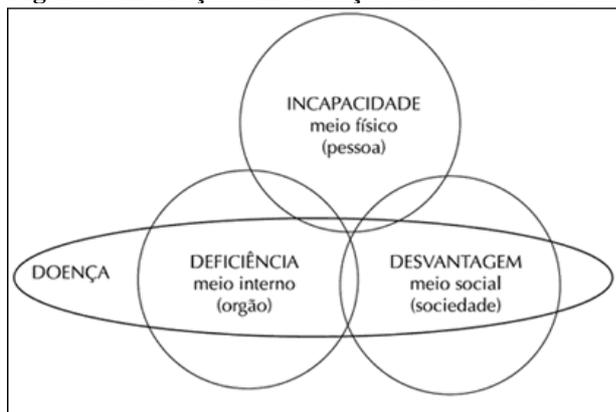
Fernald (1996) enfocou a controvertida história do uso dos termos "deficiência mental", "dificuldade de aprendizagem" e "incapacidade intelectual". Apontou as dificuldades de conseguir um consenso sobre os termos relativos às incapacidades, que transmitam claramente a informação e honrem a dignidade e o respeito do indivíduo. Salientou que tais problemas são maiores quando se considera a comunicação internacional. Sugeriu a construção de pontes culturais que possam facilitar a comunicação e a compreensão. Considerou as recentes mudanças na terminologia sobre as incapacidades utilizada nos EUA, apontando as diferenças

com outros países de língua inglesa e salientando a importância de adotar linhas básicas nessa língua.

Zola (1993, p. 167-173) afirmou que a linguagem estaria tão ligada às condições filosóficas e políticas da sociedade, quanto a geografia e o clima. O preconceito não seria imposto, mas "metabolizado" na corrente sanguínea da sociedade. O poder da palavra de denominar as pessoas e a significação do estigma deveriam ser reconhecidos por todos. Sugere como caminho para reverter o estigma contextualizar a relação com o nosso corpo e com nossas deficiências, realizando uma mudança não nos termos, mas na gramática: nomes e adjetivos igualariam o indivíduo à deficiência. Por exemplo, inválido e deformado tenderiam a desacreditar a pessoa como um todo; preposições descreveriam relações e encorajariam a separação entre a pessoa e a deficiência, por exemplo, um homem com deficiência; os verbos na voz ativa seriam preferíveis aos verbos na voz passiva, por exemplo: um homem usando cadeira de rodas seria melhor do que um homem confinado a uma cadeira de rodas; também o verbo "ser" seria mais prejudicial do que o "ter", por exemplo: "ele tem uma incapacidade" preferivelmente a "ele é incapacitado".

Rieser (1989, p.151-156) analisou as diferenças entre o modelo médico e o social de incapacidade. Apontou que: o médico enfatiza a dependência, considerando a pessoa incapacitada como um problema, enquanto o social atribue as desvantagens individuais e coletivas das pessoas com deficiência principalmente à discriminação institucional. Sugeriu que a solução para a incapacidade estaria na reestruturação da sociedade.

A representação esquemática que se segue, sugere uma progressão linear simples, mas a situação é mais complexa. Na Figura 4 observa-se a interação entre os conceitos estudados.

Figura 5: Interação e Intersecção entre os Conceitos

Fonte: Rieser (1989)

Pelo diagrama pode-se inferir que a doença ocorre sem grandes implicações e que a incapacidade e a desvantagem podem ocorrer na ausência de uma doença. Há possibilidade de interrupção da seqüência em qualquer estágio: uma pessoa pode ter uma deficiência sem incapacidade, uma incapacidade sem desvantagem ou uma desvantagem sem incapacidade ou deficiência.

Pode ocorrer uma deficiência associada com incapacidade e desvantagem, comprometendo todos os níveis de manifestação, ou apenas com incapacidade, quando a desvantagem social foi compensada.

A deficiência pode estar associada à desvantagem, sem incapacidade: o diabético ou o hemofílico possui uma deficiência, mas com acompanhamento clínico podem não desenvolver incapacidades, embora tenham desvantagens no relacionamento social, como restrições dietéticas ou das atividades físicas.

Pode-se considerar também a desvantagem sem deficiência ou incapacidade: uma pessoa com o estigma de "doente mental" após ter se recuperado de um episódio psicótico agudo.

ANEXO 2

Paraolimpíadas em Números

I – Paraolimpíadas em números

Ano	Cidade	País	Participantes	Delegações	Modalidades
1960	Roma	Itália	400	23	8
1964	Tóquio	Japão	375	21	9
1968	Tel Aviv	Israel	750	29	10
1972	Heidelberg	Alemanha	1004	41	10
1976	Toronto	Canadá	1657	42	13
1980	Arnhem	Holanda	1973	42	12
1984	Nova Iorque	EUA	1800	45	17
	Stoke Mandeville	Inglaterra	1100	41	
1988	Seul	Coréia do Sul	3053	61	17
1992	Barcelona	Espanha	3020	82	15
1996	Atlanta	EUA	3195	103	17
2000	Sydney	Austrália	3824	123	20
2004	Atenas	Grécia	4000	143	19

II – Desempenho Brasileiro por Paraolimpíada

Ano	Local	País	OURO	PRATA	BRONZE	TOTAL	Colocação do Brasil
1972	Heidelberg	Alemanha	0	0	0	0	X
1976	Toronto	Canadá	0	1	0	1	31 ^a
1980	Arnhem	Holanda	0	0	0	0	X
1984	Nova Iorque	EUA	1	3	2	6	29 ^a
1984	Stoke Mandeville	Inglaterra	6	14	2	22	14 ^a
1988	Seul	Coréia do Sul	4	9	14	27	25 ^a
1992	Barcelona	Espanha	3	0	4	7	32 ^a
1996	Atlanta	EUA	2	6	13	21	37 ^a
2000	Sydney	Austrália	6	10	6	22	24 ^a
2004	Atenas	Grécia	14	12	7	33	14 ^a

III – Lista de Medalhas Brasileiras na história das Paraolimpíadas

Paraolimpíada / Ano	Atleta	Modalidade	Prova	Classe	Resultado	Medalha
Toronto-1976	Luiz Carlos da Costa e Robson Sampaio de Almeida	<i>Lawn Bowls</i>	X	2, 3, 4, 5, 6	X	Prata
Nova Iorque-1984	Márcia Malsar	Atletismo	200m rasos	C6	34s 83 (Recorde Mundial)	Ouro
Nova Iorque-1984	Márcia Malsar	Atletismo	1000m <i>cross country</i>	C6	5min 50s	Prata
Nova Iorque-1984	Anelise Hermany	Atletismo	100m rasos	B2	14s58	Prata
Nova Iorque-1984	Anelise Hermany	Atletismo	Salto em distância	B2	4,19m	Prata
Nova Iorque-1984	Anelise Hermany	Atletismo	800m rasos	B2	2min 38s 87	Bronze
Nova Iorque-1984	Márcia Malsar	Atletismo	60m rasos	C6	10s 60	Bronze
Stoke Mandeville-1984	Amintas Piedade	Atletismo	Arremesso de Peso	1C	3,59m	Ouro
Stoke Mandeville-1984	Amintas Piedade	Atletismo	Lançamento de dardo	1C	7,12m	Ouro
Stoke Mandeville-1984	Luiz Cláudio Pereira	Atletismo	Lançamento de dardo	1C	15,92m (Recorde Mundial)	Ouro
Stoke Mandeville-1984	Luiz Cláudio Pereira	Atletismo	Arremesso de Peso	1C	7,88m (Recorde Mundial)	Ouro
Stoke Mandeville-1984	Miracema Ferraz	Atletismo	Arremesso de Peso	1A	2,18m	Ouro
Stoke Mandeville-1984	Maria Jussara Mattos	Natação	4x50m medley	6	4min 15s 68	Ouro
Stoke Mandeville-1984	Amintas Piedade	Atletismo	<i>Slalom</i>	1C	1min 48s29	Prata
Stoke Mandeville-1984	Amintas Piedade	Atletismo	Lançamento de disco	1C	8,48m	Prata
Stoke Mandeville-1984	Luiz Cláudio Pereira	Atletismo	Pentatlo	1C	5892,8 pts	Prata
Stoke Mandeville-1984	Luiz Cláudio Pereira	Atletismo	Lançamento de disco	1C	20,40m	Prata
Stoke Mandeville-1984	M. Amorim	Natação	4x50m medley	5	3min 15s 81	Prata
Stoke Mandeville-1984	M. Amorim	Natação	100m costas	5	1min 24s 98	Prata
Stoke Mandeville-	M. Amorim	Natação	100m peito	5	1min 47s 79	Prata

	Galvão Pereira					
Atlanta-1996	Adriano Galvão Pereira	Natação	100m livre	S2	2min 54s 50	Bronze
Atlanta-1996	Adriano Lima	Natação	50m livre	S6	33s 22	Bronze
Atlanta-1996	Anderson Lopes	Atletismo	Lançamento de Disco	F36	37,46m	Bronze
Atlanta-1996	Douglas Amador	Atletismo	100m rasos	T37	12s 31	Bronze
Atlanta-1996	Douglas Amador	Atletismo	Salto em distância	F34-37	5,42m	Bronze
Atlanta-1996	Genezi Alves de Andrade	Natação	100m livre	S3	2min 01s 97	Bronze
Atlanta-1996	Genezi Alves de Andrade	Natação	200m livre	S3	4min 15s 76	Bronze
Atlanta-1996	Gledson Soares	Natação	200m medley	SM7	2min 54s 10	Bronze
Atlanta-1996	Ivanildo Vasconcelos	Natação	100m peito	SB4	1min 46s 55	Bronze
Atlanta-1996	Maria José Alves – Zezé	Atletismo	100m rasos	T11	13s 38	Bronze
Atlanta-1996	Maria José Alves – Zezé	Atletismo	200m rasos	T11	26s 87	Bronze
Atlanta-1996	Suely Guimarães	Atletismo	Lançamento de Disco	F55-57	24,54m	Bronze
Sydney-2000	Ádria Rocha Santos	Atletismo	100m rasos	T12	12s 46	Ouro
Sydney-2000	Ádria Rocha Santos	Atletismo	200m rasos	T11	24s 99 (Recorde Mundial)	Ouro
Sydney-2000	Antônio Tenório da Silva	Judô para Cegos	Até 90 Kg	X	X	Ouro
Sydney-2000	Fabiana Harumi Sugimori	Natação	50m livre	S11	33s 51	Ouro
Sydney-2000	Roseane Ferreira dos Santos – Rosinha	Atletismo	Arremesso de Peso	F58	9,00m (Recorde Mundial)	Ouro
Sydney-2000	Roseane Ferreira dos Santos – Rosinha	Atletismo	Lançamento de Disco	F58	31,58m (Recorde Mundial)	Ouro
Sydney-2000	Ádria Rocha Santos	Atletismo	400m rasos	T11	59s 46	Prata
Sydney-2000	André Garcia	Atletismo	100m rasos	T13	11s 39	Prata
Sydney-2000	André Garcia	Atletismo	200m rasos	T13	22s 75	Prata
Sydney-2000	Adriano Lima	Natação	100m livre	S6	1min 10s 60	Prata
Sydney-2000	Antônio Delfino	Atletismo	400m rasos	T46	50s 27	Prata
Sydney-2000	Clodoaldo Silva	Natação	100m livre	S4	1min 32s 17	Prata
Sydney-2000	Luís Silva	Natação	50m borboleta	S6	34s 15	Prata
Sydney-2000	Mauro Brasil	Natação	50m livre	S9	27s 17	Prata
Sydney-2000	Adriano Lima Clodoaldo Silva Joon Sok Seo Luís Silva	Natação	Revezamento 4x50m livre	X	2min 39s 82	Prata

Sydney-2000	Adriano Lima Clodoaldo Silva Francisco Avelino Luís Silva	Natação	Revezamento 4x50m medley	X	2min 41s 40	Prata
Sydney-2000	Anderson Lopes	Atletismo	Lançamento de Disco	F37	42,97m	Bronze
Sydney-2000	Clodoaldo Silva	Natação	50m livre	S4	41s 62	Bronze
Sydney-2000	Daniilo Glasser	Natação	50m livre	S10	25s 89	Bronze
Sydney-2000	Genezi Alves de Andrade	Natação	150m medley	SM3	3min 34s 97	Bronze
Sydney-2000	Adriano Lima Daniilo Glasser Fabiano Machado Mauro Brasil	Natação	Revezamento 4x100m livre	X	4min 12s 18	Bronze
Sydney-2000	Adriano Biggi da Costa Douglas Amador Fábio Ferreira Jean Adriano Rodrigues João Aires Pereira Luciano Rocha Marcos dos Santos Ferreira (goleiro) Marcos William da Silva Moisés Tamiozzo Márcio Lopes Romildo Chiavelli	Futebol de 7 (paralisado s cerebrais)	X	X	1ª Fase 2x2 Rússia 1x1 Espanha 4x0 Austrália Semifinal 1x1 Ucrânia – 0x1 na prorrogação Disputa 3º Lugar 2x1 Portugal	Bronze
Atenas-2004	Ádria Rocha Santos	Atletismo	100m rasos	T11	X	Ouro
Atenas-2004	André Garcia	Atletismo	200m rasos	T13	X	Ouro
Atenas-2004	Antônio Delfino	Atletismo	200m rasos	T46	X	Ouro
Atenas-2004	Antônio Delfino	Atletismo	400m rasos	T46	X	Ouro
Atenas-2004	Antônio Tenório da Silva	Judô para Cegos	Até 100 Kg	X	X	Ouro
Atenas-2004	Clodoaldo Silva	Natação	50m livre	S4	X	Ouro
Atenas-2004	Clodoaldo Silva	Natação	50m borboleta	S4	X	Ouro
Atenas-2004	Clodoaldo Silva	Natação	100m livre	S4	X	Ouro
Atenas-2004	Clodoaldo Silva	Natação	200m livre	S4	X	Ouro
Atenas-2004	Clodoaldo Silva	Natação	150m livre	SM4	X	Ouro
Atenas-2004	Fabiana Sugimori	Natação	50m livre	S11	X	Ouro

Atenas-2004	Sueli Guimarães	Atletismo	Arremesso de disco	F56-58	X	Ouro
Atenas-2004	Adriano Lima Clodoaldo Silva Francisco Avelino Luiz Silva	Natação	Revezamento 4x50m medley	X	X	Ouro
Atenas-2004	Andreonni Fabrizius Anderson Dias Fábio Luiz Ribeiro Damião Róbson João Batista da Silva Marcos José Alves Mizael Conrado Nilson Pereira Sandro Laina Severino Gabriel	Futebol de 5 (cegos)	X	X	Final 0x0 contra a Argentina – Pênaltis 3x 2	Ouro
Atenas-2004	Ádria Rocha Santos	Atletismo	200m rasos	T11	X	Prata
Atenas-2004	Ádria Rocha Santos	Atletismo	400m rasos	T12	X	Prata
Atenas-2004	André Garcia	Atletismo	100m rasos	T13	X	Prata
Atenas-2004	Edênia Nogueira Garcia	Natação	50m costas	S4	X	Prata
Atenas-2004	Eduardo Paes	Judô para cegos	Até 73kg	X	X	Prata
Atenas-2004	Gilson José dos Anjos	Atletismo	800m rasos	T13	X	Prata
Atenas-2004	Ivanildo Vasconcelos	Natação	100m peito	SB4	X	Prata
Atenas-2004	Karla Cardoso	Judô para cegos	Até 48kg	X	X	
Atenas-2004	Odair Santos	Atletismo	1.500m rasos	T13	X	Prata
Atenas-2004	Odair Santos	Atletismo	5.000 rasos	T12	X	Prata
Atenas-2004	Adriano Lima Clodoaldo Silva Joon Sok Seo Luís Silva	Natação	Revezamento 4x50m livre	X	X	Prata
Atenas-2004	Adriano Biggi da Costa Fabrício Rogério Bruzzi Flávio Pereira Jean Adriano Rodrigues José Carlos Guimarães Leandro Marinho Luciano Rocha	Futebol de 7 (paralisados cerebrais)	X	X	Final 4x1 Ucrânia	Prata

	Marcos dos Santos Ferreira (goleiro) Marcos William da Silva Moisés Tamiozzo Peterson Alves Renato Lima					
Atenas-2004	Daniele Bernardes	Judô para cegos	Até 57kg	X	X	Bronze
Atenas-2004	Francisco Avelino	Natação	100m peito	SB4	X	Bronze
Atenas-2004	Maria José Alves	Atletismo	100m rasos	T12	X	Bronze
Atenas-2004	Maria José Alves	Atletismo	200m rasos	T12	X	Bronze
Atenas-2004	Odair Santos	Atletismo	800m rasos	T12	X	Bronze
Atenas-2004	Ozivan Santos	Atletismo	5.000m	T46	X	Bronze
Atenas-2004	Terezinha Guilhermino	Atletismo	400m rasos	T12	X	Bronze

IV – Medalhas brasileiras por modalidade

Modalidade	Ouro	Prata	Bronze	TOTAL
Atletismo	21	35	20	76
Futebol de 7	0	1	1	2
Futebol de 5	1	0	0	1
Judô	3	2	4	9
Lawn Bowls	0	1	0	1
Natação	11	16	23	50
TOTAL	36	55	48	139

ANEXO 3**Carta ao Validador****COLEGA PROFESSOR, ATLETA e/ou DIRIGENTE PARAOLÍMPICO:**

Como aluno do curso de mestrado em Ciência da Motricidade Humana da Universidade Castelo Branco, que está desenvolvendo uma dissertação com o título **A busca de uma periodização histórica para o paraesporte brasileiro de rendimento**, necessito validar o instrumento que será utilizado neste estudo. Solicito sua colaboração no sentido de avaliar se as perguntas têm coerência com os aspectos que serão verificados em cada Bloco.

Para isso, assinale com um "X" na coluna SIM se houver coerência, ou na coluna NÃO caso não haja coerência. Em caso de dúvida assinalar no quadro de DÚVIDA.

Suas observações (ressalvas e/ou sugestões) serão muito importantes. Não as deixe de fazer. Caso seja necessário use o verso da folha.

Por favor, não deixe de devolver o instrumento e, desde já agradeço o seu esforço nesta valiosa colaboração para com o meu trabalho e, principalmente para a Educação Física, e, principalmente para o Paraesporte Brasileiro.

Sinceramente agradecido.

Prof. Sérgio José de Castro

ANEXO 4**Questionário-Piloto para Pesquisa sobre Periodização Histórica para o Paraesporte Brasileiro de Rendimento****INSTRUÇÕES**

- Questionário para ser respondido por pessoal qualificado na área Paraesportiva há mais de dez anos.

- Responda atentamente todas as questões.

1ª PARTE

a) Informações pessoais dos entrevistados:

NOME: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____

TELEFONE: _____ E-MAIL: _____

IDADE: _____ PROFISSÃO: _____ SEXO: (M) (F)

b) Formação paraesportiva:

() Paraatleta

() Dirigente

() Profissional Paraesportivo

c) Tempo de formação paraesportiva: _____

d) Número de participações: _____

e) Pratica alguma outra Atividade Paraesportiva? Qual? _____

ANEXO 5**Relação de *Experts* Denominados Avaliadores para a Dissertação**

01. **Bernard Rajzman** -Ex-Secretário Nacional dos Esportes (1991-1992). Membro do COB (2008);
02. **Aldo Miccolis** - Fundador da ANDE;
03. **Ivaldo Brandão** - Professor Mestre em Educação Física; Classificador Internacional de Atletismo Adaptado e atual Presidente da ANDE;
04. Antônio João **Menescal Conde** - Diretor do CPB; Professor de Educação Física do IBC; Secretário-Geral da CBDC; Diretor Técnico da IBSA;
05. **Ciraldo Reis** - Presidente da ABRADECAR;
06. **Paulo Cruz** - Técnico da Seleção Brasileira de Amputados (2008); Professor de Educação Física;
07. **Paulo Miranda** - Técnico da Seleção Brasileira de Futebol de Paralisados Cerebrais (2008); Professor de Educação Física; Professor do IBC;
08. **Lars Graef** - Ex-Ministro dos Esportes do Brasil;
09. **Teresa Costa D'Amaral** - Superintendente do Instituto Brasileiro de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – IBDD/RJ;
10. **Celby Rodrigues Vieira** - Professor Mestre em Educação Física; *Expert* em Atividades Esportivas para Surdos; Diretor de Remo da CBRA;
11. **Clodoaldo Silva** - Paralisado Cerebral; Melhor Paraatleta do Mundo na Modalidade de Natação, segundo o IPC (2006);
12. **João Bentim** – Cadeirante; Ex-Presidente da Federação de Basquetebol em Cadeira de Rodas do Estado de São Paulo – FBCRESP.
13. **Karla Cardoso** - Vice-Campeã Paraolímpica de Judô para Cegos (Atenas 2004);

14. **Antonio Tenório** - Tri-Campeão Paraolímpico de Judô para Cegos (Atenas 2004);
15. **João Batista de Oliveira e Silva** - Primeiro Presidente do CPB; verdadeiro Líder Paraolímpico do Brasil; atual Presidente da ABVP;
16. **Tânia Rodrigues** - Médica Paraplégica; Presidente da ANDEF;
17. **Vanilton Senatore** - Ex-Diretor das Olimpíadas Especiais Brasil (2000); atual Dirigente do CPB; Licenciado em Educação Física pela PUC, Campinas/SP, 1972; Professor concursado do GDF, desde 1974; Coordenador Adjunto da CORDE, 1987/1989; Diretor do Departamento de Desportos das Pessoas Portadoras de Deficiência da SEDES (1990/1993); Coordenador Geral do Desporto Escolar do CPB;
18. **Leonardo Mattos** – Paraplégico; Atleta do Basquetebol em Cadeira de Rodas, Ex-Deputado Federal; Atual Presidente da CBBC (2008);
19. **Maurício Pomme** - Formado em Educação Física pela UNIFEC de São Caetano do Sul, 1990; Bicampeão brasileiro de Tênis em Cadeira de Rodas; integrante da equipe brasileira em mundiais desde o ano 2000; Representou o Brasil nas Paraolimpíadas de Atenas, 2004; Campeão mundial por equipes, 2006; Ocupa a octagésima oitava colocação no *ranking* mundial e, em 2004, figurou entre os quarenta melhores jogadores do mundo; Ministra palestras de Tênis em Cadeira de Rodas pela CBT.
20. **Carmelino Souza Vieira** - Professor de Educação Física, pedagogo e advogado; Mestre em Educação Especial – UERJ; Doutor em Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ; Praticante e Instrutor de Lutas (Judô, *Karatê*, *Taekwondo* e Capoeira); Ingressou no IBC em 1982, quando iniciou o ensino de judô para os alunos cegos e deficientes visuais, sendo pioneiro na formação das primeiras equipes competitivas na modalidade; Diretor Geral do IBC por dois mandatos (1994 a 2003); Representante da IBSA até 2005; Supervisor Nacional de Judô da CBDC, com participações em diversos Campeonatos Mundiais como chefe de delegação, delegado nacional e internacional.

ANEXO 6**Instrumento de Validação de Dissertação de Mestrado**

Título da Dissertação: A Busca de Uma Periodização Histórica para o Paraesporte Brasileiro de Rendimento

Autor: Sérgio José de Castro

Orientador: Prof. Dr. Manoel José Gomes Tubino

Instituição: Universidade Castelo Branco

Mestrado: Ciência da Motricidade Humana

Visando a obtenção do título de Mestre em Ciência da Motricidade Humana pela Universidade Castelo Branco - UCB/RJ, solicito a V.S. a analisar e validar a linha de tempo que se segue no quadro abaixo onde são relatados os principais fatos e acontecimentos ocorridos dentro do Movimento Paraolímpico no Brasil, desde o primeiro envolvimento de atletas e personalidades com o referido movimento até os dias atuais.

Objetiva identificar e caracterizar os cinco períodos do Paraesporte Nacional no contexto histórico da iniciação, desenvolvimento e situação atual, a saber:

Após ler atentamente os fatos e acontecimentos ocorridos dê a sua opinião marcando "S" (Sim), caso queira manter o nome dado ao referido período; marcando "N" (Não), caso queira excluir o nome do período e, finalmente, marcando "D" (Dúvida), caso queira mudar o nome do período. Ao final do quadro, segue espaço para sugestões, críticas e comentários.

PERÍODO	CONTEÚDO	OPINIÕES
---------	----------	----------

SÉCULO XIX

1º Período - Desconhecimento do Paraesporte Brasileiro do Início das Primeiras Atividades Paraesportivas (1854 até 1937)	1854 - Em 12 de setembro, criação da primeira Escola Nacional para Surdos e do Imperial Instituto de Meninos Cegos, que viria mais tarde a dar origem ao Instituto Benjamim Constant - IBC.	(S) (N) (D)
	1857 - Criação do Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES.	S) (N) (D)

SÉCULO XX

2º Período - Da Descoberta e Valorização do Paraesporte de Rendimento (de 1938 a 1958)	1948 - Criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.	(S) (N) (D)
	1953 - Primeiras competições de Futebol para Cegos dentro dos Institutos Educacionais no sul do Brasil. No Instituto Santa Isabel promovia-se os "GRENAIS" para cegos e no Instituto São Rafael, em Belo Horizonte (MG), também se praticava este esporte.	(S) (N) (D)
	1954 - Em 19 de março, fundação da Associação de Surdos de São Paulo.	(S) (N) (D)
	1957 - I Olimpíada Nacional de Surdos, comemorando o aniversário do INES. Foi caracterizada pela mídia como "Olimpíada Silenciosa".	(S) (N) (D)
	1958 - O esporte paraolímpico começou a ser praticado no território brasileiro. No dia 1 de abril, no Rio de Janeiro, o cadeirante Robson Sampaio de Almeida, em parceria com seu amigo Aldo Miccolis, fundou o Clube do Otimismo, que veio dar origem ao Clube dos Paraplégicos do Rio de Janeiro - CPRJ. Meses depois, em 28 de julho, Sérgio Seraphin Del Grande, também deficiente físico, cria o Clube dos Paraplégicos de São Paulo - CPSP. A data foi escolhida para homenagear os dez anos de Stoke Mandeville.	(S) (N) (D)
3º Período - De Fortalecimento do Paraesporte de Rendimento (de 1959 a 1990)	1959 - Em 20 de janeiro é criada a Federação Desportiva de Surdos do Estado do Rio de Janeiro - FDSERJ	(S) (N) (D)
4º Período - De Popularização do Paraesporte de Rendimento pela Mídia (de 1991 a 1995)	1992 - Participação do Brasil nas Paraolimpíadas de Barcelona. Mídia Falada, Televisada e Escrita transmitem as Paraolimpíadas diretamente da Espanha.	(S) (N) (D)
	1995 - Criação do Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB, em Niterói (RJ), em 9 de fevereiro. João Batista de Carvalho e Silva foi indicado para ser o primeiro presidente da entidade.	(S) (N) (D)
5º Período - De Afirmação e de Consolidação do Paraesporte de Desempenho: Rendimento e Alto Rendimento (de 1996 a 2008)	1998 - Em Paulínia (SP), o Brasil sediou o primeiro Mundial de Futebol de 5 (cegos). A seleção brasileira sagrou-se campeã mundial.	(S) (N) (D)
	1999 - Foi criada no Rio de Janeiro, a Federação de Basquetebol em Cadeira de Rodas do Estado do Rio de Janeiro - FBCRERJ, pelo Professor de Educação Física Sérgio Castro, seu primeiro Presidente.	(S) (N) (D)

	1999 - A modalidade de Vela Adaptada tem início com o Projeto Água Vivo, desenvolvido a partir de uma parceria entre a classe de vela Day Sailer, o Clube Paraesportivo Superação e o Clube Municipal de Iatismo, em São Paulo.	(S) (N) (D)
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------

SÉCULO XXI

5º Período - De Afirmação e de Consolidação do Paraesporte de Desempenho: Rendimento e Alto Rendimento (de 1996 a 2008)	2000 - Primeira edição dos Jogos Brasileiros para Cegos e Deficientes Visuais, em 09 de setembro, na cidade de São Paulo, na cidade de São Paulo, nas modalidades de Atletismo, Natação e Judô para adultos e infanto juvenil, além do Golbol, na categoria infanto-juvenil, tendo sido caracterizado como o maior evento já realizado na América Latina, no que se refere aos esportes para Deficientes Visuais.	(S) (N) (D)
	2001 - Sancionada a Lei 102649 (Lei Agnelo-Piva) que estabelece que 2% da arrecadação bruta dos prêmios da Loteria Federal sejam repassados ao COB e IPC. Deste montante, 15% dos recursos são direcionados ao CPB e devem ser investidos na formação, preparação técnica, manutenção e locomoção dos atletas aos locais de competição.	(S) (N) (D)
	2002 - No mês de maio é disputada a I Olimpíada de Surdos do Brasil, em Passo Fundo (RS) com a participação de mil e quinhentos Atletas.	(S) (N) (D)
	2003 - No final de 2003, chegam ao Brasil os primeiros barcos da classe 2.4mR. O batismo ocorreu nos Jogos Paraolímpicos do Brasil, disputados em São Paulo, em maio de 2004.	(S) (N) (D)
	2004 - Elaboração do Plano Plurianual 2004/2007 do Paraesporte Nacional pelo Ministério do Esporte e Turismo - MMET.	(S) (N) (D)
	2005 - Copa Brasil de Golbol, de 16 a 18 dezembro em Campinas (SP). A APACE, da Paraíba foi o destaque da competição.	(S) (N) (D)
	2005 - Clodoaldo Silva, Paralisado Cerebral é eleito, pelo IPC, o melhor atleta paraolímpico do Mundo.	(S) (N) (D)
	2006 - Copa Brasil de Futsal para Surdos, de 13 a 15 outubro em Jundiaí (SP). Participaram quatrocentos atletas surdos de trinta e uma equipes.	(S) (N) (D)
	2006 - Jogos Abertos Paraesportivos do Brasil, com etapas em: Ponta Grossa, Boa Vista, Belém, Natal, São Paulo, Vitória, Caruaru, Goiânia, Londrina.	(S) (N) (D)
	2007 - O Brasil sedia na cidade do Rio de Janeiro os Jogos Parapanamericanos Rio 2007.	(S) (N) (D)
	2008 - A ABRADACAR é desfilhada ao CPB, em virtude de irregularidades em prestação de contas.	(S) (N) (D)

ANEXO 7

**Quadro Inicial de Indicações de Procedimentos para Validação da Periodização
Histórica para o Paraesporte Brasileiro de Rendimento**

INDICAÇÃO DE AÇÕES GERAIS	VALIDADOR	ANÁLISE	MODIFICAÇÕES SUGERIDAS	PARECER FINAL
A	V 1	S / N / D		
B	V 2	S / N / D		
C	V 3	S / N / D		
D	V 4	S / N / D		
E	V 5	S / N / D		
F	V 6	S / N / D		
G	V 7	S / N / D		
H	V 8	S / N / D		
I	V 9	S / N / D		
J	V 10	S / N / D		
K	V 11	S / N / D		
L	V 12	S / N / D		
M	V 13	S / N / D		
N	V 14	S / N / D		
O	V 15	S / N / D		
P	V 16	S / N / D		
Q	V 17	S / N / D		
R	V 18	S / N / D		
S	V 19	S / N / D		
T	V 20	S / N / D		

Para Análise: MANTER - S; RETIRAR – N; REFORMULAR (Dúvida) - D

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)